

Relatório Gestão Anual 2015



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Relatório
Gestão Anual
2015



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CRÉDITOS

EDITOR

Ministério Público do Estado de Sergipe

ORGANIZAÇÃO

José Rony Silva Almeida
Procurador-Geral de Justiça

Daniel Carneiro Duarte
Promotor de Justiça

José Ailton Nunes da Silva
Diretor de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil

Alessandra Souza de Santana
Coordenadora da Divisão Planejamento Estratégico e Projetos

Givanilson Santos de Jesus
Coordenador da Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatística

Érika Valéria Cabral Tavares Rezende
Assessora da Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos

Mara Rúbia Santos Macedo
Técnico do Ministério Público

Thamires Áthyna Mendça da Rocha
Técnico do Ministério Público

PRODUÇÃO GRÁFICA, DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÃO

Vanderley dos Santos Rodrigues
Designer Gráfico

Ailla Freire de Azevedo
Estagiária de Design Gráfico da Diretoria de Tecnologia da Informação

André Felipe Moiteiro Marinho Carvalho
Estagiário de Design Gráfico da Diretoria de Tecnologia da Informação

Tarcízio Mota Reis
Estagiário de Design Gráfico da Diretoria de Tecnologia da Informação

FOTOGRAFIA

Mirailton Silva Oliveira
Assessor da Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos

Celene Socorro de Moraes Oliveira
Agente Administrativo

Géssica Santos Souza
Assessora de Eventos

Hebert da Silva Ferreira
Técnico do Ministério Público

Mônica Barbosa Lima Ribeiro
Assessora da Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos

Paulo José de Freitas Filho
Coordenador da Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
JOSÉ RONY SILVA ALMEIDA

CORREGEDOR-GERAL
JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO

Coordenadora-Geral
ANA CHRISTINA SOUZA BRANDI

OUVIDORA
MARIA CRISTINA DA GAMA E SILVA FÓZ MENDONÇA

COLÉGIO DE PROCURADORES
JOSÉ RONY SILVA ALMEIDA (PRESIDENTE:)
MARIA CONCEIÇÃO DE F. ROLEMBERG (SECRETÁRIO)
PAULO LIMA DE SANTANA (SUPLENTE DO SECRETÁRIO)

MEMBROS:
MOACYR SOARES DA MOTTA
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FILHO
MARIA CRISTINA DA G. E S. FÓZ MENDONÇA
RODOMARQUES NASCIMENTO
LUIZ VALTER RIBEIRO ROSÁRIO
JOSENIAS FRANÇA DO NASCIMENTO
ANA CHRISTINA SOUZA BRANDI
CELSO LUÍS DÓRIA LEÓ
CARLOS AUGUSTO ALCANTARA MACHADO
ERNESTO ANÍZIO AZEVEDO MELO
JORGE MURILO SEIXAS DE SANTANA
PAULO LIMA DE SANTANA
EDUARDO BARRETO D'ÁVILA FONTES

COMISSÕES PERMANENTES

ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
MARIA CONCEIÇÃO DE F. ROLEMBERG
CARLOS AUGUSTO ALCANTARA MACHADO
JORGE MURILO SEIXAS DE SANTANA

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA FILHO
RODOMARQUES NASCIMENTO
CELSO LUÍS DÓRIA LEÓ

SECRETÁRIO-GERAL DO MPSE
MANOEL CABRAL MACHADO NETO

ASSESSOR-CHEFE DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
EDUARDO BARRETO D'ÁVILA FONTES

Sergipe. Ministério Público de Sergipe
S484m

Relatório de Gestão Anual 2014 do Ministério Público do Estado de Sergipe
– Aracaju: Ministério Público do Estado de Sergipe, 2015

1. Ministério Público 2. Relatório

CDU : 347.921.5





APRESENTAÇÃO

“No meio de toda dificuldade existe sempre uma oportunidade.”
Albert Einstein

O presente Relatório de Gestão Anual, referente ao exercício de 2015, compõe a Prestação de Contas do Ministério Público de Sergipe junto ao Tribunal de Contas do Estado, em cumprimento ao disposto na Resolução TCE nº 270, de 17 de novembro de 2011, e objetiva, também, dar conhecimento à sociedade sobre as principais informações relativas à gestão orçamentária, administrativa e institucional do Órgão.

O ano de 2015, por conta da crise que o País vem atravessando, foi marcado por dificuldades financeiras, situação que atingiu o Estado de Sergipe e, conseqüentemente, este Órgão Ministerial, levando a Administração a adotar diversas medidas restritivas de gastos, tanto nas ações de Custeio e Investimentos, quanto nas de Pessoal.

Todavia, mesmo diante dos percalços, o MPSE conseguiu dar prosseguimento às suas atividades institucionais, implementando ou apoiando novos projetos, a exemplo do Ministério Público pela Educação – MPEDUC, firmado através de um Protocolo de Intenções entre a Procuradoria da República no Estado de Sergipe e Ministério Público do Estado de Sergipe, com o escopo de permitir a formação de um diagnóstico sobre a qualidade do serviço de educação prestado nas escolas de ensino básico da rede pública, identificando os principais problemas enfrentados, a fim de cobrar soluções das autoridades responsáveis.

Foi também celebrado Convênio com representantes do Ministério Público Federal (MPF/SE), Ministério Público Estadual (MPSE) e Controladoria Geral do Estado (CGE), mediante assinatura de Termo de Cooperação Técnica, para a criação do Fórum Permanente de Prevenção e Combate à Corrupção no Estado de Sergipe (Focco-SE), com o objetivo de integrar os órgãos de controle e estabelecer práticas uniformes para o diagnóstico, prevenção e repressão à corrupção.

Nesse mesmo diapasão, a Procuradoria-Geral de Justiça criou e regulamentou o Grupo de Combate à Improbidade Administrativa – GCIA, que terá a atribuição, quando solicitada a sua intervenção, para atuação conjunta nos trabalhos desenvolvidos pelos Procuradores ou Promotores de Justiça Naturais de cada procedimento investigativo ou processo judicial.

Na área administrativa, vale mencionar a implementação do novo Modelo de Governança, com a reestruturação do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico (CGPE) e criação do Fórum Permanente de Resultados para a Sociedade (FPRS) e do Fórum Permanente de Resultados Institucionais (FPRI), órgãos de apoio e assessoramento ao CGPE, nas áreas fim e meio do MPSE, respectivamente.

Impende ressaltar, outrossim, a construção, com equipe própria, ou seja, sem contratação de Consultoria Externa, do Plano Estratégico Plurianual do Ministério Público de Sergipe / 2016 – 2019, marcando o início de um novo ciclo na Instituição.

Durante o período em foco, a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do Conselho Nacional do Ministério Público - CCAF/CNMP publicou no “Transparentômetro” daquele Conselho uma tabela de classificação com a porcentagem alcançada por cada MP, onde o Portal da Transparência do Ministério Público do Estado de Sergipe passou a ocupar a 2ª melhor posição, dentre as 31 (trinta e uma) entidades de todos os ramos do Ministério Público brasileiro, fato que demonstra o comprometimento da Administração Superior em tornar a sociedade ainda mais participativa no acompanhamento e verificação das ações da gestão ministerial.

Muitas outras ações, convênios e projetos foram desenvolvidos pelas áreas fim e meio da Instituição, todos voltados para bem servir a sociedade, conforme pode ser verificado na leitura do presente Relatório de Gestão.

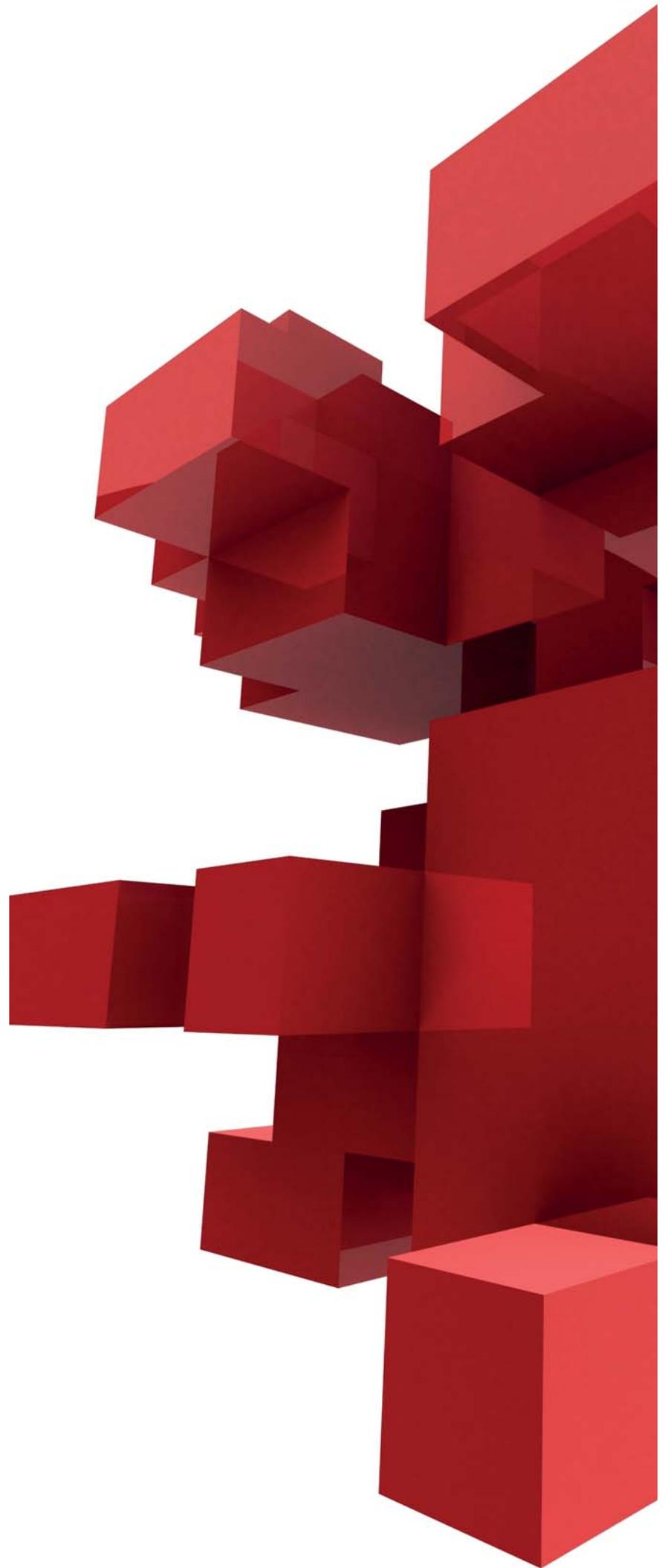
Mister se faz mencionar, outrossim, que não obstante todas as dificuldades enfrentadas, a Procuradoria-Geral de Justiça, por efeito das diversas medidas de contenção de gastos empreendidas durante o ano de 2015, conseguiu manter as Despesas com Pessoal abaixo do limite de 2%, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, honrando os seus compromissos e até proporcionando melhorias aos Membros e Servidores, ao conceder os respectivos reajuste de subsídios e reposição salarial previstos no exercício, além de avanços na carreira por titulação e uniformização do Auxílio-alimentação para os Servidores.

Encerramos, assim, o primeiro ano da atual gestão, agradecendo à equipe que forma este Parquet, Membros e Servidores comprometidos com a Instituição, cujo incontestável apoio foi fundamental para a realização de grandes projetos em prol da sociedade, objetivo maior de nossa missão constitucional.

A todos, o nosso Muito Obrigado!

JOSÉ RONY SILVA ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça



Sumário

1.PERFIL DA INSTITUIÇÃO.....	15
1.1. Estrutura	16
1.1.1. Procuradoria-Geral de Justiça	16
1.1.1.1. Reuniões do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais	21
1.1.2. Colégio de Procuradores de Justiça	22
1.1.3. Conselho Superior do Ministério Público.....	24
1.1.4. Corregedoria-Geral do Ministério Público	25
1.1.5. Coordenadoria-Geral do Ministério Público	27
1.1.6. Ouvidoria	28
1.1.7. Procuradorias de Justiça.....	29
1.1.8. Promotorias de Justiça.....	33
1.1.8.1. Atividade Processual Criminal	36
1.1.8.2. Atividade Processual – Cível e de Infância e Juventude.....	38
1.1.8.3. Trabalho em Parceria com Órgãos de Apoio	39
1.1.8.3.1. Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO	39
1.1.8.3.2. Gabinete de Segurança Institucional – GSI	40
1.1.8.3.3. Divisão de Engenharia e Manutenção	40
1.1.8.3.4. Grupo de Apoio às Atividades de Execução – GAEE.....	41
1.1.8.3.4.1. Perícia Técnica	41
1.1.8.3.4.2. Divisão de Perícia Contábil.....	48
1.1.8.3.4.3. Divisão de Serviço Social	49
1.1.9. Secretaria-Geral do Ministério Público	50
1.1.10. Escola Superior do Ministério Público - ESMP	52
1.1.11. Centros de Apoio Operacional	52
1.1.11.1. Centro de Apoio Operacional às Atividades Cíveis e Criminais.....	53
1.1.11.2. Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência	54
1.1.11.3. Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária.....	60
1.1.11.4. Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos	61
1.1.11.5. Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes	63
1.1.11.6. Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública.....	70
1.1.11.7. Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor.....	71
1.1.11.8. Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural.....	74
1.1.11.9. Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação	77
1.1.11.10. Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde	83
1.1.11.11. Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher.....	88
1.1.12. Área Administrativa	90
1.2. Recursos do Ministério Público Estadual	92
1.2.1. Recursos Humanos	92
1.2.1.1. Concurso Público de Servidores	94
1.2.1.2. Admissão de Estagiários.....	94
1.2.1.3. Celebração de Acordo de Cooperação - Estágio não Obrigatório.....	95
1.2.2. Recursos Orçamentários.....	96
1.2.3. Recursos Patrimoniais.....	98
1.2.4. Recursos Tecnológicos	99

1.3. Ministério Público de Sergipe Melhor Estruturado para o Cidadão.....	100
1.3.1. Promoção de Melhorias nas Unidades Ministeriais	101
1.3.2. Harmonização e Funcionalidade das Instalações da Ouvidoria	101
2.DESTAQUES DO PERÍODO	103
2.1. Parcerias com Instituições Públicas e Privadas/Acordos de Cooperação	104
2.2. Destaques da Área Fim	106
2.2.1. Projetos Sociais	106
2.2.1.1. Censo Educacional	106
2.2.1.2. Projeto “Bom Samaritano”	108
2.2.1.3. Projeto “MP Itinerante – Ônibus da Cidadania”	109
2.2.1.4. Projeto “MP de Portas Abertas”	110
2.2.1.5. Projeto Florescer “Construindo a Liberdade”	112
2.2.1.6. Projeto “Reforço Criativo Escolar – Recriarte”	113
2.2.1.7. Projeto “Árvore da Solidariedade”	114
2.2.2. Direitos da Mulher.....	115
2.2.2.1. Projeto Concretizando Direitos.....	116
2.2.2.2. Elaboração de Cartilha em Formato Gibi	116
2.2.2.3. Veiculação de Campanha nas Contas de Água.....	117
2.2.2.4. Implantação do Sistema Salve Mulher	118
2.2.3. Direitos Humanos.....	119
2.2.3.1. Uniformização dos Critérios de Acessibilidade	120
2.2.3.2. Campanha Pratique Cidadania	120
2.2.3.3. Fiscalização de Instituições de Abrigamento de Pessoas Idosas da Capital e do Interior	121
2.2.3.4. Divulgação da Semana de Atenção à Pessoa Idosa Institucionalizada	121
2.2.4. Educação	122
2.2.4.1. Programa de Apoio ao Estudo.....	123
2.2.4.2. Projeto Ministério Público pela Educação - MPEDUC.....	124
2.2.4.3. Acompanhamento da Discussão e da Aprovação Legislativa dos Planos Municipais de Educação – PNE, em todo Estado de Sergipe	127
2.2.4.4. Acompanhamento e Apoio na Fiscalização da Merenda Escolar no Estado de Sergipe.....	128
2.2.5. Infância e Adolescência	129
2.2.5.1. Projeto “Transformando pela Fé”	130
2.2.5.2. Sistema Informatizado dos Abrigos – SIA	130
2.2.5.3. Projeto Paternidade Responsável.....	131
2.2.5.4. Sistema de Aviso Legal por Violência, Maus Tratos e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes – SALVE.....	132
2.2.5.5. Eixo Implementação de Medidas Socioeducativas	133
2.2.5.6. Seminário Sobre o “Dia 18 De Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”	133
2.2.5.7. Processo de Escolha Unificado dos Membros dos Conselhos Tutelares	135
2.2.6. Meio Ambiente	136
2.2.6.1. Arborização da Área Circular do Edifício-Sede	137
2.2.6.2. Projeto Agrotóxicos: Eu Sei Onde Descartar!.....	138
2.2.6.3. MPSE Gestão Sustentável	138
2.2.6.4. Lugar de Esgoto é na Estação de Tratamento	139
2.2.6.5. Implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em Sergipe.....	140

2.2.6.6. Eu Sei Separar. Eu Ajudo a Coletar	140
2.2.6.7. Projeto a Mangaba Tem Espaço	141
2.2.6.8. Projeto “Nascentes do São Francisco: O MP Salvando Rios”	141
2.2.6.8.1. Evento “Nascentes do São Francisco”	142
2.2.6.9. Projeto: Implementação da Rede de Meio Ambiente Ativa Municipal	142
2.2.6.10. Projeto de Apoio ao Cadastro Ambiental Rural - CAR.....	142
2.2.6.11. Evento “Educação Ambiental – Dia de Campo”	143
2.2.6.12. Artigo “A Importância das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal na Recuperação Hídrico-Ambiental e sua Análise Jurídica Antes e Após o Advento do Novo Código Florestal”	143
2.2.6.13. Acompanhamento dos Planos das Bacias Hidrográficas dos Rios Sergipe, Japaratuba e Piauí	144
2.2.7. Saúde.....	145
2.2.7.1. Projeto MP Saúde	146
2.2.7.2. Fomento ao Controle Social do Sistema Único de Saúde.....	146
2.2.7.3. Projeto Ministério Público na Defesa da Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica em Saúde	147
2.2.7.4. Saúde Materno-Infantil	148
2.2.8. Segurança Pública	149
2.2.8.1. SEMINÁRIO “O MINISTÉRIO PÚBLICO E O COMBATE À CRIMINALIDADE”.....	150
2.2.9. Terceiro Setor	152
2.2.9.1. Projeto ONG Transparente.....	153
2.2.9.2. Sistema de Cadastro de Pessoa Jurídica Sem Fins Lucrativos - SCPJ	154
2.2.9.3. Projeto para Destinação de Recursos Públicos às Entidades não Governamentais.....	154
2.2.9.4. Implantação do Sistema de Cadastro e Prestação de Contas - SICAP	155
2.2.10. Ministério Público de Sergipe Contra a Corrupção	155
2.2.10.1. Campanha “Estratégias de Atuação Contra a Corrupção”	155
2.2.10.2. Fórum Permanente de Combate à Corrupção no Estado de Sergipe – FOCCO..	157
2.2.10.3. Adesão à Campanha “10 Medidas Contra a Corrupção”	157
2.2.10.4. Dia Internacional Contra a Corrupção	158
2.2.11. Plano de Ação “Coordenadoria e CAOP – Parceiros do Interior”	158
2.2.12. Novos Sítios da Coordenadoria-Geral e Centros de Apoio Operacional do MPSE	159
2.2.13. Criação de Nova Promotoria de Execuções Criminais	159
2.2.14. Investigações sobre as Verbas de Subvenções Sociais da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe	160
2.2.15. Modernização do Sistema Disque Ouvidoria	161
2.3. Doações Realizadas no Exercício.....	161
2.4. AVANÇOS NA GESTÃO DE PESSOAS	163
2.4.1. Estagiários	164
2.4.2. Membros e Servidores	164
2.4.2.1. Gratificação de Interiorização	164
2.4.2.2. Avanço Horizontal por Titulação e por Tempo de Serviço	165
2.4.2.3. Processos de Lotação, Relotação e Designação de Servidores	166
2.5. VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO	167
2.5.1. Projeto “Evolução Humana”	168
2.5.2. Projeto “Coral Vozes da Cidadania”	170
2.5.3. Projeto Mensagem do Dia	171

2.5.4. Doe Sangue – O Fluxo da Vida não Pode Parar	171
2.5.5. Membros e Servidores mais Saudáveis	172
2.5.5.1. Outubro Rosa.....	173
2.5.5.2. Novembro Azul.....	173
2.5.5.3. Procedimentos de Enfermagem.....	174
2.6. Nova Jornada de Trabalho no MPSE	174
2.7. Eficiência na Gestão dos Recursos Financeiros	175
2.7.1. Economia com Licitações.....	175
2.8. Investimentos em Segurança	176
2.8.1. Aquisição de Coletes Balísticos	176
2.9. Aprimoramento dos Processos de Trabalho	177
2.9.1. Contratação de Empresa Especializada na Realização de Pequenas Tarefas de Coleta e/ou Entrega Imediata	177
2.9.2. Criação e Regulamentação do Grupo de Apoio às Atividades de Execução – GA AE ...	178
2.9.3. Adoção de Novas Rotinas Internas da Ouvidoria	178
2.9.4. Regulamentação dos Procedimentos Relativos à Contratação de Bens, Obras e Serviços no MPSE.....	178
2.9.5. Regulamentação do Serviço de Informação ao Cidadão no Âmbito do Ministério Público de Sergipe	179
2.9.6. Regulamentação dos Procedimentos Relativos à Contratação de Solução de Tecnologia da Informação	179
2.9.7. Implantação do Sistema Redoma	180
2.9.8. Implantação do Diário Oficial Eletrônico	181
2.9.9. Uniformização das Comunicações dos Centros de Apoio.....	182
2.9.10. Manual de Gestão de Gabinete.....	182
2.10. Promoção da Transparência	183
2.10.1. Portal da Transparência do MPSE – 2º Lugar	183
2.10.2. Implantação do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC	184
2.11. Destaques da Área de Tecnologia da Informação	185
2.11.1. Contratação de Emissão de Certificados Digitais	185
2.11.2. Contratação e Implantação de Novo <i>Link</i> de <i>Internet</i> Dedicada	186
2.11.3. Projeto Rede Corporativa MPSE.....	187
2.11.4. Implantação do <i>Software</i> Antivírus Gerenciável em Promotorias do Interior do Estado	188
2.11.5. Implantação do Módulo de Gerenciamento e Monitoramento dos <i>Links</i> MPLS e de <i>Internet</i> Dedicada em <i>Software</i> Livre	189
2.11.6. Ampliação de Recursos Físicos de Processamento e Memória do <i>Cluster</i> de Virtualização do MPSE.....	189
2.11.7. Políticas de <i>Backup</i> – <i>SQL Server</i> 2014.....	190
2.11.8. Oracle Bare: Backup / Restore – Oracle.....	190
2.11.9. Taxonomia: Atualização Dinâmica – <i>Oracle</i>	190
2.12. Aprendizagem e Crescimento	191
2.12.1. Biblioteca	191
2.12.2. Projeto de Capacitação de Sistemas do Ministério Público.....	192
2.12.3. Desenvolvimento do Capital Intelectual.....	193

3. Aproximação Com A Sociedade	197
3.1. Da Ouvidoria.....	198
3.2. Da Triagem Técnica.....	200
4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	201
4.1. Instituição do Escritório Corporativo de Projetos	201
4.2. Construção do Novo Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe	202
4.2.1. Conscientização e Engajamento de Todos os Envolvidos	202
4.2.2. Conhecimento das Expectativas	204
4.2.2.1. Pesquisa Interna – Membros e Servidores	204
4.2.2.2. Reuniões – Área Fim e Área Meio	205
4.2.2.3. Pesquisa Externa	206
4.2.2.3.1. Órgãos Públicos.....	206
4.2.2.3.2. Sociedade	206
4.2.3. Consenso de Ideias.....	208
4.3. Novo Modelo de Governança	210
5. Destaques Normativos da Procuradoria-Geral de Justiça em 2015.....	211
6. Ministério Público Estadual.....	214

MISSÃO

Consolidar-se como Instituição moderna e proativa, objetivando cumprir integralmente sua missão constitucional de forma autônoma, independente, eficiente e transparente, para a transformação da realidade social.

VISÃO

Defender a Ordem Jurídica, o Regime Democrático e Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis, a fim de garantir a Cidadania Plena e o Desenvolvimento Sustentável.

VALORES

PROBIDADE

Agir de forma reta e honesta não somente de acordo com as normas, como também de acordo com a ética, dentro dos princípios de moralidade.

INDEPENDÊNCIA

Atuar com impessoalidade e autonomia em relação aos órgãos e agentes externos.

URBANIDADE

Demonstrar boas maneiras e respeito entre os cidadãos. Ter afabilidade, civilidade e cortesia.

PROATIVIDADE

Prever problemas e agir, de forma eficiente, para evitá-los ou amenizá-los.

EFETIVIDADE

Ser capaz de realizar tarefas com criatividade e atingir seus objetivos estratégicos, a fim de alcançar resultados perenes.

TRANSPARÊNCIA

Ter clareza de objetivos e acompanhamento de desempenho, mantendo a prestação de contas ao cidadão, de forma a promover o controle social.

1. PERFIL DA INSTITUIÇÃO

1.1. Estrutura

1.1.1. Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça é o órgão executivo da Administração Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe, tendo por titular o Procurador-Geral de Justiça, que é nomeado pelo Governador do Estado para um mandato de dois anos, após integrar uma lista tríplice, composta pelos Membros mais votados, dentre os Procuradores e Promotores de Justiça com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade e 10 (dez) anos de carreira no quadro ativo da Instituição.

A tabela a seguir demonstra algumas das atribuições do Procurador-Geral de Justiça:

Área	Atribuições
Administração financeira, orçamentária, patrimonial e de pessoal	Despachar o expediente do Ministério Público com o Governador do Estado
	Integrar, como Membro nato, e presidir o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Comissão de Concurso
	Submeter ao Colégio de Procuradores de Justiça as propostas de criação e extinção de cargos e serviços auxiliares e seus respectivos vencimentos, e a de orçamento anual
	Encaminhar ao Poder Legislativo Estadual os Projetos de Lei de iniciativa do Ministério Público
	Prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como os casos de promoção, remoção, convocação e demais formas de provimento derivado
	Editar atos de aposentadoria, exoneração, demissão e outros que importem em desprovimento de cargos da carreira ou dos serviços auxiliares
Processual	Resolver os conflitos de atribuições entre os órgãos do Ministério Público
	Velar pela observância, aplicação e execução da Constituição, das Leis e Decretos
	Representar ao Tribunal de Justiça por inconstitucionalidade de Leis ou Atos Normativos Estaduais ou Municipais, face à Constituição Estadual
	Promover a ação penal, nos casos de competência originária do Tribunal de Justiça
	Promover a ação penal em qualquer juízo, quando discordar do pedido de arquivamento proposto pelo Promotor de Justiça ou designar outro órgão do Ministério Público para fazê-lo
	Expedir notificações
Outras	Requerer o arquivamento de representação, notícia de crime, peças de informação, conclusão das Comissões Parlamentares de Inquérito ou inquérito policial, quando a ação penal for de competência originária do Tribunal de Justiça
	Representar, para fins de intervenção do Estado no Município, com o objetivo de assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial
	Exercer as atribuições do art. 118 da Constituição do Estado, nos casos em que a autoridade reclamada possuir prerrogativa de função
	Delegar a Membro do Ministério Público suas funções de órgão de execução

Tabela 1 - Atribuições do Procurador-Geral de Justiça.

Estão demonstrados, em seguida, os resultados alcançados, no período de 01 de janeiro a 18 de dezembro de 2015, pelo Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, através de sua Assessoria-Técnica, que desempenha funções relacionadas às atividades meio e fim do Ministério Público, chefiadas por Promotores de Justiça Assessores:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO GABINETE DA PGJ - 2015

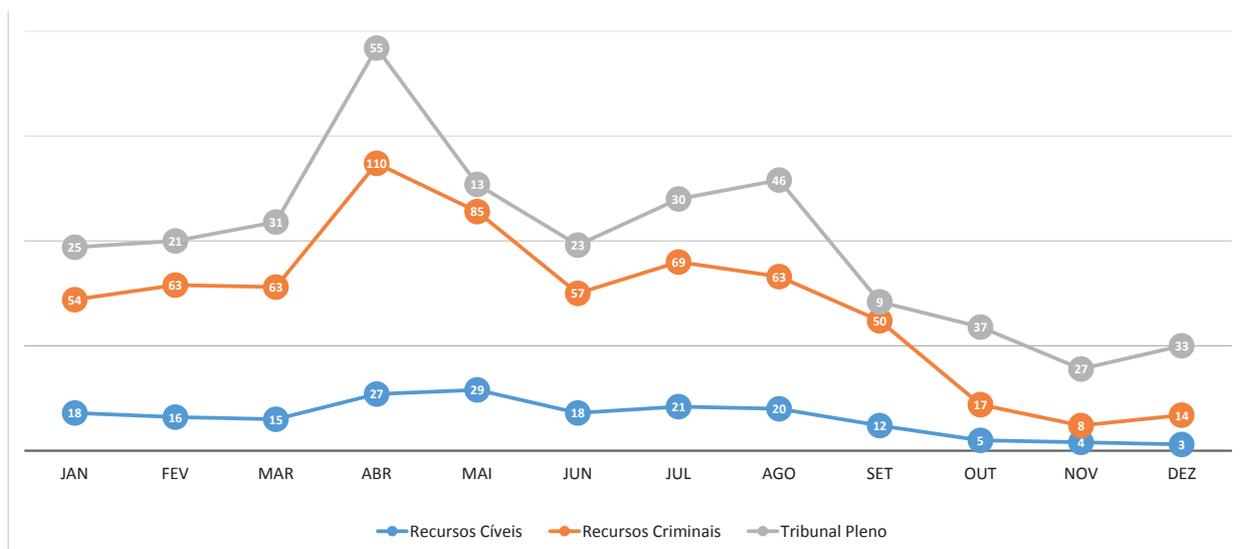


Gráfico 1 - Movimentação Processual do Gabinete da PGJ.

MOVIMENTAÇÃO TOTAL DO GABINETE DA PGJ - 2015

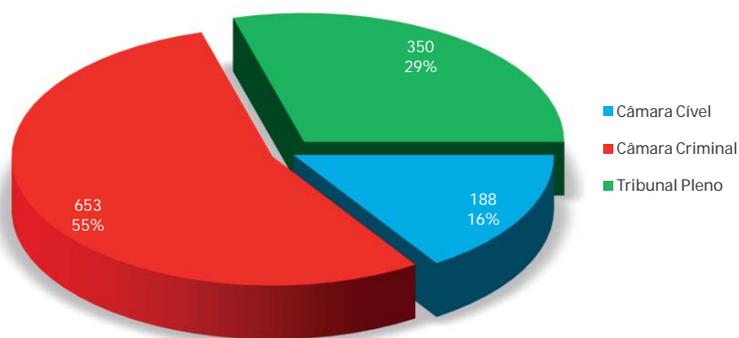


Gráfico 2 - Movimentação Total do Gabinete da PGJ.

MANIFESTAÇÕES DA PGJ NO TRIBUNAL PLENO - 2015

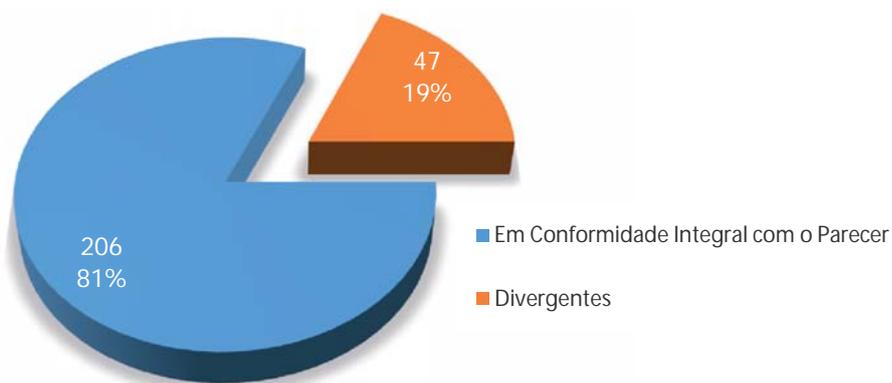


Gráfico 3 - Manifestações da PGJ no Tribunal Pleno.

RECURSOS INTERPOSTOS, AÇÕES PROPOSTAS E MANIFESTAÇÕES - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE

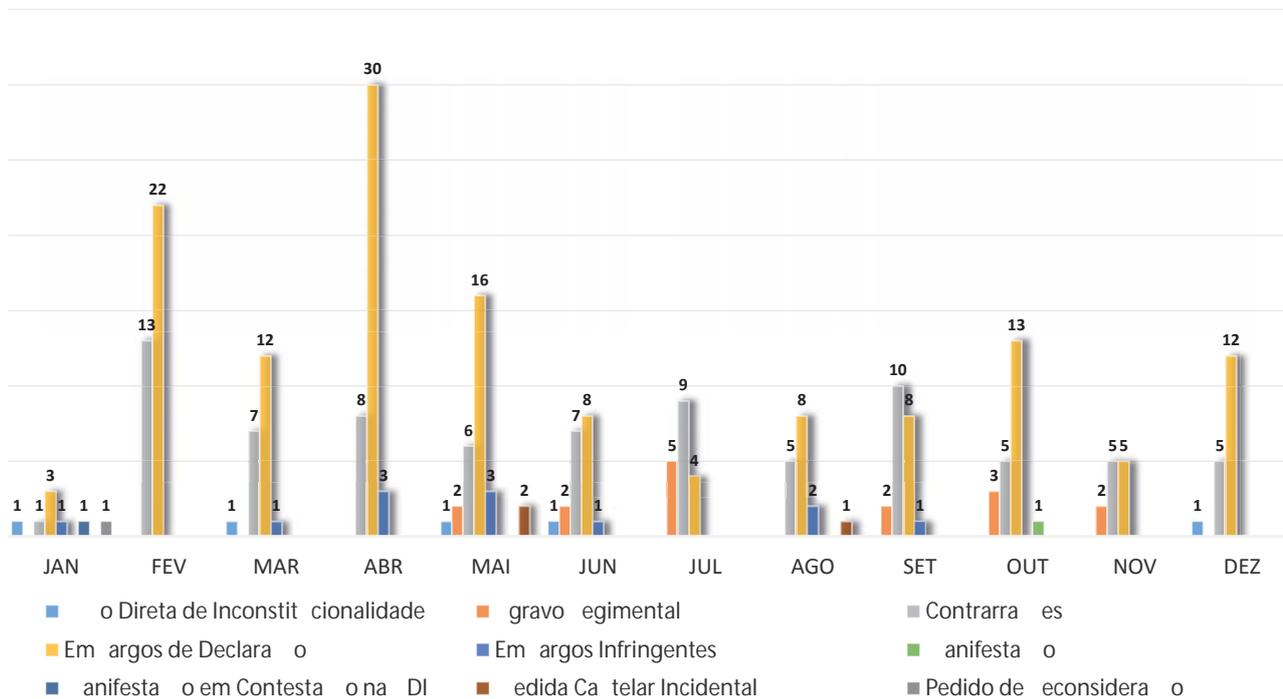


Gráfico 4 - Recursos Interpostos, Ações Propostas e Manifestações pela PGJ - Tribunal de Justiça de Sergipe.

RECURSOS INTERPOSTOS, AÇÕES PROPOSTAS E MANIFESTAÇÕES - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE	
Descrição	Total
Ação Direta de Inconstitucionalidade	5
Agravo Regimental	16
Contrarrazões	81
Embargos de Declaração	141
Embargos Infringentes	12
Manifestação	1
Manifestação em Contestação na ADI	1
Medida Cautelar Incidentar	3
Pedido de Reconsideração	1
Total	261

RECURSOS INTERPOSTOS E MANIFESTAÇÕES - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

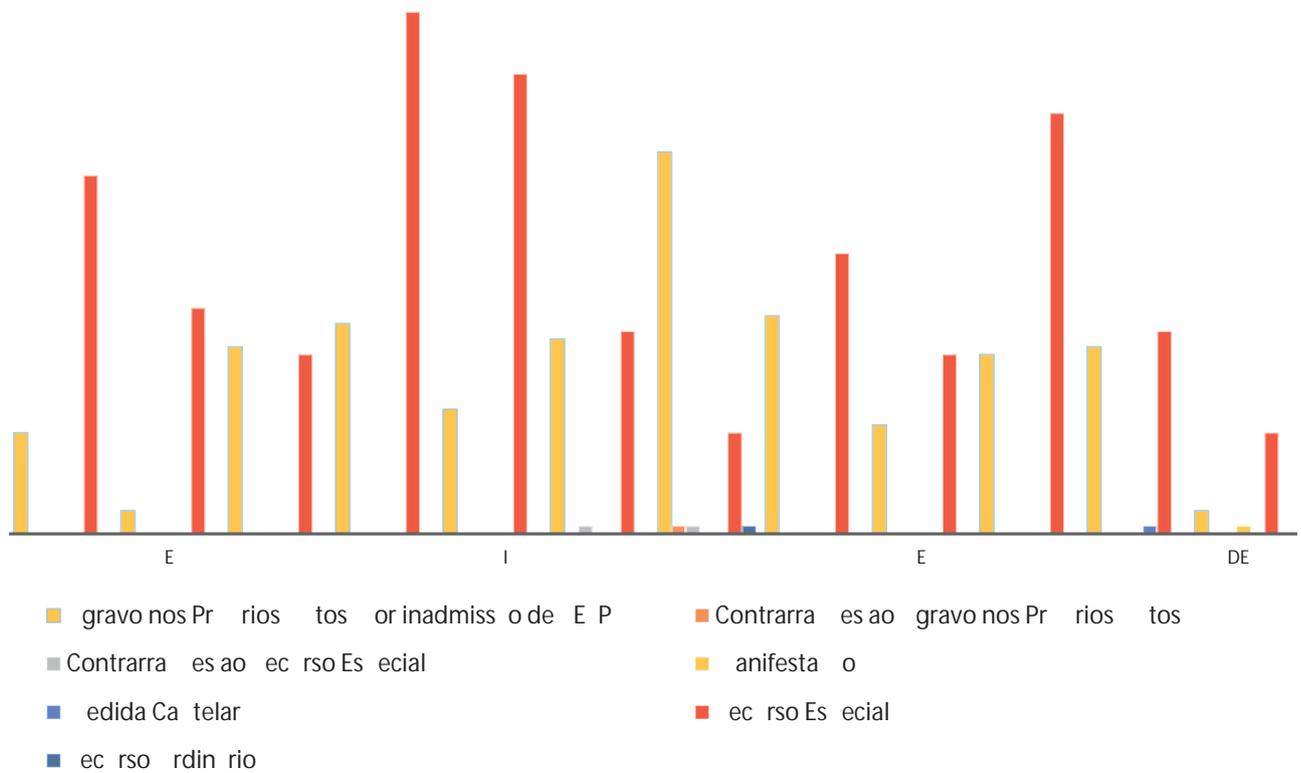


Gráfico 5 - Recursos Interpostos e Manifestações pela PGJ - Superior Tribunal de Justiça.

RECURSOS INTERPOSTOS/MANIFESTAÇÃO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
Descrição	Total
Agravo nos Próprios Autos (por inadmissão de RESP)	249
Contrarrazões ao Agravo nos Próprios Autos	1
Contrarrazões ao Recurso Especial	2
Manifestação	1
Medida Cautelar	1
Recurso Especial	415
Recurso Ordinário	1
Total	670

RECURSOS INTERPOSTOS E REPRESENTAÇÕES AO PGR - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

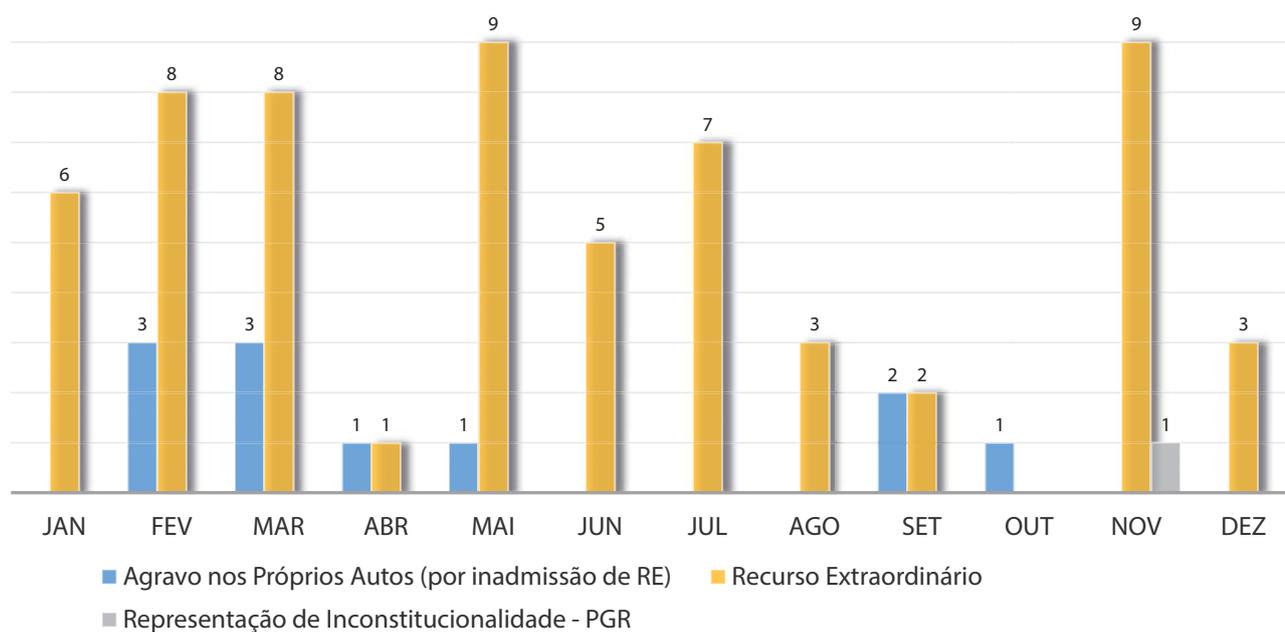


Gráfico 6 - Recursos Interpostos pela PGR - Supremo Tribunal Federal

RECURSOS INTERPOSTOS/MANIFESTAÇÃO/REPRESENTAÇÃO AO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	Total
Descrição	Total
Agravo nos Próprios Autos (por inadmissão de RE)	11
Recurso Extraordinário	61
Representação de Inconstitucionalidade ao PGR	1
Total	73



1.1.1.1. Reuniões do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais

A Procuradoria-Geral de Justiça de Sergipe também participa do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG, do qual fazem parte os Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, criado com o objetivo de defender os princípios, prerrogativas e funções institucionais do Ministério Público.

No exercício de 2015, foram realizadas as seguintes reuniões do CNPG, com a participação da Procuradoria-Geral de Justiça desta Unidade Ministerial:

- reunião Ordinária do CNPG – Brasília – 23/02/2015;
- reunião Ordinária do CNPG – Brasília – 23/03/2015;
- reunião Extraordinária do CNPG – Brasília – 13/04/2015;
- reunião Ordinária do CNPG – Brasília – 25/05/2015;
- reunião Ordinária do CNPG – Brasília – 22/06/2015;
- reunião Ordinária do CNPG – Goiás – 21/08/2015;
- reunião Ordinária do CNPG – Rio de Janeiro – 07/10/2015.

1.1.2. Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça, órgão opinativo e deliberativo da Administração Superior, é integrado por 14 (quatorze) Procuradores de Justiça e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.

O Colegiado opina sobre matéria de estrito interesse institucional e reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, por convocação do Procurador-Geral de Justiça ou por proposta de 1/3 (um terço) de seus membros.



Ao Colégio de Procuradores de Justiça compete, dentre outras atividades:

- opinar, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça ou de 1/4 (um quarto) de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público e sobre outras de interesse institucional;
- propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares,

modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

- aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria-Geral de Justiça, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;
- eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público;
- aprovar, previamente, a indicação e a destituição do Coordenador-Geral do Ministério Público;
- recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra Membro do Ministério Público;
- rever, mediante requerimento de legítimo interessado, decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informação determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária;
- dar posse ao Procurador-Geral de Justiça, aos membros do Conselho Superior e ao Corregedor-Geral;
- desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas por lei.

O Colégio de Procuradores de Justiça, no exercício do Poder Regulamentar, durante o ano de 2015, editou as seguintes Resoluções:

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES - 2015		
N.º/Ano	Data	Ementa
001/2015	15/Jan	Aprova Projeto de Lei que “fixa o subsídio dos Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe e estabelece providências correlatas”
002/2015	15/Jan	Torna público o subsídio mensal dos Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe e estabelece providências correlatas
003/2015	22/Jan	Acrescenta considerandos à Resolução nº 002/2015 – CPJ, de 15 de janeiro de 2015
004/2015	12/Mar	Renumerar e disciplina a alocação das Promotorias de Justiça Cíveis da Cidade de Aracaju, bem como revoga a Resolução nº 012/2013 – CPJ
005/2015	26/Mar	Aprova Projeto de Lei Complementar que “altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990, e dá providências correlatas”
006/2015	21/Mai	Institui Novo Comitê Gestor do Plano Estratégico Plurianual de Ação do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências
007/2015	21/Mai	Aprova Projeto de Lei Complementar que “transforma e modifica a denominação de cargos de Promotor de Justiça Distrital, de Promotor de Justiça da Curadoria de Família e Sucessões e de Promotor de Justiça Criminal de Aracaju, e dá providências correlatas”
008/2015	28/Mai	Modifica e consolida as normas que regulamentam a notícia de fato, o procedimento preparatório do inquérito civil, o inquérito civil e o procedimento administrativo no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe
009/2015	03/Set	Aprova o Plano Estratégico Plurianual de Ação do Ministério Público do Estado de Sergipe para o quadriênio 2016-2019, alinhado ao Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público
010/2015	17/Set	Aprova a Proposta Orçamentária do Ministério Público de Sergipe para o Exercício 2016
011/2015	08/Out	Modifica e consolida as atribuições da Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Nossa Senhora do Socorro
012/2015	08/Out	Aprova Projeto de Lei Complementar que “transforma e modifica a denominação de um cargo de Promotor de Justiça Cível em Promotor de Justiça das Execuções Criminais de Aracaju, altera a Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990, e dá providências correlatas”

Tabela 2 - Resoluções do Colégio de Procuradores de Justiça.

1.1.3. Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público, órgão deliberativo incumbido de fiscalizar e superintender a atuação do Ministério Público, além de velar pelos seus princípios institucionais, é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, membros natos, e por três (03) Procuradores de Justiça eleitos por integrantes do quadro ativo da carreira do Ministério Público.

Suas reuniões são realizadas, ordinariamente, a cada mês, em dia previamente estabelecido e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente, ou por proposta de, pelo menos, 02 (dois) de seus membros. Das reuniões é lavrada ata circunstanciada, na forma regimental.



São atribuições do Conselho Superior do Ministério Público, dentre outras:

- elaborar a lista sêxtupla a que se refere o art. 109 da Constituição Estadual;
- indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos a remoção ou promoção por merecimento;
- indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para remoção ou promoção por antiguidade;
- indicar ao Procurador-Geral de Justiça Promotores de Justiça para substituição por convocação;

- aprovar os pedidos de remoção por permuta entre Membros do Ministério Público;
- decidir sobre vitaliciamento de Membros do Ministério Público;
- sugerir ao Procurador-Geral a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções, e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços;
- autorizar o afastamento de Membro do Ministério Público para frequentar curso, congresso ou seminário de aperfeiçoamento no País ou no exterior;
- provocar a verificação da incapacidade física, mental ou moral dos candidatos a concurso de ingresso na carreira do Ministério Público e de membros da Instituição;
- apreciar a promoção de arquivamento de inquérito civil ou peças de informação, na forma da lei;
- exercer outras atribuições previstas em lei.

Está relacionado, na tabela a seguir, o quantitativo das atividades do Conselho Superior, durante o exercício de 2015:

Números do Conselho Superior do MPSE - 2015	Total
Procedimentos Distribuídos	1.746
Ofícios Expedidos	1.566
Ofícios Circulares	98
Avisos de Distribuição	57
Atos de Mobilidade Funcional	28
Processos de Remoção	23
Pautas de Reuniões	22
Avisos de Homologação	14
Convocações Extraordinárias	11
Reuniões Ordinárias	11
Reuniões Extraordinárias	11
Assentos Publicados	6
Avisos de Homologação Monocrática	6
Processos de Promoção	5
Atos de Vitaliciamento	2

Tabela 3 - Números do Conselho Superior do MPSE.

1.1.4. Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão da Administração Superior responsável por orientar e fiscalizar a atuação e conduta funcional dos Membros do Ministério Público.

Compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público realizar correições e inspeções nas Promotorias de Justiça e inspeções nas Procuradorias de Justiça, relatando as conclusões de tais atos ao Colégio de Procuradores.

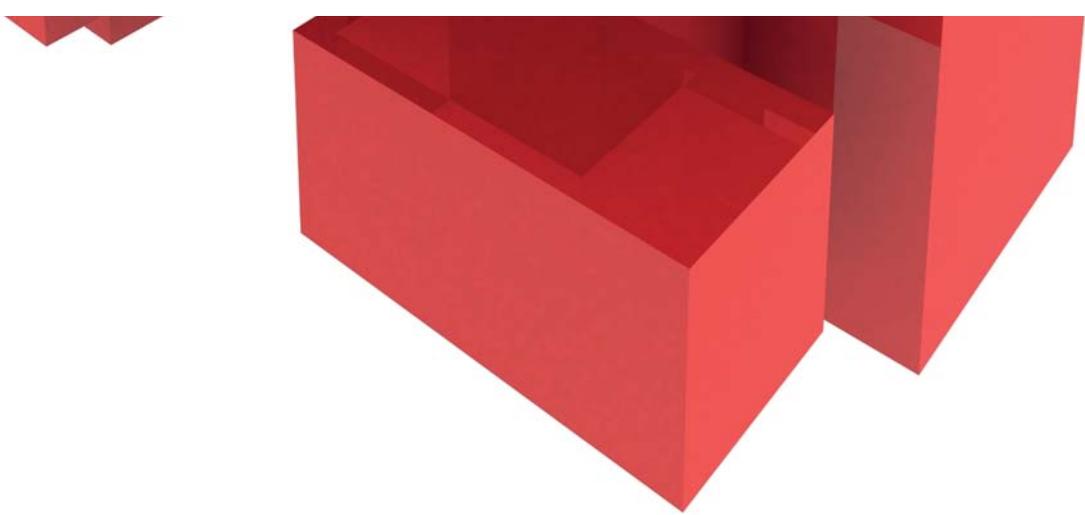
Ao Corregedor-Geral compete, ainda, elaborar e remeter ao Conselho Superior relatório circunstanciado sobre a atuação funcional e pessoal de Membro do Ministério Público, além de expedir recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução, visando a regularidade e aperfeiçoamento dos serviços do Ministério Público afetos à sua área de atuação, podendo instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra Membro da Instituição, presidindo-o e aplicando as sanções cabíveis, na forma da lei.

Ao Corregedor-Geral está acometida a atribuição de elaborar o regulamento do estágio probatório dos Promotores de Justiça em processo de vitaliciamento, acompanhando-os durante tal período, além de emitir relatório individual, para fins de vitaliciamento do Membro do Ministério Público em estágio probatório, para decisão do Conselho Superior.

A Corregedoria-Geral do MPSE, cumprindo seu dever institucional, desenvolveu diversas atividades no ano de 2015, conforme detalhado a seguir:

Atividade		Resultado
Correções Ordinárias/Extraordinárias		42
Inspeções		3
Procedimentos Administrativos Disciplinares	Pedidos de Providência	1
	Sindicâncias	1
	Processo Administrativo Disciplinar	1
	Reclamações Disciplinares	8
Fiscalização das Atividades dos Membros do MP/SE	Visitas a Estabelecimentos Prisionais	Unidades Prisionais Visitadas e Relatórios encaminhados ao CNMP
	Controle Externo da Atividade Policial	Relatórios Mensais de visitas às Delegacias (apenas as que se utilizam de suas carceragens): 328;
		Relatórios Semestrais de visitas a todas as Delegacias do Estado (abril/maio e outubro/novembro de 2015): 210;
		Relatórios Semestrais de Visitas realizadas no Instituto Médico Legal e em unidades de perícia criminal em abril/maio e outubro/novembro de 2015: 06
	Fiscalização de Estabelecimentos de Internação de Adolescentes (Unidades Socioeducativas)	Relatórios Enviados Bimestralmente ao Conselho Nacional do Ministério Público: 24
	Controle dos Lançamentos de Dados de Interceptações Telefônicas	Controle Realizado Mensalmente
	Acompanhamento de Visitas a Unidades de Abrigamento	Relatórios de Fiscalização dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes remetidos ao CNMP
	Lançamento de Dados Estatísticos das Atividades Funcionais dos Promotores de Justiça	Sistema CNMP-Ind sendo alimentado através da junção dos Relatórios gerados pelo Arquimedes com as planilhas preenchidas pelas Promotorias que ainda não usam o Sistema
	Acompanhamento do Vitaliciamento dos Promotores de Justiça em Estágio Probatório	Acompanhamento de 11(onze) Promotores de Justiça em Estágio Probatório;
Elaboração de Relatório de Vitaliciamento dos 02(dois) Promotores de Justiça que concluíram seu período de Estágio Probatório		
Acúmulo do Exercício das Funções Ministeriais com o Exercício do Magistério	Acompanhamento dos 08 (oito) Promotores de Justiça no exercício do Magistério realizado	
Promoção de Reuniões	Reuniões de Trabalho realizadas com Promotores de Justiça, Promotores em estágio probatório, Corregedoria de Justiça e outros órgãos	

Tabela 4 - Atividades Executadas pela Corregedoria-Geral



1.1.5. Coordenadoria-Geral do Ministério Público

A Coordenadoria-Geral, na definição da Lei Orgânica Estadual, é órgão auxiliar do Ministério Público, com atribuição precípua de articular e supervisionar as ações promovidas pelas Promotorias de Defesa do Cidadão atuantes em todo o Estado de Sergipe, em especial na defesa e tutela dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

No exercício de suas atividades, cabe, ainda, à Coordenadoria-Geral do Ministério Público a supervisão das atividades dos Centros de Apoio Operacional, criados pela Resolução n.º 007/2011 – CPJ.

As atribuições da Coordenadoria-Geral estão compreendidas na defesa e proteção judicial e extrajudicial das seguintes áreas de atuação:

- patrimônio público e previdência pública;
- entidades do terceiro setor e fundações;
- meio ambiente e urbanismo;
- consumidor;
- bens e direitos de valor social e cultural - artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico do Estado e serviços de relevância pública;
- dignidade da pessoa humana - criança e adolescente, mulher, idoso, pessoa com deficiência, pessoa atingida pelo crime e fiscalização das respectivas políticas públicas;
- controle externo da atividade policial, questões agrárias e sistema prisional;
- saúde;
- educação; e
- outros interesses difusos e coletivos, além dos individuais homogêneos.

Para cumprir suas atribuições, a Coordenadoria pode expedir recomendações e orientações sem caráter vinculativo, visando à regularidade e aperfeiçoamento das atribuições do Ministério Público, nos limites de suas atribuições.

É dever da Coordenadoria elaborar o programa de trabalho a ser desenvolvido pelas Curadorias especializadas e seu Plano Estratégico Plurianual de Ação, realizar visitas de inspeção nas Promotorias de Justiça, para efeito de acompanhamento dos procedimentos judiciais e extrajudiciais vinculados às suas atribuições institucionais.



1.1.6. Ouvidoria

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Sergipe é Órgão auxiliar do Ministério Público, criado em consonância com as disposições do art. 130-A, § 5º, da Constituição da República, com o objetivo de contribuir para elevar, continuamente, os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades dos Membros ou órgãos e serviços auxiliares da Instituição.

Compete à Ouvidoria:

- receber, examinar, encaminhar representações, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público;
- representar, à vista de graves indícios de ocorrência dos fatos noticiados, diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público, nas hipóteses de sua competência, ou, conforme o caso, aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, para adoção das providências cabíveis;
- divulgar, permanentemente, seu papel institucional à sociedade;
- elaborar e encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público e ao Colégio de Procuradores de Justiça, relatório trimestral consolidado das representações, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões recebidas, bem como os seus encaminhamentos e resultados;
- manter intercâmbio e celebrar convênio com entidade pública ou privada que exerça atividades similares, com vistas à consecução dos seus objetivos;
- fazer registrar os expedientes na Ouvidoria, mediante protocolo, informando ao interessado sobre as providências adotadas e os resultados obtidos excetuados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;
- organizar e manter atualizado arquivo de documentação relativo às notícias de irregularidades, representações, reclamações, críticas, sugestões e elogios recebidos;
- dar conhecimento ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público ou ao Conselho Nacional do Ministério Público, sempre que solicitado, das denúncias, reclamações e representações recebidas.

1.1.7. Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são órgãos da Administração Superior do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desenvolvimento das funções que lhes forem cometidas por lei.

São atribuições dos Procuradores de Justiça, entre outras:

- oficial: perante as Câmaras Criminais e Cíveis do Tribunal de Justiça; perante o Conselho Superior da Magistratura, quando as funções lhes forem delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça;
- remeter à Corregedoria-Geral suas apreciações e quaisquer referências sobre a atuação do Promotor de Justiça;
- presidir ou integrar comissão de processo disciplinar;
- receber intimação pessoal nos processos em que oficial o Ministério Público, podendo interpor recursos.

No que tange à atuação judicial dos Procuradores de Justiça que compõem o Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Sergipe, os dados estatísticos, referentes ao período de 1º de janeiro a 18 de dezembro de 2015, estão demonstrados nas tabelas e no gráfico que se seguem:

Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça – 2015	
Câmara Cível	
Tipos/Pareceres	Total
Ação Cautelar	1
Ação Cautelar Inominada	4
Agravo de Instrumento	1.603
Agravo Regimental	72
Apelação Cível	8.227
Assistência Judiciária	1
Busca e Apreensão	1
Cautelar Inominada	11
Correição Parcial	1
Embargos à Execução	1
Embargos de Declaração	134
Exceção de Suspeição	4
Habeas Corpus	19
Peças Informativas	1
Petição (Câmara Cível)	2
Reconstituição de Autos	1
Reexame Necessário	145
TOTAL	10.228

Tabela 5 - Atuação dos Procuradores de Justiça - Câmara Cível

Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça – 2015	
Câmara Criminal	
Tipos/Pareceres	Total
Ação Cautelar Inominada	1
Ação Diversa	1
Ação Penal - Procedimento Ordinário	5
Ação Penal Originária	2
Agravo Criminal (Lei de Execução)	4
Agravo de Execução Penal	560
Agravo de Instrumento	11
Agravo de Instrumento (ECA)	2
Agravo Regimental	13
Apelação Criminal	4.657
Carta Testemunhável	1
Correição Parcial (C. Criminal)	55
Embargos de Declaração	237
Exceção de Suspeição	2
Habeas Corpus	2.583
Inquérito Policial	12
Peças Informativas para fins de Denúncia	59
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)	1
Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação)	10
Reconstituição de Autos	1
Recurso de Ofício	1
Recurso em Sentido Estrito	489
Reexame Necessário	8
Representação Criminal	10
Revisão Criminal	14
Termo Circunstanciado	7
TOTAL	8.746

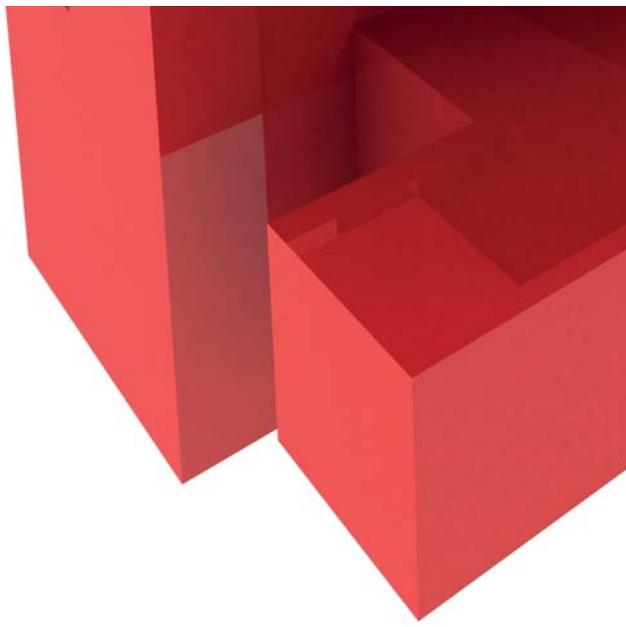
Tabela 6 - Atuação dos Procuradores de Justiça - Câmara Criminal

Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça – 2015	
Câmaras Cíveis Reunidas	
Tipos/Pareceres	Total
Ação Rescisória	68
Embargos Infringentes (C.C. Reunidas)	73
TOTAL	141

Tabela 7 - Atuação dos Procuradores de Justiça - Câmaras Cíveis Reunidas

Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça – 2015	
Tribunal Pleno	Total
Tipos/Pareceres	3
Ação de Inconstitucionalidade	2
Ação Declaratória	1
Ação Direta de Inconstitucionalidade	17
Ação Penal - Procedimento Ordinário	2
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	3
Agravo Regimental	7
Arguição de Inconstitucionalidade	4
Conflito de Competência	191
Conflito de Jurisdição	97
Conflito Negativo de Competência	2
Cumprimento de Sentença	1
Declaratória de Constitucionalidade	2
Desaforamento de Julgamento	12
Embargos à Execução	1
Embargos de Declaração	9
Embargos Infringentes	95
Execução Contra Fazenda Pública	5
Habeas Corpus	2
Habeas Data	1
Impugnação ao Valor da Causa	2
Incidente de Inconstitucionalidade	1
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	2
Inquérito Policial	7
Mandado de Injunção	4
Mandado de Segurança	426
Precatório	11
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)	5
Procedimento Ordinário	16
Reclamação	1
Recurso Administrativo	5
Representação Criminal	8
Revisão Criminal	62
Suspensão de Execução de Sentença	2
Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela	2
TOTAL	1.011

Tabela 8 - Atuação dos Procuradores de Justiça - Tribunal Pleno



ATUAÇÃO JUDICIAL DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA - 2015

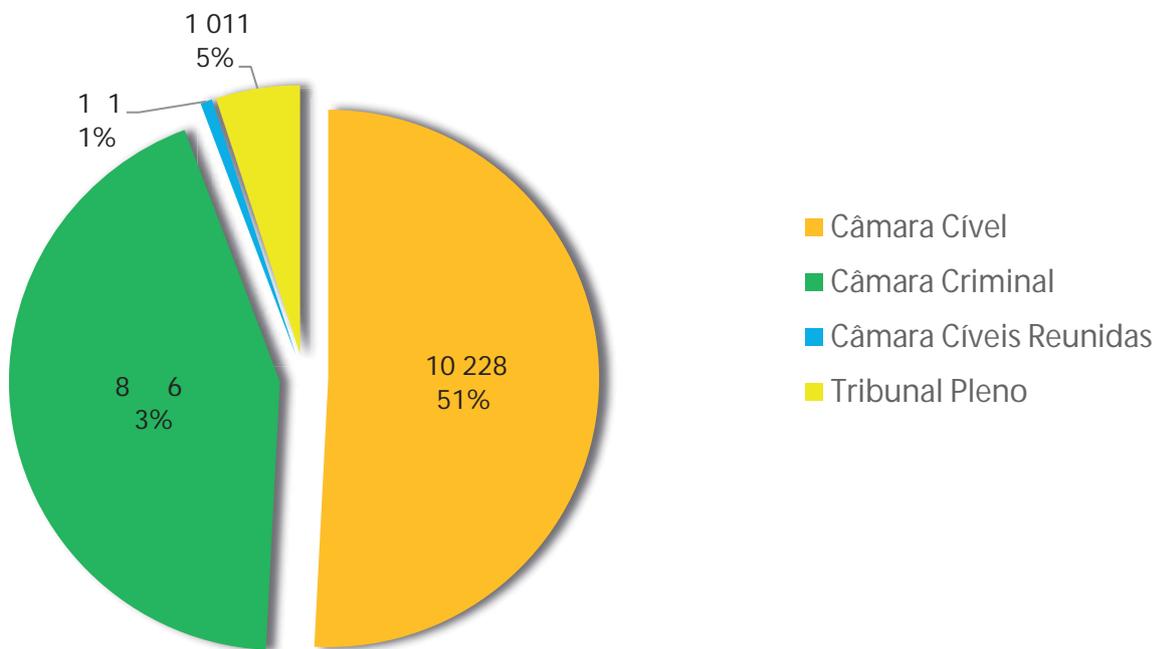


Gráfico 6 - Atuação Judicial dos Procuradores de Justiça por Tipo

1.1.8. Promotorias de Justiça

As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público, compostos de pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas por lei, podendo ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.

As atribuições das Promotorias de Justiça e dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores.

Compete aos Promotores de Justiça, entre outras atribuições conferidas em lei:

- expedir notificações, através de seus serviços ou dos agentes de polícia civil e militar, sob pena de condução coercitiva, nos casos de não-comparecimento injustificado;
- requerer correição parcial;
- interpor recursos, impetrar habeas-corpus e mandado de segurança contra atos de autoridades administrativas ou judiciárias, praticados em sua área de atribuições funcionais;
- acompanhar atos investigatórios junto a organismos policiais civis e militares ou administrativos, quando assim considerarem convenientes à apuração de infrações penais, ou se designados pelo Procurador-Geral de Justiça;
- inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos prisionais e visitar as Delegacias de Polícia, fiscalizando o andamento de inquéritos;
- assumir a direção de inquérito policial, quando designado pelo Procurador-Geral de Justiça;
- apresentar à Corregedoria-Geral e à Coordenadoria-Geral do Ministério Público, anualmente, até o sétimo dia útil do mês de janeiro, relatório de suas atividades funcionais;
- promover a execução da pena de multa ou de fianças criminais quebradas ou perdidas.

O Ministério Público Estadual conta, atualmente, com 109 (cento e nove) Promotorias, sendo 42 (quarenta e duas) na Capital e 67 (sessenta e sete) no Interior, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Promotorias	Quantidade
Sede	30
Fórum Olímpio Mendonça (Orlando Dantas)	02
Fórum Des. Luis Carlos Fontes de Alencar (CEASA)	02
Fórum Des. Fernando Ribeiro Franco (Santa Maria)	01
Fóruns Integrados I (Santos Dumont)	02
Fóruns Integrados II (18 Do Forte)	02
Fóruns Integrados III (DIA)	03
Subsedes do Interior	12
Fóruns do Interior	55
Total	109

Tabela 9 - Distribuição de Promotorias do MPSE

Ante a política de publicização de todas as atividades extrajudiciais do Órgão, no tocante à atuação das Promotorias, os dados extraídos do relatório estatístico do sistema de Procedimentos Extrajudiciais – PROEJ estão representados nos seguintes gráficos:

MOVIMENTAÇÕES DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - 2015

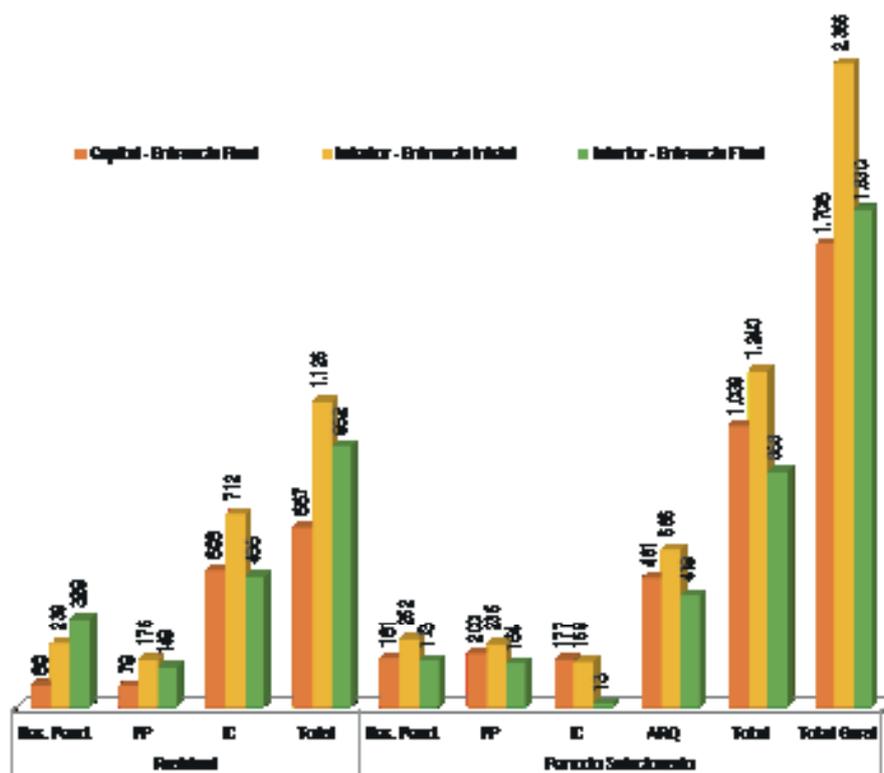


Gráfico 7 – Comparativo de Movimentações de Procedimentos Administrativos por Entrância

PROVIDÊNCIAS DECORRENTES - 2015

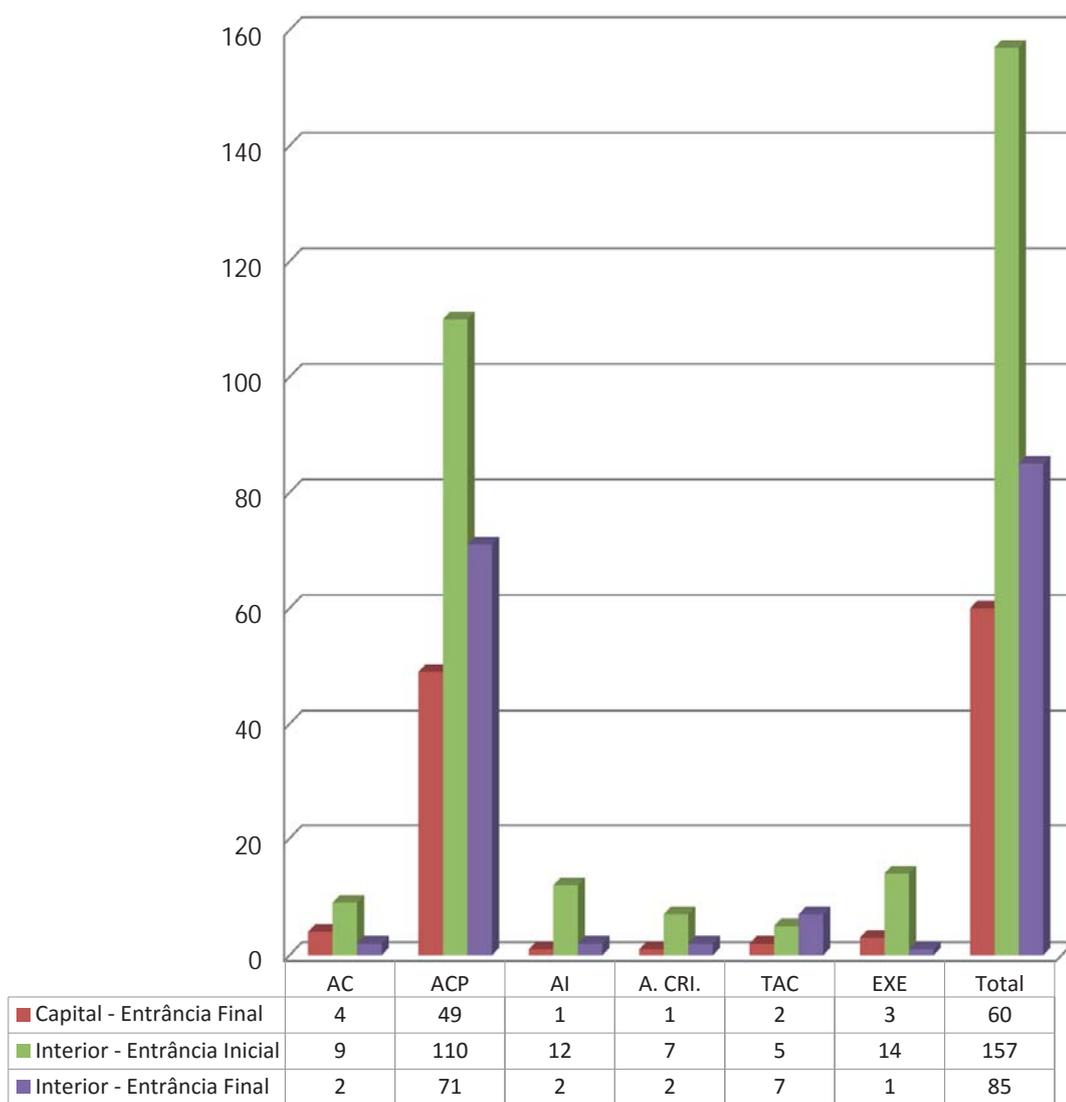


Gráfico 8 - Comparativo de Providências Decorrentes por Entrância

1.1.8.1. Atividade Processual Criminal

No decorrer do exercício, os Promotores de Justiça realizaram as seguintes atividades na **Atividade Processual Criminal**:

CRIMINAL - PROCESSOS CRIMINAIS				
Classe/Assunto	Saldo anterior	Recebidos	Devolvidos	Saldo Atual
Crimes Contra a vida	9	5.868	5.877	0
Lesão Corporal	2	3.052	3.054	0
Crimes Contra a Honra	0	1.919	1.919	0
Crimes Contra o Patrimônio	74	13.509	13.583	0
Crimes Contra a Propriedade Intelectual	0	63	62	1
Crimes Contra a Organização do Trabalho	0	7	7	0
Crimes Contra a Dignidade Sexual	5	1.497	1.502	0
Crimes Contra a Incolumidade Pública	1	133	134	0
Crimes Contra a Paz Pública	1	454	455	0
Crimes Contra a Fé Pública	7	1.035	1.042	0
Crimes de Responsabilidade	1	17	18	0
Crimes Contra a Economia Popular	0	8	8	0
Crimes de Abuso de Autoridade	0	11	11	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	4	3.169	3.173	0
Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional	0	10	10	0
Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	0	3	3	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	1	97	98	0
Crimes Contra a Ordem Econômica	0	16	16	0
Crimes Contra as Relações de Consumo	0	6	6	0
Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	4	308	312	0
Crimes de Tortura	3	30	33	0
Crimes de Trânsito	0	3.132	3.127	5
Crimes do Sistema Nacional de Armas	4	3.168	3.172	0
Crimes Previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente	1	511	512	0
Crimes da Lei de licitações	0	53	49	4
Crimes Eleitorais e Crimes Eleitorais	0	11	11	0
Crimes Previstos no Estatuto do Idoso	3	93	96	0
Parcelamento do solo urbano	0	11	11	0
Crimes Militares	3	318	321	0
Crimes Contra as Finanças Públicas	0	17	17	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	0	2.467	2.466	1
Demais Assuntos	8	5.021	5.029	0
TOTAL	131	46.014	46.134	11

Tabela 10 – Atuação das Promotorias de Justiça – Processual Criminal

CRIMINAL - EXECUÇÃO PENAL				
Classe/Assunto	Saldo anterior	Recebidos	Devolvidos	Saldo Atual
Anistia	0	0	0	0
Comutação de Pena	0	13	13	0
Conversão de Pena	0	339	339	0
Excesso ou Desvio	0	0	0	0
Indulto	0	822	822	0
Superveniência da Doença Mental	0	90	90	0
Transferência entre Estabelecimentos Penais	0	201	201	0
Unificação de Penas	0	78	78	0
Demais Assuntos	0	27.771	23.714	4.057
TOTAL	0	29.314	25.257	4.057

Tabela 11 – Atuação das Promotorias de Justiça – Processual Criminal

CRIMINAL - INQUÉRITO POLICIAL				
Classe/Assunto	Saldo anterior	Recebidos	Devolvidos	Saldo Atual
Crimes Contra a Vida	0	765	760	5
Lesão Corporal	0	1.296	1.286	10
Crimes Contra a Honra	0	968	967	1
Crimes Contra o Patrimônio	0	3.418	3.389	29
Crimes Contra a Propriedade Intelectual	0	7	7	0
Crimes Contra a Organização do Trabalho	0	1	1	0
Crimes Contra a Dignidade Sexual	8	338	346	0
Crimes Contra a Incolumidade Pública	0	31	30	1
Crimes Contra a Paz Pública	0	5	5	0
Crimes Contra a Fé Pública	4	219	223	0
Crimes Contra a Administração Pública	0	217	211	6
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	0	1.563	1.557	6
Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	1	51	52	0
Crimes Eleitorais	0	3	3	0
Crimes Militares	5	83	88	0
Crimes Contra a Administração da Justiça	0	61	60	1
Crimes Contra as Finanças Públicas	0	2	2	0
Demais Assuntos	11	2.100	2.111	0
TOTAL	29	11.128	11.098	59

Tabela 12 – Atuação das Promotorias de Justiça – Processual Criminal

CRIMINAL - TERMOS CIRCUNSTANCIADOS				
Classe/Assunto	Saldo anterior	Recebidos	Devolvidos	Saldo Atual
Lesão Corporal	16	1.072	1.088	0
Crimes Contra a Honra	1	1.919	1.920	0
Crimes Contra o Patrimônio	12	578	590	0
Crimes Contra a Organização do Trabalho	0	14	14	0
Crimes Contra a Dignidade Sexual	0	56	55	1
Crimes Contra a Incolumidade Pública	0	16	16	0
Crimes Contra a Paz Pública	0	9	9	0
Crimes Contra a Fé Pública	0	35	35	0
Crimes Contra a Administração Pública	22	838	860	0
Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	1	175	176	0
Crimes Eleitorais	0	3	3	0
Crimes Militares	0	4	4	0
Crimes Contra a Administração da Justiça	5	184	189	0
Demais Assuntos	22	3.384	3.406	0
TOTAL	79	8.287	8.365	1

Tabela 13 – Atuação das Promotorias de Justiça – Processual Criminal

1.1.8.2. Atividade Processual – Cível e de Infância e Juventude

Na **Atividade Processual Cível e de Infância e Juventude**, foram tomadas as seguintes providências:

PROCESSOS CÍVEIS				
Classe/Assunto	Saldo anterior	Recebidos	Devolvidos	Saldo Atual
Direito do Consumidor	0	499	493	6
Direito Processual Civil e do Trabalho	0	62.516	62.377	139
Garantias Constitucionais	0	13	12	1
Responsabilidade da Administração	0	378	374	4
Atos Administrativos, exceto Improbidade Administrativa	12	2.709	2.721	0
Ensino Superior e Ensino Fundamental e Médio	0	25	24	1
Saúde	0	778	765	13
Meio Ambiente	2	246	248	0
Agentes Políticos	0	202	200	2
Servidor Público Civil	14	780	794	0
Militar	0	182	172	10
Patrimônio Público	0	375	369	6
Ordem Urbanística	0	6	6	0
Recursos Minerais	0	11	10	1
Demais Assuntos	0	65.182	65.110	72
TOTAL	28	133.902	133.675	255

Tabela 14 - Atuação das Promotorias de Justiça - Processual Cível e de Infância e Adolescência

INFÂNCIA E JUVENTUDE - ATO INFRACIONAL				
Classe/Assunto	Saldo anterior	Recebidos	Devolvidos	Saldo Atual
Contra a vida	0	431	430	1
Lesões Corporais	1	325	326	0
Periclitaco da Vida e da Saúde e Rixa	0	34	33	1
Contra a Honra	0	184	183	1
Contra a liberdade	0	415	415	0
Contra a inviolabilidade de domicílio	0	14	14	0
Contra o Patrimônio	0	3.738	3.706	32
Contra a Propriedade Intelectual	0	1	1	0
Contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos	0	18	17	1
Contra os Costumes	0	212	212	0
Contra a Família	0	7	7	0
Contra a Incolumidade Pública	0	19	19	0
Contra a Paz Pública	0	58	58	0
Contra a Fé Pública	0	59	59	0
Previstos na Legislao Extravagante	0	850	844	6
Contravenoes Penais	0	122	121	1
Contra a Administrao da Justiça	1	63	64	0
Medidas Socioeducativas	0	2.320	2.311	9
TOTAL	2	8.870	8.820	52

Tabela 15 - Atuao das Promotorias de Justiça - Processual Cível e Infância e de Adolescência

INFÂNCIA E JUVENTUDE - SEO CÍVEL				
Classe/Assunto	Saldo anterior	Recebidos	Devolvidos	Saldo Atual
Alimentos	17	1.352	1.369	0
Adoo	0	457	455	2
Guarda	25	4.756	4.781	0
Demais Classes (Processo de Conhecimento)	21	9.456	9.477	0
TOTAL		16.021	16.082	2

Tabela 16 - Atuao das Promotorias de Justiça - Processual Cível e de Infância e Adolescência

1.1.8.3. Trabalho em Parceria com órgãos de Apoio

1.1.8.3.1. Grupo de Atuao Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO

O Grupo de Atuao Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO  órgão vinculado  Procuradoria-Geral de Justiça, dirigido por Membro do Ministério Público, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, com atribuio judicial e extrajudicial relacionada ao combate do crime organizado.

O GAECO do Ministério Público de Sergipe tem atuado junto às Promotorias de Justiça do Estado, visando evitar a pessoalização da ação penal no Promotor de Justiça que atua no caso, em razão da periculosidade dos réus.

1.1.8.3.2. Gabinete de Segurança Institucional – GSI

O Gabinete de Segurança Institucional – GSI, órgão vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça, é dirigido por Membro do Ministério Público, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, com atribuição para adotar medidas de execução e de assessoramento dos Membros da Instituição, nos assuntos relativos à segurança institucional.

Durante o ano de 2015, o GSI realizou diversas atividades, dentre as quais destacaram-se as seguintes:

- elaboração da Portaria nº 759/15, de 12 de março de 2015, que “Dispõe acerca de procedimentos de segurança de Membros e Servidores em situação de ameaça à vida ou à integridade física, em decorrência do exercício da função”;
- elaboração da Portaria nº 911/2015, de 31 de março de 2015, que “Dispõe sobre as normas, no âmbito do MPSE, para aquisição, registro, transferência e porte de arma de fogo de uso restrito”;
- participação no 1º Encontro Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público, realizado nos dias 25 a 27 de março de 2015, em Florianópolis/SC, para discussão sobre a proposta de Resolução que trata da Política de Segurança Institucional para o Ministério Público brasileiro;
- participação na Reunião Ordinária do Grupo de Persecução Penal – ENASP - 16 e 17 de setembro de 2015, em Brasília/DF – sobre exposição dos temas: “Mortes decorrentes de confrontos policiais”, “Controle da Atividade Policial” e “Gestão de vagas do Sistema penitenciário”;
- aquisição de 06 (seis) coletes balísticos para utilização dos Membros que os solicitaram.

1.1.8.3.3. Divisão de Engenharia e Manutenção

A Divisão de Engenharia e Manutenção do Ministério Público de Sergipe, dentre outras atividades, presta serviços para diversas Promotorias de Justiça do Estado, através da realização de visitas, com o objetivo de verificar as condições da estrutura física desses ambientes, propor novos *layouts* e/ou identificar a necessidade de reformas e/ou ampliações.

O quantitativo de vistorias realizadas pela referida Divisão, no período de janeiro a dezembro do ano em foco, consta do seguinte gráfico:

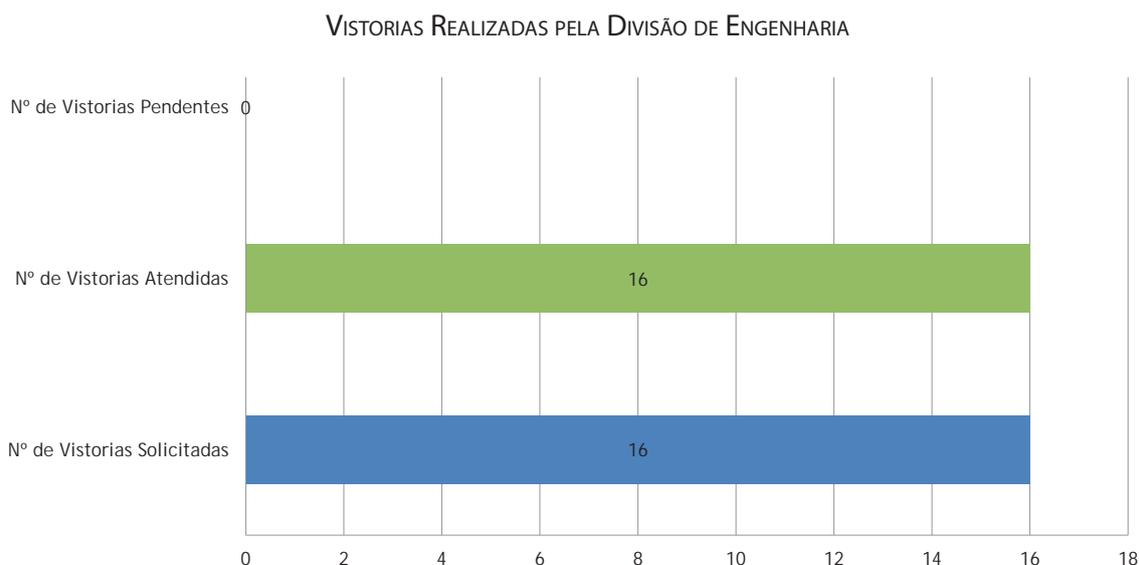


Gráfico 9 - Vistorias Realizadas pela Divisão de Engenharia

1.1.8.3.4. Grupo de Apoio às Atividades de Execução – GAAE

Criado e regulamentado através da Portaria n.º 384/2015, de 09/02/2015, o GAAE tem a atribuição de subsidiar o trabalho desenvolvido pelos Membros do Ministério Público de Sergipe, confeccionando análises, vistorias ou estudos técnicos sobre temas específicos de determinadas áreas de conhecimento, a saber: Engenharia e Arquitetura, Serviço Social e Contabilidade, em caráter supletivo, quando tais trabalhos não possam ser desenvolvidos por Instituições e Órgãos públicos ou em casos de comprovada necessidade e urgência.

Vinculado e sob a coordenação da Coordenadoria-Geral do MPSE e do Centro de Apoio às Atividades Cíveis e Criminais, o Grupo de Apoio é composto pela Divisão de Perícia Contábil, Divisão de Perícia Técnica (Engenharia e Arquitetura), Divisão de Serviço Social. O Grupo de Apoio demonstrou alta eficiência em 2015, ao passo que respondeu a 230 (duzentas e trinta) das 237 (duzentas e trinta e sete) solicitações ordinárias recebidas. O desempenho individual de cada órgão que compõe o GAAE pode ser conferido a seguir.

1.1.8.3.4.1. Perícia Técnica

A Divisão de Perícia Técnica do Ministério Público de Sergipe, que compõe a estrutura do Grupo de Apoio às Atividades de Execução – GAAE, possui profissionais da área de ciências exatas, que desenvolvem as suas atividades auxiliando os Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça nas atividades fins da Instituição, fornecendo suporte técnico e científico para a melhor execução dos seus trabalhos, zelando pela veracidade e integridade das informações geradas.

Durante o ano de 2015, a Perícia Técnica realizou vistorias referentes à acessibilidade para Pessoas Portadoras de necessidades especiais, em estabelecimentos públicos e privados,

conforme demonstram as fotos seguintes, por solicitação da 4ª Promotoria do Cidadão Especializada na Defesa do Acidentado do Trabalho, Idoso, Pessoa com Deficiência Física e Direitos Humanos em Geral e da Promotoria dos Direitos à Educação, a fim de verificar se atendem às exigências da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 9050-2004. Adicionalmente às aludidas Promotorias, a 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Nossa Senhora do Socorro e a 2ª Promotoria de Justiça Cível e Criminal da Comarca de Itaporanga D' Ajuda solicitaram vistorias nos estabelecimentos para verificar se atendem às exigências da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 9050-2015.



Encontra-se fora dos padrões exigidos pela NBR 9050:2004 a rampa da Agência bancária Banese, no centro - Aracaju.

Rampa de acesso a quadra esportiva e banheiro, no bairro São Conrado - Aracaju, destinado a deficientes, da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Conrado de Araújo, encontra-se fora dos padrões exigidos pela NBR 9050:2004.



Residências que fazem cruzamento com a rua 13 (João Bezerra Diniz), no bairro dos Coqueiros - Aracaju, apresentam desníveis que não atendem às exigências da NBR 9050:2004.



No decorrer do período, foram verificadas, também se as Estruturas Físicas de Estabelecimentos Públicos garantem ou não risco à população, a pedido das Promotorias de Justiça dos Direitos à Saúde e dos Direitos à Educação, da Promotoria de Justiça de Maruim e da Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores/Distrito Cumbe, entre outras. As fotos a seguir demonstram as condições das estruturas visitadas:



Infiltrações e forro de PVC com avarias, respectivamente, na Unidade Básica de Saúde Lauro Dantas Hora - Aracaju.



Manchas provenientes de infiltrações e guarda-corpo danificado, respectivamente, no Colégio Estadual Jackson de Figueiredo - Aracaju.



Instalação elétrica precária com fios expostos e pontos de infestação de cupim, respectivamente, na Escola Municipal José Francisco de Souza, Povoado Guiomerdia - Maruim.



Visão geral das ferragens expostas do teto e das grades oxidadas, respectivamente, na Delegacia - Cumbe.

Conforme previsto na Portaria Nº 4566/14, de 14 de novembro de 2014, que institui Comissão Técnica para acompanhar as Promotorias de Justiça com atribuições de Curadoria da Infância e da Adolescência; em visitas às entidades de acolhimento às crianças e adolescentes em situação de risco, a Divisão de Perícia Técnica verificou as condições físicas e estruturais das casas de acolhimento ao Menor, conforme apresentado abaixo:



Visão geral de infiltração e do pátio, respectivamente, na Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns - Estância.



Infiltração e forro de gesso danificado, respectivamente, na Unidade Socioeducativa de Internação Provisória (USIP) - Aracaju.



Mancha de infiltração no teto e fiação exposta, respectivamente, na Casa Lar Mãe Carira - Carira.

Por fim, as Promotorias de Justiça das Comarcas de Poço Verde e Japaratuba/Distrito Pirambu e a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Histórico e Cultural, além de outras Promotorias, solicitaram diversas vistorias relacionadas a saneamento básico e sobre supostas irregularidades urbanísticas e ambientais existentes em diversas áreas da Capital e do Interior do Estado. As imagens das vistorias podem ser visualizadas em seguida:



Construção sobre a rede de esgoto e o mesmo escoando a céu aberto entre as ruas Antônio Nascimento e Maria de Lourdes Silva, bairro Fazendinha - Poço Verde.



Resíduos sólidos sendo queimados na Estrada da Lagoa Redonda, município de Pirambu/SE e Desmonte da encosta nativa para retirada de material no Sítio Baixa Grande, no Povoado Baixa Grande - Pirambu.



Cortes verticais inadequados nos taludes para a construção de empreendimento - Aracaju.

Os trabalhos realizados pela Divisão de Perícia Técnica, no decorrer de 2015, estão demonstrados, de forma quantitativa, nos seguintes gráficos:

ATUAÇÃO DA PERÍCIA TÉCNICA EM APOIO À ÁREA FIM - 2015

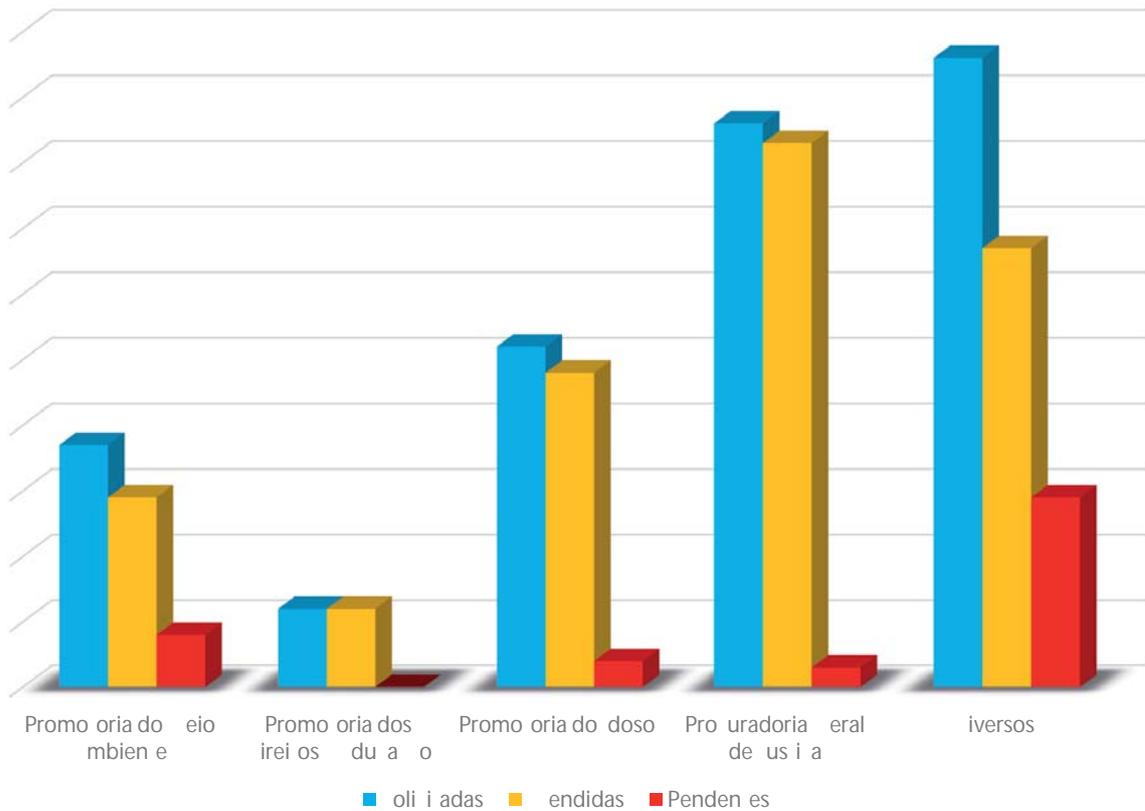


Gráfico 10 - Atuação da Perícia Técnica em Apoio à Área Fim

ATUAÇÃO DA PERÍCIA TÉCNICA - ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES - 2015

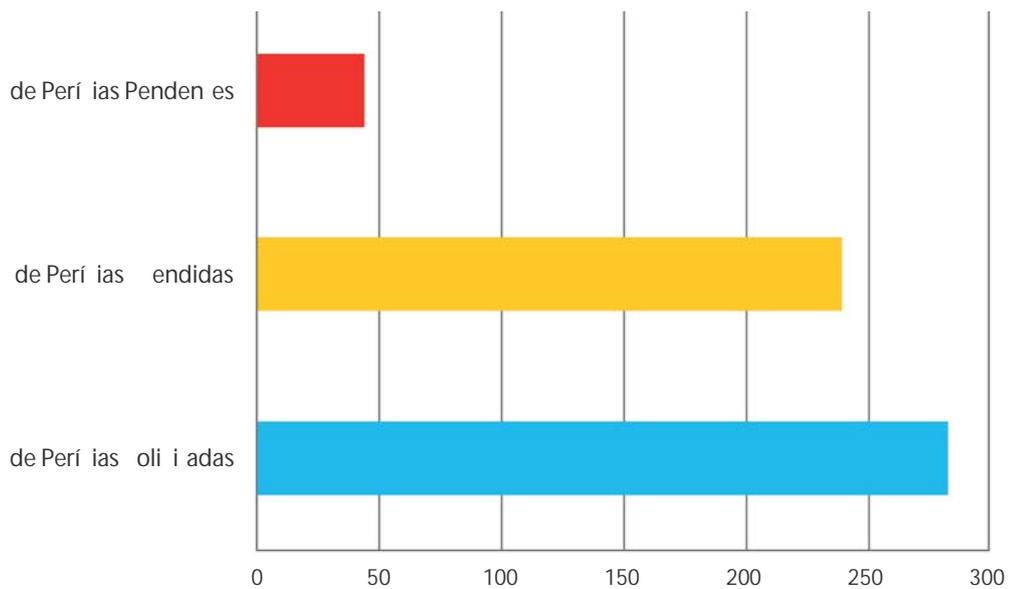


Gráfico 11 - Atuação da Perícia Técnica - Atendimento às Solicitações

1.1.8.3.4.2. Divisão de Perícia Contábil

A Divisão de Perícia Contábil realiza, no âmbito da Instituição, estudos técnicos e análises periciais na área contábil.

A atividade do setor auxilia as Promotorias de Justiça de todo o Estado, proporcionando embasamento técnico contábil às decisões proferidas, conforme previsto nas atribuições do GAAE.

Em termos gerais, as demandas realizadas estão demonstradas nos gráficos adiante:

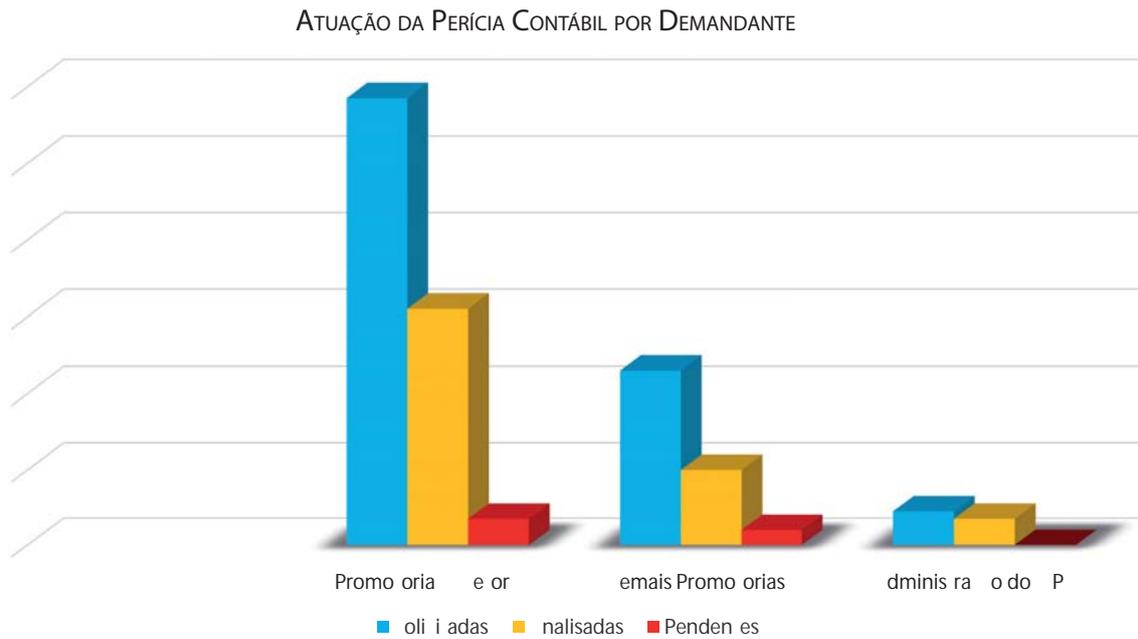


Gráfico 12 - Atuação da Perícia Contábil por Demandante

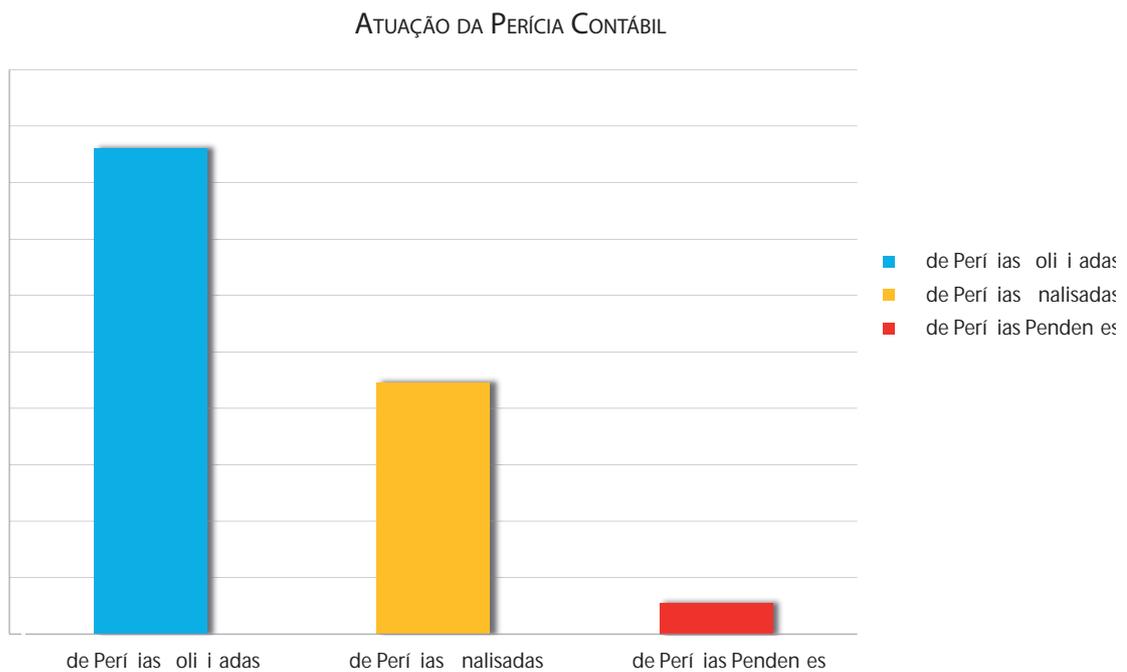


Gráfico 13 - Atuação da Perícia Contábil

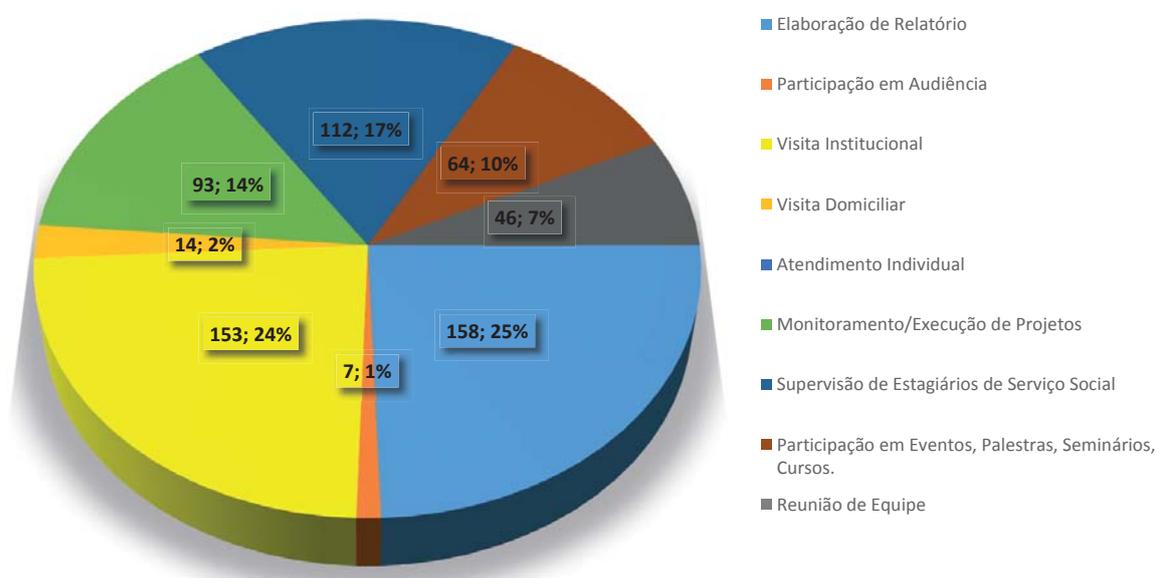
1.1.8.3.4.3. Divisão de Serviço Social

A Divisão de Serviço Social – DIVSS, que também compõe o GAEE, tem suas atividades regulamentadas pela Portaria nº 384/2015, de 09 de fevereiro de 2015, as quais, dentre outras, visam prestar assessoria às Promotorias de Justiça e aos Centros de Apoio Operacional – CAOp, em matéria de Serviço Social, através de análises, vistorias ou estudos técnicos.

O gráfico abaixo demonstra, em termos quantitativos e percentuais, as atividades que mais demandaram atenção por parte da DIVSS. Nesse sentido, observam-se as categorias “Elaboração de Relatórios” e “Visita Institucional” com os maiores percentuais, correspondendo a 49% (quarenta e nove por cento) das atividades executadas no exercício em foco.

ATIVIDADES DA DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL - 2015

Gráfico 14 - Atividades da Divisão de Serviço Social



O Serviço Social no MPSE demarca o seu espaço de atuação no assessoramento às Promotorias de Justiça, mediante requerimento de serviço. No gráfico a seguir, observa-se que os requerimentos são oriundos das Promotorias Especializadas e dos Projetos promovidos ou apoiados por este Órgão.

ATUAÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL POR DEMANDANTE

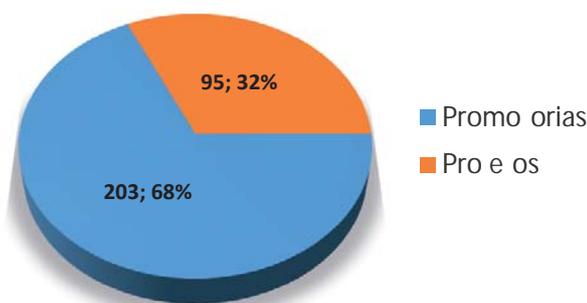


Gráfico 15 - Atuação da Divisão de Serviço Social por Demandante

As Promotorias fizeram 203 (duzentas e três) solicitações, alcançando o índice de 68% (sessenta e oito por cento) das atividades do setor, no período em tela, contabilizando, desta forma, um percentual superior ao referente à atuação junto aos Projetos. A participação nos Projetos acompanhados pela Instituição totalizou 32% (trinta e dois por cento) do serviço realizado, registrado em 95 (noventa e cinco) ações, sinalizando o empenho do MPSE e desta Divisão nas atividades propiciadoras da inclusão social.

Dentre as Promotorias Especializadas, três áreas demandaram o trabalho técnico da Divisão de Serviço Social, a saber: Infância e Adolescência, responsável por 91% (noventa e um por cento), Idoso, com 8% (oito por cento) e Terceiro setor com 1% (um por cento) das solicitações, de acordo com o demonstrado no seguinte gráfico:

ATUAÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL POR ESPECIALIDADE

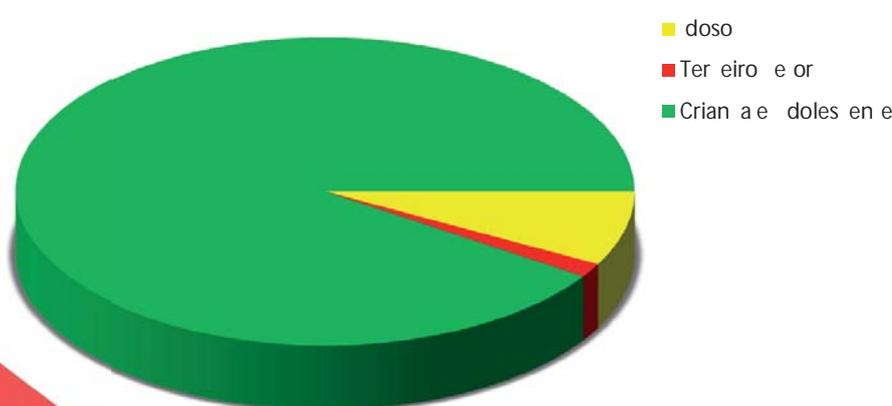


Gráfico 16 - Atuação da Divisão de Serviço Social por Especialidade

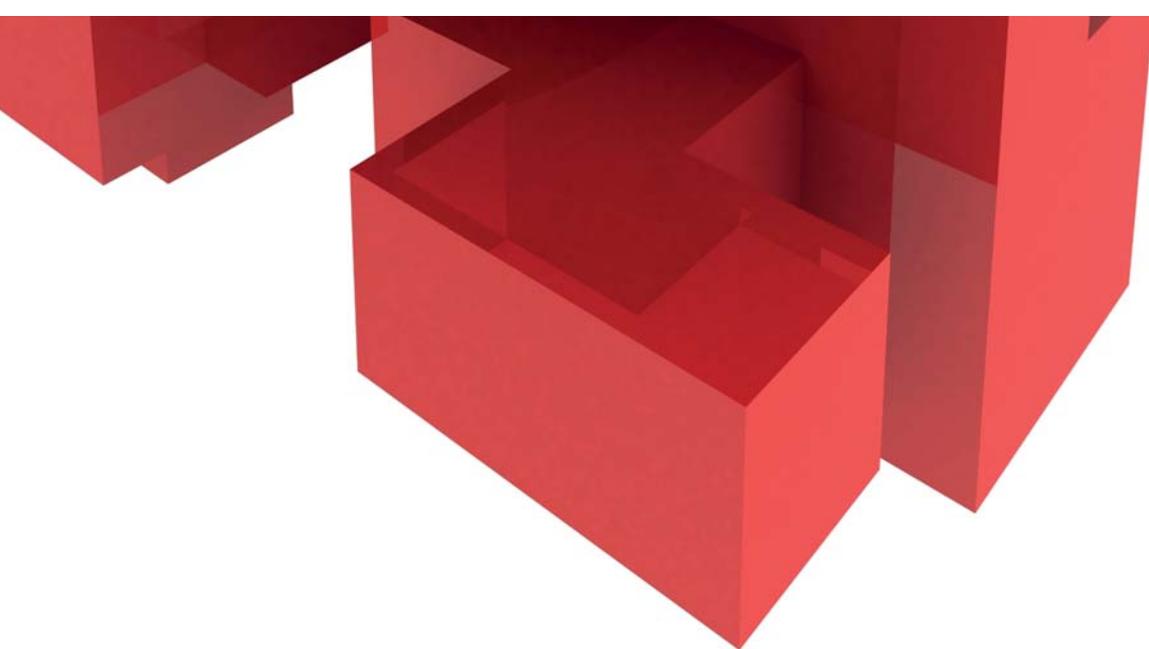
1.1.9. Secretaria-Geral do Ministério Público

A Secretaria-Geral do Ministério Público de Sergipe – SECGER é exercida por Promotor de Justiça da entrância mais elevada, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, cabendo-lhe a supervisão dos serviços administrativos da Instituição.

No exercício de 2015, destacaram-se as seguintes atividades na SECGER:

- elaboração e divulgação da escala de férias com **06 (seis) meses** de antecedência;
- regularização da escala de férias de todos os Promotores de Justiça, evitando a prescrição;
- divulgação da escala anual de plantões, dias úteis e não úteis, com distribuição equitativa entre todos os Promotores de Justiça;
- divulgação da escala de plantão dos Promotores de Justiça, para os dias úteis, com antecedência de **01 (um) ano**;
- organização de plantões de Recesso, Eleitorais, Mutirões, dentre outros;
- contatos semanais com todos os Promotores de Justiça plantonistas, a fim de lembrá-los do aludido compromisso;

- comunicação das designações eleitorais à Procuradoria Regional Eleitoral até o dia 05 de cada mês;
- confecção e organização, com no mínimo **06 (seis) meses** de antecedência, do quadro de designações de substituição de Promotores de Justiça;
- contatos telefônicos e encaminhamentos, para os endereços eletrônicos funcionais das Promotorias e dos Promotores de Justiça, das correlatas Portarias de designação de substituições;
- confecção, organização e arquivamento de portarias de designação de substituição e outras, totalizando o importe de **3.143 (três mil, cento e quarenta e três) Portarias**;
- confecção e encaminhamento de **251 (duzentos e cinquenta e um) Ofícios-Circulares** e **1.118 (um mil e cento e dezoito) Ofícios expedidos**;
- controle e otimização dos gastos com telefone limitados em **R\$ 110,00 (cento e dez reais)** por unidade, com remessa mensal de relatório relativo a cada Promotoria de Justiça;
- auxílio na divulgação e operacionalização do plano corporativo de aparelhos celulares, chips e modems, com a pactuação de tarifas menores que as regularmente praticadas para os consumidores em geral, além da fixação de **tarifa zero** para conversação entre os Membros do Ministério Público que contratarem o referido plano;
- organização e envio/reenvio das correspondências encaminhadas à sede do Ministério Público (Edifício Governador Luiz Garcia) e dirigidas aos Promotores de Justiça;
- atualização e remessa mensal, via *e-mail*, para os endereços eletrônicos dos Promotores de Justiça, da Lista Telefônica contendo números dos aparelhos celulares e fixos dos Membros e alguns servidores da área administrativa;
- aprimoramento de rotinas administrativas entre a Secretaria-Geral e as Diretorias de Administração, de Tecnologia da Informação, de Recursos Humanos e de Finanças;
- implementação das atividades da Comissão de Controle Interno, através do monitoramento e acompanhamento dos gastos do almoxarifado e das copas do Ministério Público, além de despesas com combustível e peças de veículos;
- implementação do uso de *e-mails* oficiais por todas as unidades do Ministério Público, como forma de agilizar o trânsito das informações e de economizar quantias gastas com AR e SEDEX, as quais somente são autorizadas em caráter de excepcionalidade;
- otimização dos serviços da Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos, com aprimoramento do formulário de requisição via *internet* e atualização diária da 'home page' do Ministério Público de Sergipe;
- manutenção e melhoria de mecanismos rigorosos relativos ao Controle de Ponto dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Ministério Público, bem como da permanência dos mesmos nos postos de trabalho;
- aprimoramento do formulário específico para solicitação de materiais ao Almoxarifado, via *internet*;
- organização dos festejos juninos do Ministério Público do Estado de Sergipe, com a reedição do evento denominado 'Arraiá da Scretaria-Gerá', o qual contou com a presença de Membros e Servidores, oportunidade em que também foi realizado o sorteio de férias dos Promotores de Justiça;
- organização e realização do Sorteio de Férias dos Promotores de Justiça;
- participação do Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe em várias comissões que tratam de assuntos de interesse institucional, na maioria delas figurando na condição de Presidente;
- atuação como Órgão Gestor do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Sergipe (DOFe), instituído pela Lei Complementar nº 261/2015 e regulamentado pela Portaria nº 2.254/2015.



1.1.10. Escola Superior do Ministério Público - ESMP

A Escola Superior do Ministério Público de Sergipe, centro de estudos e aperfeiçoamento funcional dos Membros e Servidores da Instituição, é órgão dotado de autonomia administrativa e financeira, voltado à execução de atividades de ensino e pesquisa.

São objetivos gerais da ESMP:

1. aprimorar a capacitação técnico-profissional dos Membros e Servidores do Ministério Público;
2. desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica;
3. promover cursos, simpósios e congressos, ciclos de estudo, palestras, conferências;
4. celebrar convênios, estabelecer intercâmbio cultural com instituições congêneres, visando ao aperfeiçoamento cultural e funcional dos integrantes do Ministério Público;
5. editar publicações científicas;
6. contribuir para o recrutamento e a formação de recursos humanos, preferencialmente para os quadros do serviço público da Administração direta ou indireta do Estado de Sergipe e dos municípios.

A Escola Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe dispõe de 4 (quatro) salas de aula, com capacidade individual de cerca de 80 (oitenta) pessoas, uma Biblioteca, que é permanentemente atualizada com novos títulos, e acervo digitalizado para consultas ou empréstimos, além do sistema de pesquisa Biblioteca Digital Fórum de Direito, o qual disponibiliza conteúdo jurídico *online*.

1.1.11. Centros de Apoio Operacional

Os Centros de Apoio Operacional do Ministério Público de Sergipe - CAOp, criados a partir da Resolução nº 007/2011 – CPJ, de 21 de julho de 2011, são órgãos auxiliares da atividade funcional da Instituição, coordenados e supervisionados pela Coordenadoria-Geral, com atribuições nas áreas a seguir:



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL

Atividades Cíveis e Criminais

Ao Centro de Apoio Operacional às Atividades Cíveis e Criminais compete exercer suas atribuições nas áreas cível e criminal não inseridas nas atribuições específicas dos demais Centros de Apoio.

A tabela em seguida especifica as atividades realizadas por esse CAOp, de janeiro a dezembro de 2015:

CAOp Atividades Cíveis e Criminais				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, <i>Workshops</i> e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Evento Externo	MP Itinerante	Promover a cidadania, oportunizando às comunidades residentes em locais de difícil acesso no interior do Estado o atendimento direto por parte da Instituição	27/03/2015	Japaratuba/SE
			24/04/2015	Poço Verde/SE
			19/06/2015	Povoado Serra do Machado Ribeirópolis/SE
Seminário	“O Ministério Público e o Combate à Criminalidade”	Apresentar diversas palestras relacionadas à Segurança Pública e redução da criminalidade, como por exemplo, a Prevenção e Combate à Criminalidade: O papel do Ministério Público; Segurança Pública: Ilusões perdidas, novas esperanças; Gestão Estratégica da Política de Segurança Pública	06/04/2015	Aracaju/SE
Palestra	“Atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri – do Inquérito ao Plenário”	Aprimorar a atuação do Promotor no Tribunal do Júri, discutiu-se as técnicas de acusação, como proceder durante a fase de inquérito, entre outras questões	11/05/2015	Aracaju/SE
Seminário	“O Ministério Público e o Combate à Corrupção”	Ação relativa à campanha intitulada “Estratégias de Atuação contra a Corrupção”	15/05/2015	Aracaju/SE
Curso	Improbidade Administrativa	Capacitar o público-alvo acerca dos principais aspectos práticos que envolvem a aplicação da Lei de Improbidade. O Diretor do CAOp – Atividades Cíveis e Criminais, Dr. Alexandre Albagli Oliveira, participou na condição de expositor	22/05/2015	Aracaju/SE
			08/06/2015	
			12/06/2015	
			15/06/2015	
Palestra	Curso de Formação da Polícia Civil	Preparar os candidatos para se tornarem policiais capacitados e aptos a elucidar crimes. O tema “Inquérito Policial e formalidades legais” foi detalhado pelo promotor Alexandre Albagli, Diretor do CAOp	29/09/2015	Aracaju/SE

Tabela 17 - Participação do CAOp Atividades Cíveis e Criminais em Eventos

Iniciativas - CAOp Atividades Cíveis e Criminais	
Tipo da Atividade	Quantidade
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial	19
Ofícios Expedidos	44
Outras Atividades de Apoio <ul style="list-style-type: none"> Encaminhamento de material de pesquisa (doutrinária, jurisprudencial e legislativa) solicitado por Membros e por Comissões do MPSE; Estudos sobre práticas que visem o aprimoramento institucional, otimização dos trabalhos institucionais e qualificação dos Membros e Servidores do MPSE; Apoio às consultas formuladas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP 	06
Participações em Reuniões ou Encontros <ul style="list-style-type: none"> Reunião referente à criação do Grupo de Apoio às Atividades de Execução – GAEE; Participação em diversas reuniões com a Coordenadoria-Geral, com os Centros de Apoio Operacional – CAOps e Setores Administrativos do MPSE e com Comitê Gestor do Planejamento Estratégico 	17
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial <ul style="list-style-type: none"> Correição parcial, feminicídio, teoria do fato consumado, sob a ótica do STJ 	03

Tabela 18 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp Atividades Cíveis e Criminais



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Infância e Adolescência

Ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência compete, precipuamente, exercer suas atribuições na área da promoção, proteção e defesa da criança e do adolescente, prestando apoio técnico e operacional às Promotorias de Justiça com atribuição na área infantojuvenil.

Além disso, o CAOp – Infância e Adolescência desenvolve projetos de caráter educativo e preventivo nos temas relacionados à infância e adolescência, a exemplo de prevenção ao uso de drogas, reconhecimento formal de paternidade, enfrentamento ao abuso e exploração sexual, diagnóstico do acolhimento institucional e incentivo à cultura.

Outrossim, estimula a integração e o intercâmbio entre os órgãos que compõem o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente, como Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos, além de Gestores Estadual e Municipais.

Nas tabelas a seguir, são demonstradas as principais ações desenvolvidas pelo Centro de Apoio durante o exercício de 2015:

CAOp da Infância e Adolescência		
Instrumentos de Acordo Firmados pelo Órgão (Termos de Cooperação/Convênio)		
Tipo do Instrumento de Acordo	Número do Instrumento de Acordo	Objetivo do Instrumento de Acordo
Termo de Cooperação Técnica	005/2015	Celebração do Termo de Cooperação Técnica nº 005/2015 com a Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos - SEIDH, objetivando a execução de cooperação entre as partes, para proporcionar às crianças e aos adolescentes o formal reconhecimento da paternidade e o consequente direito de percepção da pensão alimentícia, inserindo-as na sociedade de acordo com seus paradigmas, conforme fins que se especificam

Tabela 19 – Instrumentos de Cooperação Firmados pelo CAOp Infância e Adolescência em Eventos

CAOp da Infância e Adolescência				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, <i>Workshops</i> e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Palestra	Direitos Humanos e Proteção à Criança e ao Adolescente	Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado como palestrante no evento do PROERD – Direitos Humanos e Proteção à Criança e ao Adolescente	27/02/2015	Faculdade Maurício de Nassau
Reunião	I Reunião Ordinária do GNDH	Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado na I Reunião Ordinária do GNDH, como membro integrante da COPEIJ	03 a 06/03/2015	Salvador/BA
Encontro	1º Encontro para Construção do Novo Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe	Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado e de todos servidores do CAOp no 1º Encontro para Construção do Novo Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe	30/03/2015	MPSE Aracaju/SE
Encontro	Projeto “Coordenadoria e CAOp’s Parceiros do Interior de Sergipe”	Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado e da servidora Andreia Monte Alegre Felipe Bezerra no Projeto “Coordenadoria e CAOps Parceiros do Interior de Sergipe”, da 1ª microrregião de Itabaiana, tratando dos eixos: Municipalização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e Fomento à Implementação do Processo de Escolha Unificado dos Conselhos Tutelares	31/03/2015	Itabaiana/SE
Reunião	Reunião ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça para tratar sobre as “Questões Penitenciárias e Internação de Adolescentes em Sergipe”	Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado como palestrante na reunião ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça para tratar sobre as “Questões Penitenciárias e Internação de Adolescentes em Sergipe”	09/04/2015	Colégio de Procuradores de Justiça Aracaju/SE
Evento	Redução da Maioridade Penal	Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado como palestrante no evento sobre a Redução da Maioridade Penal	15 e 16/04/2015	Instituto Luciano Barreto Júnior Aracaju/SE

CAOp da Infância e Adolescência				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, <i>Workshops</i> e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Seminário	III Seminário em Educação: Cidadania e Paz nas Escolas "Educação Para a Paz e Transformação de Conflitos: Desafios Para a Sustentabilidade Humana".	Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado no III Seminário em Educação: Cidadania e Paz nas Escolas "Educação Para a Paz e Transformação de Conflitos: Desafios Para a Sustentabilidade Humana"	13/05/2015	Teatro Atheneu Sergipense Aracaju/SE
Encontro	Projeto "Coordenadoria e CAOps Parceiros do Interior de Sergipe"	Participação do representante do Tribunal Regional Eleitoral Marcelo Gerard e da servidora Andreia Monte Alegre Felipe Bezerra no Projeto "Coordenadoria e CAOps Parceiros do Interior de Sergipe", da 2ª microrregião de Aracaju, tratando dos eixos: Municipalização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e Fomento à Implementação do Processo de Escolha Unificado dos Conselhos Tutelares	19/05/2015	Aracaju/SE
Conferência	10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado como palestrante na 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	30/06/2015	Escola Presidente Getúlio Vargas Aracaju/SE
Curso	Curso de Capacitação sobre Justiça	Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado no Curso de Capacitação sobre Justiça na Escola Nacional da Magistratura	21 a 24/07/2015	Brasília/DF
Reunião	II Reunião Ordinária do GNDH	Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado na II Reunião Ordinária do GNDH, como membro integrante da COPEIJ	05 a 07/08/2015	Belo Horizonte/MG
Reunião	1ª Reunião do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico – CGPE, para apresentação do novo Modelo de Governança do Ministério Público de Sergipe	Participação de Dr. Leydson Gadelha Moreira na 1ª Reunião do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico – CGPE, para apresentação do novo Modelo de Governança do Ministério Público de Sergipe	15/09/2015	MPSE Aracaju/SE
Encontro	Projeto "Coordenadoria e CAOps Parceiros do Interior de Sergipe"	Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado e da servidora Andreia Monte Alegre Felipe Bezerra no Projeto "Coordenadoria e CAOps Parceiros do Interior de Sergipe", da 4ª microrregião de Propriá, tratando dos eixos: Municipalização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e Fomento à Implementação do Processo de Escolha Unificado dos Conselhos Tutelares	29/09/2015	Propriá/SE
Capacitação	Capacitação de Violência Interpessoal / Autoprovocada para profissionais da saúde	Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado como palestrante na Capacitação de Violência Interpessoal / Autoprovocada para profissionais da saúde	22/10/2015	Escola Municipal Presidente Vargas Aracaju/SE

CAOp da Infância e Adolescência				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, <i>Workshops</i> e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Encontro	Projeto "Coordenadoria e CAOps Parceiros do Interior de Sergipe"	Participação de Dr. Rômulo Lins Alves no Projeto "Coordenadoria e CAOps Parceiros do Interior de Sergipe", da microrregião de Estância, tratando do eixo: Municipalização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	21/11/2015	Estância/SE
Palestra	Garantia de Direitos	Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado no evento para Garantia de Direitos.	25/11/2015	Aracaju/SE
Encontro	Encontro da Segunda Etapa da Ação Nacional em Defesa da Infância e Juventude: SINASE e Práticas Restaurativas	Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado no Encontro da Segunda Etapa da Ação Nacional em Defesa da Infância e Juventude: SINASE e Práticas Restaurativas, cujo objetivo é fortalecer a unidade nacional do MP na defesa dos direitos da criança e do adolescente, em especial no Sistema Socioeducativo, com enfoque em práticas restaurativas e mediação de conflitos	01 e 02/12/2015	Brasília/DF
Encontro	Ação Nacional pelo Incentivo da Autocomposição de Conflitos e pela Valorização da Atuação Extrajudicial	O Conselho Nacional do Ministério Público, por meio das Comissões de Defesa dos Direitos Fundamentais e de Planejamento Estratégico, realizou o Encontro Nacional pelo Incentivo da Autocomposição de Conflitos e pela Valorização da Atuação Extrajudicial, com o objetivo de ampliar o acesso à justiça e promover a defesa célere e eficiente dos Direitos Fundamentais	07/12/2015	CNMP - Brasília/DF

Tabela 20 - Participação do CAOp Infância e Adolescência em Eventos

CAOp da Infância e Adolescência				
Eventos Promovidos pelo Órgão				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Seminário	Dia 18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Evento focado para lembrar, sensibilizar, mobilizar, convocar e exigir da família, comunidade, sociedade e do Poder Público a execução de ações de proteção e cuidado da criança e adolescente vítima e de responsabilização do agressor	18/05/2015	MPSE Aracaju/SE
Audiência Pública	Implementação do SINASE, já! Redução não é solução	O objetivo do evento é ouvir o Sistema de Garantia de Direitos e a Sociedade Sergipana, para enfatizar a desnecessidade da redução e da PEC 171, além de discutir que a implementação de políticas públicas é mais eficiente do que a proposta de redução da idade penal	28/07/2015	MPSE Aracaju/SE

CAOp da Infância e Adolescência				
Eventos Promovidos pelo Órgão				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Oficina	Oficina de Práticas Restaurativas	O evento foi ministrado pelo Dr. Afonso Armando Konzen e teve como objetivo capacitar os membros do MP nos conceitos e práticas de Justiça Restaurativa, a fim de que disseminem práticas preventivas que auxiliem na proteção e permitam o gerenciamento pacífico dos conflitos	06/11/2015	Aracaju/SE
Projeto	Projeto "Árvore da Solidariedade"	O evento tem a finalidade precípua de promover a convivência comunitária e a inclusão social das crianças e adolescentes acolhidos, levando até estes o verdadeiro espírito do Natal e agraciou cerca de 150 crianças e adolescentes acolhidos em 15 entidades, sendo 10 na capital e 05 no interior	26/11/2015	late Clube de Aracaju/SE

Tabela 21 - Eventos Promovidos pelo CAOp Infância e Adolescência

Iniciativas - CAOp da Infância e Adolescência	
Tipo da Atividade	Quantidade
Ofícios Expedidos <ul style="list-style-type: none"> Expedição de diversos Ofícios para Promotorias de Justiça do MPSE, bem como à Coordenadoria-Geral do Ministério Público, às Diretorias do Órgão, ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe, à Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sergipe – CMDCA, a Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do trabalho, dos Direitos Humanos e Juventude; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sergipe – CEDCA; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Japoatã; a 16ª Vara Privativa da Infância e Juventude; ao Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe; ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros de Sergipe; ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e ao Procurador do Trabalho Dr. Emerson Albuquerque Resende 	220

Iniciativas - CAOp da Infância e Adolescência

Tipo da Atividade	Quantidade
<p>Participações em Reuniões ou Encontros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado em reunião para tratar sobre a destinação de verbas públicas, no Ministério Público do Trabalho – dias 22/01, 23/02, 02/03, 25/06 e 14/08/2015; na Sociedade Semear sobre as eleições unificadas dos conselhos tutelares e a implantação e implementação das medidas socioeducativas em meio aberto – dias 11/02, 13/04/2015; na 16ª Vara Cível com Dra. Lilian, Dr. Leydson, representante do Lar Meninos Santo Antônio e SEIDES – dia 20/02/2015; com o Procurador-Geral de Justiça do MPSE, para traçar estratégias de atuação do CAOp - infância e adolescência – dia 27/02/2015; na Escola Superior do Ministério Público, sobre o Projeto “Coordenadoria e CAOps Parceiros do Interior de Sergipe” - dias 02/03 e 13/04/2015; • Participação em audiência pública no Ministério Público do Trabalho, para a doação de veículos, oriundos de acordos judiciais trabalhistas, aos Conselhos Tutelares e de Direito dos municípios sergipanos, resultante do Projeto Conselho Cidadão – parceria entre o MPT e o MPE – dias 02, 13, 23 e 30/03/2015; • Participação em reunião no GAECO para assistir uma palestra sobre violência – dia 13/03/2015, na 8ª Promotoria do Cidadão com o Presidente da Fundação Renascer e representante da CEHOP para tratar sobre o Atendimento Socioeducativo em Sergipe – dia 13/03/2015 e com representantes da UFS e o Presidente da Fundação Renascer para tratar sobre o Atendimento Socioeducativo em Sergipe – dia 20/03/2015; • Participação em reunião de trabalho com a Diretoria de Planejamento – DIPLAN, para tratar sobre o Novo Planejamento Estratégico do MPSE - dias 20/03, 04 e 25/05/2015 e com representantes da Secretaria-Geral do MPSE sobre o Projeto MP Itinerante e de sua realização em diversos municípios do Estado; • Participação em reuniões com o Procurador-Geral de Justiça, representantes do TRE e da Comissão Estadual de Enfrentamento às Drogas para tratar sobre o processo de escolha em data unificada dos membros dos Conselhos Tutelares – dia 07/04/2015; • Participação de Dra. Miriam Teresa Cardoso Machado em reunião com o Procurador-Geral de Justiça e a Coordenadoria da Infância e Juventude, para tratar sobre o Protocolo de Cooperação Interinstitucional para Difusão da Justiça Restaurativa no Estado de Sergipe – dias 07 e 11/05/2015; • Reunião no Ministério Público do Trabalho, para ampliar o objeto do Projeto Conselho Cidadão - parceria entre o MPT e o MPE, que dispõe sobre a destinação de veículos, oriundos de acordos judiciais trabalhistas, para os Conselhos Tutelares e de Direito dos municípios sergipanos – dia 13/05/2015; • Em reunião com Promotores de Justiça de Sergipe para tratar da temática das drogas; • Reunião com representante da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, para tratar sobre o atendimento de criança e adolescente – dia 01/06/2015; • Reunião com a Juíza da Coordenadoria da Infância e da Juventude, Dra. Vânia Ferreira de Barros, no Tribunal de Justiça com o tema Difusão da Justiça Restaurativa em Sergipe; • Reunião na Secretaria Estadual de Saúde para tratar sobre comunidades terapêuticas • Reunião de Construção do Projeto Pedagógico Institucional; • Reunião na SEIDH para tratar sobre os Projeto Paternidade Responsável e Árvore da Solidariedade; • Participação na Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Resultados para Sociedade – FPRS e no Ministério Público do Trabalho, para tratar sobre o Projeto Conselho Cidadão – parceria entre o MPT e o MPSE 	52
<p>Audiências públicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Audiência para tratar sobre a inserção dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa no Projeto “Crescer para o Futuro”, do Instituto Luciano Barreto Júnior; sobre o Sistema Informatizado de Acolhimentos – SIA; sobre o evento 18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; no Instituto Luciano Barreto Junior, CASE e UNIFEM para tratar sobre a inserção de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Projeto “Crescer para o Futuro”; para tratar do Projeto Transformando pela Fé e Projeto SALVE; • Audiência na sede do MPSE para tratar sobre a capacitação dos CREAS pela SEIDH e dos projetos Paternidade Responsável, Sistema Informatizado de Acolhimentos – SIA e SALVE; para tratar sobre o processo de escolha em data unificada dos membros dos Conselhos Tutelares; para tratar sobre a “Redução da Maioridade Penal”; para tratar sobre o evento “Implementação do SINASE, já! Redução não é solução”; • Audiência sobre o serviço de atendimento à criança e adolescentes vítimas de abusos e exploração sexual; • Audiência com representantes da SEIDH, PGE, SEPLAG e Setor Jurídico do MPSE, para tratar sobre o Projeto Paternidade Responsável; • Audiência com a Associações, entidades de acolhimento, com o Diretor-Presidente da Fundação Renascer para tratar sobre o atendimento socioeducativo; • Audiência para oitiva de adolescente, vítima de abuso sexual; para tratar sobre as Aldeias Infantis e para tratar sobre o processo de escolha em data unificada dos membros dos Conselhos Tutelares 	45

Iniciativas - CAOp da Infância e Adolescência	
Tipo da Atividade	Quantidade
Visitas Realizadas <ul style="list-style-type: none"> Visita a abrigos, Entidades de Acolhimento, Centro de Atendimento ao Menor – CENAM, Unidade Socioeducativa de Internação Provisória – USIP e à Maternidade Nossa Senhora de Lourdes 	19
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial <ul style="list-style-type: none"> Encaminhamento de material informativo sobre os eventos realizados pelo CAOps, para elaboração dos Planos Municipais Decenais e processo de escolha unificado dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como disponibilização de informativos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no site do Ministério Público / Centros de Apoio; Encaminhamento de material informativo sobre o processo de escolha unificado dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como disponibilização de informativos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no site do Ministério Público / Centros de Apoio 	-

Tabela 22 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp Infância e Adolescência



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL

Defesa do Patrimônio Público e da ordem Tributária

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária exerce suas atribuições em todo o Estado, priorizando o estabelecimento de condições técnicas e administrativas para o pronto atendimento das mais diversas demandas oriundas das Promotorias de Justiça com atuação na defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária.

A tabela a seguir especifica as principais atividades realizadas por esse CAOp em 2015:

CAOp de Defesa do patrimônio Público e da Ordem Tributária				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, <i>Workshops</i> e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Evento Externo	Projeto "MP Itinerante"	Promover a cidadania, oportunizando às comunidades residentes em locais de difícil acesso no interior do Estado o atendimento direto por parte da Instituição.	26/03/2015	Japaratuba/SE
			22/05/2015	Porto da Folha/SE
			23/06/2015	Ribeirópolis/SE
Evento Externo	"Parceiros do Interior"	Fortalecer o intercâmbio entre as unidades ministeriais, os CAOps e Coordenadoria, a fim de prestar todo o suporte necessário e troca de informações	29/09/2015	Propriá/SE

Tabela 23 - Participação do CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária em Eventos

CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária				
Eventos Promovidos pelo Órgão				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Evento interno	Dia Internacional contra a Corrupção	Promover palestras sobre o impacto da atividade empresarial no combate a corrupção	09/12/2015	Aracaju/SE
Curso	Investigação e combate ao crime organizado	Capacitar e habilitar os participantes a fazer uso de técnicas investigativas na proteção do patrimônio público	16, 23 e 26/10/2015	Aracaju/SE
Evento Interno	De olho na Transparência	Reunir e capacitar os agentes públicos cujas atividades tenham relação direta e indireta, com acesso a informação pública	18/09/2015	Aracaju/SE

Tabela 24 - Eventos Promovidos pelo CAOp do Patrimônio Público e da Ordem Tributária

Iniciativas - CAOp de Defesa do patrimônio Público e da Ordem Tributária	
Tipo da Atividade	Quantidade
Ofícios Expedidos • Ofícios solicitando ou prestando informações	73
Participações em Reuniões ou Encontros • Reunião do Grupo de Combate à Improbidade Administrativa - GClA coordenado pelo Diretor do CAOp	03
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial • Pesquisas a fim de enriquecer os arquivos internos do CAOp Patrimônio Público	23
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial • Pesquisas Sistema de Auditoria Pública - SISAP e Junta Comercial do Estado do Sergipe - JUCESE	68
Outras Atividades de Apoio • Atuação conjunta com as Promotorias em determinados Inquéritos civis	12

Tabela 25 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária



O Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos exerce suas atribuições na promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, idoso, vítimas de crimes, saúde do trabalhador e dos direitos constitucionais do cidadão. Além disso, atua ainda na defesa do consumidor e na área dos serviços de relevância pública.

O CAOp dos Direitos Humanos realizou, no período em tela, as seguintes atividades, dentre outras:

CAOp dos Direitos Humanos			
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, Workshops e Outros Eventos Externos			
Tipo do Evento	Nome do Evento	Período de Realização	Local
Reunião	I Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos	04 a 06/03/2015	Salvador/BA
Reunião	Reunião do Conselho Nacional do Ministério Público, com o tema "Ministério Público em Defesa das Pessoas em situação de Rua"	06 a 08/07/2015	Brasília/DF
Reunião	II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos	03 a 05/08/2015	Belo Horizonte/MG
Conferência	I Conferência da Pessoa Idosa em Aracaju	17 a 19/08/2015	Teatro Tobias Barreto – Aracaju/SE

Tabela 26 - Participação do CAOp dos Direitos Humanos em Eventos

CAOp dos Direitos Humanos				
Eventos Promovidos pelo Órgão				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Curso	I Curso de Capacitação de Membros de Conselhos Estaduais e Municipais	Evento desenvolvido pela Escola Superior do Ministério Público em parceria com o CAOp Direitos Humanos, voltado à capacitação de conselheiros de direito, com a participação do Palestrante Wilson Abascal Pastorini	13/04/2015	Sede do MPSE Aracaju/SE
Encontro	Coordenadoria e CAOps – Parceiros do interior	1º Encontro do "Coordenadoria e CAOps: Parceiros do interior"	31/03/2015	Itabaiana/SE
Outros Eventos	Projeto "MP Itinerante"		27/03/2015	Japaratuba/SE
			24/04/2015	Poço Verde/SE
			22/05/2015	Porto da Folha/SE
Encontro	Coordenadoria e CAOps – Parceiros do Interior	2º Encontro do "Coordenadoria e CAOps – Parceiros do interior"	19/05/2015	Aracaju/SE
Seminário	Seminário Interdição Parcial: Um novo instituto	O Seminário contou com as participações do Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, Dr. Luiz Cláudio Carvalho de Almeida, e da Procuradora Regional do Trabalho, Dra. Maria Aparecida Gugel. Na ocasião foi abordado o importante tema da Interdição Parcial, à luz da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da nova Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência	17/08/2015	Sede do MPSE Aracaju/SE
Encontro	Coordenadoria e CAOps: Parceiros do interior	3º Encontro do "Coordenadoria e CAOps: Parceiros do interior"	29/09/2015	Propriá/SE

Tabela 27 - Eventos Promovidos pelo CAOp dos Direitos Humanos

CAOp dos Direitos Humanos		
Instrumentos de Acordo Firmados pelo Órgão (Termos de Cooperação/Convênio)		
Tipo do Instrumento de Acordo	Número do Instrumento de Acordo	Objetivo do Instrumento de Acordo
Termo de Cooperação	001/2015	O objeto deste Termo de Cooperação é a fiscalização de Instituições de Longa Permanência para Idosos situadas em todo o Estado de Sergipe, estabelecendo-se um Grupo de Trabalho permanente com tal finalidade, verificando as suas condições de funcionamento. O Termo de Cooperação foi firmado entre o MPSE, o CBMSE, o CEDUPI e COVISA-SE

Tabela 28 – Instrumentos de Cooperação Firmados pelo CAOp Infância e Adolescência em Eventos

Iniciativas - CAOp dos Direitos Humanos	
Tipo da Atividade	Quantidade
Audiências públicas	45
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial	23
Ofícios Expedidos	315
Outras Atividades de Apoio • Orientações ofertadas pela via telefônica à Promotorias de Justiça do interior do Estado.	16
Participações em Reuniões ou Encontros	09
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial	46
Visitas Realizadas	03

Tabela 29 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos Humanos



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL

**Proteção ao Rio
São Francisco e Nascentes**

A Resolução nº 002/2002 – CPJ, do Colégio de Procuradores de Justiça, criou o Núcleo de Apoio Operacional às Promotorias do Rio São Francisco, com o objetivo de proteger e revitalizar o Rio São Francisco, tendo sido seu objeto de atuação ampliado pela Resolução nº 007/2011 – CPJ, que incluiu a curatela de todas as nascentes do Estado de Sergipe e modificou seu nome para Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Rio São Francisco e Nascentes, reconfigurando suas atribuições para dar apoio operacional às Promotorias de Justiça na curatela dos recursos hídricos do Estado.

O CAOp tem participado de diversas atividades referentes à gestão florestal e de recursos hídricos no Estado de Sergipe, destacadas nas tabelas seguintes:

CAOP de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, <i>Workshops</i> e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Outros Eventos Externos	52ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe	O CBHSE realizou sua 52ª reunião ordinária, com apresentação do relatório de atividades do ano de 2014 e uma proposta de atividades para 2015, bem como o Profº Luís Carlos (DESO) apresentou um resumo de sua tese de doutorado intitulada de "Fragilidade Hídrica e Ecodinâmica na Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe: desafios à gestão das águas";	10/03/2015	Aracaju/SE
Seminário	Seminário Produtor de Água	Teve o objetivo de apresentar ações e resultados dos 38 (trinta e oito) projetos em andamento no âmbito do Programa Produtor de Água e promover a integração e a troca de experiências entre os representantes e os parceiros, além da capacitação para novas iniciativas	17, 18 e 19/03/2015	Brasília/DF
Outros Eventos Externos	VIII Encontro de Recursos Hídricos de Sergipe	Realização conjunta da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH, através da Superintendência de Recursos Hídricos – SRH, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, unidade Tabuleiros Costeiros e Universidade Federal de Sergipe, o evento buscou reunir profissionais e estudantes de várias áreas do conhecimento relacionadas ao estudo da água para apresentar as mais recentes experiências na forma de trabalhos técnicos, minicursos e palestras, como meio de difusão do conhecimento para preservação e conservação da água	23 a 25/03/2015	Aracaju/SE
Outros Eventos Externos	Lançamento do XXV Congresso Nacional de Irrigação e Drenagem, realizado pela Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem (ABID)	Evento para abertura do XXV Congresso Nacional de Irrigação e Drenagem, que será realizado em novembro na Universidade Federal de Sergipe com o apoio de diversos órgãos dos governos municipal, estadual e federal	26/03/2015	Aracaju/SE
Outros Eventos Externos	Projeto "MP Itinerante"	Disponibilização dos serviços de atendimento do Centro de Apoio ao Rio São Francisco e Nascentes em diversos municípios do Estado	27/03/2015	Povoado São José Japarutuba/SE
			24/04/2015	
			22/05/2015	Porto da Folha/SE
Outros Eventos Externos	Coordenadoria e CAOPs: Parceiros do Interior – 1ª Microrregião	Apresentação do Sistema Municipal do Meio Ambiente, visando implantar uma Rede de Meio Ambiente Ativa nos Municípios Sergipanos, a fim de auxiliar as Promotorias de Justiça do interior a cumprirem um dos Eixos do Planejamento Estratégico 2011/2015	31/03/2015	Itabaiana/SE
Outros Eventos Externos	1ª Reunião ordinária da Câmara Consultiva do Baixo São Francisco (CCR Baixo)	Apresentação dos resultados dos projetos de recuperação hidroambiental em andamento	28/04/2015	Propriá/SE

CAOP de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, <i>Workshops</i> e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Outros Eventos Externos	Curso de Capacitação do Cadastro Ambiental Rural (CAR)	Capacitação de 75 (setenta e cinco) técnicos de municípios sergipanos no módulo de inscrição do Cadastro Ambiental Rural (CAR)	07/05/2015	Aracaju/SE
Outros Eventos Externos	XXVII Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	A plenária contou com apresentações das ações realizadas pelas 04 (quatro) Câmaras Consultivas Regionais (CCRs), análise do processo de atualização do Plano de Recursos Hídricos da bacia do rio São Francisco, divulgação da 2ª (segunda) edição da campanha do Dia Nacional em Defesa do Velho Chico (3 de junho), debates sobre os efeitos da seca na Bacia Hidrográfica do São Francisco e ações de revitalização e os impactos ambientais provocados pelas variações de vazão do rio	21 e 22/05/2015	Petrolina/PE
Outros Eventos Externos	Coordenadoria e CAOps: Parceiros do Interior – 2ª Microrregião	Apresentação do Sistema Municipal do Meio Ambiente, visando implantar uma Rede de Meio Ambiente Ativa nos Municípios Sergipanos, a fim de auxiliar as Promotorias de Justiça do interior a cumprirem um dos Eixos do Planejamento Estratégico 2011/2015	19/05/2015	Aracaju/SE
Outros Eventos Externos	Reunião Ordinária da Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco	A CCR do Baixo realizou sua 2ª Reunião Ordinária, oportunidade em que foram discutidas as formas de apoio do CBHSF aos eventos e ações realizadas, o acompanhamento do andamento das obras de projetos e as informações sobre a mancha negra no rio São Francisco, bem como o projeto “Nascentes do São Francisco” foi contemplado para receber ações do projeto de “Recuperação Hidroambiental” desenvolvido pelo CBHSF	17/07/2015	Aracaju/SE
Palestra	1º Encontro Estadual pelo Plano Municipal da Mata Atlântica	O evento buscou explicar aspectos da lei nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica), que atribui aos municípios o dever de preservar os remanescentes situados em seu território. Foi apresentado o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica e firmado termo entre a Fundação SOS Mata Atlântica e o Governo do Estado de Sergipe para apoio técnico na elaboração dos Planos Municipais de Mata Atlântica (PMMAs) em 40 (quarenta) municípios. E entre a mesma fundação e a Prefeitura de Aracaju, para elaboração do seu PMMA	04/08/2015	Aracaju/SE
Outros Eventos Externos	Oficina de Capacitação na Metodologia do Programa Água Doce	O evento teve o objetivo de apresentar as ações e os resultados dos projetos em andamento no âmbito do Programa Água Doce em Sergipe – projeto resultante de convênio entre o Governo federal e estadual e que tem por finalidade implantar, recuperar e gerir sistemas de dessalinização de águas subterrâneas sempre mantendo o caráter sustentável	07 e 08/08/2015	Aracaju/SE
Seminário	Seminário de Avaliação Final do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas	O evento buscou apresentar as pesquisas desenvolvidas em parceria com as secretarias estaduais. Foram apresentados cerca de 30 (trinta) projetos nas áreas de Educação, Saúde, Infraestrutura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico	20/08/2015	Aracaju/SE

CAOP de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes

Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, *Workshops* e Outros Eventos Externos

Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Outro Evento Externo	Reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe	O presidente do CBHSE apresentou a palestra "Comitê de bacias, o que é e o que faz?", que faz parte de um projeto ligado à educação ambiental, o estudante de Agronomia do campus de Itabaiana da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Clayton Xavier, fez a apresentação da ação de coleta de embalagens de defensivos agrícolas que é realizado em parceria com a Emdagro e o Secretário Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos apresentou as ações previstas no "Projeto Águas de Sergipe" para o Município de Itabaiana. Após houve debates e perguntas, a apresentação do projeto "Barcos dos Sonhos" e a formação da comissão eleitoral para a gestão 2016/2017	02/09/2015	Itabaiana/SE
Outros Eventos Externos	Coordenadoria e CAOPs: Parceiros do Interior – 3ª Microrregião	Apresentação do Sistema Municipal do Meio Ambiente, visando implantar uma Rede de Meio Ambiente Ativa nos Municípios Sergipanos, a fim de auxiliar as Promotorias de Justiça do interior (Aruá, Brejo Grande, Canhoba, Cedro do São João, Graccho Cardoso, Gararu, Ilha das Flores, Muribeca, Pirambu, Propriá, São Francisco, Santana do São Francisco e Telha) a cumprirem um dos Eixos do Planejamento Estratégico 2011/2015	29/09/2015	Propriá/SE
Outros Eventos	Curso de elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica	Curso oferecido pela Fundação SOS Mata Atlântica, dividido em 07 módulos e que tem por objetivo a capacitação para a elaboração dos Planos Municipais de Conservação da Mata Atlântica	25/08 a 26/10	-
Palestra	Apresentação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano	As Secretarias do Meio Ambiente de Aracaju e do Orçamento Planejamento e Gestão realizaram, na sala 01 da ESMP, apresentação do projeto de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município, informando o processo de elaboração do mesmo, em que foram realizadas diversas audiências públicas, bem como alguns dos pontos já definidos, buscando sugestões dos membros do Ministério Público, como forma de aprimoramento do mesmo;	13/10/2015	Aracaju/SE
Seminário	II Seminário de Recuperação Hidroambiental	Evento realizado pela equipe do projeto Águas do São Francisco, de cuja mesa de abertura fez parte a diretora deste CAOP, em que houve o lançamento do livro 'Contexto socioambiental das águas do rio São Francisco', que reúne os relatos de pesquisas vividas de forma multidisciplinar pelos pesquisadores do Projeto e no qual foi publicado artigo elaborado pelo Centro de Apoio. Também aconteceram mesas redondas, palestras e oficinas relacionadas à recuperação Hidroambiental do Rio São Francisco	22 e 23/10/2015	Universidade Federal de Sergipe São Cristóvão/SE
Evento Externo	MP Itinerante	Disponibilização dos serviços de atendimento do Centro de Apoio ao Rio São Francisco e Nascentes à Comunidade do povoado Aguada, em Carmópolis/SE	23/10/2015	Povoado Aguada Carmópolis/SE
Evento Externo	12ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe	Oficina Pública da Bacia do Rio Sergipe, realizada no Auditório da CODISE, que teve por objetivo discutir e aprovar o Plano de bacia hidrográfica do Rio Sergipe	27/10/2015	Auditório da CODISE Aracaju/SE

CAOP de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, <i>Workshops</i> e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Evento Externo	Oficina Pública da Bacia do Rio Japarutuba	Participação na Oficina Pública da Bacia do Rio Japarutuba, realizada na Câmara de Vereadores de Capela, que teve por objetivo discutir e aprovar o Plano de bacia hidrográfica do Rio Japarutuba;	28/10/2015	Câmara de Vereadores de Capela/SE
Eventos Externos	Oficina Pública da Bacia do Rio Piauí	Participação na Oficina Pública da Bacia do Rio Piauí, realizada no município de Estância, que teve por objetivo discutir e aprovar o plano de bacias hidrográficas do Rio Piauí	29/10/2015	Universidade Tiradentes em Estância/SE
Outros Eventos Externos	Coordenadoria e CAOps: Parceiros do Interior – 5ª Microrregião	Apresentação do Sistema Municipal do Meio Ambiente, visando implantar uma Rede de Meio Ambiente Ativa nos Municípios Sergipanos, a fim de auxiliar as Unidades Ministeriais da 5ª Microrregião (Estância), integrada por Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Lagarto e Umbauá a cumprirem um dos Eixos do Planejamento Estratégico 2011/2015 – Fiscalização da Gestão dos Recursos Hídricos: Estruturação dos Órgãos Ambientais – que faz parte do Projeto “Coordenadoria e CAOps: Parceiros do Interior”, cujo 5º Encontro foi realizado em Estância	10/11/2015	Estância/SE
Congresso	XXV Congresso Nacional de Irrigação e Drenagem (CONIRD)	Proferimento de palestra que teve por tema o projeto “Nascentes do São Francisco – O MP Salvando Rios” no XXV Congresso Nacional de Irrigação e Drenagem (CONIRD), evento que contou com 04 (quatro) conferências, 03 (três) seminários, 09 (nove) oficinas, 02 (dois) dias de campo e exposições e apresentações de trabalhos científicos, todos com o objetivo de favorecer o desenvolvimento sustentável dos agronegócios calcados na agricultura irrigada por meio da conjunção de esforços e de conhecimento da ciência e da tecnologia	11/11/2015	Universidade Federal de Sergipe (UFS) São Cristóvão/SE
Outros Eventos Externos	Dia de Campo - Educação Ambiental”	Atividade de educação ambiental em que foram estabelecidas diversas estações nas quais técnicos dos entes e órgãos ambientais parceiros (CANINDÉ, SEMARH, EMDAGRO, INCRA, CODEVASF, UFS, COHIDRO, SERGIPTec) expuseram à população local, em especial aos membros do Assentamento Mandacaru I, temas e práticas relacionadas às questões ambientais, contextualizando-as no bioma da Caatinga	13/11/2015	Povoado Mandacaru I Canindé do São Francisco/SE
Evento Externo	Reunião Extraordinária da Câmara Consultiva do Baixo São Francisco	Reunião Extraordinária da Câmara Consultiva do Baixo São Francisco, realizada em Maceió/AL, na qual foi discutida a replicação do projeto “Nascentes do São Francisco: O MP Salvando Rios” em outros Municípios do Estado de Sergipe	17/11/2015	Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Maceió/AL
Seminário	Seminário de Avaliação dos Programas DCR, PPP, SISBIOTA e DTR	Foram apresentados e avaliados os resultados dos projetos de pesquisa fomentados através de editais da FAPITEC/SE, visando, inclusive, pesquisas de bacias hidrográficas e de interesse deste Centro de Apoio	18/11/2015	Aracaju/SE

CAOP de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, <i>Workshops</i> e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Fórum	Fórum de Gestão Sustentável	Realização da Escola Superior do MP e do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo, em parceria com a Petrobras, teve como objetivo ressaltar a importância de se promover uma rotina de trabalho/produção mais voltada para a sustentabilidade. No evento foi apresentado um Plano de Gestão Ambiental, que visa identificar os aspectos ambientais e evidenciar quais são as atividades e produtos que podem provocar impactos ambientais, e também o sistema "Portal Ambiental" da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA)	23/11/2015	Aracaju/SE
Evento Externo	XXVIII Reunião Plenária Ordinária e XVI Reunião Plenária Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF)	Reunião de importante órgão no que diz respeito às questões da bacia do São Francisco, em especial a deliberação do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2016-2018, que prevê recursos para elaboração de projeto básico visando ao pagamento por serviços ambientais (PSA) e para apoio a projetos de recuperação socioambientais, inclusive, os do baixo São Francisco sergipano	09 e 10/12/2015	Salvador/BA
Evento Externo	Projeto "MMA; PNUD BRA/ 14G32 – Manejo do uso sustentável da terra no semiárido do nordeste brasileiro"	Ocorreu no auditório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e teve por objetivo reforçar a governança do usos sustentável do solo para combater a degradação de terras no semiárido sergipano	11/12/2015	Aracaju/SE
Fórum	5ª Reunião Conjunta dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Sergipe	Reunião da entidade que agrega os colegiados de todos os comitês de bacias hidrográficas do Estado de Sergipe, o qual sediado no Ministério Público do Estado de Sergipe	18/12/2015	Aracaju/SE

Tabela 30 - Participação do CAOP de Proteção ao Rio São Francisco e Nascentes em Eventos

CAOP de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes				
Eventos Promovidos pelo CAOP				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Evento	"Dia de Campo - Educação Ambiental – Projeto Nascentes do São Francisco: O MP Salvando Rios"	O evento, realizado em parceria com a prefeitura de Canindé, SEMARH, EMDAGRO, INCRA, CODEVASF, UFS, COHIDRO, SERGIPTec, foi formulado por meio de diversas estações nas quais técnicos dos entes e órgãos ambientais parceiros expuseram à população local, em especial aos membros do Assentamento Mandacaru I, temas e práticas relacionadas às questões ambientais, contextualizando-as no bioma da Caatinga, dentre eles a proteção de nascentes, impacto dos agrotóxicos, cadastro ambiental rural, aproveitamento das espécies naturais da caatinga para alimentação, destinação de resíduos sólidos e outros	13/11/2015	Assentamento Mandacaru I Canindé do São Francisco/SE

CAOP de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes				
Eventos Promovidos pelo CAOp				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Evento	Nascentes do São Francisco – Curso de Capacitação dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente	O evento, realizado em comemoração ao Dia Mundial da Água, integrando o projeto “Ministério Público de Sergipe Salvando Rios, foi direcionado aos Prefeitos, Secretários e membros dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente e consistiu em duas partes. Na primeira foram expostos o funcionamento e os objetivos do projeto pela Diretora deste Centro de Apoio e o Programa Produtor de Águas pelo especialista em Recursos Hídricos da Coordenação de Implementação de Projetos Indutores da Superintendência da Agência Nacional de Águas – ANA. Na segunda parte houve a Capacitação Dos Membros Dos Conselhos Municipais Do Meio Ambiente, com cursos teóricos e oficinas práticas desenvolvidas pela equipe da Secretária do Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH	20/03/2015	MPSE Aracaju/SE

Tabela 31 – Eventos Promovidos pelo CAOP de Proteção ao Rio São Francisco e Nascentes

Iniciativas - CAOP de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes	
Tipo da Atividade	Quantidade
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial <ul style="list-style-type: none"> Encaminhamento de material para elaboração de Agravo de Instrumento, de Laudo de Análise de Fitoplâncton, e de kits de fiscalização (ACP's, Legislação, Jurisprudência e Modelos de Portarias, TAC's e Projetos de Lei); Disponibilização no portal do CAOP de precedentes judiciais e disponibilização do artigo “A Importância das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal na recuperação hídrico-ambiental e sua análise jurídica antes e após o advento do Novo Código Florestal”; encaminhamento 	09
Inspecões Realizadas <ul style="list-style-type: none"> Inspecção preliminar à área objeto do Projeto “Nascentes do São Francisco – O MP Salvando Rios, no Povoado Mandacaru I, em Canindé do São Francisco, a fim de serem verificadas as necessidades de logística da atividade de “Educação Ambiental – Dia de Campo”, que será realizada no início de novembro, com envolvimento de todos os parceiros (Prefeitura Municipal de Canindé do São Francisco, SEMARH, EMDAGRO, INCRA, CODEVASF, UFS, COHIDRO, SERGIPTec) 	02
Ofícios Expedidos <ul style="list-style-type: none"> Ofícios expedidos para diversas Promotorias de Justiça, Escola Superior do Ministério Público - ESMP, órgão Públicos e diversas entidades 	827
Outras Atividades de Apoio <ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento do Projeto piloto “Nascentes do São Francisco”; Elaboração e acompanhamento, junto com a promotoria do meio ambiente, de novo Agravo de Instrumento interposto contra a decisão do juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Aracaju proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 201510300746; Disponibilização no portal do CAOp de mapa com as áreas de Mata Atlântica no País; Disponibilização de vídeos instrutivos acerca de temas relacionados à gestão de recursos hídricos e florestais; Elaboração de Petição para o processo e de Agravo de Instrumento interposto 	07

Iniciativas - CAOP de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes	
Tipo da Atividade	Quantidade
Participações em Reuniões ou Encontros <ul style="list-style-type: none"> Reunião com o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Canindé de São Francisco, Coordenador do Consórcio do Sul e Centro Sul e da Coordenação de Apoio aos Conselheiros-SEMARH, Coordenadora de Educação Ambiental da SEMARH, acerca do "Dia de Campo" - Atividade de Educação Ambiental a ser promovido às margens do Rio Curituba, em Canindé do São Francisco; participação na Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Resultados para a Sociedade – FRPS, com a Diretoria de Planejamento (DIPLAN) e com o diretor do Centro de Apoio ao Meio Ambiente e Urbanismo, a fim de delimitar os indicadores do Planejamento Estratégico nas questões relacionadas à Taxonomia da área fim; com o Secretário de Meio Ambiente e Agricultura de Canindé e Secretário de Finanças, a Chefia da Divisão de Desenvolvimento Social e Territorial da EMDAGRO; com representantes da SEMARH/SE, da EMDAGRO, COHIDRO; Reunião com o Gerente de Uso Sustentável da Água e do Solo da Agência Nacional de Águas, representantes do Sergipetec, da Secretária de Meio Ambiente da Prefeitura de Canindé do São Francisco, da AGB Peixe Vivo e diversos Órgãos Públicos e entidades privadas, bem com Diretores de CAOPs e Promotores de justiça deste Ministério Público 	35
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial <ul style="list-style-type: none"> Pesquisas sobre preclusão pro judicato para Promotorias de Justiça e para alimentação do portal eletrônico do Centro de Apoio Operacional ao Rio São Francisco e às Nascentes e para confecção da petição inicial da Ação Civil Pública (ACP) 	36
Visitas Realizadas <ul style="list-style-type: none"> Visita à área objeto do Projeto "Nascentes do São Francisco – O MP Salvando Rios, às margens do Rio Curituba em Canindé do São Francisco, onde foi realizada a atividade de "Educação Ambiental – Dia de Campo", com envolvimento de todos os parceiros (CANINDÉ, SEMARH, EMDAGRO, INCRA, CODEVASF, UFS, COHIDRO, SERGIPTec) 	01

Tabela 32 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOP de Proteção ao Rio São Francisco e Nascentes

CAOP de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes	
Instrumentos de Acordo Firmados pelo Órgão (Termos de Cooperação/Convênio)	
Tipo do Instrumento de Acordo	Objetivo do Instrumento de Acordo
Termo de Cooperação firmado entre a ESMP e o Centro de Apoio	Cooperação entre a CAOP e ESMP, a fim de garantir a realização do evento "Nascentes do São Francisco – Curso de Capacitação aos Conselheiros Municipais do Meio Ambiente"
Celebração de Termo de Cooperação entre a SEMARH e a FAPITEC	Fomento da parceria entre a FAPITEC e a SEMARH/SE para Viabilização de pesquisas sobre todas as bacias hidrográficas do Estado de Sergipe, o que beneficiará não só a região do Baixo São Francisco, atual foco de atuação do CAOPSFN, mas possibilitará a expansão do projeto "Nascentes do São Francisco: O MP Salvando Rios" para diversas bacias do Estado de Sergipe

Tabela 33 – Instrumentos de Cooperação Firmados pelo CAOP de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes



Ao Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública compete exercer suas atribuições em questões agrárias, no controle externo da atividade policial e no sistema prisional.

A seguir, as principais ações desenvolvidas pelo CAOp no ano em foco:

CAOp de Segurança Pública				
Eventos Promovidos pelo Órgão				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Seminário	“O Ministério Público e o combate à criminalidade”	Discussão sobre os temas: “Prevenção e combate à criminalidade: O papel do Ministério Público”; “Por que cresce a violência no Brasil?”; “Gestão Estratégica da Política de Segurança Pública”	06 a 08/04/2015	MPSE Aracaju/SE

Tabela 34 – Eventos Promovidos pelo CAOp de Segurança Pública

Iniciativas - CAOp de Segurança Pública	
Tipo da Atividade	Quantidade
Audiências públicas <ul style="list-style-type: none"> Audiência relativa ao Plano Piloto de Segurança do MPSE, audiência relacionada a remoção dos postes que ocasionaram a interrupção no monitoramento no centro de Aracaju/SE 	02
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial <ul style="list-style-type: none"> Confecção de Informação Técnico Jurídica nº 01/2015 e Informação aos Promotores de Justiça do MPSE referente a ratificação da vigência do conteúdo da Recomendação nº 003/2012 	02
Inspecções Realizadas <ul style="list-style-type: none"> Inspecções - “in loco” - em organizações não governamentais a fim de verificar a aplicação das verbas de subvenções 	39
Ofícios Expedidos <ul style="list-style-type: none"> Para Administração Direta, indireta ou particulares 	285
Outras Atividades de Apoio <ul style="list-style-type: none"> Participação no “MP Itinerante” e no Projeto “Coordenadoria e CAOps: Parceiros do Interior” e da capacitação Coletiva acerca do Sistema de Conteúdo 	06
Participações em Reuniões ou Encontros <ul style="list-style-type: none"> Presença na Assembleia Legislativa para discussão do tema “Repercussão da violência nas escolas”; reunião com o a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contrátil - DIPLAN do MPSE; participação no 1º, 2º e 3º Encontro para construção no Novo Planejamento Estratégico do MPSE; reunião com o Comandante do Policiamento da Capital, do Grupo de Trabalho do Plano Piloto, Coordenadoria-Geral do MPSE, reunião com a Comissão de Enfrentamento às drogas; participação no Encontro “Coordenadoria e CAOps: Parceiros do Interior; reunião com o Comandante do Batalhão de Choque da PMSE e representantes do SINTESE; Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Resultados para Sociedade e do 1º Workshop de Segurança Pública das Capitas do Nordeste 	20

Tabela35 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp de Segurança Pública



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL Terceiro Setor

O artigo 14 da Resolução nº 007/2011-CPJ, publicada em de 21 de julho de 2011, define como atribuição do órgão o controle e a fiscalização de entidades do Terceiro Setor no âmbito estatal.

Os trabalhos realizados por esse CAOp, no ano em foco, estão destacados nas seguintes tabelas:

CAOp do Terceiro Setor	
Instrumentos de Acordo Firmados pelo Órgão (Termos de Cooperação/Convênio)	
Tipo do Instrumento de Acordo	Objetivo do Instrumento de Acordo
Convênio de Cooperação Científica e tecnológica	Celebrar parceria entre a Procuradoria Geral do Estado de Sergipe e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE
Termo de Cooperação Técnica	Firmar cooperação técnica entre o Ministério Público do Estado de Sergipe e o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
Termo de Cooperação Técnica	Celebrar parceria entre o MPT e o MPSE
Termo de Cooperação Científica e Tecnológica	Termo de Parceria celebrado entre a Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em outubro de 2015
Convênio	Convênio celebrado entre o Ministério Público do Estado de Sergipe e o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe para implantação do Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas sem fins Lucrativos nos Cartórios Extrajudiciais em janeiro de 2015
Termos de Compromisso	Termos de Compromisso celebrados entre o Ministério Público de Sergipe e o Ministério Público do Trabalho, com escopo de destinar recursos financeiros às entidades de interesse social, provenientes de multas pecuniárias aplicadas pelo Ministério Público do Trabalho em julho de 2015

Tabela 36 - Instrumentos de Cooperação Firmados pelo CAOp do Terceiro Setor

CAOp do Terceiro Setor				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, Workshops e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Projeto	1ª Reunião da linha de atuação "Coordenadoria e CAOps: Parceiros do Interior"	Comunicar aos Promotores das Comarcas do Interior, o trabalho e projetos do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor	31/03/2015	Itabaiana/SE
Palestra	Palestra: Terceiro Setor – Controle e Fiscalização	A Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, Promotora de Justiça, Drª. Ana Paula Machado Costa, proferiu palestra na Câmara Municipal sobre Terceiro Setor – controle e fiscalização	09/04/2015	Aracaju/SE
Seminário	"Conversando com o Terceiro Setor"	Participação do CAOp no Evento: Conversando com o Terceiro Setor	10/04/2015	Aracaju/SE
Projeto	2ª Reunião da linha de atuação "Coordenadoria e CAOps: Parceiros do Interior"	Comunicar aos Promotores de Justiça das Comarcas do Interior, o trabalho e projetos do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor	19/05/2015	Aracaju/SE

CAOp do Terceiro Setor				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, <i>Workshops</i> e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Projeto	Projeto ONG Transparente	Reunião com a PROFIS – Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social Explicação do Sistema de Cadastro e Prestações de Contas SICAP	01/06/2015	Aracaju/SE
Fórum	FOCCO – Fórum de Combate à Corrupção	Participação na Reunião, no Gabinete do Procurador Geral, com representantes dos órgãos que compõem o FOCCO, Ministério Público Federal, Ministério público Estadual, CGU, CGE, TCU	12/06/2015	MPSE Aracaju/SE
Conferência	X Conferência Municipal de Assistência Social com o tema “Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026”.	Evento de grande importância para o Terceiro Setor, tendo em vista que as entidades sem fins lucrativos são registradas no Conselho Municipal de Assistência Social e participam diretamente do SUAS	05/08/2015	Universidade Tiradentes Aracaju/SE
Seminário	III-Seminário Associação Legal A	O seminário teve por objetivo dar continuidade ao trabalho de divulgação da Lei 13.019/2014	04/09/2015	Maceió/AL
Seminário	FOCCO – Fórum de Combate à Corrupção	Participação do Seminário De Olho Na Transparência do FOCCO -Fórum de Combate à Corrupção	18/09/2015	MPSE Aracaju/SE
Projeto	3ª Reunião da linha de atuação “Coordenadoria e CAOps: Parceiros do Interior”	Comunicar aos Promotores das Comarcas do Interior, o trabalho e projetos do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor	29/09/2015	Propriá/SE
Palestra	Terceiro Setor: Uma visão crítica	Diretora do CAOp do Terceiro Setor ministrou palestra na Universidade Tiradentes (UNIT) com o tema “Terceiro Setor: uma visão crítica”	09/10/2015	Universidade Tiradentes Aracaju/SE
Homenagem	Homenagem à Promotora de Justiça, Dra. Ana Paula Machado pela Academia Sergipana de Ciências Contábeis	A Promotora de Justiça Dra. Ana Paula Machado Costa Meneses, Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, foi condecorada com a “Medalha de Honra ao Mérito da Ciência Contábil Acadêmico José Amado Nascimento”, recebendo, também, o título de Membro Honorário da Instituição.	20/10/2015	SEBRAE/SE Aracaju/SE

Tabela 37 - Participação do CAOp do Terceiro Setor em Eventos

CAOp do Terceiro Setor				
Eventos Promovidos pelo Órgão				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Seminário	III – Seminário do Terceiro Setor	Objetivou divulgar a Lei nº 13.019/2014, com a participação dos representantes dos órgãos de controle externo e interno, com a presença de 15 Agentes Ministeriais entre Promotores e Procuradores de Justiça de diversos Estados Brasileiros	01/06/2015	MPSE Aracaju/SE
Reunião	Reunião da PROFIS	Reunião da Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Associações e Entidades de Interesse Social - PROFIS	01/06/2015	Aracaju/SE
Reunião	Reunião realizada no Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência com representantes das Aldeias Infantis e do Município de Aracaju	Participação da Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor em reunião realizada no Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência para discutir questões jurídicas referentes a convênio firmado entre as Aldeias Infantis e o Município de Aracaju	17/11/2015	MPSE Aracaju/SE

CAOp do Terceiro Setor				
Eventos Promovidos pelo Órgão				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Evento	“Dia Internacional de Combate à Corrupção: Transparência e Controle Social”.	Participação da Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, na condição de debatedora, no “Dia Internacional de Combate à Corrupção: Transparência e Controle Social” promovido pela Escola Superior em parceria com os integrantes do FOCCO-SE	09/12/2015	MPSE Aracaju/SE

Tabela 38 – Eventos Promovidos pelo CAOp do Terceiro Setor

Iniciativas - CAOp do Terceiro Setor	
Tipo da Atividade	Quantidade
Audiências públicas • Reunião do Fórum de Combate à Corrupção	01
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial • Encaminhamento de peças e material doutrinário	128
Inspeções Realizadas • Inspeção em entidade do Terceiro Setor	01
Ofícios	46
Outras Atividades de Apoio • Recebimento de solicitações de Promotorias de Justiça	30
Participações em Reuniões ou Encontros • Reuniões no Ministério Público do Trabalho; • Reunião com a Promotora de Justiça da Barra dos Coqueiros e o Ouvidor do MPSE, com objeto de programar inspeções a serem realizadas para verificar o funcionamento das entidades de interesse social com sede no Município	05
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial • Realização de Pesquisa e Encaminhamento de Material	128

Tabela 39 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp do Terceiro Setor



Ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural, compete exercer suas atribuições na área de defesa do meio ambiente, urbanismo, patrimônio histórico e cultural, bens de valor turístico, estético e paisagístico, de acordo com a Resolução nº 007/2011-CPJ, de 21 de julho de 2011.

Assim, primordialmente, incumbe-lhe orientar, auxiliar e facilitar a atuação dos Promotores de Justiça na defesa do ambiente ecologicamente equilibrado, na preservação da ordem urbanística e do patrimônio social e cultural.

As atividades desse CAOp que mais se destacaram durante o exercício em foco são apresentadas na tabela a seguir:

CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, Workshops e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Reunião	Reunião na Sociedade Semear	Reunião para tratar da "Atuação Cooperada dos Entes Federativos para a Defesa do Meio Ambiente: a Lei Complementar 140/2011 em Destaque"	20/02/2015	Sociedade Semear – Aracaju/SE
Encontro	"Fórum Sergipano de Combate aos Impactos dos Venenos Agrícolas"	Encontro na Procuradoria Regional do Trabalho em Sergipe para tratar da criação do "Fórum Sergipano de Combate aos Impactos dos Venenos Agrícolas"	26/02/2015	Ministério Público do Trabalho – Aracaju/SE
Reunião	I Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos	Participação do Diretor do CAOP do Meio Ambiente e Urbanismo como Coordenador da Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural – COPEMA para articulação com os demais integrantes, oriundos de todos os Ministérios Públicos dos Estados, a efetivação de Direitos Humanos	03 a 06/03/2015	Salvador/BA
Encontro	Encontro na Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH	Encontro para tratar de pendências da Secretária junto às Promotorias de Justiça	04/2015	Aracaju/SE
Congresso	XV Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, com o tema "A Cidade e os Três Biomas"	O congresso dedicou-se ao debate da atuação do Ministério Público, do papel do Poder Judiciário, da governança e da legislação ambiental, das técnicas de negociação e do desenvolvimento sustentável, buscando o aprimoramento e qualificação do Ministério Público, no tocante à área ambiental, atendendo os anseios da sociedade brasileira na busca por um meio ambiente equilibrado	15 e 16/04/2015	Cuiabá/MT
Reunião	Reunião de Enfrentamento da Crise Hídrica: O Papel do MP Brasileiro e Política Nacional de Resíduos Sólidos	Promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, por meio de sua Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais	11 e 12/05/2015	Brasília/DF
Reunião	II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH	Participação do Diretor do CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo como Coordenador da Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural – COPEMA para articulação com os demais integrantes, oriundos de todos os Ministérios Públicos dos Estados, a efetivação de Direitos Humanos.	06 a 09/10/2015	Rio de Janeiro/RJ

Tabela 40 - Participação do CAOp do Meio Ambiente Urbanismo em Eventos

CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo				
Eventos Promovidos pelo Órgão				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Fórum	MP/SE Gestão Sustentável	Tratou da implantação do plano de gestão ambiental elaborado por empresa de consultoria ambiental para ser aplicado no âmbito do Ministério Público Estadual.	23/11/2015	Auditório Valdir de Freitas MPSE Aracaju/SE

Tabela 41 – Eventos Promovidos pelo CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo

Iniciativas - CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo	
Tipo da Atividade	Quantidade
<p>Ofícios Expedidos</p> <ul style="list-style-type: none"> Ofícios expedidos para consecução da atividade-fim do centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo 	606
<p>Participações em Reuniões ou Encontros</p> <ul style="list-style-type: none"> Participação de reunião no Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde, com a Superintendência de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SRH/SEMARH, com a Petrobras e com representante da cooperativa de catadores de material reciclável e reutilizável Santa Maria, a Defesa Comunitária e a Diretoria de Planejamento deste Ministério Público Promoção e participação de Reunião com a Diretoria de Planejamento deste Ministério Público Estadual, IBAMA/SE e a Delegacia de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente – DEPROCOMA, Associação dos Revendedores de Produtos Agrotóxicos de Sergipe – ARADASE, e Central Recycle; Promoção e participação de Reunião com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com a Central Recycle para tratar do reaproveitamento do copo descartável, IBAMA/SE, Delegacia de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente – DEPROCOMA e o Pelotão Ambiental da Capital; Promoção e participação de reunião com representantes da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), da Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Instituto Tecnológico e de Pesquisa do Estado de Sergipe -ITPS, da Universidade Tiradentes, da Deputada Ana Lúcia, da Secretária Municipal de Meio Ambiente de Japaratuba, do Comitê da referida Bacia e da Bioterra, Secretário Municipal de meio Ambiente, Dr. Eduardo Lima de Matos, o representante dos catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis, representante do Programa de Defesa Comunitária deste Ministério Público, com Promotores de Justiça e Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos à Saúde; Participação de Reunião com a Coordenadoria e a Diretoria de Planejamento Estratégico deste Ministério Público, com a SEMARH e Prefeitos dos Municípios que compõem o Consórcio de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Baixo São Francisco, em Propriá, com a SEMARH e prefeitos dos Municípios que compõem o Consórcio de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Grande Aracaju, em Laranjeiras, o Consórcio de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Sul e Centro Sul, em Boquim, o Consórcio de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Agreste, em Itabaiana; Participação da 2ª Reunião promovida pela Diretoria de Planejamento, “Coordenadoria e CAOps: Parceiros do Interior” Promoção e Participação de reunião com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes; Promoção de reunião com a representantes da PETROBRÁS para tratar do andamento da implantação do projeto que visa à gestão sustentável na sede do MPSE; Reunião com o Promotor de Justiça Dr. Francisco José de Oliveira Góis e Promotora de Justiça Dra. Luciana Duarte Sobral; com a SEMARH e Gestores Públicos para tratar das pendências para a implantação do Consórcio de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Baixo São Francisco no auditório da CODISE; Promoção e participação de reunião com representantes do SEBRAE/SE, CREA/SE, ENERGISA e entidades privadas; Participação de reunião com a Diretoria de Planejamento e o CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes; Reunião realizada no Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo com representantes de empresas do ramo de supermercado, da CARE, CORES e Central Recycle, com a Promotores de Justiça de Brejo Grande, Pacatuba, Carira e Barra dos Coqueiros, representantes da Central Recycle, SEMARH e prefeitura da localidade, DESO, ENERGISA 	51

Iniciativas - CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo	
Tipo da Atividade	Quantidade
Audiências públicas <ul style="list-style-type: none"> Participação de audiência em Promotorias do Estado 	04
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial <ul style="list-style-type: none"> Pesquisa de jurisprudência acerca da aplicação da Lei parcelamento do solo a loteamento clandestino existentes em zona rural, em atenção à solicitação da Promotoria de Justiça da Comarca de Pacatuba, acerca da necessidade de inclusão dos proprietários de lotes em loteamento clandestino, da possibilidade de município formar litisconsórcio ativo com Ministério Público em ação judicial que trate de loteamento irregular em que a municipalidade já se encontra no polo passivo, da atribuição do Ministério Público em caso de dano regionalizado 	04
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial <ul style="list-style-type: none"> Disponibilização de Ação Civil Pública e Termo de Ajustamento de Conduta – TAC sobre: pulverização aérea de agrotóxicos, degradação de Área de Preservação Permanente, utilização indevida de água de poços artesianos, regularização de Loteamento Clandestino, irregularidades ambientais e urbanísticas de cemitérios clandestinos, defesa de bens tombados ou com relevante valor histórico e cultural, funcionamento de Estação de Rádio Base sem licença ambiental, o abrigo de animais errantes, destinação adequada de resíduos sólidos (encerramento de lixão), parcelamento do solo na modalidade loteamento; Disponibilização de modelos de peças processuais e extraprocessuais versando sobre: irregularidades em pocilga, Resíduos Sólidos, encerramento de lixão, agrotóxico e queimada; Disponibilização de modelo de peça extraprocessual – Termo de Ajustamento de Conduta - versando sobre Poluição sonora, modelo de Portaria versando sobre funcionamento de estabelecimento comercial sem licença ambiental, de conversão de procedimento preparatório de inquérito civil e inquérito civil; Disponibilização de modelos de ofícios à ADEMA 	26
Outras Atividades de Apoio <ul style="list-style-type: none"> Confecção dos pedidos e fundamentação jurídica, de Ação Civil Pública, realização de pesquisas para as promotorias do Estado, recepção das denúncias oriundas do Sistema de Ouvidoria Linha Verde – SISLIV, manifestação com apresentação de sugestões, encaminhamento de denúncias, Procedimentos Administrativos, notificação à parte, reclamações, Notícias de Fato, notificações, petições e documentos diversos, além de Cumprimento de Cartas Precatórias 	94

Tabela 42 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp do Meio Ambiente Urbanismo



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Direitos à Educação

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Educação é um órgão auxiliar da Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação e das demais Promotorias de Justiça do Estado de Sergipe, com atribuição de promoção, proteção e defesa dos direitos à educação.

São contribuições deste Centro de Apoio Operacional, dentre outras:

- estímulo à integração e ao intercâmbio entre as Promotorias que atuam na área da educação;
- remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à educação;
- intercâmbio permanente com entidades, órgãos públicos ou privados que atuem na educação, com o escopo de obter elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

- realização do Censo Educacional;
- desenvolvimento de programas que auxiliem a educação em todo o Estado.

Na tabela a seguir, encontram-se as principais atividades desempenhadas por esse Centro de Apoio, no decorrer dos meses de janeiro a dezembro de 2015:

CAOp dos Direitos à Educação			
Instrumentos de Acordo Firmados pelo Órgão (Termos de Cooperação/Convênio)			
Tipo do Instrumento de Acordo	Número do Instrumento de Acordo	Objetivo do Instrumento de Acordo	Id. da Iniciativa à qual está relacionado
Termo de Cooperação Técnica	01 Aditivo ao Termo de Cooperação	Melhorar a execução do Programa de Apoio ao Estudo e de Incluir o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) como parceiro.	Programa de Apoio ao Estudo
Termo de Cooperação	FOCCO	Ampliar e aprimorar, de modo expresse e efetivo a integração entre instituições e órgãos públicos compromissados, nas diversas esferas da Administração Pública com atuação no Âmbito de Sergipe, com o intuito de desenvolvimento de ações direcionadas ao: a) Diagnóstico, prevenção e repressão à corrupção; b) Incentivo e fortalecimento do controle social; c) Tráfego de dados e documentos.	Acompanhamento e Apoio na Fiscalização da Merenda Escolar no Estado de Sergipe
Termo de Compromisso e Pactuação Pela Educação Sergipana	53	Tratar da questão envolvendo a situação das escolas municipais e medidas a serem adotadas no âmbito do Projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC. Aderiram ao Termo de Compromisso as seguintes municipalidades: Amparo de São Francisco, Arauá, Areia Branca, Boquim, Brejo Grande, Campo do Brito, Canhoba, Canindé do São Francisco, Capela, Carmópolis, Cedro de São João, Cristinápolis, Cumbe, Divina Pastora, Feira Nova, Frei Paulo, Gararu, Graccho Cardoso, Ilha das Flores, Indiaroba, Itabaiana, Itabaianinha, Itabi, Itaporanga D'Ajuda, Japaratuba, Japoatã, Laranjeiras, Malhada dos Bois, Malhador, Moita Bonita, Monte Alegre, Neópolis, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pinhão, Pirambu, Poço Verde, Propriá, Riachão do Dantas, Riachuelo, Ribeirópolis, Rosário do Catete, Salgado, Santa Rosa de Lima, São Cristóvão, São Domingos, São Miguel do Aleixo, Simão Dias, Telha, Tomar do Geru	MPEDUC – Ministério Público pela Educação

Tabela 43 – Instrumentos de Cooperação Firmados pelo CAOp dos Direitos à Educação em Eventos

CAOp dos Direitos à Educação				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, Workshops e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Reunião	I Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH em Salvador/BA;	Nesta reunião foram informados os Encontros Estaduais de 2015 – Prioridade dos Ministérios Públicos cujos Estados ainda não realizaram encontro. Apresentação da campanha do MPBA- “Todas as escolas são para todos”. Debate sobre critérios/prioridades para o atendimento em creche. Roteiro de trabalho do Ministério Público para o acompanhamento da elaboração e das metas do Planos Estaduais e Municipais de Educação, dentre outros	03 a 06/03/2015	Salvador/BA
Outros eventos	“Lançamento do Caderno Pedagógico Synapse”	Viagem a Santa Luzia do Itanhy para o lançamento do Caderno Pedagógico Synapse” do Projeto na Educação Infantil, desenvolvido em parceria com professores da rede municipal de ensino de daquele município	24/03/2015	Santa Luzia do Itanhy/SE
Palestra	Apresentação aos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) do Projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC em Sergipe	Reunião com os Conselhos de Alimentação Escolar dos 75 (setenta e cinco) municípios sergipanos, evento realizado em parceria com o Ministério Público Federal e com o SINTESE com o objetivo de apresentar e explicar o funcionamento do projeto, bem como para solicitar o apoio e o envolvimento dos respectivos membros para a sua execução	03/07/2015	Aracaju/SE
Palestra	Apresentação aos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC em Sergipe	Reunião com os Conselhos do FUNDEB dos 75 (setenta e cinco) municípios sergipanos, evento realizado em parceria com o Ministério Público Federal e com o SINTESE com o objetivo de apresentar e explicar o funcionamento do projeto, bem como para solicitar o apoio e o envolvimento dos respectivos membros para a sua execução	14/07/2015	Aracaju/SE
Outros Eventos	II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH	Neste evento foram discutidos os seguintes temas: financiamento no contexto do Sistema Nacional de Educação, projeto da campanha João Cidadão, educação inclusiva e controle social da Alimentação Escolar	05 a 07/08/2015	Belo Horizonte/MG
Seminário	Oficina de Estudo sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, Relatório de Gestão Fiscal e de Execução Orçamentária e Aplicação dos Recursos da MDE e FUNDEB	Participação do CAOp - Educação na parte final da Oficina, onde os professores de cada município apresentaram os resultados produzidos no curso	19/09/2015	Aracaju/SE

Tabela 44 - Participação do CAOp dos Direitos à Educação em Eventos

CAOp dos Direitos à Educação				
Eventos Promovidos pelo Órgão				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Outros eventos	Projeto "MP Itinerante"	O MP Itinerante um Projeto que proporciona ao Ministério Público do Estado de Sergipe consolidar sua missão constitucional de defender os interesses mais caros da sociedade, atuando possibilitando o atendimento direto aos cidadãos carentes de todo o Estado de Sergipe, notadamente aqueles residentes nos Municípios e Povoados mais longínquos do Estado.	27/03/2015	Japaratuba/SE
			24/04/15	Poço Verde/SE
Outros eventos	1ª Reunião Coordenadoria e CAOps parceiros do Interior de Sergipe	Este evento resultou da parceria entre a Coordenadoria, os CAOps e as Unidades Ministeriais do interior, onde os CAOps prestaram informações sobre seus programas e se disponibilizaram a prestar o apoio necessário às Promotorias de Justiça de Campo do Brito, Frei Paulo, Itabaiana, Malhador, Nossa Senhora das Dores, Poço Verde, Simão Dias e Tobias Barreto no desenvolvimento das linhas de atuação propostas;	31/03/2015	Itabaiana/SE
Outros eventos	Censo Educacional em Feira Nova	Onde os recenseadores visitaram os domicílios de Feira Nova, a fim de verificar quais crianças, adolescentes estavam fora da sala de aula. Identificaram os portadores de necessidades especiais, assegurando o acesso à Educação e às políticas públicas, dentre outros serviços destinados à sua inserção social e tratamento, caso necessite; Emissão de documentos, como a Certidão de Nascimento, para as pessoas que não possuem registro, viabilizando a realização de matrículas na Rede Pública, bem como acesso aos demais serviços públicos	17/04/15	Feira Nova/SE
Outros Eventos	2º Encontro da Coordenadoria e CAOps Parceiros do Interior de Sergipe	Este evento resultou da parceria entre a Coordenadoria, os CAOps e as Unidades Ministeriais do interior, onde os CAOps prestaram informações sobre seus programas e se disponibilizaram a prestar o apoio necessário às Promotorias de Justiça de Barra dos Coqueiros, Carmópolis, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo e São Cristóvão no desenvolvimento das linhas de atuação propostas	19/05/15	Aracaju/SE
Outros eventos	Pós-Censo Educacional do Município de Feira Nova	Em tal solenidade são realizadas matrículas, encaminhamento das pessoas sem Certidão de Nascimento para o Cartório de Registro de Pessoas Naturais, cadastramento para atendimento das pessoas portadoras de necessidades especiais identificadas no Censo, entrega de Certificados aos participantes do Censo Educacional	29/05/15	Feira Nova/SE
Palestra	Lançamento do Projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC em Sergipe	Fruto de parceria do CAOp- Educação com o Ministério Público Federal, foram convidados os Prefeitos e Secretários Municipais de Educação dos 75 (setenta e cinco) municípios sergipanos para palestra a respeito da situação atual, e melhorias a serem efetuadas na Educação Básica dos municípios participantes.	02/07/15	Sede do Ministério Público de Sergipe Aracaju/SE

CAOp dos Direitos à Educação				
Eventos Promovidos pelo Órgão				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Outros eventos	Pós-Censo Educacional do Município de Telha	Em tal solenidade são realizadas matrículas, encaminhamento das pessoas sem Certidão de Nascimento para o Cartório de Registro de Pessoas Naturais, cadastramento para atendimento das pessoas portadoras de necessidades especiais identificadas no Censo, entrega de Certificados aos participantes do Censo Educacional.	21/08/15	Telha/SE
Outros eventos	Censo Educacional no Município de Poço Verde	Onde os recenseadores visitaram os domicílios de Poço Verde, a fim de verificar quais crianças, adolescentes estavam fora da sala de aula. Identificaram os portadores de necessidades especiais, assegurando o acesso à Educação e às políticas públicas, dentre outros serviços destinados à sua inserção social e tratamento, caso necessário; Emissão de documentos, como a Certidão de Nascimento, para as pessoas que não possuem registro, viabilizando a realização de matrículas na Rede Pública, bem como acesso aos demais serviços públicos.	11/09/15	Poço Verde/SE
Outros eventos	Reunião com Sandra Moraes, diretora da Base Estadual do Sindicato dos Professores do Estado de Sergipe - SINTESE	Discussão sobre atraso no pagamento dos professores dos municípios sergipanos.	14/10/2015	Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação
Outros eventos	Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Resultados para a Saúde	Discussão sobre o planejamento estratégico.	23/10/2015	Sala 03 da ESMP
Outros eventos	Reunião com Dr. Nilzir Soares Vieira Júnior	Discussão sobre a validade dos indicadores	29/10/2015	CAOP - Saúde
Outros eventos	Reunião com Dr. Nilzir Soares Vieira Júnior e Planejamento	Discussão sobre o Planejamento Estratégico 2016/2019	03/11/2015	CAOP - Saúde
Outros eventos	4ª Reunião Coordenadoria e CAOPs parceiros do Interior de Sergipe Em Estância	Discussão sobre o planejamento estratégico.	10/11/2015	Subsede do Ministério Público de Sergipe em Estância
Outros eventos	Diário Internacional Contra a Corrupção: Transparência e Controle Social.	Promovido pela Escola Superior do MPSE em parceria com o Fórum Permanente de Prevenção e Combate à Corrupção no Estado de Sergipe (FOCCO-SE), o evento buscou debater medidas eficazes contra a corrupção, além de expor o "Ranking da Transparência em Sergipe".	09/11/2015	Auditório da Sede do Ministério Público de Sergipe

Outros eventos	Reunião com Representante da Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil - DIPLAN	Discussão sobre o Planejamento Estratégico	15/12/2015	Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação
Outros eventos	Reunião do MPEDUC – Ministério Público pela Educação, com prefeitos e Secretários de Educação de todo o Estado.	A reunião contou com a participação dos representantes do Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal conjuntamente a todos os prefeitos sergipanos que estiveram presentes. O encontro teve como foco apresentar aos prefeitos um diagnóstico sobre a situação das escolas das redes estadual e municipal alocadas em todo o estado de Sergipe.	17 de Dezembro de 2015	Sede do Ministério Público de Sergipe

Tabela 45 - Eventos Promovidos pelo CAOp dos Direitos à Educação

Iniciativas - CAOp dos Direitos à Educação	
Tipo da Atividade	Quantidade
Audiências públicas <ul style="list-style-type: none"> Audiência com a Coordenadora do Censo Educacional Prof.^a Selma Siqueira, Prefeito e Promotor de Justiça de Feira Nova, com o objetivo tratar do planejamento de realização do Censo Educacional no referido Município; Audiência com Representantes da Coordenadoria do Censo Educacional, com o Promotor de Justiça Dr. Antônio Fernandes da Silva Júnior, Prefeito de Telha e representantes da Polícia Militar do Estado de Sergipe com o objetivo tratar do planejamento da realização do Censo Educacional no referido Município; Audiência com a Coordenadora do Censo Educacional, a Prof.^a Selma Siqueira, com a Promotora de Justiça de Poço Verde, Dra. Márcia Jaqueline Oliveira Santana, com o Prefeito e Secretário de Educação de Poço Verde com o intuito de tratar da organização do Censo Educacional do Município de Poço Verde 	03
Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial <ul style="list-style-type: none"> Envio de material para Controladoria-Geral da União no Estado de Sergipe, Promotores de Justiça do Estado; Remessa de modelos de peças processuais para a Promotoria de Justiça Especial de Itabaiana; encaminhamento de reclamação recebida, Recomendação Nº 30, de 22 de Setembro de 2015 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, de material produzido pelo SINTESE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe para a Promotoria de Justiça de Nossa Senhora das Dores, modelos de Ação Civil Pública, ofícios, Ação de Execução, recomendações, Portarias, dentre outros; pesquisa sobre gastos com Educação de Verbas do MDE; legislação, modelos de peças jurídicas, cartilhas e orientações sobre o FUNDEB; relatório do Financiamento Educacional e Planilha de Recursos do PDDE; Encaminhamento da Informação Técnico Jurídica e de ofícios e tabelas preenchidas sobre a Merenda Escolar pela Promotoria de Justiça de São Cristóvão para a Controladoria - Geral da União - CGU 	30

Iniciativas - CAOp dos Direitos à Educação	
Tipo da Atividade	Quantidade
Ofícios Expedidos <ul style="list-style-type: none"> Expedição de ofícios com conteúdos diversos sobre as atividades desenvolvidas no Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação; encaminhando notificações e convites para audiências públicas, reuniões, requisições administrativas, divulgação para os Membros do MPSE das atividades desenvolvidas pelo CAOp/Educação, envio de documentos para as Promotorias de Justiça do Interior, organização dos Censos e Pós- Censos Educacionais, entre outros; Ofício para todas as instituições de ensino do Estado de Sergipe, para os Conselhos Sociais de Alimentação Escolar do Estado de Sergipe – CAE e para o Secretário Estadual de Educação e Secretários Municipais de Educação de todo o Estado de Sergipe no Projeto Ministério Público Pela Educação – MPEDUC; Ofício para os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS/FUNDEB 	2090
Outras Atividades de Apoio <ul style="list-style-type: none"> Auxílio à Promotoria de Justiça Especial de Estância no cumprimento de diligências de procedimentos administrativos, especialmente através de notificações Apoio a diversas Promotorias de Justiça na realização de diligência/ofício, de juntadas físicas e virtuais em procedimentos; No atendimento e registro das notícias de fato; elaboração de certidão e consulta sobre a situação do Conselho de Alimentação Escolar de alguns Municípios sergipanos; Cumprimento de diligência envio de ofício e de comprovante de cumprimento de notificação de procedimento 	23
Participações em Reuniões ou Encontros <ul style="list-style-type: none"> O Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação esteve envolvido em reuniões com conteúdos variados, porém todos ligados à Educação 	37
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial <ul style="list-style-type: none"> Pesquisa e posterior envio para todos os Promotores de Justiça de cópias de peças Jurídicas com diversificadas fundamentações e jurisprudências, para apoio a atividade-fim no combate ao atraso de pagamentos de Servidores Públicos Municipais, especialmente os profissionais do Magistério; Apoio às Promotorias através de pesquisa doutrinária e jurisprudencial, realização de diligência e elaboração de certidão nas Notícias de Fato, bem como remessa de modelos de documentos a exemplo de Termos de Ajustamento de Conduta – TAC, elaboração de normas em conjuntos com outros Órgãos, dentre outros 	90
Visitas Realizadas <ul style="list-style-type: none"> Visitas realizadas a escolas municipais e estaduais alocadas em municípios de todo o Estado de Sergipe pelo programa MPEDUC 	56

Tabela 46- Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos à Educação



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
Direitos à Saúde

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde foi criado através da Resolução N° 007/2011 – CPJ, com atribuições relativas à promoção, proteção e defesa dos direitos à saúde.

Os principais trabalhos realizados por esse CAOp, no período, foram os seguintes:

CAOp dos Direitos à Saúde		
Instrumentos de Acordo Firmados pelo Órgão (Termos de Cooperação/Convênio)		
Tipo do Instrumento de Acordo	Número do Instrumento de Acordo	Objetivo do Instrumento de Acordo
Termo de Cooperação celebrado com o Conselho Regional de Odontologia de Sergipe		Estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente de fiscalização, visando assegurar o cumprimento das normas que regem a atividade sujeita ao CRO/SE, com vistas a uma melhor implementação das atribuições legais que lhes são confluentes e, em especial, para promoção de assessoramento científico ao MPSE em atos que demandem assunção de responsabilidade técnica em prol da instrução de procedimentos judiciais ou investigativos patrocinados ou presididos por seus Membros

Tabela 47 - Instrumentos de Cooperação Firmados pelo CAOp dos Direitos à Saúde em Eventos

CAOp dos Direitos à Saúde				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, Workshops e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Outros Eventos Externos	Palestra "Programa brasileiro de segurança do paciente: papel do poder público e serviços de saúde no controle das infecções nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde"	Participação, como assistente, em evento promovido pela Comissão dos Direitos Humanos da OAB, com o tema: "Programa brasileiro de segurança do paciente: papel do poder público e serviços de saúde no controle das infecções nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde"	24/02/2015	Aracaju/SE
Outros Eventos Externos	I Reunião Ordinária de 2015 do Grupo Nacional de Direitos Humanos (CNDH/CNPG), pela Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS)	Aprofundar o estudo e a discussão sobre a atuação do Ministério Público na efetivação do direito fundamental da saúde, individual e coletivo, propondo e desenvolvendo ações uniformes ou articuladas do Parquet no âmbito nacional	04 a 06/03/2015	Salvador/BA
Outros Eventos Externos	Projeto MP Itinerante		27/03/2015	Japaratuba/SE
			24/04/2015	Poço Verde/SE
			22/05/2015	Porto da Folha/SE
			19/06/2015	Povoado Serra do Machado, Município de Ribeirópolis/SE
			30/10/2015	Carmópolis/SE
Outros Eventos Externos	X Conferência Municipal de Saúde de Aracaju	Participação do Diretor deste CAOp, como Palestrante, na X Conferência Municipal de Saúde de Aracaju, com o tema: "Direito à saúde, garantia de acesso, atenção de qualidade e participação social"	09/07/2015	Aracaju/SE

CAOp dos Direitos à Saúde				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, <i>Workshops</i> e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Outros Eventos Externos	II Reunião Ordinária de 2015 do Grupo Nacional de Direitos Humanos (CNDH/CNPG), pela Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS)	Aprofundar o estudo e a discussão sobre a atuação do Ministério Público na efetivação do direito fundamental da saúde, individual e coletivo, propondo e desenvolvendo ações uniformes ou articuladas do Parquet no âmbito nacional	05 a 07/08/2015	B e l o Horizonte/ MG
Congresso	XXI Congresso Nacional do Ministério Público	Participação do Diretor deste Centro de Apoio Operacional, Nilzir Soares Vieira Junior, como assistente, no Congresso Nacional promovido pela AMPERJ e CONAMP, para discutir temas de interesse do Ministério Público Brasileiro	06 a 09/10/2015	Rio de Janeiro/RJ
Outros Eventos Externos	Comemoração do Dia Nacional do Cirurgião-Dentista.	Recebimento, pelo Diretor deste Centro de Apoio Operacional, Nilzir Soares Vieira Junior, da Medalha de Honra ao Mérito Odontológico, na categoria de Contribuição Honorífica no Plano do Desenvolvimento Social e Político, na solenidade em Homenagem ao Dia do Cirurgião-Dentista	23/10/2015	Aracaju/SE
Congresso	V Congresso de Ciências Jurídicas da Universidade Tiradentes.	Participação do Diretor deste Centro de Apoio, Nilzir Soares Vieira Junior, como palestrante, no V Congresso de Ciências Jurídicas, com o tema "Judicialização da Saúde"	10 a 12/11/2015	Propriá/SE
Seminário	Seminário Nacional de Fiscalização do Sistema COFEN/Conselhos Regionais 2015 – SENAFIS.	Participação do Diretor deste Centro de Apoio, Nilzir Soares Vieira Junior, como palestrante, com o tema "As Ações Fiscalizatórias como subsídios para atuação do Ministério Público", no Seminário Nacional de Fiscalização do Sistema COFEN/Conselhos Regionais 2015 – SENAFIS	18 a 20/11/2015	Ipojuca/PE
Outros Eventos Externos	Encontro do Conselho de Enfermagem de Sergipe (ENCRESE) e Encontro Sergipano dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem (ENSATE).	Participação do Diretor deste Centro de Apoio, Nilzir Soares Vieira Junior, como componente da Mesa Solene de Abertura, do evento referenciado, promovido pelo COREN/SE	02/12/2015	Aracaju/SE

Tabela 48 - Participação do CAOp dos Direitos à Saúde em Eventos

CAOp dos Direitos à Saúde				
Eventos Promovidos pelo CAOp				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Seminário	Seminário "Controle e Fiscalização das políticas Públicas na Atenção Básica à Saúde"	Seminário realizado em parceria com a Escola Superior do Ministério Público de Sergipe, e o Conselho Estadual de Saúde, para debater o Controle e Fiscalização das Políticas Públicas na Atenção Básica à Saúde	09/11/2015	Aracaju/SE
Seminário	Seminário "Saúde Materno Infantil – Um Retrato da Assistência em Sergipe"	Seminário realizado em parceria com a Escola Superior do Ministério Público de Sergipe, Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Enfermagem, e Ordem dos Advogados do Brasil e Conselho Estadual de Saúde de Sergipe, para debater a situação da Assistência à Saúde Materno-Infantil, no Estado de Sergipe	30/11/2015	Aracaju/SE

Tabela 49 - Eventos Promovidos pelo CAOp dos Direitos à Saúde

Iniciativas - CAOp dos Direitos à Saúde	
Tipo da Atividade	Quantidade
Ofícios Expedidos	651
Participações em Reuniões ou Encontros <ul style="list-style-type: none"> reunião, em parceria com o Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher, Escola Superior do Ministério Público (ESMP), Coordenadoria-Geral do Ministério Público, com a Comissão Estadual de Enfrentamento às Drogas, com o Coordenador da Vigilância Sanitária Estadual, com a Coordenadora da Rede de Atenção Psicossocial, da Secretaria de Estado da Saúde, Secretário Municipal de Saúde de Aracaju, Conselho Regional de Enfermagem (COREN) e o Conselho Regional de Medicina (CREMESE), membros da Comissão Intersetorial de Saúde Mental, do Conselho Estadual de Saúde, representantes do Sindicato dos Enfermeiros, representantes da OAB, CREMESE e COREN; Participação como integrante do Fórum Permanente de Resultados para a Sociedade – FPRS, na Reunião Extraordinária do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico Plurianual da Instituição – CGPE e com o Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação e Diretoria de Planejamento do Ministério Público de Sergipe, para validação dos indicadores do no planejamento estratégico do Ministério Público de Sergipe 	19
Audiências públicas <ul style="list-style-type: none"> Realização de Audiências Extrajudiciais em conjuntos com diversas promotorias de Justiça 	24
Visitas Realizadas <ul style="list-style-type: none"> Visita, em 20/05/2015, à Promotoria de Justiça de Campo do Brito, titularizada pelo Promotor de Justiça Lúcio José Cardoso Barreto Lima, para tratar dos Projetos de iniciativa deste Centro de Apoio Operacional 	01
Inspecções Realizadas <ul style="list-style-type: none"> Inspecções realizadas em Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, hospitais, Centros Obstétricos e Unidades Básicas de Saúde 	09

Iniciativas - CAOp dos Direitos à Saúde	
Tipo da Atividade	Quantidade
<p>Encaminhamento de Material Informativo, Doutrinário e Jurisprudencial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento de modelos de Ações Cíveis Públicas – ACPs sobre regularização de matadouros, reforma de consultórios odontológicos, disponibilização de medicamentos e/ou exames, internação compulsória de dependentes químicos, Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), disponibilização de exames clínicos a usuários do SUS, disponibilização ou oferta do exame tomografia aos usuários do SUS, reforma de unidades hospitalares, bloqueio de verbas públicas, drogadição, Tratamento Fora do Domicílio (TFD), recusa de paciente a submeter-se a tratamento médico, autorização para realização de transplante renal, artigo científico, termos de audiências extrajudiciais, Enunciados, modelos de Recomendação para instalação de registro eletrônico de frequência dos servidores públicos vinculados ao Sistema Único de Saúde e acerca da obrigatoriedade de o Secretário Municipal de Saúde ser o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, relatórios, normas do SUS, Portarias, Exposição de Motivos, decisões judiciais, além de referências doutrinárias e jurisprudenciais, concernentes à reiterada negativa de fornecimento de prontuários por médicos e serviços de saúde, quando requisitados pelo Ministério Público, sugestões de roteiros de atuação e peças, elaboradas por este Centro de Apoio, expedição de ofícios circulares às Promotorias de Justiça Curadoras dos Direitos à Saúde, dentre outros; • Encaminhamento de modelos de Ações Cíveis Públicas versando sobre a qualidade da água; de termos de audiências extrajudiciais; modelos de Recomendação para que o Município se abstenha de contratar OSCIP para execução de serviços públicos de saúde; cópia da Lei Nº 3552/2008, que dispõe sobre medidas permanentes de controle e prevenção contra a dengue e febre amarela no Município de Aracaju; do Decreto Nº 5.256/2015, que declara situação de emergência no Município de Aracaju, e modelo de Recomendação para que os gestores elaborem e acompanhem a execução do Plano de Contingência para o enfrentamento da tríplice epidemia (Dengue, Zika e Chikungunya); modelo de Termo de Ajustamento de Conduta, cujo objeto trata da realização de concurso público; cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Câmara dos Deputados, destinada a investigar a cartelização na fixação de preços e distribuição de órteses e próteses, inclusive, com a criação de artificial direcionamento da demanda e captura dos serviços médicos por interesses privados – “MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL; relatórios decorrentes de fiscalizações realizadas pelo Conselho Regional de Enfermagem; cópia da Carta de Apoio Contra a Corrupção, oriunda do Conselho Regional de Odontologia de Sergipe, Relatórios técnicos e fotográficos do Conselho Regional de Odontologia de Sergipe, decorrentes de inspeções realizadas nas Unidades Básicas de Saúde que prestam atendimento odontológico; sugestões de roteiros de atuação e peças, elaboradas por este Centro de Apoio, expedição de ofícios circulares às Promotorias de Justiça Curadoras dos Direitos à Saúde, dentre outros 	68
<p>Outras Atividades de Apoio</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ação Conjunta do Centro de Apoio Operacional com as Promotorias de Justiça de Estância, Itabaiana, Propriá, Nossa Senhora da Glória, Tobias Barreto, Boquim, Lagarto e 9ª Promotoria de Defesa dos Direitos do Cidadão de Aracaju, com atribuições na defesa dos direitos à saúde; • Participação como expositor, da etapa do Projeto “Coordenadoria e CAOps: Parceiros do Interior”; • Participação em audiências extrajudiciais, em conjunto com a 2ª Promotoria de Justiça de Propriá e de Justiça Cível de Estância 	16

Tabela 50 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos à Saúde



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL **Direitos da Mulher**

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher atua no acompanhamento da implementação de políticas públicas de promoção da igualdade, especificamente na conscientização sobre os efeitos pessoais e sociais negativos da violência contra a mulher e no reconhecimento dos seus direitos e garantias.

Dentre as principais atividades realizadas em 2015 destacam-se as seguintes:

CAOp dos Direitos da Mulher		
Instrumentos de Acordo Firmados pelo Órgão (Termos de Cooperação/Convênio)		
Tipo do Instrumento de Acordo	Número do Instrumento de Acordo	Objetivo do Instrumento de Acordo
Termo de Cooperação	001/2015	A realização de campanha que tem como escopo a mobilização da sociedade para a redução da violência contra a mulher no estado de Sergipe

Tabela 51 – Instrumentos de Cooperação Firmados pelo CAOp dos Direitos da Mulher em Eventos

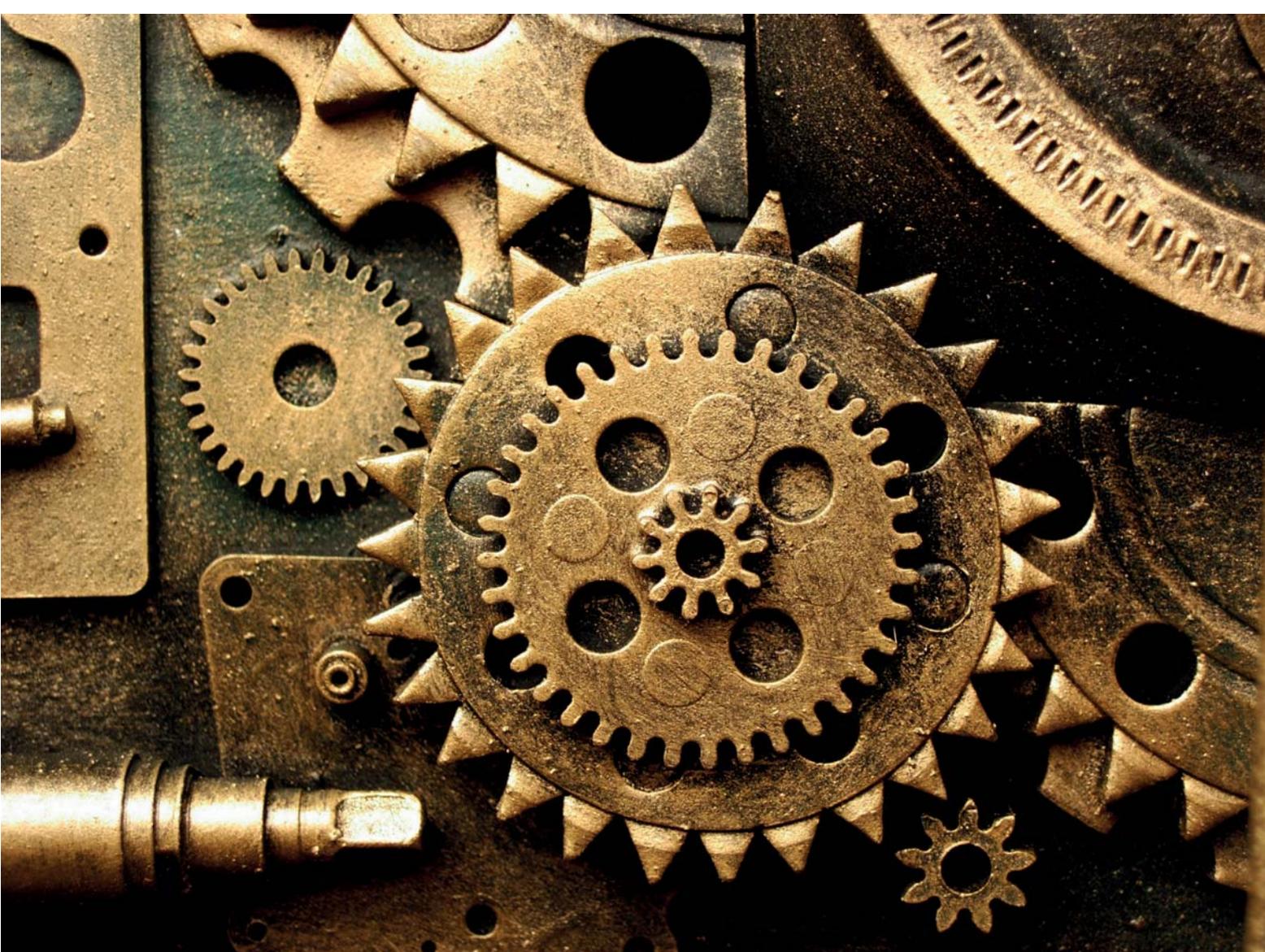
CAOp dos Direitos da Mulher				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, Workshops e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Palestra	Curso: “Violência contra a Mulher em debate: inquietações e possibilidades”	A Psicóloga Fernanda Hermínia Oliveira Souza abordou o tema Medida Protetiva deferida: uma experiência de pesquisa; em seguida a Dra. Mara Cabral Monteiro Pontes prosseguiu com o assunto Atendimento a mulheres em situação de violência: uma experiência no Rio de Janeiro. Dra. Elaine de Souza Cordeiro discorreu sobre a Lei Maria da Penha: um trabalho de grupo com agressores. Dra. Fernanda Simplício Cardoso proferiu a palestra intitulada “A Possível interferência da Lei Maria da Penha no direito de conveniência dos filhos com pais autores de agressão. A Dra. Bruna Diniz abordou o tema “A averiguação da paternidade compulsória e as implicações subjetivas da maternidade	02/03/2015	Sede do MPSE Aracaju/SE

CAOp dos Direitos da Mulher				
Participação do Órgão em Congressos, Palestras, Seminários, <i>Workshops</i> e Outros Eventos Externos				
Tipo do Evento	Nome do Evento	Detalhamento do Evento	Período de Realização	Local
Outros Eventos Externos	IV Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de Aracaju	No evento foram debatidos diversos dos temas dentre eles: A dificuldade que muitas mulheres têm de se auto intitulem feministas; A situação da política no Brasil; o Anatomopoder (poder que incide sobre os corpos das pessoas). As participantes da Conferência sugeriram medidas voltadas para garantir a aquisição de direitos às mulheres de Aracaju através da elaboração de propostas para serem apresentadas como recomendações durante a Conferência Estadual	30 a 31/07/2015	Escola Municipal Presidente Vargas Aracaju/SE
Palestra	Capacitação de Violência Interpessoal / Auto provocada	O evento foi organizado visando gerar uma maior conscientização dos profissionais de saúde quanto à notificação de violências e o importante papel que a área da saúde desempenha	21 e 22/10/2015	Escola Municipal Presidente Vargas Aracaju/SE
Outros Eventos Externos	Lançamento da Cartilha Violência contra a Mulher	O lançamento da cartilha, evento planejado pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Aracaju, teve como escopo sensibilizar a sociedade para a compreensão da violência como questão social, que depende do compromisso e envolvimento de todos	18/11/2015	Centro Cultural de Aracaju Aracaju/SE

Tabela 52 - Participação do CAOp dos Direitos da Mulher em Eventos

Iniciativas - CAOp dos Direitos da Mulher	
Tipo da Atividade	Quantidade
Ofícios Expedidos	364
Participações em Reuniões ou Encontros	11
Audiências públicas	1
Pesquisa Doutrinária ou Jurisprudencial	2
Outras Atividades de Apoio	150
<ul style="list-style-type: none"> No Projeto MP Itinerante, foram distribuídos diversos <i>folders</i> referente à rede de atendimento à mulher, assim como panfletos sobre a Prevenção do câncer do colo do útero 	

Tabela 53 - Atividades Desenvolvidas pelo CAOp dos Direitos da Mulher



1.1.12. Área Administrativa

A Área Administrativa do Ministério Público de Sergipe corresponde à área meio da Instituição, auxiliando na realização de suas atividades finalísticas.

É composta por Diretorias, Divisões e outros setores organizados, conforme demonstrado nas tabelas em seguida:

Área Administrativa do Ministério Público de Sergipe	
Órgão	Descrição
Assessoria Jurídica	Setor responsável por assessorar juridicamente o Procurador-Geral de Justiça e o Secretário-Geral do Ministério Público no exercício de suas funções administrativas. É composta por 02(duas) Assessorias: <ul style="list-style-type: none"> • Assessoria de Consultoria de Licitação e Contratos • Assessoria de Consultoria de Processos Administrativos
Centro Médico	Órgão responsável pela realização de atendimentos médicos e procedimentos de enfermagem a Membros, Servidores e seus dependentes
Diretoria Administrativa	Responsável pela direção, supervisão e acompanhamento das atividades de suporte administrativo. É composta por 5 (cinco) Divisões: <ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Patrimônio • Divisão de Material • Divisão de Apoio Administrativo • Divisão de Engenharia e Manutenção • Cartório do 1º Grau
Diretoria de Recursos Humanos	Setor responsável pela gerência dos Recursos Humanos do Ministério Público de Sergipe. Compreende 4 (quatro) Divisões: <ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Gestão de Pessoas – Área Institucional • Divisão de Gestão de Pessoas, Admissão, Avaliação e Movimentação de Servidores • Divisão de Pagamentos e Centro de Custos • Divisão de Controle e Gestão de Estagiários
Diretoria Financeira	Compreende a gerência das finanças do MPSE, tendo como órgão de apoio a Divisão Financeira
Diretoria de Tecnologia da Informação	Compreende a gerência dos recursos tecnológicos do Ministério Público Estadual, sendo constituída de 5 (cinco) Divisões: <ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Infraestrutura • Divisão de Projetos e Bancos de Dados • Divisão de Produção de <i>Software</i> • Divisão de Suporte • Divisão de <i>Help Desk</i>

Tabela 54 - Órgãos Administrativos Vinculados à Secretaria-Geral

Área Administrativa vinculada diretamente à Procuradoria-Geral de Justiça	
Órgão	Descrição
Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade	Órgão cujo objetivo principal visa a promoção do desenvolvimento de princípios éticos, morais, sociais e espirituais entre os Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil	Setor responsável por auxiliar nas questões relacionadas ao Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil. Compõe-se de 2 (duas) Divisões: <ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos • Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatístico
Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos	Área responsável pelas atividades de comunicação interna e externa, eventos e cerimonial da Procuradoria-Geral de Justiça
Divisão de Controle Interno	Tem por finalidade a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncias de receitas

Tabela 55 - Órgãos Administrativos Vinculados à PGJ



1.2. Recursos do Ministério Público Estadual

1.2.1. Recursos Humanos

Os Recursos Humanos do Ministério Público de Sergipe são compostos pelos Membros (Procuradores e Promotores de Justiça), Servidores (efetivos, requisitados, comissionados e conveniados), estagiários (nível médio e superior) e terceirizados que trabalham na Instituição, prestando atendimento direto à população, atuando na área-fim ou exercendo funções administrativas.

O MPSE vem procurando, a cada ano, preencher o seu quadro de pessoal, tendo alcançado significativa evolução, conforme demonstrado na tabela em seguida:

Cargos de Provimento Efetivo	Preenchidos				
	2011	2012	2013	2014	2015
Analista do MP – Administração	1	0	2	2	2
Analista do MP – Biblioteconomia	0	0	0	0	0
Analista do MP – Ciências Contábeis	3	3	4	4	4
Analista do MP – Comunicação Social	0	0	0	0	0
Analista do MP – Design/Habilitação Design Gráfico	0	0	0	0	0
Analista do MP – Direito	116	129	133	138	142
Analista do MP – Economia	0	0	0	0	0
Analista do MP – Enfermagem	0	0	0	0	0
Analista do MP – Engenharia Civil	1	1	1	1	1
Analista do MP – Informática **	8	10	10	17	17
Analista do MP – Informática – Gestão e Análise de Projeto de Infraestrutura				5	5
Analista do MP – Informática – Gestão e Análise de Projeto de Sistema		x		12	12
Analista do MP – Medicina ***	0	0	0	0	0
Analista do MP – Medicina – Medicina do Trabalho				0	0
Analista do MP – Medicina – Perícia Médica				0	0
Analista do MP – Medicina – Cardiologia		x		0	0
Analista do MP – Medicina – Ginecologia				0	0
Analista do MP – Psicologia	0	0	0	0	0
Analista do MP – Fisioterapia				0	0
Analista do MP – Odontologia		x		0	0
Analista do MP – Serviço Social	2	2	3	3	2
Cargos de Provimento Efetivo de Nível Básico em Extinção *	11	11	11	10	7
Cargos de Provimento Efetivo de Nível Médio em Extinção *	34	32	31	27	25
Cargos de Provimento Efetivo de Nível Superior em Extinção *	7	6	6	4	3
Técnico do MP – Área Administrativa	103	110	118	166	159
Técnico do MP – Especialidade Manutenção e Suporte de Equipamentos de Informática e Softwares	3	6	4	7	7
Técnico do MP – Especialidade Técnico em Enfermagem				0	0
Técnico do MP – Especialidade Técnico em Higiene Dental		x		0	0
TOTAL	289	310	323	379	369

Tabela 56 - Ocupação do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo

x – Cargos criados a partir da vigência da Lei nº 7.847, de 12 de maio de 2014, a partir de maio/2014.

** - Conforme a Lei nº 7.847, de 12 de maio de 2014, art. 3º, foram definidas as especialidades do cargo de Analista do Ministério Público – Informática, em “Gestão e Análise de Projeto de Infraestrutura” e “Gestão e Análise de Projeto de Sistema”, a partir de maio/2014.

*** - Conforme a Lei nº 7.847, de 12 de maio de 2014, art. 4º, foram definidas as especialidades do cargo de Analista do Ministério Público – Medicina, em “Medicina do Trabalho” e “Perícia Médica”, a partir de maio/2014.

1.2.1.1. Concurso Público de Servidores

O número de candidatos convocados no último concurso público, realizado para provimento de cargos públicos de Técnico e Analista do quadro permanente de pessoal do Ministério Público, alcançou um total de 111 (cento e onze), dos quais 19 (dezenove) compunham a lista exclusiva de candidatos com deficiência, conforme rege o Edital nº 01/2013.

Apesar de 2015 ter sido um ano de baixa convocação, afetado pela necessidade de equilíbrio nas contas públicas, em um contexto nacional, compensou-se esse efeito negativo com a prorrogação do certame que venceria em dezembro de 2015, por mais 02 (dois) anos, possibilitando, assim, o ingresso de novos servidores no quadro do Ministério Público tão logo a situação seja normalizada.

1.2.1.2. Admissão de Estagiários

Através da Portaria nº 2.643/2015, de 15 de outubro de 2015, da lavra da Procuradoria-Geral de Justiça, foram atualizados os Quadros de Estagiários de Nível Superior (Direito e Outros Cursos) e de Nível Médio (Ensino Médio e Fundamental) dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, totalizando 174 (cento e setenta e quatro) vagas nas seguintes áreas:

- 141 – Direito;
- 16 – Outros Cursos;
- 17 – Nível Médio.

Ressalte-se que, durante o período abordado por este Relatório de Gestão, foram admitidos 154 (cento e cinquenta e quatro) estagiários, distribuídos nos quadros de Nível Superior (Direito e outros Cursos) e Nível Médio (Ensino Médio e Fundamental), que ingressaram na Instituição através do processo seletivo demonstrado abaixo:

Processos Seletivos de Estagiários em 2015		
Edital	Nível	Local de vagas
001/2015, de 27 de janeiro de 2015	Médio	Formação de cadastro de reserva para estágio em unidades administrativas, operacionais e institucionais do Ministério Público em Aracaju

Tabela 57 - Processos Seletivos de Estagiários em 2015

1.2.1.3. Celebração de Acordo de Cooperação - Estágio não Obrigatório

Em 2015, celebraram-se os seguintes Acordos de Cooperação, com a finalidade de oferecer estágio não obrigatório:

Concedente	Data	Objetivo	Prazo
Faculdade Sete de Setembro – FASETE	26 de março de 2015	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na Faculdade Sete de Setembro – FASETE a realização de estágio não obrigatório, a ser desenvolvido nas dependências da concedente.	5 (cinco) anos
Colégio Didático LTDA	27 de março de 2015	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados no Colégio Didático visando a complementação de ensino e da aprendizagem social, profissional e cultural, de acordo com os currículos, programas e calendários escolares.	5 (cinco) anos
União Brasileira de Educação LTDA (Faculdade Serigy – UNIRB)	17 de junho de 2015	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na Faculdade Serigy – UNIRB a realização de estágio não obrigatório, a ser desenvolvido nas dependências da concedente.	5 (cinco) anos
Universidade Federal de Sergipe – UFS	02 de julho de 2015	Proporcionar aos alunos matriculados nos cursos de graduação da UFS, oportunidade de realização de estágio curricular não só nas dependências deste Órgão Ministerial como também junto aos seus programas, projetos e atividades, de acordo com as possibilidades de oferecimento de vagas à UFS pelo Ministério Público.	5 (cinco) anos

Tabela 58 - Acordos de Cooperação – Estágio Não Obrigatório



1.2.2. Recursos Orçamentários

O ano de 2015 consolidou-se como o último ano do Plano Plurianual do quadriênio, cujo orçamento aprovado para atender suas demandas foi de **R\$ 162.455.350,00** (Cento sessenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e cinquenta reais).

Destaca-se, ainda, que a participação do Órgão no Orçamento do Estado, considerando a natureza de suas ações, apresenta-se insuficiente para atender à crescente demanda da população sergipana. Diante disso, o gráfico a seguir demonstra os percentuais dos orçamentos dos Órgãos e Poderes Autônomos em relação ao orçamento total do Estado.

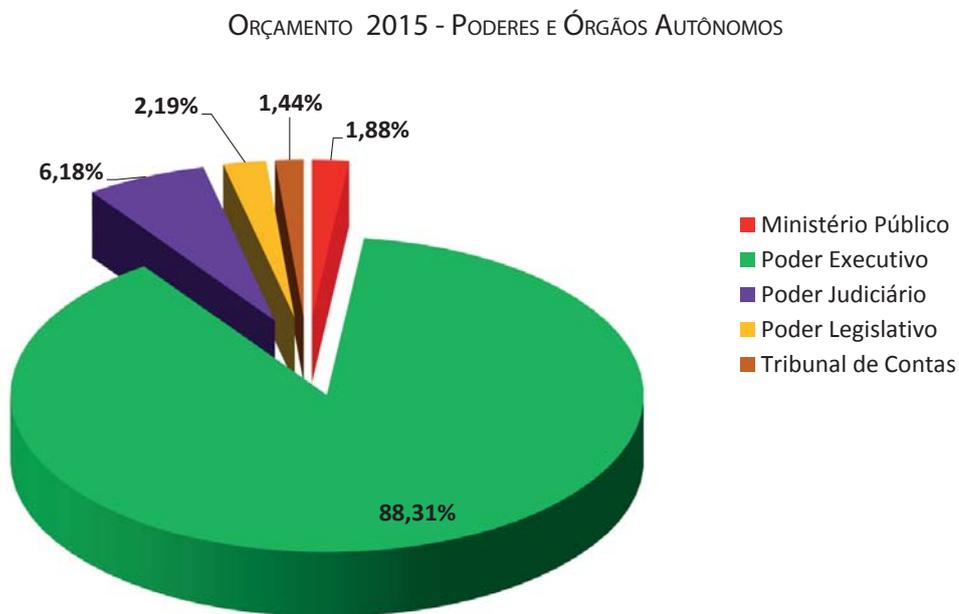


Gráfico 17 - Orçamento 2015 - Poderes e Órgãos Autônomos.

Nesse contexto, de forma a adequar nossas despesas aos escassos recursos destinados a esta Unidade Ministerial, realizaram-se, durante todo o ano, medidas de contenção de despesas, conforme tabelas a seguir:

Medidas para Reduzir Despesas de Custeio	Economia (RS)
Redução do número de Estagiários de nível médio	118.794,49
Redução do número de terceirizados e dos valores contratos de prestação de serviços vigentes, suspensão de novas contratações de serviços e não renovação de alguns contratos a vencer	2.571.539,89
Contingenciamento de diárias	200.000,00
Redução de custos para aquisição de materiais e serviços para uso nas atividades de Tecnologia da Informação - TI	680.500,00
Total Anual	3.570.834,38

Tabela 59 - Redução com Despesas de Custeio

Medidas para Reduzir Despesas de Investimento	Economia (RS)
Redução de Investimentos previstos para aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação – TI; na Construção de Unidades para MP; na Reestruturação de Unidades do MP; na recomposição da frota de veículos, dentre outros	2.300.000,00
Total Anual	2.300.000,00

Tabela 60 - Redução com Despesas de Investimento

Medidas para Reduzir Despesas com Pessoal	Economia (RS)
Suspensão do pagamento da Gratificação Especial Operacional – GEO II; suspensão do pagamento de Unidade Fiscal Padrão – UFP referente ao Adicional de Trabalho Técnico de comissões e suspensão de pagamento de substituições	4.425.297,07
Total Anual	4.425.297,07

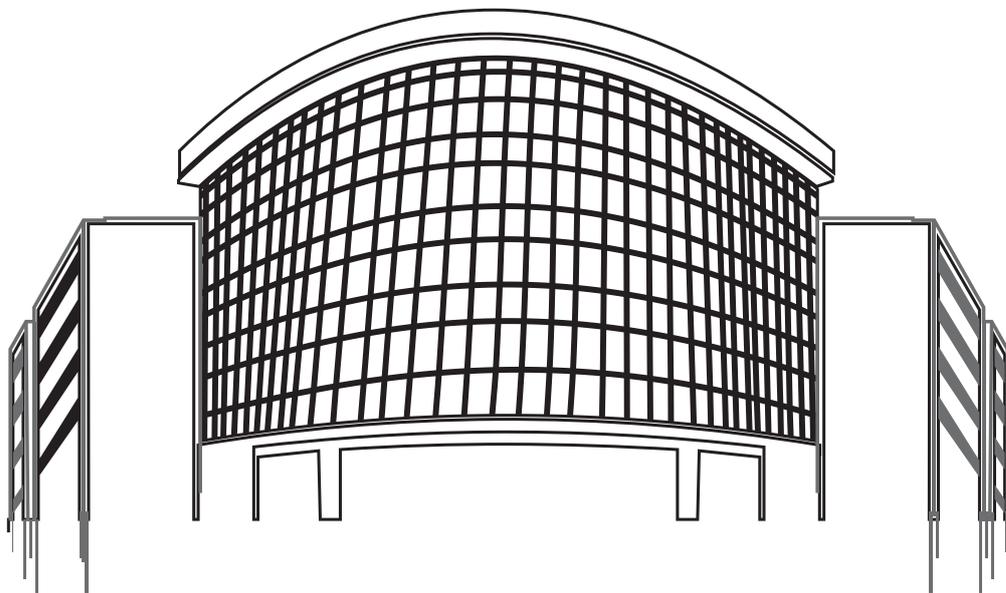
Tabela 60 - Redução com Despesas de Pessoal

Assim, as decisões tomadas pela Administração Superior promoveram uma economia anual de **R\$ 10.296.131,45** (Dez milhões, duzentos e noventa e seis mil, cento e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos), que, apesar dos esforços, não foram suficientes para atender o crescimento das despesas do Órgão, fazendo-se necessário, ainda, suplementação do nosso orçamento.

Deste modo, após reiterados pleitos ao Governo Estadual, conseguimos alcançar, no final do exercício, o orçamento total de **R\$ 175.938.574,44** (Cento e setenta e cinco milhões, novecentos e trinta e oito mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), conforme demonstram os gráficos a seguir, o qual, sofreu contingenciamento por parte do Governo Estadual no valor de **R\$ 3.539.819,97** (Três milhões, quinhentos e trinta e nove mil, oitocentos e dezenove reais e noventa e sete centavos):



Gráfico 18 - Orçamento Atualizado 2015 - Por Grupo de Despesa



1.2.3. Recursos Patrimoniais

A Divisão de Patrimônio do Ministério Público de Sergipe efetua o controle dos Bens Móveis e Equipamentos de Informática do Órgão, através do Sistema THEMA, possibilitando os seguintes registros:

- cadastro/tomada de contas: Bens Móveis – Simples; Demonstrativo de Bens Adquiridos no Exercício; e Demonstrativo Patrimonial Móvel;
- relatórios/consulta: Inventário de Bens Móveis; Transferência de Bens Selecionados – Simples; Controle Patrimonial e Consulta (Órgãos e Unidades); Termo de Baixa; e Histórico de Movimentação do Bem;
- controle patrimonial/consultas: Histórico de Bens Móveis; Transferência de Bens – Simples; Demonstrativos de Bens Alienados no Exercício e Interno; Estatísticas de Bens por Subgrupos e por Unidade/Setor; Doação; e Leilão.

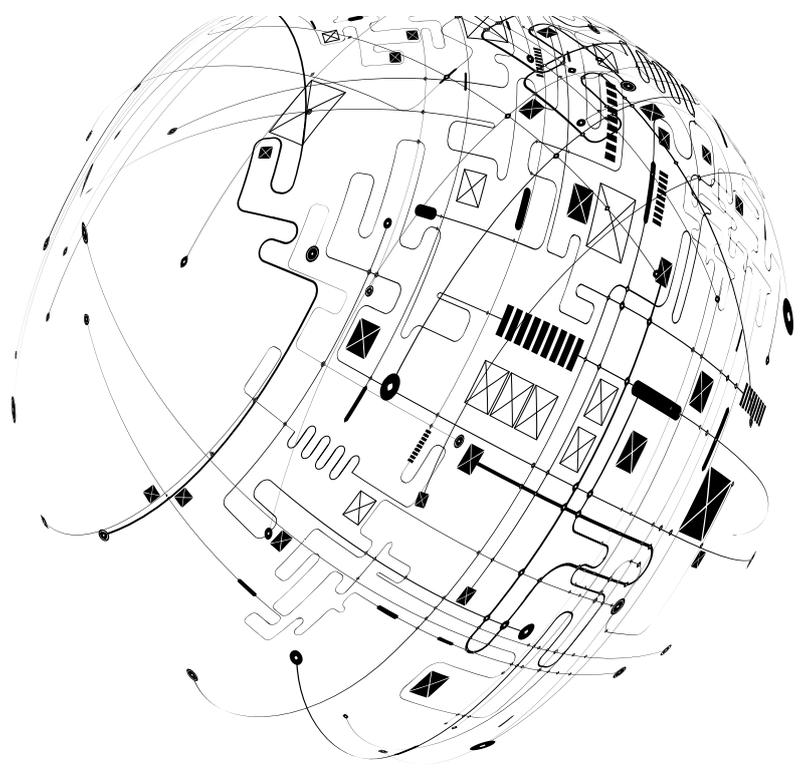
Dessa forma, são controlados e contabilizados pela Divisão de Patrimônio, subordinada à Diretoria Administrativa, todos os bens móveis e imóveis da Instituição, adquiridos, cedidos e doados.

No período compreendido entre janeiro e dezembro de 2015, foi registrada a aquisição de 97 (noventa e sete) bens, correspondente ao total de R\$ 86.681,61 (oitenta e seis mil, seiscientos e oitenta e um reais e sessenta e um centavos).

Em sua grande maioria, os bens adquiridos são destinados à manutenção dos setores do Ministério Público do Estado de Sergipe, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Lista de Equipamentos Adquiridos – 2015			
Item	Equipamentos	Quant.	Valor
1	Equipamentos de Informática	30	60.551,60
2	Mobília em Geral e Utensílios	65	25.946,09
3	Material Veículos	1	90,00
4	Telefonia	1	93,92
TOTAL		97	86.681,61

Tabela 62 - Equipamentos Adquiridos em 2015



1.2.4. Recursos Tecnológicos

Durante o ano de 2015, a exemplo de outros exercícios, as demandas por investimentos em equipamentos e sistemas necessários ao desenvolvimento tecnológico dos trabalhos da Instituição não pararam de crescer. Diversos produtos e serviços foram adquiridos e diversos contratos firmados, conforme elencado nas tabelas a seguir:

INVESTIMENTOS EXECUTADOS - 2015		
Descrição	Item	Total
Aquisição 15 All In One	R\$ 2.976,00	R\$ 44.640,00
Instalação Fibra Ótica MPSE - TJSE	R\$ 7.560,00	R\$ 7.560,00
Suprimentos Suporte MPSE	R\$ 15.025,80	R\$ 15.025,80
TOTAL DE INVESTIMENTOS		R\$ 52.200,00

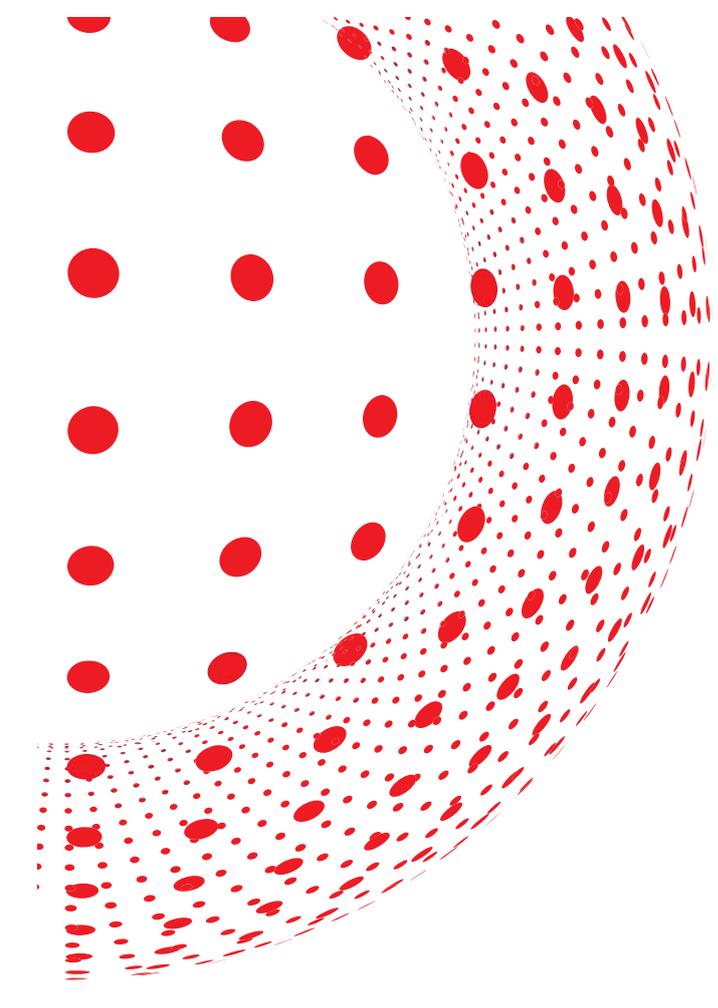
Tabela 63 - Investimentos em Equipamentos, Serviços e Licenças

CONTRATOS - 2015		
Descrição	Mensal	Anual
Convênio TJSE (Janeiro-Agosto)	R\$ 23.000,00	R\$ 184.000,00
Manutenção PABX Sede	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00
Manutenção Sistema Folha Thema	R\$ 4.761,24	R\$ 57.134,88
Manutenção câmeras e cia - Fonmart (Janeiro-Abril)	R\$ 32.921,45	R\$ 164.607,25
Manutenção câmeras e cia - Fonmart (Maio-Dezembro)	R\$ 20.000,00	R\$ 140.000,00
Link Internet Oi 20MBps (Junho)	R\$ 4.475,29	R\$ 40.277,61
Link Internet 60Mbps (Início em Julho)	R\$ 8.550,00	R\$ 51.300,00
Contrato MPLS - Etapa1 - 24 cidades	R\$ 29.047,65	R\$ 174.285,90
Convênio TJSE (Set-Dez)	R\$ 16.599,00	R\$ 66.396,00
Crédito Parcela Final Convênio TJSE	-R\$ 15.637,44	-R\$ 15.637,44
TOTAL DE CONTRATOS	R\$ 97.707,98	R\$ 910.364,20

Tabela 64 - Contratos de TI firmados/2015

1.3. Ministério Público de Sergipe Melhor Estruturado para o Cidadão





1.3.1. Promoção de Melhorias nas Unidades Ministeriais

Como resultado das necessidades identificadas pela Divisão de Engenharia do Ministério Público de Sergipe, por meio de vistorias realizadas nas Unidades do Órgão Ministerial, foram geradas as seguintes iniciativas:

- Reforma e adequação da acessibilidade na Subsede do Ministério Público no município de Estância: contemplou melhorias na cobertura, pintura, instalação de esquadrias, grades de segurança e nas instalações elétricas, além da adequação do edifício às normas de acessibilidade – NBR 9050/2004;
- Convênio firmado entre o Ministério Público de Sergipe e o Tribunal de Justiça, para reforma e ampliação das Promotorias de Justiça localizadas nos prédios do Poder Judiciário Estadual, mediante apoio financeiro.

1.3.2. Harmonização e Funcionalidade das Instalações da Ouvidoria

Foi implementada a padronização do mobiliário da Ouvidoria e mudança do *layout*, otimizando-se o seu uso, e disponibilizados mais computadores para que cada servidor tivesse acesso a uma estação de trabalho. O ambiente recebeu quadros decorativos, tornando-se mais agradável.

O espaço ficou mais organizado, a sala do Ouvidor foi destinada aos atendimentos reservados dos manifestantes e a reuniões. A área útil aumentou, assim como o rendimento dos servidores.



2. DESTAQUES DO PERÍODO





2.1. Parcerias com Instituições Públicas e Privadas/Acordos de Cooperação

No período em foco, foram firmadas as seguintes parcerias entre o Ministério Público e outras Instituições:

Outra(s) Parte(s)	Objeto
CBMSE, CEDUPI e COVISA-SE	Termo de Cooperação - fiscalização de Instituições de Longa Permanência para Idosos situadas em todo o Estado de Sergipe, estabelecendo-se um Grupo de Trabalho permanente com tal finalidade, verificando as suas condições de funcionamento
Colégio Arquidiocesano "Sagrado Coração de Jesus"	Acordo de Cooperação (Estágio não obrigatório) – Desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008
Colégio Ômega Ltda.	Acordo de Cooperação (Estágio não obrigatório) – Desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008
Colégio Pio Décimo	Acordo de Cooperação (Estágio não obrigatório) – Desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008
Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO	Termo de Cooperação - Realização de campanha que tem como escopo a mobilização da sociedade para a redução da violência contra a mulher no Estado de Sergipe

Outra(s) Parte(s)	Objeto
Conselho Regional de Odontologia de Sergipe	Termo de Cooperação - Estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente de fiscalização, visando assegurar o cumprimento das normas que regem a atividade sujeita ao CRO/SE, com vistas a uma melhor implementação das atribuições legais que lhes são confluente e, em especial, para promoção de assessoramento científico ao MPSE em atos que demandem assunção de responsabilidade técnica em prol da instrução de procedimentos judiciais ou investigativos patrocinados ou presididos por seus Membros
Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe - DETRAN	Termo de Cooperação Técnica - Acesso à internet para consultar os registros do banco de dados do DETRAN pelos Membros e/ou Servidores do Ministério, através da disponibilização de senha e software, objetivando o acesso às informações cadastrais de veículos, proprietários e condutores, apenas para fins de consulta e impressão dos dados acessados sobre bens móveis, de pessoa física ou jurídica e condutores habilitados em procedimentos em tramitação ou de interesse do Ministério Público
Faculdade AGES	Acordo de Cooperação (Estágio não obrigatório) – Desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008
Faculdade São Luís de França	Acordo de Cooperação (Estágio não obrigatório) – Desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE	Termo de Cooperação Técnica e Científica - Desenvolvimento de um programa de cooperação técnica e científica mútua, buscando aumentar a eficiência das atividades relacionadas ao velamento das fundações e acompanhamento das entidades de interesse social que atuam no Estado Sergipe e, simultaneamente, proporcionar a realização de atividades científicas, a capacitação acadêmica e o desenvolvimento profissional dos alunos, pesquisadores e professores da Fipec, o que se dará através da utilização dos Software que integram o “Sistema de Cadastro e Prestação de Contas” pela Procuradoria, e do fornecimento de parte dos dados nele inseridos e armazenados à Fipec
Ministério Público Federal	Acordo de Cooperação Técnica - Transferência de tecnologia para o recebimento e processamento de informações advindas do Sistema de Investigação de Movimentação Bancárias – SIMBA, o qual é composto de sistema de informática e de suporte técnico capaz de auxiliar na análise de quebras de Sigilo Bancário com a utilização de relatórios parametrizados, agilizando os procedimentos investigativos
Ministério Público Federal – PR/SE, Controladoria Regional da União – CGU/SE, Tribunal de Contas da União – SECEX/SE e Controladoria-Geral do Estado de Sergipe (Fórum Permanente de Combate à Corrupção no Estado de Sergipe – FOCCO)	Termo de Compromisso de Cooperação - Ampliar e aprimorar, de modo expresso e efetivo, a integração entre as instituições e órgãos públicos compromissados, nas diversas esferas da Administração Pública com atuação no âmbito do Estado de Sergipe, com o intuito de desenvolvimento de ações direcionadas ao: <ul style="list-style-type: none"> • diagnóstico, prevenção e repressão à corrupção; • incentivo e fortalecimento do controle social; • tráfego de dados e documentos.
Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos - SEIDH	Termo de Cooperação Técnica - Execução de cooperação entre as partes, para proporcionar às crianças e aos adolescentes o formal reconhecimento da paternidade e o consequente direito de percepção da pensão alimentícia, inserindo-as na sociedade de acordo com seus paradigmas, conforme fins que se especificam
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC	Termo de Cooperação - Melhorar a execução do Programa de Apoio ao Estudo e de Incluir o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC como parceiro
Sociedade de Educação Tiradentes	Termo de Parceria - Concessão de descontos nos cursos de Graduação e Pós-Graduação ofertados pela Universidade Tiradentes – UNIT
Tribunal de Contas do Estado de Sergipe	Acordo de Cooperação Técnica - A disponibilização de equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe para auxiliar os membros do Ministério Público nos procedimentos e/ou processos judiciais pertinentes
Tribunal de Justiça de Sergipe	Convênio - Possibilitar o compartilhamento das informações nos Bancos de Dados dos Convenientes e da rede do Tribunal de Justiça, além da conexão das estações de trabalho do Ministério Público localizadas nos prédios do Poder Judiciário
Unicursos Ensino Ltda (Curso e Colégio Unificado)	Acordo de Cooperação (Estágio não obrigatório) – Desenvolvimento do educando para a cidadania, a vida e o trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008

Tabela 65 - Parcerias Firmadas



2.2. Destaques da Área Fim

2.2.1. Projetos Sociais

2.2.1.1. Censo Educacional

Programa existente desde o ano 2000, o **Censo Educacional** possui como meta principal a visitação de todos os domicílios de determinado bairro/Município, a fim de verificar quais crianças e adolescentes estão fora da sala de aula.

Em atuação conjunta com a Secretaria Estadual de Educação, o Ministério Público de Sergipe, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação, realiza periodicamente Censo Educacional nos Bairros de Aracaju, além de outros Municípios de Sergipe, para, assim, obter dados acerca do número de crianças e adolescentes fora das salas de aula, os motivos da evasão e outras informações relevantes.

A característica marcante do Censo Educacional é a visita a cada uma das residências do Bairro ou do Município durante a realização do evento. Graças à metodologia aplicada, são obtidos dados estatísticos reais de pessoas que estão fora da sala de aula, inclusive com o nome e endereço do cidadão que precisa ter garantido o seu direito constitucional de acesso à educação. Acrescente-se que durante o Censo também são identificadas crianças e adolescentes sem registro civil e implementadas ações para obtenção de seus registros. Também são identificadas crianças e adolescentes que necessitam de cuidados educacionais especiais, para atender tais necessidades e garantir-lhes o acesso à educação.

Durante o ano de 2015, foram realizadas diversas etapas do Censo Educacional, conforme apresentado a seguir:

Censo Educacional 2015		
Local	Mês	Domicílios visitados
Feira Nova/SE	Abril	2.152 (dois mil, cento e cinquenta e dois)
Telha/SE	Junho	1.092 (mil e noventa e dois)
Poço Verde/SE	Setembro	3.931 (três mil, novecentos e trinta e um)

Tabela 66 - Etapas do Censo Educacional 2015.

Pós-Censo Educacional 2015	
Local	Mês
Feira Nova/SE	Maio
Telha/SE	Agosto
Poço Verde/SE	Novembro

Tabela 67 - Pós-Censos Educacionais realizados em 2015.

Diante do diagnóstico obtido nos Censos, são planejadas e executadas políticas públicas que serão realizadas para a garantia e ampliação do acesso à Educação, a exemplo:

1. construção de Escolas e Creches para atender a demanda;
2. responsabilização e engajamento dos Órgãos Públicos e da Sociedade Civil na busca da cidadania e do acesso universal à rede pública;
3. diagnóstico das carências de determinada localidade, em relação à Educação, tais como a necessidade de construção de Escolas, remanejamento de professores, criação de turmas, ampliação do transporte escolar etc.;
4. identificação de portadores de necessidades especiais, assegurando o acesso à Educação e às políticas públicas, dentre outros serviços destinados à sua inserção social e tratamento, caso necessário;
5. emissão de documentos, como a Certidão de Nascimento, para as pessoas que não possuem registro, viabilizando a realização de matrículas na Rede Pública, bem como acesso aos demais serviços públicos.

2.2.1.2. Projeto “Bom Samaritano”

O Projeto “BOM SAMARITANO”, desde 2011, cultiva a solidariedade, o respeito ao próximo e sensibiliza os integrantes do Ministério Público de Sergipe a desenvolverem valores humanitários. Através de um trabalho voluntário, Membros e Servidores deste Órgão Ministerial visitam instituições carentes para ofertar donativos arrecadados e levar muita alegria.

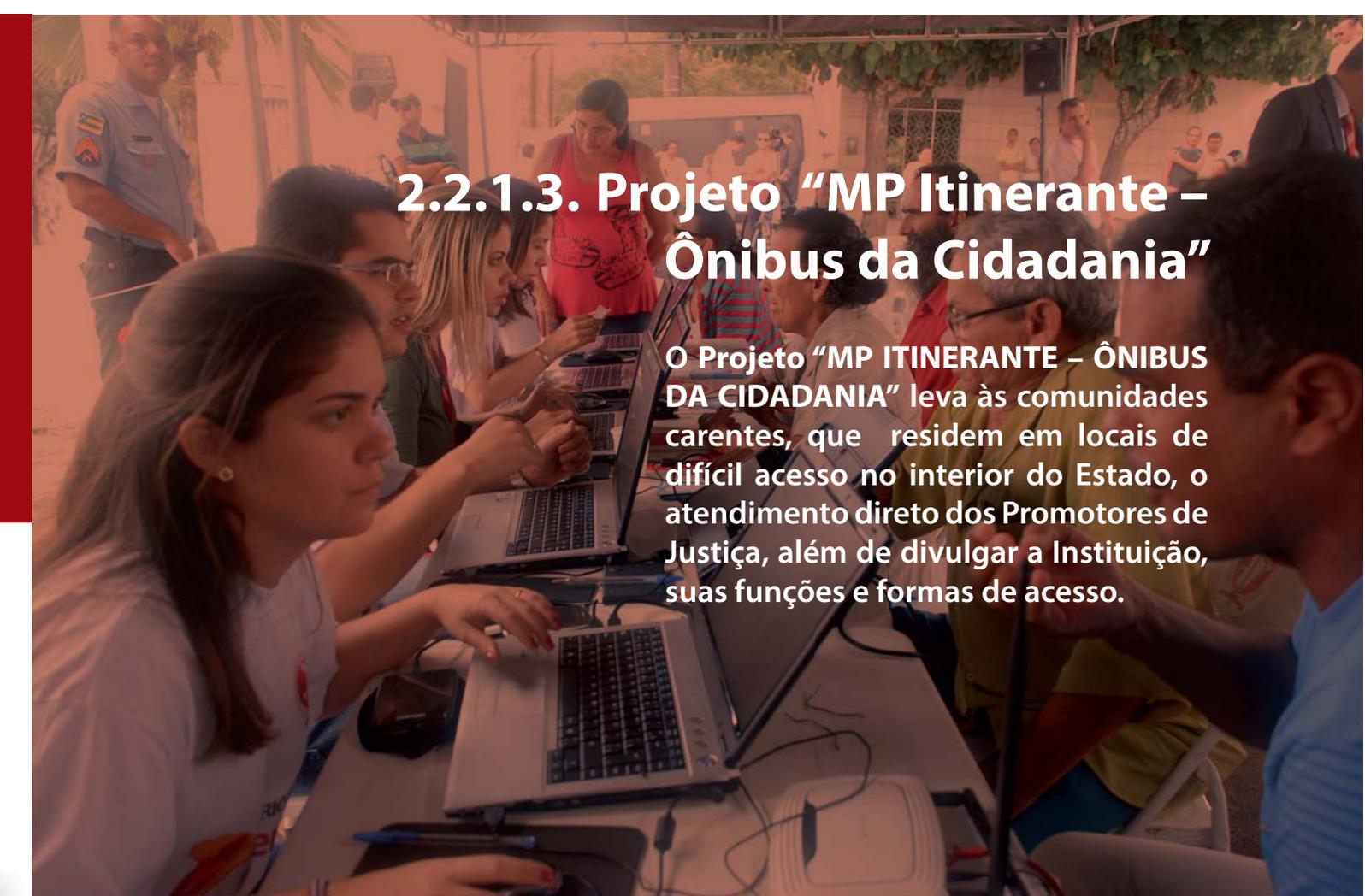
A instituição visitada em 2015, no mês de maio, foi o “RECRIARTE - Reforço Criativo Escolar”, que atende crianças e adolescentes com idade entre 7 (sete) e 14 (quatorze) anos e desenvolve atividades socioeducativas e culturais.

Integrantes do Coral Vozes da Cidadania do MPSE abrilhantaram o evento com um repertório animado, de muito forró, levando todos os presentes a participarem, entrando no clima dos festejos juninos. Na ocasião foram servidos cachorro-quente, pipoca e várias guloseimas, à criançada e demais participantes.



A equipe do RECRIARTE retribuiu o carinho com cartões de agradecimento e apresentações de dança. As crianças fizeram, ainda, uma linda e emocionante homenagem a uma professora do Projeto, com a música “Ao Mestre com Carinho”.





2.2.1.3. Projeto “MP Itinerante – Ônibus da Cidadania”

O Projeto “MP ITINERANTE – ÔNIBUS DA CIDADANIA” leva às comunidades carentes, que residem em locais de difícil acesso no interior do Estado, o atendimento direto dos Promotores de Justiça, além de divulgar a Instituição, suas funções e formas de acesso.

O “Ônibus da Cidadania” possui 06 (seis) gabinetes internos e 01 (um) externo, sendo este último destinado ao atendimento de pessoas com necessidades especiais. Através da unidade móvel, as Promotorias prestam atendimento nas áreas de: Educação, Saúde, Direitos Humanos em geral, Pessoas com Deficiência e Idosos, Infância e Adolescência, Paternidade Responsável, Direito da Mulher, Consumidor, Meio Ambiente e Urbanismo, Entidades de Interesse Social, Patrimônio Público, Atividades Cíveis e Criminais e Segurança Pública.

Em 2015, o Projeto atuou em diversos municípios de Sergipe, conforme detalhado na tabela abaixo:

PROJETO MP ITINERANTE - 2015	
LOCAL	DATA
Povoado São José – Japarutuba/SE	27/03/2015
Poço Verde/SE	24/04/2015
Povoado Lagoa da Volta - Porto da Folha/SE	22/05/2015
Povoado Serra do Machado – Ribeirópolis/SE	19/06/2015
Povoado Aguada – Carmópolis/SE	23/10/2015

Tabela 68 - Dados do Projeto MP Itinerante



2.2.1.4. Projeto “MP de Portas Abertas”

O Projeto “MP DE PORTAS ABERTAS” é um instrumento complementar de transparência e publicidade das atividades do Ministério Público de Sergipe.

A iniciativa contempla a realização de visitas pelo público externo, divulgação para a sociedade em geral sobre a origem do Ministério Público, os seus princípios institucionais, funções, prerrogativas, a sua autonomia em relação aos demais Poderes e o seu forte poder fiscalizatório.

O Projeto serve como mais um ponto norteador de apoio à formação dos estudantes para a escolha futura de suas profissões, dentro das suas vocações, além de contribuir para o fortalecimento da cidadania, com o conhecimento prático da atuação de um dos órgãos estruturantes do Estado Democrático de Direito.



No período abordado neste Relatório, o “MP DE PORTAS ABERTAS” realizou as seguintes etapas:

INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE	DATA	LOCAL DOS EVENTOS
Escola Estadual Senador José Alves do Nascimento	25/03/2015	Sala de aula 01 da ESMP
Escola Municipal Vereador João Prado	27/03/2015	Povoado São José Município de Japaratuba.
Universidade Tiradentes	22 de abril	Sala de aula 01 da ESMP
Escola Municipal João Oliveira.	24 de abril	Povoado São José Município de Poço Verde.
Universidade Tiradentes	28 de abril	Sala de aula 01 da ESMP
Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos Professor Severino Uchôa.	29 de abril	Sala de aula 01 da ESMP
Universidade Tiradentes	30 de abril	Sala de aula 01 da ESMP
Universidade Tiradentes	05 de maio	Sala de aula 01 da ESMP
Faculdade Estácio de Sá - FASE	06 de maio	Sala de aula 01 da ESMP
Centro de Cultura da Serra do Machado	19 de junho	Povoado Lagoa da Volta Município de Ribeirópolis
Colégio Estadual Olavo Bilac	09 de setembro	Sala de aula 01 da ESMP
Universidade Tiradentes	10 de setembro	Sala de aula 01 da ESMP
Universidade Tiradentes	16 de setembro	Sala de aula 01 da ESMP
Universidade Tiradentes	23 de setembro	Sala de aula 01 da ESMP
Faculdade FASER	30 de setembro	Sala de aula 01 da ESMP
Universidade Tiradentes	15 de outubro	Sala de aula 01 da ESMP
Universidade Tiradentes – UNIT e Faculdade Pio Décimo	28 de outubro	Sala de aula 01 da ESMP
Faculdade Estácio de Sá – FASE	04 de novembro	Sala de aula 01 da ESMP
Fundação Baiana Marina Souza	20 de novembro	Sede do MPSE
Colégio Estadual Governador Djenal Tavares Queiroz	25 de novembro	Sala de aula 01 da ESMP

Tabela 69 - Dados do Projeto MP de Portas Abertas



2.2.1.5. Projeto Florescer “Construindo a Liberdade”

A manhã do dia 1º de setembro de 2015 foi de festa e comemoração para as mulheres em situação de prisão no Presídio Feminino – PREFEM, oportunidade em que lançaram um segundo livro intitulado “Um Outro Olhar”. O auditório do MP foi contagiado pela alegria e emoção dos que prestigiaram o evento.

A segunda edição do livro acompanha o sucesso do primeiro, lançado em 2013, denominado “Outras Vozes”. A obra está inserida nas realizações do Projeto “FLORESCER”, iniciativa do Ministério Público de Sergipe, em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, que tem por objetivo fortalecer a cidadania das mulheres em situação de prisão no PREFEM, através do estímulo à informação e à inserção no mercado de trabalho.

O Livro surgiu de ideias formuladas durante as aulas da “Oficina das Palavras”, ministradas, voluntariamente, pelo poeta e escritor Araripe Coutinho (*in memoriam*), que foi homenageado pelas autoras do Livro e lembrado pela música da cantora Amorosa.

Também participaram do lançamento o Secretário da Justiça, Antônio Hora Filho, a Diretora do PREFEM, Valéria Patrícia Victor Farias, a Coordenadora da Mulher do Tribunal de Justiça de Sergipe, Adelaide Maria Martins Moura, além de vários Membros e Servidores do MPSE. A trilha sonora ficou por conta do Coral do MP “Vozes da Cidadania”.



2.2.1.6. Projeto “Reforço Criativo Escolar – Recriarte”

Instituído em 2001 pelo Ministério Público de Sergipe, no âmbito do Projeto Lixo e Cidadania, o **“RECRIARTE”** visa reduzir a incidência do trabalho infantil e promover a inclusão social de crianças e adolescentes, mediante o desenvolvimento de ações socioeducativas e culturais.

O MPSE disponibiliza a equipe da Divisão de Serviço Social - DIVSS (coordenação, assistentes sociais, pedagoga, técnicos administrativos e estagiários de Serviço Social) para o monitoramento do Projeto, reunião com os técnicos do “RECRIARTE”, supervisão do trabalho desenvolvido pelos estagiários de Pedagogia nas atividades em sala de aula, além de visitas institucionais objetivando:

- o levantamento de cursos para a inclusão dos adolescentes matriculados no projeto;
- o encaminhamento de casos individuais de saúde das crianças matriculadas;
- manutenção dos parceiros e a busca de outros colaboradores para o “RECRIARTE”.

A DIVSS realiza, ainda, o treinamento de novas estagiárias de Pedagogia colocadas à disposição por este Órgão Ministerial, objetivando o conhecimento e ambientação ao Projeto, como forma de preparação para o trabalho a ser desenvolvido.

Em 2015, o Projeto recebeu o prêmio de 2º lugar na Olimpíada Ambiental, promovida pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Sergipe, na categoria maquete, com o tema “ÁGUA”.

2.2.1.7. Projeto “Árvore da Solidariedade”

Implementado pelo MPSE em 2005, o Projeto “Árvore da Solidariedade” vem sendo executado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência e tem a finalidade precípua de promover a convivência comunitária e a inclusão social das crianças e adolescentes acolhidos, levando até estes o verdadeiro espírito do Natal.

Em 2015, o Projeto agraciou cerca de 150 (cento e cinquenta) crianças e adolescentes, acolhidos em 15 (quinze) entidades, sendo 10 (dez) na Capital e 05 (cinco) no Interior.

Durante o evento, foram realizadas atividades lúdicas e recreativas, além da distribuição de lanches, brindes e da participação do “Papai Noel”.

No período compreendido entre os meses de outubro a novembro do ano em foco foram realizadas:

1. visitas aos Servidores e Membros, no intuito de incentivar a doação voluntária de presentes para distribuição no Natal da Solidariedade;
2. reuniões com as entidades de acolhimento, animadora e servidores do MPSE para tratar da organização da festa natalina das crianças e adolescentes acolhidos;
3. atividades externas relativas ao evento (dias 05, 12, 13, 16, 18, 19, 23, 24, 25, 26 e 27/11/2015);
4. realização do “Árvore da Solidariedade”, no dia 26 de novembro, para as crianças e adolescentes de Aracaju e alguns interiores, no late Clube de Aracaju.



2.2.2. Direitos da Mulher

2.2.2.1. Projeto Concretizando Direitos

O **Projeto Concretizando Direitos da Mulher** surgiu de uma conjunção de ideias da Promotoria de Justiça de Arauá/SE, do Centro de Apoio Operacional – CAOP dos Direitos da Mulher do Ministério Público de Sergipe e do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM em Sergipe, bem como de profissionais ligados às Secretarias Estaduais de Saúde, Assistência Social e Educação.

Com a iniciativa, busca-se o fortalecimento da rede intersetorial de atendimento à mulher em situação de violência, baseado na compreensão de que essa rede só será efetivamente eficaz se houver diálogo constante, atuação conjunta e integração de ações pelos diversos órgãos que a compõem.

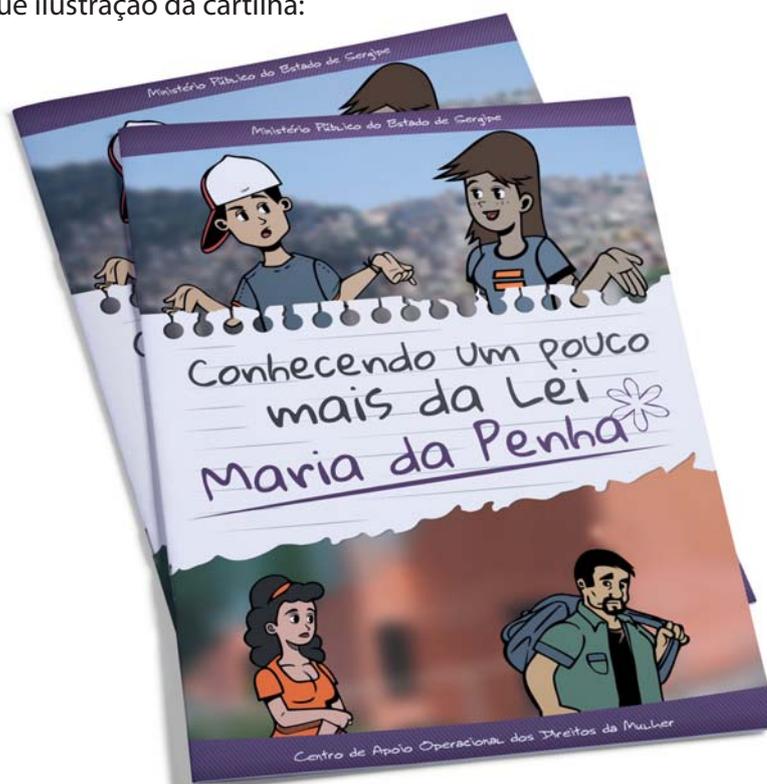
O Projeto propicia a sensibilização dos profissionais envolvidos no atendimento à mulher em situação de violência e da própria sociedade acerca do tema.

2.2.2.2. Elaboração de Cartilha em Formato Gibi

A **Cartilha “Conhecendo um Pouco mais da Lei Maria da Penha”** traz ilustrações abordando a Lei nº 11.340/06, que entrou em vigor no dia 7 de agosto de 2006.

O material será distribuído gratuitamente para crianças de ensino fundamental, jovens, Organizações Não Governamentais - ONG, bibliotecas e outros locais, visando aproximar a comunidade da legislação em vigor, conscientizar e promover o respeito à entidade familiar e aos direitos da mulher.

Abaixo, segue ilustração da cartilha:



2.2.2.3. Veiculação de Campanha nas Contas de Água

Uma parceria firmada entre o Ministério Público de Sergipe – MPSE e a Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO levou a campanha de combate à violência contra a mulher, com foco na Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), para milhões de sergipanos.

Um *banner* da campanha, idealizada pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher, foi inserido em todas as contas de água, durante o ano de 2015.

As contas de água foram enviadas a todos os municípios do Estado de Sergipe e no boleto foi estampada a marca criada pelo CAOp dos Direitos da Mulher, ocupando a parte superior, com a mensagem “Violência contra a mulher é crime. Denuncie. Ligue 180 ou procure o(a) Promotor(a) de Justiça”, conforme demonstrado na imagem abaixo:

A iniciativa gera uma oportunidade de fortalecer as políticas contra a violência doméstica, levando informação a respeito da legislação.

DESO COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE
 RUA CAMPO DO BRITO, 331 - P. 13 de Julho - 49.020-380 - Aracaju/SE
 CNPJ 13.018.171/0001-99 - INSC. EST. 27.051.036-2 - site: www.deso-se.com.br
 e-mail: deso@deso-se.com.br - PABX (79) 3226-1000 - FAX (79) 3226-1003
 08000-790195

FATURA MENSAL DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Localidade | Matricula | Nome do Cliente
 001 | |

Endereço (Rua, Nº)
 | |

CEP: 49047-190 | Roteiro de Leitura: 045014/00025 | Ident. do Hidrômetro: A12N410581 | Res. Com. Ind. Pub.: 1 0 0 0
 Leitura Atual: 363 | Leitura Anterior: 350 | Consumo m³: 13 | Data da Leitura: 17/09/2015 | Dias de Consumo: 30

Descrição dos Serviços	Valores
ÁGUA	41,87
ESGOTO	0,00

Responsável: 00000 | Histórico de Consumos/m³:
 03/2015 015: | 04/2015 017: | 05/2015 020: | 06/2015 015: | 07/2015 015: | 08/2015 011: | Média: 15

Motivo da Ausência de Leitura: | Código Auxiliar: 1R000 | VALORES EM R\$:
 Débito do Exercício: | Débito do Exercício Anterior: | ÁGUA: 41,87
 | | | ESGOTO: 0,00
 | | | SERVIÇOS: 0,00
 | | | TOTAL: 41,87

J F M A M J J A S O N D
 A E S R | Mês / Ano
 3 1 56 42 | 09/2015 | VENCIMENTO: 06/10/2015

Qualidade da Água Distribuída: Turbidez, Cor, Cloro, Flúor, Coliformes Totais, Coliformes Termotolerantes
 Nº de Amostras Analisadas: 237, 659, 659, 659, 237, 659, 659
 Nº de Amostras em Conformidade com a Portaria 2.914/2011: 624, 614, 614, 602, 609

As Amostras que não atenderam ao padrão foram solucionadas

"VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É CRIME. DENUNCIE - LIGUE 180 OU PROCURE O (A) PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA".

"VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É CRIME. DENUNCIE - LIGUE 180 OU PROCURE O (A) PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA".

Notificações
 A falta de pagamento dessa fatura 30 (trinta) dias após seu vencimento implicará na interrupção do fornecimento de serviços.

SC 09 Favor Autenticar no Verso COMPROVANTE DA DESO

DESO

Matricula	Ano Mês DV	Vencimento	TOTAL A PAGAR
146465.5	09/2015 0	06/10/2015	41,87

826300000005 418700418209 146465509207 151146465514

2.2.2.4. Implantação do Sistema Salve Mulher

O “**Sistema de Aviso Legal por Violência contra a Mulher - SALVE MULHER**”, lançado em 01 de dezembro de 2015, pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher, é um sistema instituído pelo Ministério Público de Sergipe que consiste num processo de comunicação e monitoramento contínuos, direcionados tanto à apuração de responsabilidade, quanto à proteção das vítimas.

Composto por um banco de dados e alimentado pelas Secretarias de Saúde e de Assistência Social de Aracaju, como também pelo Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis – DAGV, parceiros do Projeto, o sistema possibilitará elucidar o perfil da vítima, classe social, local do fato, dia da semana em que a ação costuma acontecer, renda familiar, perfil do agressor, dentre outros. Por meio dessas informações, é realizado um cadastro que subsidiará as ações e promoções de políticas públicas para combater as formas de violência doméstica praticadas contra a mulher.

O funcionamento do sistema dá-se mediante uma ficha de notificação compulsória, preenchida pelos parceiros do Ministério Público, inicialmente, Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social de Aracaju, além do Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis - DAGV, sendo os dados armazenados no sistema informatizado do MPSE e os casos acompanhados pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher.



2.2.3. Direitos Humanos



2.2.3.1. Uniformização dos Critérios de Acessibilidade

O Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, durante o ano de 2015, realizou ações referentes à área de acessibilidade, a exemplo das iniciativas abaixo:

- uniformização dos critérios de acessibilidade nos passeios públicos de todo o Estado
– Cartilha Calçadas Livres: tem como finalidade estabelecer critérios unificados de aplicação das normas técnicas de acessibilidade nos passeios públicos de todo o Estado;
- uniformização dos critérios de acessibilidade nos imóveis públicos, em todo o Estado
- Guia de Acessibilidade: tem como finalidade estabelecer critérios unificados de aplicação das normas técnicas de acessibilidade nos prédios e logradouros públicos, em todo o Estado.

Tanto a Cartilha, quanto o Guia de Acessibilidade em tela estão sendo finalizados, aguardando apenas a sua impressão pelo gestor público.

2.2.3.2. Campanha Pratique Cidadania

A **Campanha “PRATIQUE CIDADANIA”** tem como finalidade a conscientização da população acerca dos direitos dos idosos e das pessoas com deficiência.

A campanha educativa iniciou em 2013, em parceria com o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Município de Aracaju - SETRANSP, a Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT e a empresa de publicidade Superlux.

Em 2015 foi dada continuidade à iniciativa e, no mês de setembro, iniciou-se a Campanha “Mobilize-se em Amor”, em desenvolvimento pelo SETRANSP/AracajuCard, após intervenção do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, no sentido de conscientizar a população quanto à reserva de assentos às pessoas idosas e com deficiência, conforme preconiza a legislação vigente.

Os trabalhos foram desenvolvidos através da afixação de cartazes no interior dos veículos de transporte público, e da circulação de *busdoors* em toda a cidade, além de outras formas de divulgação. A campanha se estendeu até o final do mês de outubro.

2.2.3.3. Fiscalização de Instituições de Abrigamento de Pessoas Idosas da Capital e do Interior

O objetivo primordial deste Projeto é efetuar visitas anuais às Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI, situadas em todo o Estado de Sergipe, estabelecendo-se um Grupo de Trabalho permanente com tal finalidade, verificando as suas condições de funcionamento, conforme o Termo de Cooperação nº 001/2015, firmado entre o MPSE, o Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe - CBMSE, o Conselho Estadual dos Direitos e Proteção da Pessoa Idosa - CEDUPI e a Coordenadoria de Vigilância Sanitária – COVISA/SE.

Foram efetuadas visitas nas ILPI situadas em todo o Estado de Sergipe. Os relatórios elaborados pelos Órgãos competentes foram encaminhados aos Promotores de Justiça com atribuição para atuar em cada localidade, para a adoção das providências que entenderem cabíveis, diante da realidade verificada.

2.2.3.4. Divulgação da Semana de Atenção à Pessoa Idosa Institucionalizada

Por ocasião da II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH – 2015, realizada na sede do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, deliberou-se a realização da **Semana de Atenção à Pessoa Idosa Institucionalizada**, no período de 28/09/2015 a 01/10/2015, em caráter nacional.

A ideia da realização de uma ação simultânea em todos os Ministérios Públicos Estaduais decorreu do encerramento de uma das metas de trabalho da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Idoso - COPEDPDI, voltada ao tema das Instituições de Longa Permanência de Idosos - ILPI.

Participaram desta campanha, no Município de Aracaju, as Secretarias Municipal e Estadual de Educação, que efetuaram encontros em ILPI situadas nesta Capital, além de palestras direcionadas aos alunos do ProJovem e da Educação de Jovens e Adultos - EJA. Foram desenvolvidas, ainda, programações especiais com o tema, pela Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social.

Os trabalhos envolveram também todos os Promotores de Justiça com atribuição da defesa da Pessoa Idosa e visam garantir direitos preconizados constitucionalmente a este segmento da população.



2.2.4. Educação

2.2.4.1. Programa de Apoio ao Estudo

O **Programa de Apoio ao Estudo – PAE** foi instituído por meio de um Termo de Cooperação Técnica, firmado entre o Ministério Público Estadual e o Governo de Sergipe, através da Secretaria de Estado da Educação - SEED e da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social - SEIDES, com o objetivo de estimular os alunos da rede pública de ensino a aprimorarem os seus conhecimentos acadêmicos, tendo em vista que poderão ser selecionados para o exercício de atividade de estágio ou profissional, junto a entidades públicas e privadas.

No dia **26 de maio de 2015**, o Ministério Público de Sergipe, através do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação, realizou o **1º Termo Aditivo** ao Termo de Cooperação Técnica do aludido Programa, com o escopo de melhorar a execução do Programa de Apoio ao Estudo e de Incluir o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC como parceiro, já que nas reuniões com empresários houve a constatação da necessidade de contratação no segmento jovem aprendiz.

A partir deste aditivo, fica autorizada a utilização do banco de dados do Programa de Apoio ao Estudo - PAE, no segmento jovem aprendiz, podendo, então, o jovem ser contratado através da seleção feita para estagiários, desde que dentro dos requisitos gerais previstos no Termo de Cooperação Técnica do Programa de Apoio ao Estudo.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC disponibilizará cursos profissionalizantes gratuitos, oferecidos através do Programa SENAC de Gratuidade, com o intuito de qualificar o jovem/estudante para o mercado de trabalho, conforme Ofício AR/SE n.º 176, expedido pela Administração Regional do Estado de Sergipe.

O aludido aditivo também altera o percentual das vagas oferecidas para o estágio nas entidades públicas e/ou privadas, que passou a vigorar com a seguinte redação: as vagas oferecidas serão destinadas no percentual de 50% (cinquenta por cento) para os melhores alunos com média igual ou superior a 7 (sete), 40% (quarenta por cento) para os alunos com baixa renda familiar e 10% (dez por cento) para alunos portadores de deficiência.

Foi alterado, ainda, o item III do Termo de Cooperação, passando a exigir média mínima geral 7,0 (sete), não havendo obstáculo para a contratação dos melhores alunos, em ordem decrescente.

Também foi alterado o item IV, cláusula quinta, correspondente aos alunos com baixa renda familiar, de 70% (setenta por cento) para 75% (setenta e cinco por cento), considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece esse percentual para aprovação.

Por fim, foram ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação Técnica, não alteradas pelo Termo Aditivo.

Atualmente, existem 58 (cinquenta e oito) estagiários atuando na Secretaria de Segurança Pública, através do Programa de Apoio ao Estudo.

2.2.4.2. Projeto Ministério Público pela Educação - MPEDUC

O **Ministério Público pela Educação - MPEDUC** é um projeto desenvolvido para ser executado em parceria entre o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados e, como o nome descreve, seu principal objetivo é estabelecer o direito à educação básica de qualidade para os brasileiros.

Em **fevereiro de 2015**, foi firmado um Protocolo de Intenções entre a Procuradoria da República no Estado de Sergipe e o Ministério Público do Estado de Sergipe, com o escopo de implantar o Projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC, em Sergipe.

A metodologia utilizada pelo MPEDUC favorece e estimula a participação de toda a comunidade no dia a dia dos temas escolares, além de permitir a formação de um diagnóstico sobre a qualidade do serviço de educação prestado nas escolas de ensino básico da rede pública, identificando os principais problemas enfrentados, a fim de cobrar soluções das autoridades responsáveis.

O lançamento oficial do Projeto ocorreu na data de **02 de julho de 2015**, no Auditório do Prédio da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme apresentado na imagem abaixo:



Posteriormente, foram realizadas reuniões entre MPE e MPF, com membros dos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar-CAE, na data de **03 de julho 2015**, e com membros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle do FUNDEB-CACS, em **14 de julho 2015**, ambos os eventos realizados em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe - SINTESE.

Este projeto está atuando em diversos setores da Educação, tais como Merenda Escolar, Transporte Escolar, Fiscalização dos Conselhos de Controle Social de Alimentação Escolar e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, com o propósito de melhorar a qualidade da Educação, com o conseqüente avanço do seu principal índice, o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. O MPEDUC possibilitará ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação do MPSE e ao MPFSE uma atuação conjunta e mais efetiva em todo o Estado.

Os objetivos do projeto são:

- estabelecer o direito à educação como prioridade nos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério Público, evidenciando a necessidade da criação de Promotorias de Ofícios exclusivos de educação;
- levar ao conhecimento do cidadão informações essenciais sobre seu direito de ter acesso a um serviço de educação de qualidade, bem como sobre seu dever em contribuir para que esse serviço seja adequadamente prestado;
- identificar os motivos dos baixos índices de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB de grande parte dos municípios e escolas brasileiras, a partir de um diagnóstico a ser levantado com a aplicação de questionários padronizados, que serão respondidos eletronicamente pelas instituições de ensino, conselhos sociais e gestores públicos;
- acompanhar a execução das políticas públicas estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério Público de Contas - MPC/FNDE, bem como a adequada destinação dos recursos públicos;
- verificar a existência e a efetividade dos Conselhos Sociais com a atuação na área de educação.

As etapas do MPEDUC estão relacionadas abaixo:

- reunião entre Procurador da República e Promotor de Justiça para definição das estratégias de execução do projeto e instauração de inquérito civil público;
- reunião com as Secretarias de Educação do Estado e Município e Conselhos Sociais com a finalidade de apresentar o projeto, explicar seus objetivos e funcionamento, solicitando apoio e auxílio na divulgação;
- requisição para que as escolas, conselhos e gestores respondam aos questionários elaborados, o que deverá ser feito *online* no *site* mpeduc.mp.br/questionarios;
- realização de audiência pública, com os principais objetivos: oferecer um espaço para

que a comunidade possa debater questões relacionadas ao sistema de ensino local, levar ao cidadão informações pertinentes à temática em foco e conscientizar a comunidade escolar sobre a importância e o dever da sua participação nas questões relacionadas à educação escolar;

- visitação das escolas, tanto pelos Procuradores da República e Promotores de Justiça, quanto por grupos de voluntários que poderão ser montados com pessoas da comunidade. As visitas terão a finalidade de realizar registros fotográficos das condições das escolas, envolver a comunidade nas questões escolares, bem como dar visibilidade ao Projeto;
- consolidação eletrônica das respostas dos questionários, que, somada às informações obtidas na audiência pública e nas visitas, permitirá identificar as demandas a serem trabalhadas no Projeto;
- com base no diagnóstico obtido, elaborar as recomendações e as peças de atuação a serem encaminhadas aos gestores públicos, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias para sanar as irregularidades identificadas;
- após o término do prazo estipulado para o cumprimento das recomendações, realizar nova audiência pública para informar a sociedade sobre os trabalhos desenvolvidos e sobre as providências adotadas e não adotadas pelos gestores.

Conforme consulta realizada no *site* www.mpeduc.mp.br, na data 10 de dezembro de 2015, dentre as 1.904 (mil novecentas e quatro) unidades escolares Municipais, Estaduais e Federais existentes em Sergipe, contabilizadas até a aludida data, 1.453 (mil quatrocentas e cinquenta e três) preencheram o questionário do MPEDUC completamente, 57 (cinquenta e sete) preencheram o questionário parcialmente, restando pendentes 384 (trezentos e oitenta e quatro) estabelecimentos de ensino.

O diagnóstico sobre a situação das escolas das redes estadual e municipal alocadas em todo o estado de Sergipe, formulado com base nas informações coletadas nos questionários respondidos e através de visitas realizadas pelo MPSE e MPF, em média a 3 ou 4 unidades escolares presentes em cada município, foi apresentado durante a manhã do dia 17 de dezembro de 2015, em reunião realizada na sede do MPSE. A aludida reunião contou com a participação dos representantes do Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, conjuntamente com todos os prefeitos sergipanos.

Além da discussão referente à situação das escolas, foi proposto pelo MPSE e Ministério Público Federal – MPF a assinatura do Termo de Compromisso e Pactuação pela Educação Sergipana. Com a adesão ao Termo, os gestores municipais se comprometeram a apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, relatório indicando medidas para assegurar melhorias na educação oferecida pelas instituições de ensino situadas em seus respectivos municípios.

A proposta apresentada pelo MP e MPF para garantir aos jovens educação de qualidade foi bem recepcionada pelos prefeitos dos municípios sergipanos. Aderiram ao Termo de Compromisso e Pactuação pela Educação Sergipana 53 (cinquenta e três) municípios:

Amparo de São Francisco, Arauá, Areia Branca, Boquim, Brejo Grande, Campo do Brito, Canhoba, Canindé do São Francisco, Capela, Carmópolis, Cedro de São João, Cristinápolis, Cumbe, Divina Pastora, Feira Nova, Frei Paulo, Gararu, Graccho Cardoso, Ilha das Flores, Indiaroba, Itabaiana, Itabaianinha, Itabi, Itaporanga D'Ajuda, Japaratuba, Japoatã, Laranjeiras, Malhada dos Bois, Malhador, Moita Bonita, Monte Alegre, Neópolis, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pinhão, Pirambu, Poço Verde, Propriá, Riachão do Dantas, Riachuelo, Ribeirópolis, Rosário do Catete, Salgado, Santa Rosa de Lima, São Cristóvão, São Domingos, São Miguel do Aleixo, Simão Dias, Telha, Tomar do Geru.

Através dos relatórios que serão apresentados, cada municipalidade explicará o que já executou e o que executará, e em que prazos, se com recursos próprios ou com os aportes do FUNDEB (como estão sendo aplicados) etc., sendo imprescindível, portanto, apontar as fontes orçamentárias.

Convém ressaltar que este Projeto está sendo desenvolvido em todos os Estados da Federação, entretanto, somente em Sergipe foi implantado em todos os Municípios.

2.2.4.3. Acompanhamento da Discussão e da Aprovação Legislativa dos Planos Municipais de Educação – PNE, em todo Estado de Sergipe

Em 2015, o Centro de apoio Operacional dos Direitos à Educação, com o escopo de acompanhar a Criação e a Implementação do Plano Municipal de Educação em todos os Municípios do Estado de Sergipe, sugeriu um conjunto de ações sistematizadas, direcionadas aos Promotores de Justiça, com atuação na Defesa dos Direitos à Educação, com o objetivo de exortar as autoridades competentes a elaborar o Plano Municipal de Educação, refletindo as necessidades educacionais de cada Município, tendo em vista o início da vigência da Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 – 2024.

Considerando que o novo Plano Nacional de Educação, instituído através da Lei nº 13.005/2014, estabelece, em seu art. 8º, que “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano, contado da publicação desta Lei”, ou seja, até o dia 26/06/2015, foram criadas pastas específicas para acompanhar a situação de todos os Municípios sergipanos.

Após diversos expedientes encaminhados, observou-se, através de consulta ao site http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=SE, realizada em 26/01/2016, que 74 (setenta e quatro) Municípios estão com o a lei do Plano Municipal de Educação - PNE sancionada.

Com exceção do município de Brejo Grande, cujo projeto ainda aguarda análise pela Câmara Municipal, todos os demais Municípios estão com as respectivas leis do Plano Municipal de Educação aprovadas e sancionadas.

2.2.4.4. Acompanhamento e Apoio na Fiscalização da Merenda Escolar no Estado de Sergipe

A partir de 01 de junho de 2015, o Centro de Apoio Operacional dos direitos à Educação passou a desenvolver um conjunto de ações sistematizadas com a participação do Ministério Público Federal, direcionadas aos Promotores de Justiça com atuação na Defesa dos Direitos à Educação, com o objetivo de fortalecer, ampliar e aprimorar ações voltadas para a prevenção, repressão à corrupção e fiscalização da merenda escolar nos Municípios Sergipanos.

A iniciativa proporcionou a uniformização de Procedimentos pelo Ministério Público, inclusive, com a expedição de diversas portarias conjuntas, com litisconsórcio ativo entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, tendo como resultado a instauração de inúmeros Inquéritos Cíveis com o escopo de fiscalizar a merenda escolar no Estado de Sergipe.

Podem ser citados, ainda, outros benefícios, a exemplo da Instauração do Fórum Permanente de Combate à Corrupção no Estado de Sergipe – FOCCO, e o encaminhamento de modelos de Ações Cíveis Públicas, Portarias, Legislação, Tabelas de Gêneros Alimentícios da Fundação Getúlio Vargas – FGV e do Instituto Brasileiro de Economia- IBRE, Planilha Excel – Orçamento e Contratação na Licitação, para as Promotorias de Justiça com atribuição na Defesa dos Direitos à Educação, visando à Construção do Padrão Operacional das organizações voltadas à prática de condutas lesivas ao erário.

2.2.5. Infância e Adolescência



2.2.5.1. Projeto “Transformando pela Fé”

O Projeto “**TRANSFORMANDO PELA FÉ**” foi elaborado pelo Ministério Público de Sergipe, em 2010, através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência, tendo como proposta a intervenção nas comunidades dos Bairros de Aracaju e outros Municípios sergipanos, com o objetivo de, em parceria com representantes dos diversos segmentos religiosos, trabalhar a prevenção e o combate às drogas, sobretudo entre a população infantojuvenil, resgatando valores éticos e morais, com vistas à consecução do exercício da cidadania e vida plena.

Dentre os benefícios alcançados pelo Projeto, destacam-se:

1. sensibilização, por parte do Ministério Público, para o conhecimento mais aprofundado da realidade referente às drogas nos bairros de Aracaju e outros municípios sergipanos;
2. divulgação, mobilização e interação da rede de atendimento aos usuários de drogas com as lideranças religiosas locais, para efetivação de trabalhos nos bairros;
3. intensificação do cooperativismo entre os diversos segmentos engajados no combate às drogas.

Em 2015, no período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro, foram realizadas 02 (duas) audiências relativas ao Projeto, sob a condução da Coordenação do CAOp da Infância e Adolescência.

Como ação para o ano em curso, o grupo decidiu investir e iniciou suas atividades com os adolescentes do Centro de Atendimento ao Menor – CENAM.

2.2.5.2. Sistema Informatizado dos Abrigos – SIA

O **Sistema Informatizado dos Abrigos – SIA** foi implementado em 2006, com o objetivo de instrumentalizar os operadores do Sistema de Justiça dos Direitos da Criança e Adolescente no conhecimento da situação de acolhidos e da existência de entidades de acolhimento, com conseqüente promoção das medidas preventivas e judiciais.

O Sistema tem como escopo a proteção integral de crianças e adolescentes em desenvolvimento, conforme dispõem os artigos 1º e 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e o direito à convivência familiar e comunitária, artigos 4º e 19 do mesmo Estatuto, tornando efetiva a provisoriedade e excepcionalidade da medida de acolhimento, nos termos do art. 101, parágrafo único, do ECA, definindo estes parâmetros através do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária.

A iniciativa proporciona visibilidade aos acolhimentos institucionais, possibilitando alterações e inovações nas suas práticas, adequando-as ao ordenamento jurídico vigente. O conhecimento da realidade dessas entidades tem contribuído para a busca de um reordenamento do acolhimento, até então concentrado na Capital e na Grande Aracaju.

Em 2015, foram realizadas as seguintes ações relativas ao Sistema Informatizado de Acolhimento – S.I.A:

- 02 (duas) audiências sob a condução da Coordenação do CAOp – Infância e Adolescência;
- 44 (quarenta e quatro) capacitações referentes à alimentação do sistema;
- reconhecimento de Termo de Homologação e Aceite de Implantação do Sistema Informatizado de Acolhimentos, nos meses de janeiro e fevereiro;
- encaminhamento à Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e Direitos Humanos - SEIDH de ofício e minuta de projeto de lei para iniciativa governamental, no sentido de tornar obrigatória a alimentação do SIA pelas unidades de acolhimento.

2.2.5.3. Projeto Paternidade Responsável

Implantado pelo MPSE, em 2004, o **Projeto “PATERNIDADE RESPONSÁVEL”** visa, precipuamente, viabilizar o reconhecimento formal da paternidade, mediante a inclusão dos dados do genitor no Registro de Nascimento de crianças, adolescentes e, eventualmente, adultos carentes, resguardando direitos daí decorrentes, mormente no que tange à celebração de acordo de alimentos, quando se tratar de beneficiário menor, para suprimento de suas necessidades básicas.

O aludido Projeto, que vem sendo coordenado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência, em conjunto com a 8ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, conta com a parceria da Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos – SEIDH, a qual, desde o ano de 2007, passou a celebrar, com o MPSE, Termo de Cooperação Técnica e Financeira, a fim de custear as despesas necessárias e suficientes para a disponibilização de exame de DNA gratuito a todas as pessoas atendidas pela iniciativa.

Em 2015, foi celebrado o Termo de Cooperação Técnica nº 005/2015, por meio do qual a SEIDH se comprometeu a custear a realização dos exames de DNA.

De janeiro a dezembro de 2015, foram realizados 291 (duzentos e noventa e um) atendimentos, presenciais e via telefone, e 58 (cinquenta e oito) exames de DNA. Foram realizados, ainda, 29 (vinte e nove) reconhecimentos, 21 (vinte e um) acordos de alimentos, expedidas 149 (cento e quarenta e nove) notificações e realizados 60 (sessenta) arquivamentos.

Impende ressaltar que se tratam de dados relativos apenas ao município de Aracaju. No tocante ao Interior, não há como precisar um número, pois os reconhecimentos são realizados na Promotoria de Justiça de cada Município, e não na sede do Projeto Paternidade Responsável, a quem incumbe, principalmente, viabilizar a realização do exame, prestando atendimento aos munícipes do Interior sergipano, mediante solicitação dos respectivos Promotores de Justiça, e posterior encaminhamento dos resultados dos testes de DNA.

2.2.5.4. Sistema de Aviso Legal por Violência, Maus Tratos e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes – SALVE

O **Sistema “SALVE”** é um conjunto de mecanismos, próprio do MPSE, destinado a estabelecer processo de comunicação para os casos de violência, maus tratos ou exploração sexual contra criança ou adolescente, com vistas a possibilitar o procedimento de apuração, responsabilização e, sobretudo, de proteção às vítimas.

Por meio desse Sistema, os profissionais que atuam na área de saúde e educação, obrigatoriamente, devem comunicar os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente ao Conselho Tutelar, através de um formulário próprio, da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

O **“SALVE”** sofreu alterações para sua transformação em um sistema informatizado, recebendo, inclusive, sinalização de apoio financeiro da Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos – SEIDH, para o seu desenvolvimento. Aguarda-se a finalização do certame para criação do sistema e sua implantação em todo o Estado de Sergipe.

Atualmente, as comunicações são feitas, principalmente, pelo Hospital de Urgência de Sergipe - HUSE e Unidades de Saúde Municipais, direcionadas aos Conselhos Tutelares e comunicadas ulteriormente ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência - CAOPIA, que faz uma análise das medidas adotadas e, entendendo incompletas, reencaminha para as Promotorias de Justiça para conhecimento e adoção das medidas necessárias para proteção da vítima e responsabilização do agressor.

Em março de 2015, foi realizada audiência com a Diretoria de Tecnologia da Informação do MPSE – DTI e a Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos – SEIDH, para tratar sobre o Termo Aditivo ao Termo de Cooperação 002/2014 e sua alteração de prazo.

Dentre os benefícios gerados pela implementação do **“SALVE”** na Instituição, destacam-se os seguintes:

- utilização da ferramenta pelos integrantes do sistema de garantia de direitos: funciona como um canal de comunicação entre os profissionais que atuam na área de saúde e educação, mediante notificação compulsória e a rede de proteção à infância e

adolescência, com vistas a possibilitar o conhecimento, por parte destes, dos casos de violência, maus tratos e exploração sexual praticados contra crianças e adolescentes e adoção das medidas protetivas e de responsabilização do agressor;

- monitoramento e levantamento de dados, pelo CAOp - Infância e Adolescência, para balizar a solicitação de políticas públicas.

2.2.5.5. Eixo Implementação de Medidas Socioeducativas

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência - CAOpia acompanhou, durante o ano de 2015, a finalização e a entrega dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, e realizou audiências para tratar da implementação dos respectivos planos e da audiência pública **“Implementação do SINASE, já! Redução não é solução”**. O objetivo do evento foi ouvir o Sistema de Garantia de Direitos e a Sociedade Sergipana, para enfatizar a desnecessidade da redução da idade penal e da PEC 171, além de discutir que a implementação de políticas públicas é mais eficiente do que a proposta de redução.

De janeiro a dezembro, foram realizadas 05 (cinco) audiências para tratar sobre o atendimento socioeducativo, e 05 (cinco) para tratar sobre o evento **“Implementação do SINASE, já! Redução não é solução”**. Além das audiências, outras ações foram realizadas durante o exercício, conforme exemplificado a seguir:

- disponibilização de *kit*, pelo CAOpia, com material referente aos planos decenais;
- realização do Seminário **“Implementação do SINASE, já! Redução não é solução”**;
- discussão do eixo Municipalização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto em 03 (três) momentos do Projeto “Coordenadoria e CAOps Parceiros do Interior de Sergipe”, nas microrregiões de Itabaiana (1ª), Aracaju (2ª), Propriá (4ª) e Estância (5ª).

2.2.5.6. Seminário Sobre o “Dia 18 De Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público de Sergipe - ESMP, realizou, no dia 18 de maio de 2015, no Auditório Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas, na sede do MPSE, o Seminário sobre o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, instituído pela Lei Federal nº 9.970/00 como dia 18 DE MAIO.

O evento teve como público-alvo operadores do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Sistema Socioeducativo, e objetivou reafirmar

o compromisso do Ministério Público na defesa dos direitos e proteção integral de crianças e adolescentes, além de mobilizar e conscientizar a sociedade da necessidade de combater, permanentemente, a violência sexual infantojuvenil.

O Seminário foi conduzido pela Mestra em Educação e Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe - UFS PRODOC/UNESCO-SEIDH, Ruth Conceição Farias Santos, e pela Conselheira Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, Josevanda Mendonça Franco. Foi apresentado um **“Diagnóstico da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em Sergipe”** e, em seguida, uma explanação sobre a **“Implantação de Fluxos de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso e Exploração Sexual e Indicativos para a Implementação”**.

Após as apresentações das palestrantes, os demais componentes da mesa leram alguns questionamentos enviados pela plateia e pontuaram considerações.

As imagens do evento podem ser visualizadas a seguir:



2.2.5.7. Processo de Escolha Unificado dos Membros dos Conselhos Tutelares

O processo de escolha unificado foi uma inovação trazida pela Lei nº 12.696/2012, e tem grande importância, seja para dar maior publicidade a essa iniciativa e à função que desempenham os Conselheiros na política de atendimento da criança e adolescente, seja pela necessidade de consolidar políticas públicas para o fortalecimento desse órgão municipal, inclusive através de capacitações continuadas. Vê-se, entretanto, que embora a referida Lei diste de 2012, o processo não conta, de forma ordenada, com o apoio do Governo Federal. Aliás, aos Conselhos Municipais de Direito da Criança e Adolescente, geralmente fragilizados, cabe a regulamentação e coordenação de todo o processo, através de uma Comissão Especial.

Para que as eleições, ocorridas em dia 04 de outubro de 2015, das 08:00 às 17:00 horas, em todos os municípios sergipanos, conforme artigo 139, §1º do Estatuto da Criança e do Adolescente e artigos 5º, inciso I e 14 da Resolução CONANDA nº 170/2014; transcorressem na forma prevista na lei, o Ministério Público, através da Procuradoria-Geral de Justiça e do Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência, em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral - TRE e Conselho Estadual, adotaram algumas estratégias de planejamento e apoio, aplicadas pelos municípios sergipanos, através das suas Comissões Eleitorais, com a fiscalização dos Membros do Ministério Público.

É de grande relevância a participação dos Promotores junto às Comissões Eleitorais e Governo Municipal, para viabilização deste processo, no qual é depositada a confiança na eleição de Conselheiros Tutelares, preparados para o desempenho da nobre tarefa de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.



2.2.6. Meio Ambiente



2.2.6.1. Arborização da Área Circular do Edifício-Sede

Para comemorar o “Dia da Árvore”, celebrado no dia 21 de setembro em todo País, Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe se reuniram para plantar 200 (duzentas) mudas de espécies nativas, doadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMARH.



O Procurador-Geral de Justiça optou por fazer um evento simbólico, que envolvesse Membros e Servidores da Casa, oportunidade em que cada um plantou uma muda e passou a ser o responsável pelo desenvolvimento saudável da árvore.

A equipe do Órgão Ministerial compareceu em massa e fez questão de dar sua contribuição em prol do meio ambiente. Várias espécies foram plantadas, entre pau-brasil, oiteiros, cajueiros, jenipapeiros e mangueiras.



2.2.6.2. Projeto Agrotóxicos: Eu Sei Onde Descartar!

O Projeto “AGROTÓXICOS: EU SEI ONDE DESCARTAR!” visa à implantação da política reversa das embalagens de agrotóxicos, a fim de dar a destinação correta às embalagens, de acordo com o Decreto Estadual nº 22.762/2004 e do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre os seguintes órgãos:

- Ministério Público Federal, a Delegacia Federal de Agricultura em Sergipe;
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe - CREA-SE;
- Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos – COHIDRO;
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF;
- Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA;
- Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO;
- Vigilância Sanitária do Estado de Sergipe;
- Associação dos Revendedores de Produtos Agropecuários do Estado de Sergipe - ARDASE;
- Universidade Federal de Sergipe;
- Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias.

O Projeto encontra-se em desenvolvimento inicial no Município de Itabaiana, na fase de rastreabilidade dos alimentos. Nos dias 21 de julho e 08 de setembro de 2015, foram realizadas reuniões na 1ª Promotoria de Justiça de Itabaiana para tratar das medidas de implementação do projeto na localidade.

O Descarte Regular das Embalagens de Agrotóxicos é medida que proporciona a preservação do meio ambiente e evita a contaminação do solo.

2.2.6.3. MPSE Gestão Sustentável

O Projeto “MPSE – GESTÃO SUSTENTÁVEL” visa à implementação de medidas, no âmbito do Ministério Público Estadual, voltadas a fomentar a preservação do meio ambiente e promover maior economia nos gastos da Instituição, tais como a utilização de canecas de porcelanas (adquiridas através de doação da Petrobras) pelos Membros e Servidores, a fim de minimizar o uso de copos descartáveis.

2015 POR UMA SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

FÓRUM
GESTÃO SUSTENTÁVEL
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

23 de Novembro
08h às 12h

Local: Auditório
Promotor de Justiça
Valdir de Freitas Dantas

Inscrições: 11 a 22
de Novembro

Para Membros, Servidores
e Estagiários do MPSE

MAIS INFORMAÇÕES:
www.escolasuperior.mpse.mp.br

CAOP
PETROBRAS

Atualmente, encontra-se na fase de capacitação dos servidores para adoção das medidas sugeridas no projeto de implantação do programa, elaborado por empresa contratada pela Petrobras para este fim, atendendo à solicitação deste Órgão Auxiliar.

Como parte do projeto, foi realizado o **Fórum Gestão Sustentável**, no dia 23 de novembro de 2015, no Auditório Promotor de Justiça Valdir de Freitas Dantas. O evento foi uma realização da Escola Superior do MPSE e do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural, em parceria com a Petrobras, e teve como objetivo ressaltar a importância de se promover uma rotina de trabalho/produção mais voltada para a sustentabilidade.

2.2.6.4. Lugar de Esgoto é na Estação de Tratamento

O projeto intitulado **“LUGAR DE ESGOTO É NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO”** tem como benefício a preservação do meio ambiente e a prestação adequada do serviço de esgotamento sanitário à população.

No desenvolvimento do projeto o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural encaminhou para todas as Promotorias de Justiça cópia de modelo de Portaria e ofícios pertinentes, com sugestão de instauração de Procedimento Administrativo, para obter informação acerca da situação de cada Municipalidade, no que diz respeito à prestação do citado serviço público.

O CAOp promoveu, posteriormente, reuniões na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano – SEDURB, com a participação dos gestores dos municípios, Promotores de Justiça locais, representantes da Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO e da sobredita Secretaria, visando à criação dos Planos Municipais de Saneamento Básico, pré-requisito para a liberação de recursos federais, tendo em vista o diagnóstico de este ser o principal entrave à adoção de medidas que visem à solução do problema do abastecimento da água.

Segundo informações fornecidas pela DESO, as obras nas áreas dos Municípios onde a Empresa mantém sistemas de esgotamento sanitário encontram-se em andamento, da forma seguinte:

1. ampliação da 2ª etapa do sistema de esgotamento de Aracaju, nos bairros Jardins, Aeroporto, Aruanda e imediações;
2. implantação do sistema de esgotamento da sede municipal de Nossa Senhora do Socorro;
3. implantação da 2ª etapa do sistema de esgotamento de São Cristóvão;
4. implantação do sistema de esgotamento da Praia do Saco, em Estância;
5. implantação do sistema de esgotamento nas sedes municipais de Itabi, Pacatuba e São Francisco, através do Convênio com a CODEVASF. Em fase de licitação, estão as obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário da sede municipal de Nossa Senhora das Dores, através do contrato firmado com o Banco do Brasil, e ampliação do sistema de Lagarto.

Recentemente, foi concluído o projeto executivo para contratação das obras do sistema de esgotamento de Itabaiana, estando em análise pelo Banco Mundial para liberar a licitação das obras. Encontra-se em andamento a licitação do projeto executivo do sistema de esgotamento sanitário dos bairros das zonas norte e oeste de Aracaju.

2.2.6.5. Implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em Sergipe

A Implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em conjunto com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, visa à criação dos Consórcios Regionais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis.

Nesse sentido, o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural participou de reuniões para elaboração do plano estadual de resíduos sólidos, das conferências realizadas nos municípios, objetivando apresentar as etapas de consecução do sobredito planejamento aos gestores municipais e à população.

Na fase de implantação, foram realizadas reuniões neste Ministério Público com os presidentes dos consórcios, a SEMARH e os gestores municipais, a fim de tratar das pendências e óbices que se apresentam às municipalidades, encaminhando relatório aos Promotores de Justiça locais, para adoção das providências pertinentes junto ao respectivo Município.

Sobre a inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, o Centro de Apoio participou do **Projeto “Catadores Organizados, Inclusão Garantida”**, que recebeu o Prêmio CNMP 2014, voltado à criação de cooperativas para profissionalizar as atividades desses catadores, incluindo-os no mercado de trabalho.

Em 2015, foi promovida, ainda, no mês de junho, a veiculação de propaganda na mídia televisionada local, visando conscientizar a população sobre a importância da coleta seletiva, inclusive para o catador.

2.2.6.6. Eu Sei Separar. Eu Ajudo a Coletar

O **Projeto “EU SEI SEPARAR. EU AJUDO A COLETAR”** visa informar e conscientizar a população acerca da importância da coleta seletiva para a preservação do meio ambiente e inserção dos catadores de material reciclável e reutilizável no mercado de trabalho.

A iniciativa contemplou a propaganda gratuita na mídia televisionada, com o objetivo precípuo de incentivar a prática doméstica da coleta seletiva de material reutilizável e reciclável.

Está em desenvolvimento trabalho conjunto com a Secretaria Estadual do Meio ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, com vistas a implantar a coleta seletiva em todos os municípios do Estado.

2.2.6.7. Projeto a Mangaba Tem Espaço

Apesar de a mangabeira ter sido decretada, em 1992, árvore símbolo do Estado de Sergipe, é bem verdade que os territórios de sua ocorrência sofrem sérias ameaças em razão do desmatamento da área para implantação da agricultura convencional (como coco e cana-de-açúcar), viveiros de camarão e, sobretudo, para atender à crescente especulação imobiliária, acabando por desembocar na potencial possibilidade de esgotamento do cultivo da fruta.

Com base nesse contexto, o **Projeto “A MANGABA TEM ESPAÇO”** busca a decretação de área de preservação permanente da região produtora de mangada em Sergipe, maior produtor da fruta no Brasil, tendo em vista o valor socioeconômico da sua extração, já que constitui importante fonte de contribuição de sustento para as famílias alocadas nas comunidades litorâneas do Estado.

2.2.6.8. Projeto “Nascentes do São Francisco: O MP Salvando Rios”

O **Projeto “NASCENTES DO SÃO FRANCISCO: O MP SALVANDO RIOS”** visa desenvolver nos municípios sergipanos, inicialmente nos do Baixo São Francisco, uma política de proteção hidroambiental, com o apoio de entes da esfera federal e estadual, estruturando os órgãos de proteção ambiental locais e buscando instituir um programa de pagamentos por serviços ambientais (PSA), permitindo que a própria comunidade se torne um agente de fiscalização e preservação, cumprindo metas previamente estabelecidas para a obtenção do benefício, com o objetivo de tornar o produtor rural num produtor de água.

Em 2015, o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes realizou diversas ações no sentido de dar continuidade ao Projeto, a exemplo da Parceria com a Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH/SE, visando à Capacitação da Rede Municipal do Meio Ambiente. A parceria consistiu na disponibilização de apoio material, técnico e treinamento dos componentes dos sistemas municipais de meio ambiente, capacitando-os para que possam exercer com eficiência e autonomia as suas funções e as ações necessárias à execução do Projeto “Nascentes do São Francisco”.

Durante o ano, buscou-se, ainda, a inclusão do projeto-piloto “Nascentes do São Francisco” nos projetos hidroambientais desenvolvidos pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco – CBHSF, visando à obtenção de financiamento para replicação do projeto nos municípios sergipanos integrantes do baixo São Francisco, e para a continuidade do pagamento por serviços ambientais no âmbito do Plano de Aplicação Plurianual, custeado com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Finalmente, durante a **Reunião Ordinária da Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco**, realizada na sala de aula nº 1 da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe -ESMP/SE, no dia 15 de julho de 2015, foi proposta e acolhida a inclusão do “Nascentes do São Francisco”, desenvolvido no município de Canindé do São Francisco, na lista dos 16 (dezesesseis) projetos hidroambientais desenvolvidos pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

2.2.6.8.1. Evento “Nascentes do São Francisco”

O Evento, realizado em comemoração ao Dia Mundial da Água, integrando o projeto “MP Salvando Rios”, foi direcionado aos Prefeitos, Secretários e membros dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente do Estado.

Na ocasião, foram expostos pela Diretora do Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes, o funcionamento e os objetivos do projeto e apresentado o Programa Produtor de Águas, pelo especialista em Recursos Hídricos da Coordenação de Implementação de Projetos Indutores da Superintendência da Agência Nacional de Águas – ANA.

O evento foi de grande importância para divulgar o projeto, bem como alertar e conscientizar o público acerca da crise hídrica e da atuação dos diversos órgãos e entes, dentre eles o Ministério Público e Agência Nacional de Águas, no processo de recuperação e preservação, assim como a importância da efetivação da Política Pública Municipal de proteção ao Meio Ambiente.

2.2.6.9. Projeto: Implementação da Rede de Meio Ambiente Ativa Municipal

Visando efetivar um dos eixos do *Planejamento Estratégico Plurianual 2011-2015* do MPSE, que prevê a busca da estruturação dos órgãos ambientais, a fim de que possam cumprir sua destinação constitucional, o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes atuou junto às Promotorias de Justiça do Interior, a fim de que os municípios sergipanos implementem uma rede de meio ambiente ativa constituída por, no mínimo, Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA, Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA e Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA.

O projeto, além de cumprir a CRFB/1988 e as exigências das políticas nacionais e estaduais do meio ambiente, colabora com a formulação da Política Pública Municipal de proteção ao Meio Ambiente e assegura recursos financeiros necessários à efetivação do direito fundamental ao Meio Ambiente equilibrado.

2.2.6.10. Projeto de Apoio ao Cadastro Ambiental Rural - CAR

O projeto em tela visa promover a atuação do Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes, junto à Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, a fim de obter a adesão dos municípios sergipanos à capacitação de seus quadros técnicos, para auxiliar os produtores rurais na inscrição de seus imóveis no

CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR, cadastro eletrônico ligado ao Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente - SISNAMA.

A iniciativa buscou garantir:

- a realização do CAR, permitindo à SEMARH efetuar mapeamento das áreas, o que permitirá a elaboração de políticas públicas de florestas;
- a efetivação das determinações do Código Florestal, que, além de tornar obrigatória a inscrição, vinculou-a ao gozo de uma série de benefícios para os produtores rurais.

2.2.6.11. Evento “Educação Ambiental – Dia de Campo”

Com vistas a capacitar e conscientizar a comunidade, em especial, os assentados que integram o Projeto Nascentes do São Francisco, dos benefícios do mesmo, bem como aproximar a população aos diversos órgãos voltados à proteção do meio ambiente, demonstrando a importância de todos, o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes – CAOpSFN organizou atividade de conscientização ambiental do projeto com os temas:

- a proteção de nascentes;
- impacto dos agrotóxicos;
- cadastro ambiental rural;
- aproveitamento das espécies naturais da caatinga para alimentação;
- destinação de resíduos sólidos.

A atividade, que foi realizada às margens do Rio Curituba, em Canindé do São Francisco, foi desenvolvida juntamente com a comunidade, para reforçar a importância da sua atuação para o sucesso do projeto.

2.2.6.12. Artigo “A Importância das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal na Recuperação Hídrico-Ambiental e sua Análise Jurídica Antes e Após o Advento do Novo Código Florestal”

O lançamento do livro “Contexto socioambiental das águas do Rio São Francisco”, pela Universidade Federal de Sergipe, contemplou a publicação de artigo elaborado pelo Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes – CAOpSFN.

A expectativa é de que a iniciativa contribua com a discussão das questões jurídicas relativas ao novo Código Florestal, em especial no tocante às Áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente, permitindo o debate acerca das alterações no marco jurídico de proteção ambiental e de recursos hídricos junto à comunidade científica e sociedade civil, bem como o fortalecimento da parceria com a Universidade Federal de Sergipe e a divulgação da atuação do CAOpSFN.

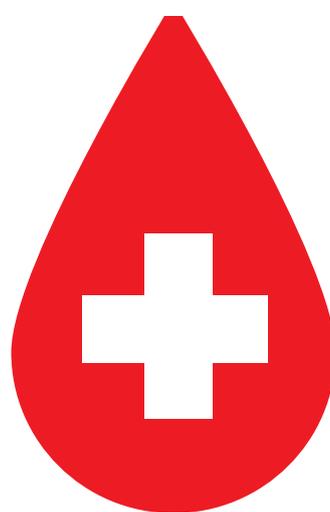
2.2.6.13. Acompanhamento dos Planos das Bacias Hidrográficas dos Rios Sergipe, Japaratuba e Piauí

Realizar a análise dos planos de bacia hidrográfica indica quais são as melhores alternativas para a utilização, conservação e proteção dos recursos hídricos, já que, fundamentados em estudos e análises que inventariaram a água disponível em cada bacia, possibilita:

- o monitoramento da qualidade adequada da água para atender à população e suas atividades econômicas;
- a propositura de instrumentos legais de regulação do uso e conservação das águas;
- a indicação das obras necessárias para garantir, ao longo do tempo, o acesso e o uso racional do referido recurso natural;
- a formulação de programas que visam promover as formas mais econômicas e eficientes de utilização das águas.

Vislumbrando alcançar os aludidos benefícios, o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes promoveu o acompanhamento das reuniões de discussão dos projetos e também da apresentação e aprovação dos Planos das Bacias Hidrográficas dos rios Sergipe, Japaratuba e Piauí.

2.2.7. Saúde



2.2.7.1. Projeto MP Saúde

O Projeto “MP SAÚDE” busca fomentar a atuação ministerial voltada à estruturação física e ao pleno funcionamento de Hospitais Regionais, Unidades de Pronto Atendimento - UPA e Unidades Básicas de Saúde - UBS, além de promover a atuação conjunta, articulada, proativa e eficiente dos órgãos de execução do MPSE, com atribuição na defesa dos direitos à saúde, visando garantir que os usuários do Sistema Único de Saúde - SUS tenham à sua disposição hospitais e unidades de saúde com estrutura física satisfatória e adequado funcionamento.



Dentre os principais resultados do “MP SAÚDE”, ressaltam-se:

- elaboração de material de apoio e disponibilização aos Promotores de Justiça Curadores da Saúde;
- realização de *Workshop*, pelo CAOp Saúde, para apresentação do projeto;
- realização de inspeções e audiências extrajudiciais conjuntas.

2.2.7.2. Fomento ao Controle Social do Sistema Único de Saúde

A iniciativa em tela visa aferir o pleno funcionamento dos Conselhos de Saúde, subsidiando a atuação dos Promotores de Justiça, no processo de fortalecimento da democracia participativa, além de fomentar a atuação conjunta, articulada, proativa e eficiente dos órgãos de execução do Ministério Público de Sergipe, com atribuição na defesa dos direitos à saúde, visando ao fortalecimento dos Conselhos de Saúde.

Durante o ano de 2015 foram realizadas as seguintes ações referentes ao assunto:

- aplicação de questionários que objetivam o levantamento de dados situacionais dos Conselhos de Saúde;
- realização, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público - ESMP, do Seminário “Ministério Público e o Controle Social na Saúde”, com o objetivo de estimular o conhecimento e a sensibilização em torno do tema;
- elaboração e disponibilização de material de apoio para os Promotores de Justiça Curadores da Saúde;
- projeto Ministério Público na Defesa da Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica em Saúde.



2.2.7.3. Projeto Ministério Público na Defesa da Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica em Saúde

O Projeto em tela é de iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, através da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais e da Comissão de Planejamento Estratégico, visando contribuir para o aperfeiçoamento funcional e fomentar a atuação proativa, preventiva, efetiva e resolutiva do Ministério Público, na fiscalização da execução das Políticas Públicas da Atenção Básica, com foco na melhoria da prestação de ações e serviços nas Unidades Básicas de Saúde - UBS.

Dentre os benefícios gerados pelo projeto durante o ano de 2015, destacam-se:

- encaminhamento de Ofícios para os Promotores de Justiça Curadores dos Direitos à Saúde, visando fomentar a migração dos municípios do Sistema Nacional de Informações de Atenção Básica – SIAB para o e-SUS/AB;
- disponibilização aos referidos Promotores de Justiça dos dados do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ, além de roteiros e modelos de atuação, visando à adoção de medidas que resultem na melhoria desses indicadores, do acesso e da qualidade nas ações e serviços relacionados à Atenção Básica na Saúde;
- realização do Seminário “Controle e Fiscalização das Políticas Públicas na Atenção Básica à Saúde”, no dia 09/11/2015, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público – ESMP e o Conselho Estadual de Saúde.

2.2.7.4. Saúde Materno-Infantil

Com vistas a fiscalizar as maternidades localizadas no interior do Estado, na busca por assegurar adequada assistência às gestantes, parturientes e neonatos, foi constituído grupo de trabalho temporário, para, em conjunto com as Promotorias de Justiça com atribuição na defesa dos direitos à Saúde, promover:

- a realização de reuniões de trabalho, para planejamento das etapas da ação conjunta, com o Conselho Regional de Medicina – CRM e o Conselho Regional de Enfermagem – COREN;
- a realização de inspeções nas maternidades de Lagarto, Estância, Itabaiana, Propriá, Capela e Nossa Senhora da Glória, pelo grupo de trabalho, COREN e CRM;
- a requisição de informações e documentos acerca das maternidades acima listadas, bem como inspeções pela Vigilância Sanitária;
- a realização de audiências extrajudiciais para discutir as inadequações/irregularidades detectadas, bem como possíveis soluções;
- a realização do Seminário “Saúde Materno-infantil – Um Retrato da Assistência em Sergipe”, em 30/11/2015, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público – ESMP, CRM, COREN e Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SE.

A constituição do grupo de trabalho representa iniciativa de fomento à atuação conjunta, articulada, proativa e eficiente dos órgãos de execução do MPSE, com atribuição na defesa dos direitos à saúde, e almeja, ainda, aferir as condições de funcionamento das maternidades localizadas no interior do Estado, com vistas a identificar possíveis falhas na assistência com potencial impacto nas unidades situadas na Capital.



2.2.8. Segurança Pública



2.2.8.1. SEMINÁRIO “O MINISTÉRIO PÚBLICO E O COMBATE À CRIMINALIDADE”

No dia 06 de abril de 2015, o Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e a Escola Superior do MPSE promoveram o Seminário “O Ministério Público e o combate à Criminalidade”, ministrado por especialistas brasileiros que se dedicam aos estudos no segmento tema do evento, que foi dividido em três painéis.



O primeiro contou com o tema “Prevenção e Combate à Criminalidade: O papel do Ministério Público”, tendo como expositor o Dr. Daniel Ricardo de Castro Cerqueira - Doutor em Economia pela PUC/RJ; como debatedora a Dra. Christine Jacquet - Doutora em Economia pela PUC/RJ; e o Dr. João Rodrigues Neto – Diretor do CAOp Segurança Pública, como moderador dos debates.

A segunda palestra focou o tema “Por que cresce a violência no Brasil?”, tendo como expositor o Dr. Luis Flávio Saporì – Secretário de Segurança Pública (Betim/MG) e Doutor em Sociologia pela IUPERJ/F; como debatedor o Dr. Luis Cláudio Almeida Santos – Promotor de Justiça e Doutor em Sociologia pela UFS; e como moderador o Dr. Newton Silveira Dias Junior – Diretor da ESMP/SE.

A última palestra referiu-se ao tema “Gestão Estratégica da Política de Segurança Pública”, sendo exposta pelo Dr. Álvaro Rogério Duboc Fajardo – Delegado Federal (SR/DPF/ES), tendo por debatedora a Dra. Georlize Oliveira Costa Teles - Delegada de Polícia Civil do Estado de Sergipe; e como moderador o Dr. Jarbas Adelino Santos Junior - Diretor do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO/MPSE.

Em seguida, algumas imagens do evento:



2.2.9. Terceiro Setor



2.2.9.1. Projeto ONG Transparente

O Projeto “ONG TRANSPARENTE” foi elaborado no sentido de viabilizar o controle social e o controle por resultados, divulgando as entidades do Terceiro Setor que são idôneas e cumprem a *accountability* (prestação de contas). Pretende-se, também, com a iniciativa, analisar como utilizar os mecanismos administrativos e jurídicos em favor dessas entidades, viabilizando seu fomento.

A par disso, o Projeto busca alcançar resultados positivos, no propósito de que as entidades não governamentais sejam transparentes na sua prestação de contas e na execução de serviços sociais, para o efetivo controle popular.

Dentre as atividades do Projeto, em julho de 2015, foi realizado o **III Seminário do Terceiro Setor**, pelo Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor – CAOp e Escola Superior do Ministério Público, em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade, tendo como objetivo divulgar a Lei nº 13.019/2014, que trata do regime jurídico das parcerias voluntárias entre o Poder Público e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação.

O III Seminário foi composto por três painéis. O primeiro foi sobre “**A Lei nº 13.019/2014 – Regime jurídico das parcerias voluntárias, formalização e celebração do Termo de Colaboração e do Termo de fomento**”. O segundo painel abordou o assunto “**A contabilidade como instrumento para verificação da correta aplicação dos recursos públicos. Desafios no campo da transparência das prestações de contas e a relevância do controle social, com base da Lei nº 13.019/2014**”. O terceiro e último painel discutiu o tema “**Remuneração de Dirigentes: uma discussão sobre a realidade do terceiro setor e considerações sobre a Lei 13.019/14**”.

Impende ressaltar, ainda, que o Projeto **ficou entre os cinco finalistas na categoria “Diminuição da Corrupção” do Prêmio CNMP 2015**, o que demonstra a relevância da iniciativa. O Prêmio foi criado para dar visibilidade aos programas e projetos do Ministério Público Brasileiro que mais se destacaram na concretização e alinhamento do Planejamento Estratégico Nacional.



2.2.9.2. Sistema de Cadastro de Pessoa Jurídica Sem Fins Lucrativos - SCPJ

O projeto em tela viabilizou a elaboração de um mecanismo automatizado para padronização, controle e consolidação das informações do Cadastro das Entidades Não Governamentais – ONG, dando a possibilidade de uma busca eficiente e a geração de relatórios.

O mecanismo disponibiliza a atualização constante das informações referentes a Entidades Não Governamentais, contendo dados como endereço, nome e CPF do responsável, situação atual do cadastro da entidade na Receita Federal, recebimento de verba pública, qualificação das Organizações Sociais/Organizações da Sociedade Civil de Interesses Públicos - OS/OSCIP (Estadual, Federal e Municipal) e Títulos de Utilidade Pública (Estadual, Federal e Municipal).

Dentre os benefícios gerados pela iniciativa, destacam-se os seguintes:

- controle e consolidação das informações relativas ao Cadastro das Pessoas Jurídicas sem fins lucrativos;
- geração de relatórios e gráficos de forma eficiente e confiável;
- viabilização do controle e fiscalização das entidades;
- implementação do Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas sem fins lucrativos - SCPJ, na sala 3 de informática do Ministério Público, nos dias 08 e 09 de setembro de 2015.

Ainda com relação ao Projeto, o Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, em parceria com o Tribunal de Justiça de Sergipe promoveu, nos dias 08 e 09 de setembro, um Curso de Capacitação para oficiais de cartórios extrajudiciais do Estado de Sergipe. O Curso teve como principal objetivo capacitar os 59 (cinquenta e nove) oficiais dos cartórios que participaram do encontro, para implementar e atualizar o Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas sem Fins Lucrativos – SCPJ.

2.2.9.3. Projeto para Destinação de Recursos Públicos às Entidades não Governamentais

O presente projeto teve por objetivo normatizar a destinação de recursos às entidades cujos projetos foram analisados e aprovados pela Comissão do Ministério Público do Trabalho - MPT e MPSE. Os recursos são provenientes da indenização por dano coletivo, em ações judiciais, na seara trabalhista, conduzidas pelo Procurador do Trabalho Dr. Emerson Albuquerque Resende.

A iniciativa proporcionou a transferência de recursos financeiros da citada fonte para as seguintes entidades:

- Oratório Festivo São João Bosco - Oratório de Bebé;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE/Aracaju;
- Legião Feminina do Câncer;

- Instituto Beneficente Emmanuel –IBEM;
- Conselho tutelar de pessoas com Deficiência;
- Grupo de Apoio a Criança com Câncer - GACC em Sergipe;
- Lar Infantil Cristo Redentor – LICRE;
- Lar Cidade de Deus;
- Casa do Pequenino;
- Casa Santa ZITA;
- Oficina Mãos Amigas Nossa Senhora de Nazaré;
- Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Itabaiana – APAE Itabaiana;
- Organização Amigos Sion para Inclusão Social – OASIS.

2.2.9.4. Implantação do Sistema de Cadastro e Prestação de Contas - SICAP

O Sistema de Cadastro e Prestação de Contas - SICAP é um programa de cooperação técnica e científica mútua, entre a Procuradoria-Geral de Justiça do MPSE e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, buscando aumentar a eficiência das atividades da Procuradoria-Geral, relacionadas ao velamento das fundações e acompanhamento das entidades de interesse social que atuam no Estado.

Simultaneamente, o sistema proporciona, ainda, a realização de atividades científicas, a capacitação acadêmica e o desenvolvimento profissional dos alunos, pesquisadores e professores da FIPE, o que se dará através da utilização dos *Softwares* que integram o SICAP e do fornecimento de parte dos dados nele inseridos e armazenados na Fundação.

2.2.10. Ministério Público de Sergipe Contra a Corrupção

2.2.10.1. Campanha “Estratégias de Atuação Contra a Corrupção”

O Ministério Público de Sergipe, através da Escola Superior-ESMP, lançou, no dia 15 de maio de 2015, uma campanha de combate à corrupção, intitulada **“Estratégias de Atuação contra a Corrupção”**.

Um Seminário realizado no mesmo dia, sob o título **“O Ministério Público e o Combate à Corrupção”**, e a criação do **“Grupo de Combate à Improbidade Administrativa” - GCIA** foram algumas das ações executadas pelo MP sergipano.

O referido Seminário abriu a temporada de atividades da Campanha. Durante o evento, foram ministradas palestras pelo Advogado no Rio de Janeiro e Doutor pela

Universidade Complutense de Madrid, Fábio Medina Osório, e pelo Promotor de Justiça e Secretário de Estado no Espírito Santo, Marcelo Zenkner. Dr. Fábio Medina fez uma abordagem teórica acerca do tema, destacando o regime jurídico da lei de improbidade administrativa e o percurso a ser desenhado nas iniciais coativas a partir da teoria da tipicidade do ato ímprobo. Já o Dr. Marcelo Zenkner se aproximou da prática e apresentou o que desenvolveu ao longo dos seus 18 (dezoito) anos trabalhando no combate à corrupção do Espírito Santo.

O dia do evento, 15 de maio, foi marcante para a história do Ministério Público de Sergipe, porque não se tratou apenas de um seminário sobre o combate à corrupção, mas, também, do lançamento de pacotes de estratégias contra essa prática.



Outra estratégia da Campanha foi a criação do **Grupo de Combate à Improbidade Administrativa** – **GCIA**, através da Portaria 1329/2015, de 12 de maio de 2015, a fim de atuar diretamente no combate à corrupção e impunidade no setor público, em conjunto com os Promotores de Justiça do Estado, em procedimentos e processos que tenham como objeto esse tema.

Este Órgão Ministerial ainda promoveu um **Curso Prático de Improbidade Administrativa** voltado para os Membros e Analistas. O objetivo do curso foi capacitar o público-alvo acerca dos principais aspectos práticos que envolvem a aplicação da Lei de Improbidade.

2.2.10.2. Fórum Permanente de Combate à Corrupção no Estado de Sergipe – FOCCO

O Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal em Sergipe, a Controladoria-Geral da União, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral do Estado uniram forças e criaram o **Fórum de Combate à Corrupção no Estado de Sergipe – FOCCO-SE**. Representantes desses Órgãos assinaram um Termo de Cooperação Técnica e passaram a atuar de forma articulada no combate à corrupção.

O objetivo do FOCCO-SE é integrar os órgãos de controle e estabelecer práticas uniformes para o diagnóstico, prevenção e repressão à corrupção. O Fórum também deve fomentar e reforçar o controle social e o compartilhamento ágil e eficiente de dados e documentos.

O FOCCO-SE fortalece e amplia as ações que os mencionados Órgãos já exercem, dando condições aos Promotores de Justiça de realizar um trabalho mais efetivo e em articulação com outras instituições que atuam no combate à corrupção.

2.2.10.3. Adesão à Campanha “10 Medidas Contra a Corrupção”

Na manhã do dia 24 de agosto de 2015, o Ministério Público de Sergipe assinou a **“Carta de Apoio Contra a Corrupção”**. A carta faz parte da Campanha oriunda do Ministério Público Federal **“10 Medidas Contra a Corrupção”**, que foi lançada pelo MPF no dia 14 de agosto de 2015, na Procuradoria Regional da República da 4ª Região, em Porto Alegre, e está sendo lançada pelos MP de todo Brasil.

A ação nacional tem por objetivo coletar 1,5 milhões de assinaturas para apoiar projetos de lei de combate à corrupção, no Congresso Nacional, a exemplo do que ocorreu com a Lei da Ficha Limpa. As propostas de alterações legislativas visam evitar o desvio de recursos públicos e garantir mais transparência, celeridade e eficiência ao trabalho do Ministério Público brasileiro, com reflexo no Poder Judiciário.

Na carta que assinou, o MP de Sergipe **“declara o anseio por reformas que mudem o sistema jurídico e político, fechando as brechas que permitem a corrupção e pelas quais os corruptos alcançam impunidade”**. Conclama, ainda, o Congresso Nacional **“para que promova as alterações estruturais e sistêmicas necessárias para prevenir e reprimir a corrupção de modo adequado, aprovando, dentre outras reformas, as 10 medidas contra a corrupção e impunidade propostas pelo MPF”**.

O MP de Sergipe tem dado apoio irrestrito à Campanha, mobilizando Membros e Servidores para colher assinaturas.

2.2.10.4. Dia Internacional Contra a Corrupção

A Escola Superior do Ministério Público de Sergipe - ESMP, em parceria com o Fórum Permanente de Combate à Corrupção no Estado de Sergipe - FOCCO-SE, realizou, no dia 09 de dezembro de 2015, na sede do MPSE, o evento **“Dia Internacional Contra a Corrupção: Transparência e Controle Social”**.

O evento teve como homenageado especial o ex-Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União - CGU, Dr. Waldir Pires de Souza, um ícone da política brasileira que, enquanto Ministro do Controle e da Transparência, na CGU, implementou importantes políticas de controle da administração pública e de prevenção e combate à corrupção.

Durante o evento comemorativo, o Procurador-Chefe do Ministério Público Federal em Sergipe, e Coordenador do FOCCO, Dr. Heitor Alves Soares, apresentou o *“Ranking da Transparência em Sergipe”*. Na comparação com outros Estados, Sergipe ficou na 21ª colocação, entre os 27 (vinte e sete) entes da federação analisados, com média 5,70. Já Aracaju, quando comparada com outras Capitais, ficou na 23ª colocação de 27 (vinte e sete) listadas no *ranking*, com índice de 5,2. O município sergipano mais bem avaliado foi Rosário do Catete, com índice 6,1.

O encontro também contou com palestras. O tema **“Impacto da Improbidade Administrativa (Lei nº 12.846/2013) no Combate a Corrupção”** foi discutido pelo Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo e Doutor em Direito, Valter Foletto Santin; e **“O Observatório Social de Aracaju como Ferramenta de Controle Social”** foi exposto pela Chefe da Divisão de Auditoria do Departamento de Controle Interno do Tribunal de Justiça de Sergipe, Dra. Sirley Maclaine da Graça Melo. Ao final, a plateia se manifestou através de questionamentos orais e escritos, que foram respondidos pela mesa.

2.2.11. Plano de Ação “Coordenadoria e CAOP – Parceiros do Interior”

A Coordenadoria-Geral do Ministério Público, em consonância com a diretriz da Procuradoria-Geral de Justiça, criou o **Plano de Ação “Coordenadoria e CAOP – Parceiros do Interior”**. Como o próprio nome sugere, o objetivo é estreitar a parceria entre a Coordenadoria-Geral, CAOP e Promotorias de Justiça do interior de Sergipe.

A metodologia de trabalho inicial foi a realização de reuniões regionais com as Promotorias de Justiça, agrupadas em 04 (quatro) microrregiões principais, a fim de proporcionar amplo debate com todos os Centros de Apoio, sobre os planos de trabalho a serem desenvolvidos na efetivação de cada eixo selecionado, difundindo, assim, o Planejamento Estratégico vigente, que é um dos focos principais da Coordenadoria-Geral.

Durante o ano de 2015, foram realizados 04 (quatro) Encontros, respectivamente, em Itabaiana, Aracaju, Propriá e Estância, nos meses de março, maio, setembro e novembro, conforme detalhado abaixo, que cobriram praticamente todo o Estado, propiciando, assim, significativo incremento da aproximação e do diálogo com as Promotorias de Justiça do Interior.

Encontros Realizados em 2015			
1ª	Itabaiana	31/03/2015	Campo do Brito, Frei Paulo, Itabaiana, Malhador, Nossa Senhora das Dores, Simão Dias, Tobias Barreto e Poço Verde
2ª	Aracaju	19/05/2015	Barra dos Coqueiros, Carmópolis, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, N.S. Socorro, Riachuelo e São Cristóvão
3ª	Propriá	29/09/2015	Aquidabã, Capela, Cedro De São João, Gararu, Japaratuba, Neópolis e Pacatuba
4ª	Estância	10/11/2015	Araúá, Boquim, Cristinápolis, Itabaianinha, Indiaroba, Lagarto, Umbaúba e Estância

Tabela 70 - Encontros do Plano de Ação "Coordenadoria e CAOp - Parceiros do Interior" em 2015

2.2.12. Novos *Sites* da Coordenadoria-Geral e Centros de Apoio Operacional do MPSE

A Coordenadoria-Geral e os Centros de Apoio Operacional lançaram, na manhã do dia 29 de setembro de 2015, seus novos sítios eletrônicos, durante o encontro dos "Parceiros do Interior", realizado na cidade de Propriá.

O desenvolvimento dos referidos *sites* demandou uma série de reuniões com os Centros de Apoio e com a Diretoria de Tecnologia de Informação - DTI, a fim de que fossem realizados os ajustes necessários, com vistas à disponibilização do melhor conteúdo possível.

As novas páginas, que foram totalmente remodeladas, trazem uma série de funcionalidades e recursos voltados à publicização das atividades e à facilitação do acesso aos mais diversos conteúdos, de forma remota, pelas Unidades Ministeriais do Interior e da Capital.

Entre as principais novidades da nova página da Coordenadoria-Geral destacam-se a possibilidade de requisição remota de exclusão de trâmites e alocação e exclusão de Membros no sistema PROEJ. Além disso, há informações relativas a todos os projetos e atividades desenvolvidas pela Coordenadoria-Geral.

Já no tocante aos Centros de Apoio, a maior inovação diz respeito à individualização da página de cada CAOp, ou seja, diferentemente do Portal anterior, que trazia todos os Centros de Apoio num único endereço eletrônico, agora, cada Centro de Apoio tem sua própria página com conteúdo específico, disponibilização dos Sistemas informatizados atrelados a cada CAOp, além de vasto material de apoio.

2.2.13. Criação de Nova Promotoria de Execuções Criminais

No ano em foco, foi aprovada a Lei Complementar nº 267, de 28 de dezembro de 2015, que, dentre outras providências, "transforma e modifica a denominação de um cargo de Promotor de Justiça Cível em Promotor de Justiça das Execuções Criminais de Aracaju".

O Projeto de Lei Complementar, que redundou na mencionada Lei, foi iniciativa do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Sergipe, através da Resolução nº 012/2015 – CPJ, de 08 de outubro de 2015, que considerou a Inspeção realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP no MP sergipano, onde foi detectada a necessidade de reestruturação das Promotorias de Justiça das Execuções Criminais.

Ressalte-se que, com a crise do sistema prisional que afeta todo o país, a criação de nova Promotoria de Execuções Criminais objetivou contribuir para a celeridade dos processos previstos na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84, de 11 de julho de 1984), no Estado de Sergipe.

2.2.14. Investigações sobre as Verbas de Subvenções Sociais da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe

Os trabalhos investigativos tiveram seu liminar na Procuradoria Regional Eleitoral de Sergipe, que apurou os reflexos eleitorais dos desvios das verbas de subvenções sociais da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, realizados com a participação direta de alguns Parlamentares Estaduais.

Promovidas as respectivas ações eleitorais na Justiça Especializada, foram encaminhadas cópias dos correlatos procedimentos investigativos para o Ministério Público do Estado de Sergipe, objetivando apurar as repercussões administrativas e criminais dos fatos, relativos aos desvios de subvenções sociais.

A Procuradoria-Geral de Justiça solicitou, no ano de 2015, ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, autorização para instauração dos seguintes Procedimentos Investigatórios Criminais, visando a formação de sua *opinio delicti*, em razão da existência de indícios em desfavor de autoridades com foro por prerrogativa de função junto à Corte Sergipana:

PORTARIAS	ENTIDADES BENEFICIADAS	CIDADES
201500114700	AMANOVA	ARACAJU/SE
201500124631 2875/2015 (13/11/2015)	ALAJOVEM	LAGARTO/SE
201500124632 2876/2015 (13/11/2015)	Associação Comunitária Povoado Cambuí e Adjacências	SANTA LUZIA DO ITANHY /SE
201500124636 2877/2015 (13/11/2015)	Associação Comunitária do Projeto Piçarreira	SANTA LUZIA DO ITAIM/SE
201500125910 2878/2015 (13/11/2015)	ASSOMISE	ARACAJU/SE
201500123896 108/2016 (19/01/2016)	Associação Comunitária e Produtiva Áurea Ribeiro Associação Comunitária e Produtiva São José Associação Comunitária Josefa Evangelista	LAGARTO/SE

Registre-se, por fim, que também foram requeridas, no exercício em foco, pela Procuradoria-Geral de Justiça, autorização judicial para decretar medidas cautelares consistentes no afastamento dos sigilos de dados, telefônico, bancários e fiscal dos parlamentares e entidades investigadas, já tendo sido, inclusive, deflagrada 01 (uma) Ação Penal relativa à temática em apreço.

2.2.15. Modernização do Sistema Disque Ouvidoria

O Sistema de atendimento do número 127, o Disque Ouvidoria, encontrava-se muito defasado, exigindo *backup* e busca manuais, em caso de necessidade de recuperação de uma gravação. Utilizava, além disso, um computador totalmente obsoleto e um sistema operacional que já não oferece atualizações (*Windows XP*).

A implantação da nova solução, de baixo custo, realiza gravação e *backup* na rede interna do MPSE, agregando maior segurança à informação.

2.3. Doações Realizadas no Exercício

O Ministério Público do Estado de Sergipe, através da Procuradoria-Geral de Justiça, efetuou 02 (duas) doações em favor de entes, conforme detalhamento a seguir:

Bens Doados - 2015			
Termo de Doação	Órgão	Quantidade de Itens Doados	Valor
001/2015	Associação Comunitária de Mulheres Trabalhadoras Em Reciclagem - MATER	2	R\$ 1.507,64
002/2015	Governo de Sergipe - Secretaria de Estado da Cultura	32	R\$ 4.705,29
TOTAL		34	R\$ 6.212,93

Tabela 71 - Termos de Doação de Bens a Órgãos Públicos

Graças à integração entre o MPSE e os Órgãos mencionados, através das doações, foi possível integrar os alunos carentes do Bairro Santa Maria e o mundo da tecnologia de informática e equipar com móveis a Secretaria de Estado da Cultura.





2.4. AVANÇOS NA GESTÃO DE PESSOAS

2.4.1. Estagiários

Durante o ano de 2015, foram concedidos os seguintes incentivos aos estagiários, visando sua motivação:

- fixação do valor do auxílio-transporte aos estagiários de nível superior (Direito e Outros Cursos) e de nível médio (Ensino Médio e Fundamental), em R\$ 5,40 (cinco reais e quarenta centavos), por dia efetivamente estagiado, conforme a Portaria nº 001/2015, de 07 de janeiro de 2015, da lavra da Procuradoria-Geral de Justiça;
- instituição da jornada de 4 (quatro) horas diárias, através de Portaria nº 216/2015, de 27 de janeiro de 2015, para os estagiários dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, totalizando 20 (vinte) horas semanais, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008;
- contratação do novo Seguro de Vida aos estagiários dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, com a empresa ACE SEGURADORA S.A, apólice nº 58162542, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 01 de julho de 2015;
- curso de Ambientação, ministrado pela Divisão de Controle e Gestão de Estagiários/DRH, no ato da admissão.

2.4.2. Membros e Servidores

Diversos benefícios foram concedidos aos Membros e Servidores do MPSE, durante o exercício de 2015, visando reter e atrair talentos para a Instituição, conforme elencado a seguir:

- concessão do reajuste dos subsídios dos Membros, no percentual de 9,14% (nove inteiros e quatorze centésimos por cento), além dos 5% (cinco por cento) remanescentes do reajuste de 2013;
- pagamento de todas as vantagens apuradas em 2015 a Membros e Servidores;
- Concessão de reposição salarial dos Servidores, a partir de 1º de janeiro de 2015, no percentual de 6,51% (seis inteiros e cinquenta e um centésimos por cento), por força da Lei Estadual n.º 7.946/14, de 26 de dezembro de 2014;
- inclusão em Folha dos valores correspondentes ao avanço na carreira por titulação de Servidores protocolados no final do exercício de 2014 e em 2015;
- uniformização do valor do Auxílio-alimentação pago a Membros e Servidores no valor de R\$ 750,47 (Setecentos e cinquenta reais e quarenta e sete centavos), através da Portaria nº 3.121/15, de 15 de dezembro de 2015, com vigência a partir de janeiro de 2016.

2.4.2.1. Gratificação de Interiorização

A Gratificação de Interiorização – GI é regulamentada, atualmente, pela Portaria nº 19/11, na qual foram fixados percentuais divididos em 6 (seis) regiões, sendo de 7% na 1ª região, 13% na 2ª região, 18% na 3ª região, 25% na 4ª região, 30% na 5ª região e 40% na 6ª região, de acordo com a distância da Capital.

Recentemente, o MPSE acatou o parecer nº 577, de 1º de setembro de 2014, da Procuradoria-Geral do Estado, pela não incidência previdenciária na Gratificação de Interiorização.

Concedida aos Analistas e Técnicos do Ministério Público de Sergipe que desempenharem suas funções nas Promotorias de Justiça do Interior do Estado, considerando a distância geográfica da Capital, acesso, condições de transporte e habitação, vale ressaltar que essa gratificação incide sobre o vencimento base do respectivo servidor do Ministério Público, conforme Tabela de vencimentos dos cargos de provimento efetivo dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe.

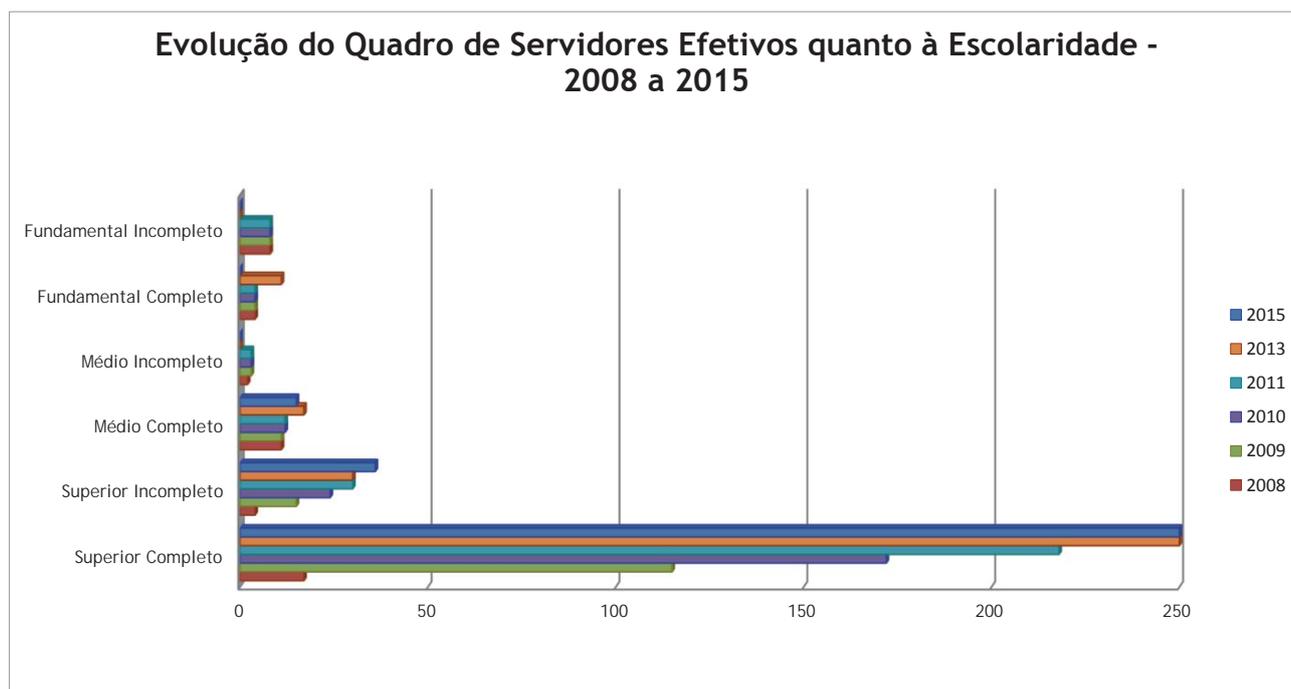
Foram publicadas, no ano de 2015, cerca 65 (sessenta e cinco) portarias que concederam a Gratificação de Interiorização.

2.4.2.2. Avanço Horizontal por Titulação e por Tempo de Serviço

O normativo que regulamenta, atualmente, o Avanço Horizontal por Titulação e por Tempo de Serviço é a Lei nº 8.004/15, que alterou e acrescentou texto à Lei nº 6.450/08. Os avanços são originários de análises por participação em eventos, publicação de trabalhos científicos, graduação em curso de nível superior, conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* e conclusão de curso de Mestrado ou Doutorado.

A evolução do quadro de servidores efetivos, quanto à escolaridade, pode ser conferida a seguir:

Gráfico 19 - Resultado Evolução dos Servidores do MPSE quanto a Escolaridade



O Avanço na Carreira por tempo de serviço ocorre no interstício de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo, e o referido avanço se dá, automaticamente, de um nível para o seguinte.

Foram enquadrados na carreira, em razão dos avanços por titulação e por tempo de serviço, no período de outubro a dezembro do ano de 2015, 194 (cento e noventa e quatro) servidores, que representam 52,57% (cinquenta e dois inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) do total de 369 (trezentos e sessenta e nove) cargos efetivos ocupados. Os Avanços supracitados também propiciam a melhoria imediata da remuneração dos Servidores, que a cada referência obtida acrescentam 6% (seis por cento) ao vencimento base.

2.4.2.3. Processos de Lotação, Relotação e Designação de Servidores

O Processo de Lotação tem como finalidade suprir as vagas que se encontram abertas, com novos Servidores. O Processo de Relotação, por sua vez, possibilita que os Servidores, já constantes do quadro de pessoal, possam se deslocar para onde desejam realizar suas tarefas, desde que haja disponibilidade de vaga no Aviso de Relotação.

No período de 07 janeiro a 19 de dezembro de 2015, foram realizados 21 (vinte e um) processos de lotações e 52 (cinquenta e dois) processos de relotação.

Há, ainda, o Processo de Designação, que supre as ausências de Servidores por motivo de afastamentos legais, através de uma equipe de Técnicos e Analistas que formam o Grupo de Apoio Operacional – Secretaria Geral, e o Grupo de Apoio Operacional – Colégio de Procuradores. No mesmo período, foram realizadas 183 (cento e oitenta e três) designações de Servidores.

2.5. VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO



2.5.1. Projeto “Evolução Humana”

O **Projeto “EVOLUÇÃO HUMANA”** visa garantir que os Membros e Servidores da Instituição possam apreciar momentos de reflexão e palestras, com o intuito de desenvolver competências que alimentem o universo pessoal e profissional de cada um deles.

A iniciativa em foco mostra-se hábil para estabelecer uma cultura de desenvolvimento humano contínuo, com o fito de melhorar a qualidade de vida individual e coletiva.



Os encontros do **Projeto Evolução Humana** são realizados mensalmente, nas últimas segundas-feiras de cada mês. Durante os meses de janeiro a dezembro de 2015, nesses encontros, foram ministradas as seguintes palestras:



Encontros do Projeto Evolução Humana			
Data	Palestra	Palestrante	N.º de Participantes
26/01/2015	Amizade Verdadeira	Dra. Maria Helena Sanches Lisboa Vinhas	188
23/03/2015	Alimentação saudável e qualidade de vida no século XXI	Dra. Andréa Gonçalves	172
27/04/2015	Pontos a ponderar	Dr. Milton Rabêlo Barreto	155
22/06/2015	A psicologia do sucesso	Dr. José Marcelo Barreto de Oliveira	157
27/07/2015	Qual o mundo que queremos?	Dr. Rodrigo Fioravanti Pasquetti	143
01/09/2015	Álcool, as drogas e os acidentes de trânsito	Ten. Cel. Paulo César Gois PAIVA	155
28/09/2015	A importância da doação de sangue	Rozeli Dantas	132
19/10/2015	Outubro Rosa: A importância do Diagnóstico Precoce do Câncer de Mama	Dr. Eduardo Azevedo	117
16/11/2015	Novembro Azul: Promoção da saúde do homem	Ana Carolina Miranda	118
15/12/2015	Inteligência Motivacional e Mobilização	Alexandre Soares Freire da Costa	100

Tabela 72 - Encontros do Projeto Evolução Humana

2.5.2. Projeto “Coral Vozes da Cidadania”

O “CORAL VOZES DA CIDADANIA” é uma iniciativa que visa levar os Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe a exercer uma atividade diferente da sua rotina e dos seus afazeres cotidianos, proporcionando uma oportunidade de integração e descontração, como também um desafio a cada apresentação realizada.

Dentre os benefícios gerados pelo Projeto, destacam-se:

- promoção do bem-estar físico e mental de cada participante, através dos benefícios da Música;
- desenvolvimento do espírito de equipe e de cooperação;
- contribuição com a formação cultural dos participantes;
- contribuição para a melhoria da qualidade de vida no trabalho, motivando os coralistas e minimizando o estresse no exercício de suas funções.

Durante o ano de 2015, o Coral participou de diversos eventos da Instituição, conforme demonstrado a seguir:



2.5.3. Projeto Mensagem do Dia

O **Projeto “MENSAGEM DO DIA”** consiste na divulgação de frases diárias de incentivo à reflexão, no *site* da Instituição.

A publicação diária de mensagens, através de frases e textos, serve como instrumento de meditação que inspira boas práticas cotidianas.

O referido Projeto justifica-se pela necessidade de inserir no âmbito corporativo da Instituição o hábito diário de reflexão, gerando muitos benefícios por meio da ativação dos sentimentos do indivíduo, conforme destacados em seguida:

“Nossa maior fraqueza está em desistir. O caminho mais certo de vencer é tentar mais uma vez”

Thomas Edison

Exemplo de uma mensagem publicada no do *site* do MPSE:

- estimular nos Membros e Servidores a prática diária da reflexão sobre princípios relativos à Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade;
- incentivar a compreensão dos sentimentos de respeito, solidariedade, amor, perdão, amizade e fraternidade entre os integrantes da Instituição;
- demonstrar a importância da prática diária de tais valores;
- promover um ambiente de trabalho salutar e humano.

2.5.4. Doe Sangue – O Fluxo da Vida não Pode Parar

Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe tiveram a oportunidade de, no dia 02 de outubro de 2015, fazer sua doação de sangue na sede do Órgão Ministerial. A iniciativa faz parte do **Projeto “Doe Sangue – O Fluxo da Vida não Pode Parar”**.

Objeto da parceria entre este Órgão Ministerial (através da Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade), Sindicato dos Trabalhadores Efetivos do MP – SINDSEMP/SE, Associação Sergipana do MP – ASMP e o Centro de Hemoterapia de Sergipe - HEMOSE, o Projeto, além de sensibilizar e conscientizar sobre a importância do ato de doar sangue, promoveu o exercício da cidadania e proporcionou, ainda, comodidade aos Membros e Servidores da Casa que desejavam colaborar com a nobre causa.

Vale ressaltar que a sociedade brasileira ainda fomenta mitos sobre a doação de sangue e difunde informações que acarretam receio nos potenciais doadores. Por isso, a título de esclarecimento e sensibilização, a equipe do HEMOSE realizou uma palestra, no Auditório do Edifício-Sede do MPSE, dia 28 de setembro, por ocasião da realização do Projeto Ministerial intitulado “Evolução Humana”, a fim de conscientizar que a doação de sangue é um ato simples, rápido e seguro.

2.5.5. Membros e Servidores mais Saudáveis



2.5.5.1. Outubro Rosa

Com o intuito de conscientizar a população e os Membros e Servidores da Instituição sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama, o Ministério Público de Sergipe aderiu à **Campanha “Outubro Rosa”**, realizada anualmente em vários países.

O apoio à ação ocorreu por meio do portal do MP sergipano, que trocou o vermelho bordô, cor institucional, pela cor rosa, e, ainda, com a mudança da iluminação da fachada da sede deste Órgão Ministerial para a cor do Projeto, durante todo o mês de outubro, conforme demonstrado na foto em seguida:

Uma campanha interna de divulgação também foi realizada na Instituição. Membros e Servidores da Casa adotaram um laço rosa, símbolo do movimento, e palestras sobre a importância do exame de prevenção foram proferidas por profissionais convidados através do Projeto Ministerial “Evolução Humana”.



A falta de informação continua sendo a principal vilã na luta contra o câncer de mama, dizem os especialistas, por isso as ações promovidas durante o chamado **“Outubro Rosa”** são mais uma importante maneira de enfrentar a doença.

2.5.5.2. Novembro Azul

Depois do mês de outubro ser marcado pela campanha de conscientização para prevenção do câncer de mama, conhecida como **“Outubro Rosa”**, o foco do mês seguinte foi a saúde dos homens.

O mês de novembro é internacionalmente dedicado às ações relacionadas ao câncer de próstata e à saúde do homem, e, a fim de intensificar a conscientização sobre a **Campanha “Novembro Azul”**, o Ministério Público de Sergipe trouxe a Enfermeira e Coordenadora do Programa Saúde do Homem em Aracaju, Ana Carolina Miranda, para discutir sobre o tema. Durante o Momento de Reflexão foi exibido um vídeo que também abordou a temática.

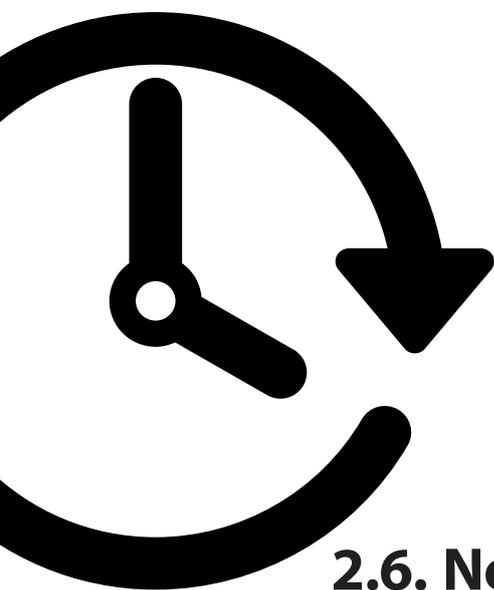
A Enfermeira discorreu sobre o assunto de uma maneira geral, destacando a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem - PNAISH, as doenças mais frequentes e que trazem maiores impactos para a saúde dos homens e as principais causas de mortes no sexo masculino (causas externas, doenças vasculares e tumores). Além disso, explicou sobre o que é a próstata, qual a sua função, quais os sintomas e exames preventivos do câncer na glândula.

2.5.5.3. Procedimentos de Enfermagem

O Centro Médico do Ministério Público de Sergipe atende toda a Instituição, através de procedimentos de enfermagem. São realizadas atividades de controle de peso, pressão arterial, glicemia capilar, orientação alimentar, administração de medicamentos, curativos e aerosol, terapia, e repouso supervisionado na enfermaria.

Os procedimentos visam à promoção, prevenção, orientações e encaminhamentos que se façam necessários, diante de alterações detectadas, baseadas nas competências e atribuições do enfermeiro.

No período de janeiro a dezembro, foram realizados 767 (setecentos e sessenta e sete) atendimentos.

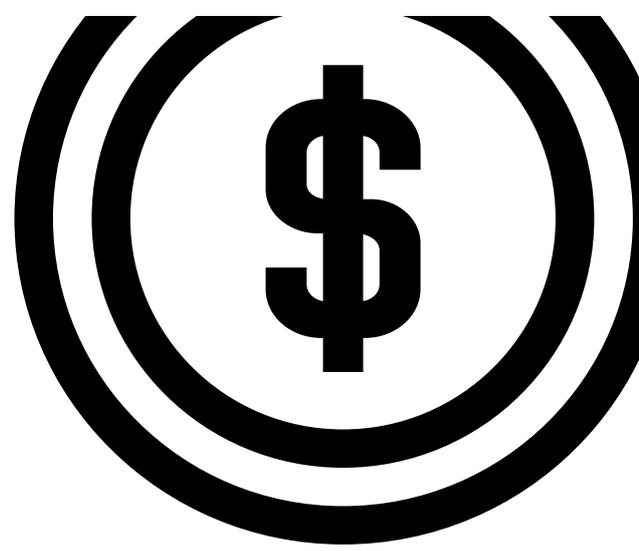


2.6. Nova Jornada de Trabalho no MPSE

Em 2015, o Ministério Público de Sergipe passou a funcionar com uma nova jornada de trabalho de seus Membros e Servidores.

O turno corrido foi implementado na Instituição, como resultado de estudos desenvolvidos por uma comissão composta por Membros e Servidores, que constatou que essa iniciativa traria diversos benefícios, a exemplo da redução de gastos com energia elétrica, água, material de expediente, da otimização de serviços prestados pelo Parquet, além de oferecer maior qualidade de vida para os que fazem parte do Órgão.

A fixação do turno corrido foi regulamentada através da Portaria nº 4.954/14, de 18 de dezembro de 2014, da lavra da Procuradoria-Geral de Justiça, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015, em consonância com as Resoluções nº 24/2007 e nº 38/2007, editadas pelo Tribunal de Justiça de Sergipe, e com a Resolução nº 88/2009, do Conselho Nacional de Justiça.



2.7. Eficiência na Gestão dos Recursos Financeiros

2.7.1. Economia com Licitações

A Divisão de Material, setor responsável pela realização de compras da Instituição, teve como foco, durante o período de 2015, a busca por preços mais vantajosos em suas licitações, sem perder a qualidade, através da realização dos pregões presenciais e eletrônicos, com ou sem registro de preços, modalidades licitatórias que apresentam vantagens insuperáveis, em relação ao preço e à celeridade, para a Administração Pública.

Vale ressaltar que, no período em foco, registrou-se uma maior economia, em torno de 31% (trinta e um por cento), nas licitações modalidade Pregão Eletrônico, em relação aos preços estimados. Logo, observa-se que, a cada exercício, o Ministério Público de Sergipe não mede esforços na busca de melhorias, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Economia com Licitações – 2015				
Modalidade	Valor Estimado	Valor Licitado	Economia	% Economia
Tomada de Preço	31.331,70	30.673,33	658,37	2,10%
Pregão Eletrônico	10.930,00	7.445,00	3.485,00	31,88%
Pregão Presencial	1.908.604,98	1.897.660,92	10.944,06	0,57%
Registros de Preços	1.023.207,20	872.840,00	150.367,20	14,70%
TOTAIS	2.974.073,88	2.808.619,25	165.454,63	5,56%

Tabela 73 - Resultado da Economia do MPSE em Licitações

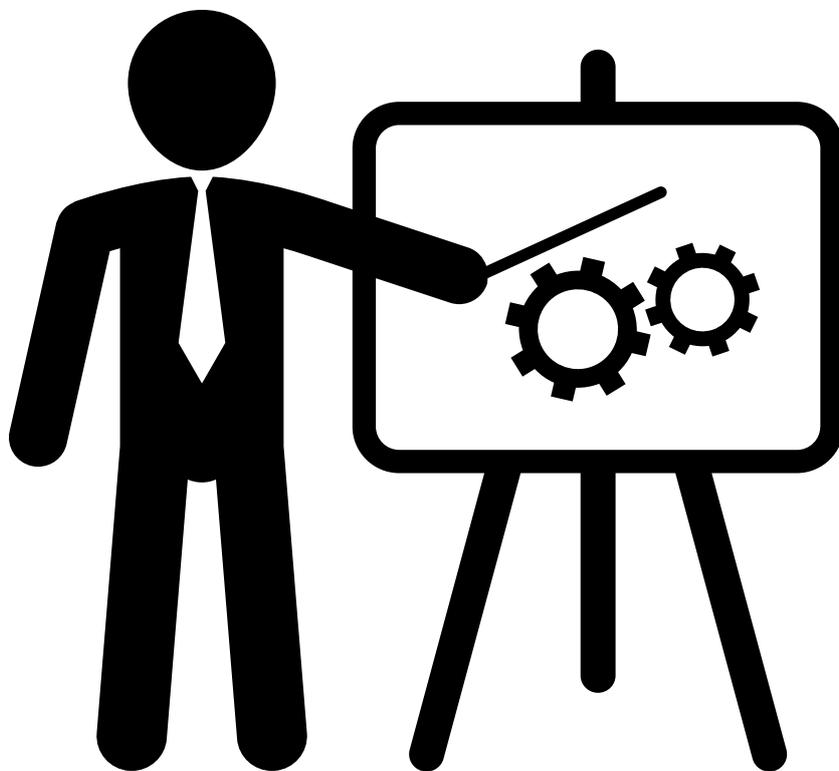
Portanto, ficam demonstrados, diante da economia alcançada, a responsabilidade e o compromisso que o Ministério Público de Sergipe tem diante do Orçamento destinado ao Órgão, buscando sempre seguir de forma fidedigna as Leis e preceitos que regem a Administração Pública, visto que os Procedimentos Licitatórios objetivam garantir a observância do Princípio Constitucional da Isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.



2.8. Investimentos em Segurança

2.8.1. Aquisição de Coletes Balísticos

Na busca pelo aumento da segurança dos Membros do Ministério Público de Sergipe que, em virtude do exercício das suas funções, encontram-se em situação de risco, foram adquiridos 06 (seis) coletes balísticos, que serão utilizados por aqueles que fizeram a solicitação.



2.9. Aprimoramento dos Processos de Trabalho

2.9.1. Contratação de Empresa Especializada na Realização de Pequenas Tarefas de Coleta e/ou Entrega Imediata

No ano de 2015, foi contratada empresa especializada na prestação de serviço de apoio administrativo, consistente na realização de pequenas tarefas de coleta e/ou entrega imediata, rápida e em caráter de urgência, de processos, peças processuais, de atos Ministeriais e pequenos volumes entre as Promotorias de Justiça e Distritos, em repartições públicas ou estabelecimentos privados, localizados dentro do Estado de Sergipe, com utilização de motocicleta.

O serviço é necessário para o adequado trâmite dos referidos materiais entre as diversas áreas do Ministério Público de Sergipe, excetuados o recebimento, o transporte e a entrega de cartas, de cartões postais, de correspondências agrupadas ou de quaisquer outros objetos que, nos termos da Lei n.º 6.538/1978, estejam sujeitos ao monopólio da União ou da empresa pública que explora os serviços postais, além da realização de serviços cotidianos de escritório, os quais complementam as tarefas executadas pelos Servidores desta Instituição.

A contratação da referida empresa visa atender às Promotorias de Justiça do Estado, a exemplo dos Municípios de Aquidabã, Arauá, Aracaju, Campo do Brito, Canindé do São Francisco, Capela, Carira, Carmópolis, Cedro de São João, Cristinápolis, Frei Paulo, Gararu, Itabaianinha, Itaporanga D'ajuda, Japarutuba, Laranjeiras, Maruim, Neópolis, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Pacatuba, Poço Redondo, Poço Verde, Porto da Folha, Riachuelo, Ribeirópolis, São Cristóvão, Simão Dias, Tobias Barreto e Umbaúba.

2.9.2. Criação e Regulamentação do Grupo de Apoio às Atividades de Execução – GAEE

Com o objetivo de melhor adequar e disciplinar as atividades de apoio institucional desenvolvidas pela Divisão de Perícia Contábil, pela Divisão de Perícia Técnica (Engenharia e Arquitetura) e pela Divisão de Serviço Social, o Procurador-Geral de Justiça, através da Portaria N.º 384/2015, de 09 de fevereiro de 2015, criou e regulamentou o Grupo de Apoio às Atividades de Execução - GAEE.

A iniciativa visa conferir celeridade e qualidade técnica às análises e trabalhos efetuados, através da regulamentação do trâmite das solicitações de análises e de apoio técnico e especializado, de outras áreas do conhecimento, aos Membros do MPSE.

2.9.3. Adoção de Novas Rotinas Internas da Ouvidoria

Foram implementadas novas rotinas visando à efetividade da atuação da Ouvidoria.

A alteração mais significativa foi a adoção de maior rigor na triagem das manifestações, encaminhando aos órgãos de execução apenas aquelas que, em tese, abriguem-se nas atribuições do Ministério Público – MP, e orientando os manifestantes nas demais. As manifestações encaminhadas são arquivadas apenas quando o órgão de execução informa a providência adotada e o Manifestante recebe o número do procedimento instaurado e instruções de como acompanhar a tramitação, através da consulta pública. Se após 30 dias os órgãos de execução não informarem as providências adotadas, a Ouvidoria solicita informações.

Com esse novo método de trabalho, os Manifestantes são orientados rapidamente a procurar os órgãos competentes, nos casos em que a atuação do MP não se faz necessária. Os manifestantes também podem acompanhar a tramitação dos seus procedimentos, de forma transparente, compreendendo melhor o trabalho das Promotorias, nos casos de atribuição do MP.

2.9.4. Regulamentação dos Procedimentos Relativos à Contratação de Bens, Obras e Serviços no MPSE

A Portaria nº 876/2015, de 24 de março de 2015, proposta pela Divisão de Controle Interno, tem por objetivo mitigar os riscos envolvidos no processo de contratação, a partir da regulamentação dos seus procedimentos e delimitação de responsabilidades.

O ato de regulamentar a contratação no Ministério Público de Sergipe permitiu o mapeamento das atividades, atribuições e responsabilidades dos agentes públicos envolvidos no processo.

Dentre os benefícios mais importantes, destaca-se a melhor compreensão, por parte dos atores, do rito das contratações no ambiente interno da Instituição, clareando suas atribuições e as dos demais participantes do processo.

O mapeamento do processo possibilita, ainda, uma visão minuciosa do ciclo de contratações, possibilitando à Administração Superior identificar os riscos inerentes à atividade e a adoção precisa do controle interno correspondente.

2.9.5. Regulamentação do Serviço de Informação ao Cidadão no Âmbito do Ministério Público de Sergipe

A Divisão de Controle Interno do MPSE apresentou, em 2015, proposta de Portaria à Administração Superior, no intuito de regulamentar, no âmbito da Instituição, o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, conforme previsão do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e da Resolução nº 89, de 24 de setembro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

A edição das Portarias nº 1.549/2015 e nº 1.550/2015 viabilizou ao cidadão, no âmbito do Ministério Público de Sergipe, o pleno gozo do direito fundamental à informação, insculpido no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal.

A instrumentalização do acesso à informação é de fundamental importância para que a Administração atenda aos imperativos do Princípio da Publicidade, na medida em que resguarda ao cidadão o direito de receber informações de interesse particular ou coletivo, a fim de que possam controlar a legalidade, legitimidade e eficiência da conduta dos agentes do MPSE.

2.9.6. Regulamentação dos Procedimentos Relativos à Contratação de Solução de Tecnologia da Informação

A Portaria nº 2.082/2015, de 04 de agosto de 2015, da lavra da Procuradoria-Geral de Justiça, foi publicada objetivando disciplinar, no âmbito do Ministério Público de Sergipe, o procedimento de contratação de solução de Tecnologia da Informação.

De maneira semelhante à edição da Portaria nº 876/2015, busca-se com esta iniciativa mapear as atividades, atribuições e responsabilidades dos envolvidos, a fim de proporcionar maior eficiência do processo de contratação de tecnologia da informação, através da mitigação dos riscos, mapeamento dos processos, dentre outros.

2.9.7. Implantação do Sistema Redoma

O REDOMA é um sistema de controle de ponto eletrônico, disponível no *site* do Ministério Público de Sergipe, no Portal do Servidor, estruturado pela leitura biométrica da impressão digital, realizada por meio de equipamentos instalados nas unidades da Instituição – Sede, Subsedes, Promotorias Distritais, Promotorias das Comarcas e Distritos do Interior.

O sistema permite que, através do *login* funcional – atribuído quando da admissão – todos os servidores e estagiários tenham acesso, em tempo real, às informações sobre sua frequência diária. Possibilita, ainda, que apresentem sua justificativa de falta, sem a necessidade de deslocamento de sua residência e/ou lotação e, o mais importante, sem a necessidade de utilização de papel, o que destaca a preocupação desta Instituição com o meio ambiente, visando a eliminação do desperdício e redução de impacto ambiental, além de tornar o controle da frequência de servidores e estagiários mais eficiente.

Como guia para a utilização do REDOMA, o MPSE disponibilizou um manual, cuja capa pode ser conferida em seguida, que serve de ferramenta de consulta para servidores, estagiários e chefias, de forma que todos possuam condições de promover o efetivo acompanhamento de sua jornada de trabalho.



2.9.8. Implantação do Diário Oficial Eletrônico

O Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Sergipe, conforme demonstrado a seguir, foi instituído através da Portaria nº 2.254/2015, de 31 de agosto de 2015, como instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação de atos extraprocessuais e administrativos, disponível para as Unidades Ministeriais, desde o dia 08 de setembro de 2015.

A nova ferramenta é prática, irreversível, eficaz e, já adotada por Tribunais e Ministérios Públicos, permite tanto a difusão mais ampla da informação, quanto a imprescindível transparência do serviço público, além da economia de recursos.

Após regulamentado pela Procuradoria-Geral de Justiça, o Diário foi desenvolvido pela equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação do MPSE - DTI. Os servidores das áreas de projetos, desenvolvimento, banco de dados e *design* gráfico trabalharam com afinco no desenvolvimento do projeto. A Secretaria-Geral, unidade gestora do Diário Eletrônico, também deu suporte à equipe da DTI.

Os envolvidos na nova ferramenta, promoveram, ainda, cursos de treinamento para Membros e Servidores do MPSE da Capital e do Interior do Estado. Cerca de 400 (quatrocentas) pessoas foram treinadas para que o novo sistema, além de facilitar o acesso à comunicação, garanta a confiabilidade e a autenticidade dos documentos consultados.

Com a implantação do DOFe, o Ministério Público de Sergipe passou a ser independente no tocante às suas publicações, uma vez que havia uma dependência do Tribunal de Justiça de Sergipe para tal fim. É importante ressaltar que tais publicações geravam custo financeiro ao Órgão. Desta forma, o DOFe gerou economia financeira e propiciou autonomia nas publicações oficiais, dando maior efetividade ao Ministério Público de Sergipe.



2.9.9. Uniformização das Comunicações dos Centros de Apoio

Demonstrando alinhamento com a diretriz exarada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no sentido do fortalecimento da identidade visual dos Ministérios Públicos, notadamente através da padronização das comunicações oficiais de seus Órgãos, a Coordenadoria-Geral do Ministério Público de Sergipe expediu a Orientação de Serviço – ODS n.º 001/2015 – CGMP.

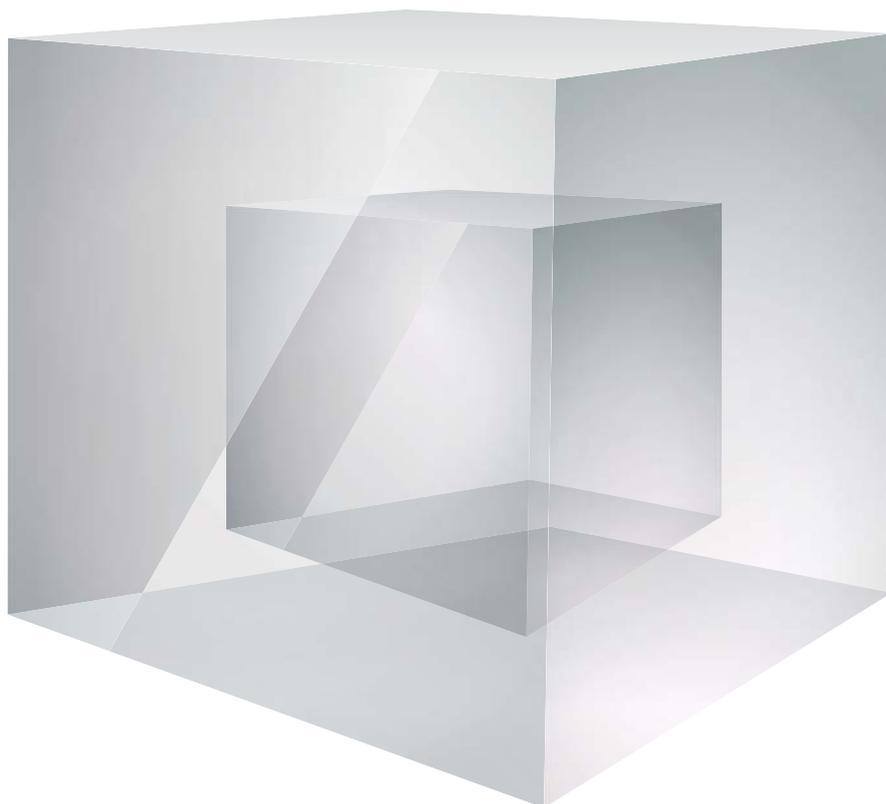
Reconhecendo na padronização das comunicações oficiais do MPSE um importante instrumento de reconhecimento da identidade visual da Instituição, a ODS estabelece normas de padronização das abreviaturas dos Centros de Apoio Operacional nas comunicações oficiais expedidas

2.9.10. Manual de Gestão de Gabinete

A partir do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 2.761/2013, objetivando apresentar estudos acerca da padronização de atuação das Promotorias de Justiça, o Centro de Apoio às Atividades Cíveis e Criminais, com o auxílio da Corregedoria-Geral e da Coordenadoria-Geral do MPSE, confeccionou o Manual de Gestão de Gabinete, ilustrado a seguir:

A iniciativa visa auxiliar as atividades de Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe, servindo de fonte de consulta rápida.





2.10. Promoção da Transparência

2.10.1. Portal da Transparência do MPSE – 2º Lugar

O Portal da Transparência do Ministério Público de Sergipe foi considerado pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP o 2º melhor do Brasil. A Comissão de Controle Administrativo e Financeiro – CCAF publicou no “Transparentômetro” do CNMP uma tabela de classificação com a porcentagem alcançada por cada MP.

A CCAF realiza, trimestralmente, um monitoramento nos *sites* das Unidades Ministeriais, no intuito de verificar o fiel cumprimento das Resoluções CNMP nº 86/12 e 89/12, que dão aplicabilidade à transparência, instituída pela Lei nº 12.527/11- Lei de Acesso à Informação - LAI, no âmbito do Ministério Público.

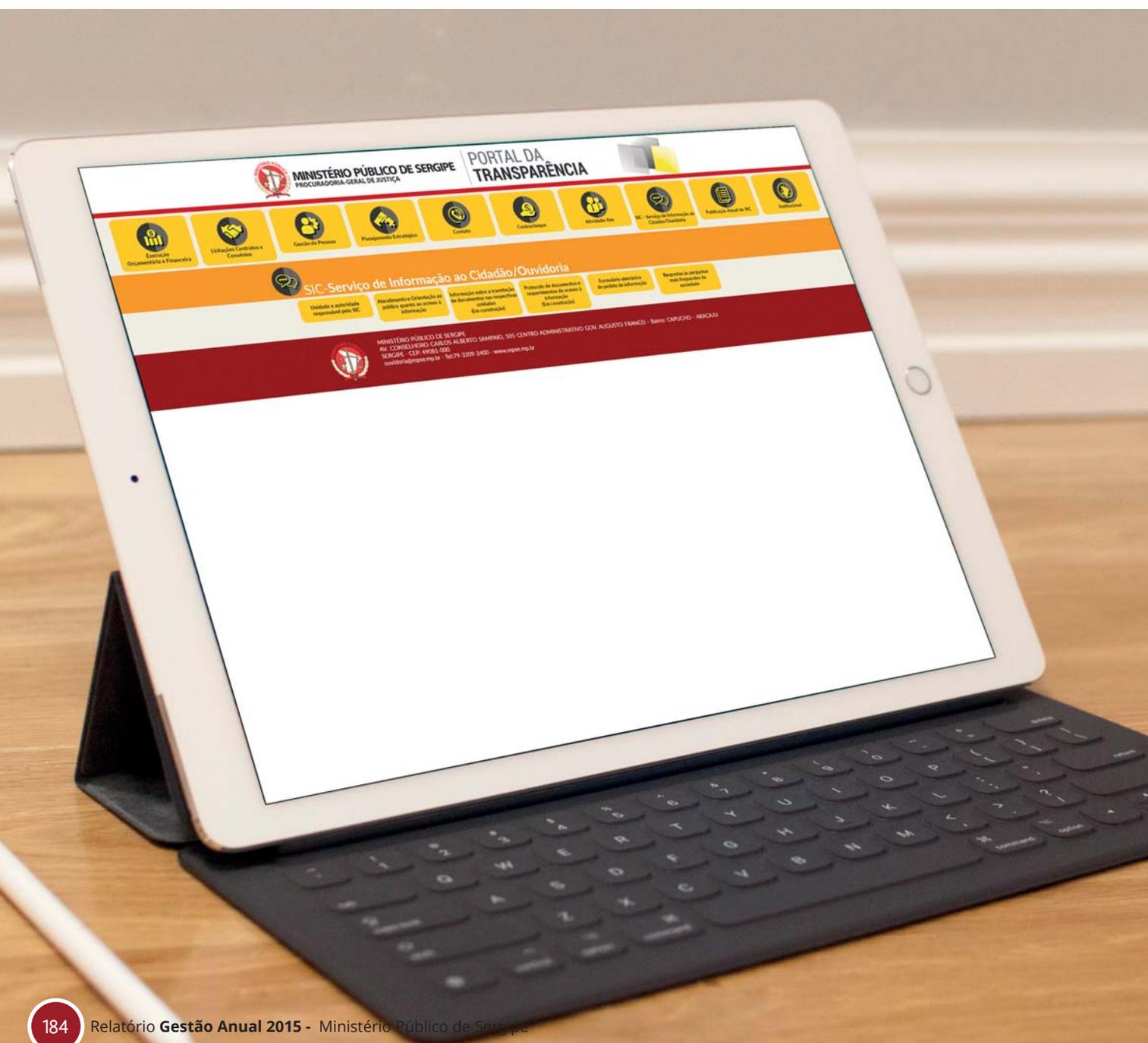
Nesses Portais, deve haver informações relativas à execução orçamentária, financeira e administrativa, as licitações e contratos administrativos e gestão de pessoas, chamada de Transparência Ativa, que consiste no fornecimento de dados independentemente de qualquer solicitação. Além da Ativa, há também a Transparência Passiva, fornecida de acordo com a solicitação do cidadão.

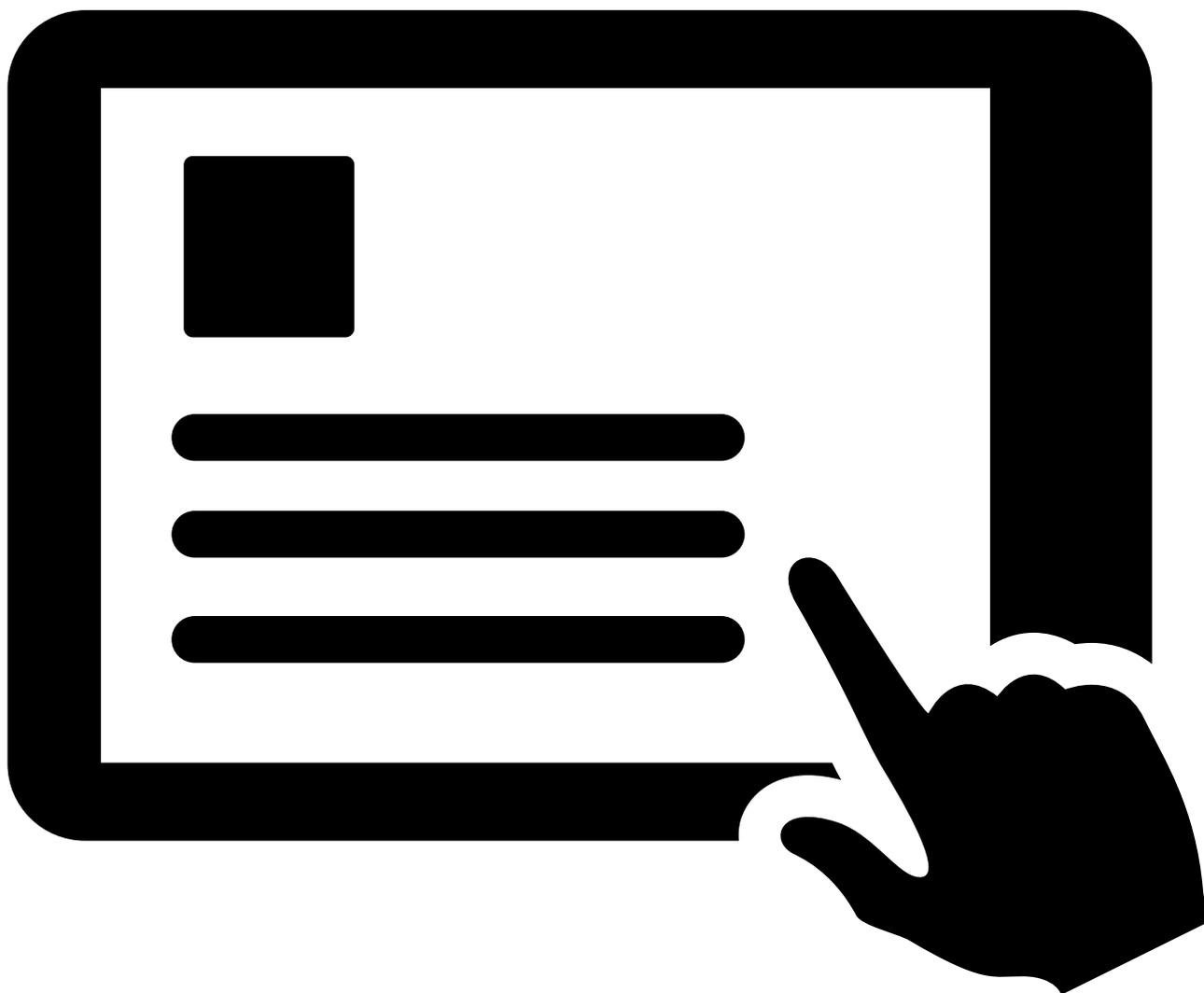
Para o Coordenador da Divisão do Controle Interno do MPSE, “a segunda colocação no *ranking* é consequência do esforço da Administração Superior, através dos setores que exercem a Transparência no MPSE, de tornar a sociedade ainda mais participativa no acompanhamento e verificação das ações da gestão Ministerial, sempre em observância às normas editadas pelo Conselho Nacional”.

2.10.2. Implantação do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

Objetivando o cumprimento da Resolução nº 86/2012 do CNMP, foi implementado o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, no âmbito do Portal da Transparência do MPSE, tendo como Autoridade Responsável a pessoa do Ouvidor. O SIC foi construído através de parceria entre Ouvidoria, Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI e Divisão de Controle Interno.

Além de proporcionar maior facilidade de acesso ao cidadão e de atender aos padrões determinados pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, a implementação do SIC teve como efeito colaborar para que o Ministério Público de Sergipe – MPSE alcançasse o 2º lugar no *ranking* da Transparência do Conselho. A tela ilustrativa do sistema pode ser visualizada a seguir:





2.11. Destaques da Área de Tecnologia da Informação

2.11.1. Contratação de Emissão de Certificados Digitais

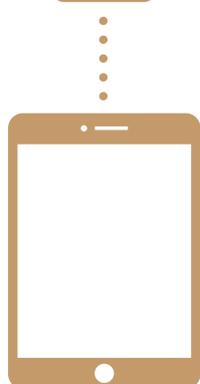
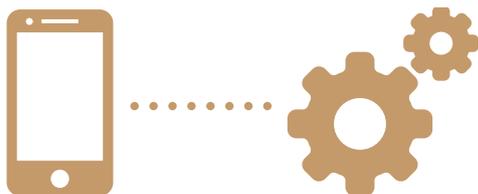
No ano de 2015, foi realizada contratação de empresa com a finalidade de emitir certificados digitais para pessoa física, jurídica, sistemas e *sites*.

A mencionada contratação proporcionou alguns benefícios ao Ministério Público de Sergipe, a exemplo dos destacados a seguir:

- prover o Ministério Público de registro de preço para obtenção de certificados digitais de pessoas físicas, para Membros e Servidores;
- emitir certificados digitais E-CPF para atender a solicitações pendentes;
- emitir certificados digitais para sites (Serviços e sistemas do MPSE).

A assinatura digital de pessoa física (E-CPF) no MPSE será também utilizada na publicação do Diário Oficial do Ministério Público de Sergipe – DOF e na tramitação de documentos assinados eletronicamente, via *e-mail* e sistemas diversos, a exemplo do Conectividade Social, Receita Federal, E-STJ (Petição eletrônica), STF e diversos outros procedimentos que demandam uma assinatura digital eletrônica.

Além do atendimento aos pré-requisitos desses sistemas, o MPSE é capaz de desenvolver novos aplicativos com essa forma de autenticação e segurança, sendo que alguns servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação também foram munidos de certificados digitais.



2.11.2. Contratação e Implantação de Novo *Link* de *Internet* Dedicada

A velocidade de acesso à *Internet* na Instituição necessitava ser ampliada, visto que, desde a mudança para a Nova Sede, ainda não havia sido feita adequação da demanda com a capacidade do *link* existente. A Sede do MPSE possui, hoje, um número praticamente 05 (cinco) vezes maior de usuários, consumindo recursos de rede, seja através de seus computadores ou dispositivos móveis, seja através da rede *Wi-Fi*, o que proporciona uma imensa demanda para acesso à *Internet*.



No ano em foco, foi realizada contratação de *link* de *Internet* dedicada, com 60 (sessenta) Mbps de velocidade, propiciando um aumento de 300% (trezentos por cento) na velocidade do *link* antes contratado.



Tal iniciativa foi extremamente importante e necessária para o aumento do número de serviços que demandam tráfego na rede, a exemplo do sistema de correio eletrônico, PROJ e Arquimedes, entre outros, publicados na *WEB*.

Com isso, houve uma melhora na velocidade de acesso a *sites*, contribuindo para o desenvolvimento ágil das atividades da área fim que requerem essa tecnologia.



2.11.3. Projeto Rede Corporativa MPSE

O **Projeto Rede Corporativa MPSE** visa a contratação e implantação de *links* VPN/MPLS (Rede Multisserviços), interligando, através de *links* dedicados de dados, as Promotorias do interior do Estado com a Sede da Instituição.

Na primeira fase do projeto, realizada em 2015, foram instalados *links* nas Promotorias de Justiça dos municípios de Poço Verde, Poço Redondo, Boquim, Cedro de São João, Aquidabã, Laranjeiras, Itaporanga d'Ajuda, Arauá, Pacatuba, Neópolis, Frei Paulo, Riachuelo, Capela, Itabaianinha, Canindé do São Francisco, Nossa Senhora das Dores, Campo do Brito, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Umbaúba, Simão Dias, Itabaiana, Estância e Lagarto.

Ainda no período em foco, foi dado início à execução da implantação da segunda fase do Projeto, através da contratação de *links* VPN/MPLS para mais 11 (onze) Promotorias do interior do Estado, a saber: Carira, Carmópolis, Cristinápolis, Indiaroba, Japaratuba, Malhador, Maruim, Porto da Folha, Propriá, Ribeirópolis e Tobias Barreto.

O **Projeto Rede Corporativa MPSE** proporcionou melhoria na qualidade e na velocidade de acesso à *Internet* e *Intranet* Institucional, sistemas, ferramentas corporativas de comunicação e colaboração, sanando as dificuldades anteriormente existentes nas unidades do Interior, tendo em vista que o *link* antes compartilhado pelo Tribunal de Justiça – TJSE, além de ser insuficiente para atender às demandas do Ministério Público de Sergipe, impossibilitava intervenções da Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI deste Órgão.

A iniciativa também gerou muitos benefícios para a Instituição, conforme elencado abaixo:

- aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, promovendo a percepção de eficiência na administração pública pela sociedade;
- obtenção de *links* próprios, garantindo a alocação da devida banda necessária para realização dos trabalhos e permitindo à Divisão de Infraestrutura da DTI integrar diversos benefícios já praticados na Sede administrativa, às demais unidades do Interior;
- possibilidade de aplicação de políticas de segurança desenvolvidas pela equipe de TI e implementadas na infraestrutura de rede do Edifício-Sede, dando um melhor tratamento de segurança às importantes informações produzidas pelos Membros e Servidores;



- possibilidade de realização de ações de gerenciamento remoto, suporte ao usuário e resolução de problemas dos equipamentos de informática, reduzindo custos com transporte para visita de técnicos e analistas ao local, bem como diminuindo a indisponibilidade do serviço e a insatisfação dos Membros e Servidores;
- ampliação e interiorização da prestação dos serviços integrados de telemática, adequando-os às necessidades das unidades do Ministério Público de Sergipe, distribuídas em todo o Estado, possibilitando, assim, a expansão dos serviços voltados ao atendimento do cidadão;
- aumento do nível de satisfação dos usuários na utilização dos serviços de TI;
- utilização de serviços de teleinformática e tecnologias adequadas para a promoção de inovações tecnológicas, expansão dos serviços oferecidos por meios digitais, facilitando a interligação das Unidades do interior do Estado, que por sua vez ampliará a oferta e melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.



2.11.4. Implantação do *Software* Antivírus Gerenciável em Promotorias do Interior do Estado

Foi implementado, em 2015, o *software Kaspersky Endpoint Security*, versão 10.2.2.10535 (mr1) com agente de gerência, integrado ao sistema de antivírus utilizado na sede do MPSE, nas estações de trabalho das Promotorias de Poço Verde, Poço Redondo, Boquim, Cedro de São João, Aquidabã, Laranjeiras, Itaporanga d'Ajuda, Arauá, Pacatuba, Neópolis, Frei Paulo, Riachuelo, Capela, Itabaianinha, Canindé do São Francisco, Nossa Senhora das Dores, Campo do Brito, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Umbaúba, Simão Dias, Itabaiana, Estância, Lagarto.

Essa ação possibilitou a aplicação de políticas de segurança integradas, levando às Promotorias de Justiça do interior do Estado o mesmo nível de segurança implementado no parque tecnológico da Sede do MPSE.

Proporcionou, ainda, a atualização *online* das definições de antivírus, maximizando a eficácia da proteção, estando com as vacinas mais recentes aplicadas, além da criação de melhorias na forma de monitorar e identificar problemas, através do sistema de gerenciamento integrado, dando visibilidade das vulnerabilidades dos *softwares*, propiciando sua rápida detecção e um tratamento mais eficiente.

2.11.5. Implantação do Módulo de Gerenciamento e Monitoramento dos *Links* MPLS e de *Internet Dedicada* em *Software Livre*

A implantação de módulo de monitoramento para os *links* MPLS do Projeto Rede Corporativa MPSE, em *software* livre, buscou dar maior visibilidade à rede, com o monitoramento dos eventos em tempo real.

A implementação desse sistema possibilitou o monitoramento em tempo real do estado da rede corporativa MPSE, alertando sobre eventos de paradas, medições de tráfego, saturação de *links*, entre outros, dando informações de alta relevância para a manutenção da disponibilidade da rede.

Essa ferramenta provê recursos gráficos para rapidamente identificar o estado de um *link*, além de permitir, ainda, o envio de *e-mails* para os técnicos de plantão, no caso de paradas não programadas, agilizando a abertura de chamados técnicos com a prestadora de serviços de telecomunicações, minimizando o tempo de *downtime*.

Todo esse aparato tecnológico foi implantado pelos integrantes da equipe da Divisão de Infraestrutura/DTI, eliminando os custos com a contratação de empresa especializada para consultoria, utilizando recursos em *software* livre e reduzindo os custos com aquisição de licenças de utilização de *software*.

2.11.6. Ampliação de Recursos Físicos de Processamento e Memória do *Cluster* de Virtualização do MPSE

No ano em foco, foi realizada a migração de membros do *cluster* de *VMware* para novos servidores físicos, com maior poder de processamento e memória, ampliando a oferta de recursos físicos para o sistema de virtualização de servidores do MPSE.

Com a substituição de 02 (dois) servidores físicos do *cluster* de virtualização, foi incrementada a oferta de recursos de *hardware* para alocação dos servidores virtuais que hospedam os serviços críticos da Instituição.

Essa migração buscou aumentar a disponibilidade dos serviços, minimizando o risco de *downtime* por falhas de *hardware* e proporcionando recursos de *hardware* suficientes para resiliência, em casos de problemas em algum servidor físico do *cluster*. Permitiu, também, a manutenção dos níveis de serviços prestados pelos servidores de banco de dados e aplicações hospedados no *cluster* de virtualização.

Com essa implementação, objetiva-se fortalecer o alinhamento entre o planejamento operacional e o estratégico e do desenvolvimento do parque tecnológico existente no Ministério Público de Sergipe.

A solução propicia, ainda, a ampliação e manutenção de processos informatizados no Órgão, que necessitam da existência desses equipamentos e serviços para suas atividades.

2.11.7. Políticas de *Backup* – *SQL Server* 2014

O Ministério Público de Sergipe gera e armazena, diariamente, diversos dados importantes. Por isso, existe uma grande preocupação em criar cópias de segurança e garantir a recuperabilidade de informações.

Dessa forma, em 2015 foram estabelecidas e implementadas políticas rígidas de *backup* dos bancos de dados *SQL SERVER* para garantir que, em caso de falha, os dados sejam recuperados com segurança, tornando as informações de sistemas, a exemplo do PROEJ, ainda mais protegidas.

2.11.8. Oracle Bare: Backup / Restore – Oracle

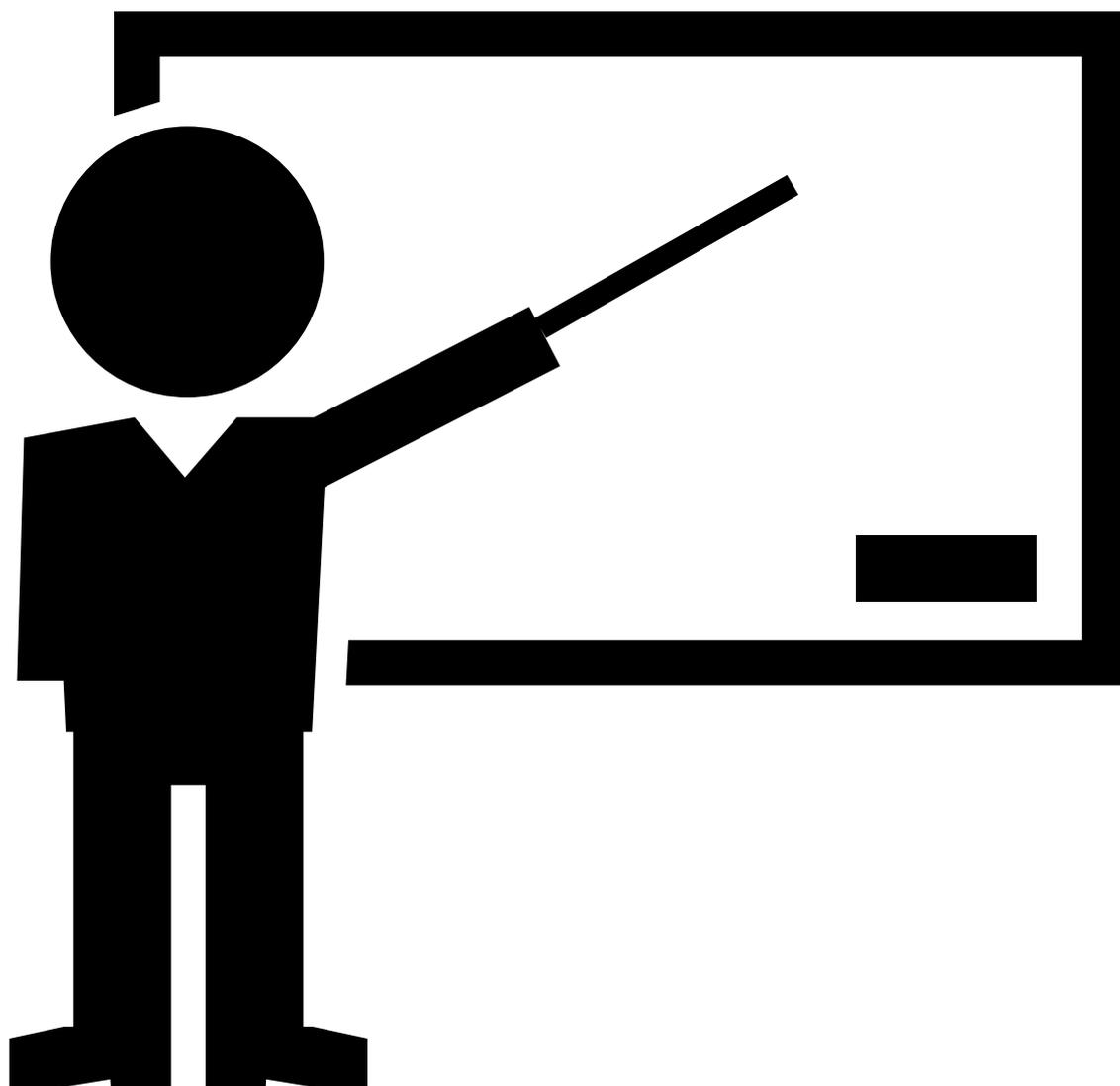
O processo de *backup/restore* no banco de dados *ORACLE* é complexo, composto por diversos passos a serem seguidos até que se finalize. Nesse fluxo é possível que erros aconteçam, logo, a informação é posta em risco.

Com o objetivo de mitigar esses riscos e agilizar o processo, foi desenvolvido um utilitário de *backup/restore* que automatiza todos os passos que, outrora, teriam forte intervenção humana, onde a possibilidade de acarretar erro seria elevada.

2.11.9. Taxonomia: Atualização Dinâmica – Oracle

A atualização dos códigos das tabelas taxonômicas do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP é uma tarefa bastante delicada, pois, além de exigir interação direta com o banco de dados, impacta em toda a taxonomia usada no Arquimedes e PROEJ.

Dado o exposto, um processo de automação foi criado para que se tenha menos interação humana durante a atualização, assim, a informação permanece íntegra.



2.12. Aprendizagem e Crescimento

2.12.1. Biblioteca

A Biblioteca da Escola Superior do Ministério Público - ESMP tem como objetivo preservar, organizar, divulgar e atualizar o seu acervo, contribuindo para o exercício das atividades dos Membros e Servidores e disponibilizando acesso ao conhecimento jurídico para a comunidade local.

Buscando atender às necessidades de informação, a Biblioteca da ESMP oferece aos seus usuários, sejam eles público interno ou externo, um acervo de 3.445 (três mil, quatrocentos e quarenta e cinco) livros, 3.076 (três mil e setenta e seis) periódicos, além de 257 (duzentos e cinquenta e sete) CD e 67 (sessenta e sete) DVD.

Os usuários da Biblioteca podem pesquisar o acervo, acessando o *site* da Escola Superior ou comparecendo pessoalmente às instalações, onde terão orientação de qualidade e uma confortável Sala de Leitura dotada de computador para pesquisa.

Vale destacar que apesar dos serviços da Biblioteca da ESMP serem abertos a toda comunidade, apenas os usuários internos cadastrados podem realizar empréstimos.

A seguir, segue estatística mensal de empréstimos realizados de janeiro a dezembro de 2015:

Estatística de Empréstimos da Biblioteca - 2015				
EMPRÉSTIMO	MEMBROS	SERVIDORES	ESTAGIÁRIOS	TOTAL
Janeiro	05	158	0	163
Fevereiro	01	144	06	151
Março	0	139	14	153
Abril	21	132	20	173
Maio	15	105	46	166
Junho	21	79	14	114
Julho	33	73	16	122
Agosto	15	144	25	184
Setembro	04	131	32	167
Outubro	06	89	27	122
Novembro	23	88	19	130
Dezembro	4	48	10	62
TOTAL	148	1330	229	1707

Tabela 74 - Estatística de Empréstimos da Biblioteca

2.12.2. Projeto de Capacitação de Sistemas do Ministério Público

Promotores de Justiça e Servidores do Ministério Público de Sergipe contaram com treinamento detalhado sobre os Relatórios a serem enviados e Sistemas a serem preenchidos regularmente nas Promotorias de Justiça em que viessem a ser lotados, realizado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Com as capacitações, Membros e Servidores assumiram suas funções com uma melhor noção do dia a dia nas Promotorias de Justiça e estabeleceram um canal de comunicação

com a Corregedoria-Geral, para dirimir dúvidas e solucionar problemas quanto às informações a serem prestadas ao próprio Ministério Público de Sergipe e ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

2.12.3. Desenvolvimento do Capital Intelectual

No período de janeiro a dezembro de 2015, tendo como premissa aprimorar o conhecimento, qualificar e treinar continuamente os seus Membros, Servidores e Estagiários, o Ministério Público de Sergipe promoveu as seguintes atividades de capacitação:

Mês	Eventos (Cursos, Encontros, Palestras, Simpósios, Seminários, Workshop)	Tema	Palestrante	Carga Horária	Nº Participantes			
					Membros	Servidores	Público Externo	Total
Março	"Violência contra a mulher em debate: inquietações e possibilidades"	Profundar e discutir o tema sob diversos aspectos, como o tratamento do agressor e o acolhimento da mulher violentada	Fernanda Hermínia Oliveira Souza, Mara Cabral Monteiro Pontes, Elaine de Souza Cordeiro, Fernanda Simplicio Cardoso, Bruna Diniz	07h	20	23	267	310
	Nascentes do São Francisco - Capacitação dos Conselhos Municipais Ambientais	Promover as bases de estruturação dos sistemas municipais de gestão ambiental a partir da capacitação de seus integrantes para que possam exercer com eficiência e autonomia as ações necessárias à execução do Projeto de Restauração e de Conservação de Nascentes no seu Município	Allana Rachel Monteiro B. Soares Costa, Rossini Ferreira Sena, Vera Lúcia Silva Cardoso, Valdinete Paes Silva de Jesus, Carlos Augusto Carvalho Messias, Vera Lúcia Silva Cardoso, Valdinete Paes Silva de Jesus, Carlos Augusto Carvalho Messias	06h	175	2	NI	177
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Coordenador de Ensino da ESMP-SE	01h	NI	NI	55	55
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça – Diretor-Geral da ESMP-SE	01h	NI	NI	120	120
	1º Encontro para Construção do Novo Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe	Construir objetivos estratégicos que permitam ao Ministério Público cumprir com a sua missão institucional e realizar a sua visão de futuro	Adgenison Santana do Nascimento, Adriano Márcio S. de Lima, José Ailton Nunes da Silva, Paulo José Francisco Alves Filho	04h	113	430	NI	543
Abril	Seminário "O Ministério Público e o Combate à Criminalidade"	Discutir os mecanismos necessários para o combate à criminalidade	Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, Luís Cláudio Almeida Santos, Álvaro Rogério Duboc Fajardo	05h	37	35	160	232
	Curso de Capacitação de Membros de Conselhos Estaduais e Municipais	Proporcionar a explanação de temas como: Legislação Nacional sobre conselhos, os Fundos públicos, o Projeto para Captação de Recursos, e a Prestação de Contas	Wilson Abascal Pastorini	07h	6	10	175	191
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça – Diretor-Geral da ESMP-SE	01h	NI	NI	60	60
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça – Diretor-Geral da ESMP-SE	01h	NI	NI	120	120
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Coordenador de Ensino da ESMP-SE	01h	NI	NI	54	54
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Coordenador de Ensino da ESMP-SE	01h	NI	NI	83	83
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça – Diretor-Geral da ESMP-SE	01h	NI	NI	84	84

Mês	Eventos (Cursos, Encontros, Palestras, Simpósios, Seminários, Workshop)	Tema	Palestrante	Carga Horária	Nº Participantes			
					Membros	Servidores	Público Externo	Total
Maio	2º Encontro para Construção do Novo Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe	Construir objetivos estratégicos que permitam ao Ministério Público cumprir com a sua missão institucional e realizar a sua visão de futuro	Paulo José Francisco Alves Filho, Alessandra Souza de Santana	04h	39	72	NI	111
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Coordenador de Ensino da ESMP-SE	01h	NI	NI	48	48
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Newton Silveira Dias Junior - Promotor de Justiça – Diretor-Geral da ESMP-SE	01h	NI	NI	61	61
	Atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri - do Inquérito ao Plenário	O curso teve o intuito de aprimorar a atuação do Promotor no Tribunal do Júri, buscando a eficiência e eficácia. Durante o curso foram discutidas as técnicas de acusação, de como proceder durante a fase de inquérito, entre outras questões	Marcelo Roberto Ribeiro	08h	38	25	NI	63
	Seminário "O Ministério Público e o Combate à Corrupção"	Capacitar Membros e Servidores a respeito do tema, com abordagem teórica e prática, foi apresentado durante o evento a lei da Improbidade administrativa e estratégias para o combate à corrupção	Marcelo Zenkner, Fábio Medina Osório	03h	39	150	68	257
	Seminário "Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes"	Conscientizar e mobilizar a sociedade sobre a gravidade da problemática através de palestras e apresentações de projetos e pesquisas relacionadas ao tema	Ruth Conceição Farias Santos, Josenvanda Mendonça Franco	04h	3	14	271	288
	Curso Prático de Improbidade Administrativa	Capacitar o público-alvo acerca dos principais aspectos práticos que envolvem a aplicação da Lei de Improbidade	Alexandre Albagli Oliveira, Henrique Ribeiro Cardoso, Bruno Melo Moura	15h	33	88	NI	121
3º Encontro para Construção do Novo Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe	Construir objetivos estratégicos que permitam ao Ministério Público cumprir com a sua missão institucional e realizar a sua visão de futuro	Alessandra Souza de Santana	04h	30	72	NI	102	
Junho	III Seminário do Terceiro Setor	Discutir a atual legislação do Terceiro Setor. Foram discutidos: a disciplina do novo regime jurídico das parcerias voluntárias, os termos de fomento e colaboração, a transparência na prestação de contas e a relevância do efetivo controle social, com base na Lei nº 13.019/2014	Ana Paula Machado Costa Meneses, Angéla Dantas Mendonça, José Eduardo Sabo Paes, Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes, José Antônio França, Marcelo Henrique dos Santos, Airton Grazioli	05h	16	24	260	300
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Laelsosn Alcântara de Pontes Filho - Promotor de Justiça	01h	NI	NI	135	135
	Ciclo de Capacitação em Perícias - Perícia Médico-Legal	Fornecer subsídios técnicos para auxiliar os Promotores de Justiça na interpretação dos laudos elaborados pelos médicos legistas de Sergipe	José Raimundo de Melo	06h	20	16	NI	36
Julho	Projeto "Ministério Público pela Educação – MPEDUC"	Implementar melhorias no cenário educacional, avaliando a qualidade da educação oferecida em cada escola	Ramiro Rockenbach da Silva Matos Teixeira de Almeida, Alexandro Sampaio Santana	05h			109	109
	Audiência Pública "Implementação do SINASE já! (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). Redução não é Solução".	Ouvir o Sistema de Garantia de Direitos e a Sociedade Sergipana, para enfatizar a desnecessidade da redução e da PEC 171, além de discutir que a implementação de políticas públicas é mais eficiente do que a proposta de redução da idade penal	Andrea Depieri	04h	2	31	261	294
Agosto	Seminário - Interdição Parcial: Um Novo Instituto	Capacitar sobretudo os operadores do Direito que atuam nas hipóteses de Interdição, disseminando entre os mesmos uma cultura que estimule, quando cabível, a Interdição Parcial, visando adequar o Instituto aos princípios estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, incorporada ao nosso Ordenamento Jurídico através do Decreto Legislativo nº 186/2008, promulgado pelo Decreto nº 6.949, de 25/08/2009	Maria Aparecida Gugel, Luiz Cláudio Carvalho de Almeida	05h	25	29	142	196
	Curso Checklist de Licitações e de Contratos Administrativos	Contribuir para o aperfeiçoamento dos Membros e Servidores do MP/SE sobre os procedimentos relativos à contratação pela Administração Pública	Fábio José da Silva	04h 30min	29	43	NI	72

Mês	Eventos (Cursos, Encontros, Palestras, Simpósios, Seminários, Workshop)	Tema	Palestrante	Carga Horária	Nº Participantes			
					Membros	Servidores	Público Externo	Total
Setembro	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE	01h	NI	NI	80	80
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE	01h	NI	NI	34	34
	Ciclo de Palestra durante o Curso de Formação para Agentes e Escrivães da Polícia Civil do Estado de Sergipe	Colaborar com a formação dos novos Agentes e Escrivães da Polícia Civil do Estado de Sergipe	Jarbas Adelino S. Júnior, Luciana Duarte Sobral, João Rodrigues Neto, Leydsson Gadelha Moreira e Alexandre Albagli	12h	NI	NI	470	470
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE	01h	NI	NI	35	35
	Fórum "De olho na Transparência"	Conscientizar a importância do Direito Fundamental à Informação Pública, bem como à Transparência na Administração Pública. Audiência Pública de instalação do FOCCO Sergipe e Lançamento da campanha "De olho na Transparência"	Antônio Ed Souza Santana, Adinelson Alves da Silva, Flávia Santana Silva, Henrique Ribeiro Cardoso	06h	16	17	206	239
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE	01h	NI	NI	80	80
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE	01h		NI	41	41
Outubro	Curso de Capacitação - Novo código de Processo Civil	Necessidade de se discutir as novas diretrizes do Processo Civil Brasileiro e suas repercussões nas demais áreas do direito, proporcionando ao membros e servidores do Ministério Público uma discussão específica e qualificada no âmbito do Direito Processual	Dr. Márcio Oliveira Rocha	15h	41	50	NI	91
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE	1h	NI	NI	22	22
	Curso de Investigação Criminal e Combate ao Crime Organizado	Voltado para os Membros e Servidores da Instituição, o treinamento tem por objetivo a capacitação e habilitação dos participantes para fazer o uso das mais modernas técnicas investigativas na proteção do patrimônio público, da previdência pública e da ordem tributária, nas esferas cível e criminal	Danielle Garcia Alves e Fabio Manguiera da Cruz	12h	39	51	NI	90
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE	1h	NI	NI	61	61

Mês	Eventos (Cursos, Encontros, Palestras, Simpósios, Seminários, Workshop)	Tema	Palestrante	Carga Horária	Nº Participantes			
					Membros	Servidores	Público Externo	Total
Novembro	Oficina de Práticas Restaurativas	A oficina tem o objetivo de capacitar os Membros e Servidores do Ministério Público acerca dos conceitos e práticas da Justiça Restaurativa a fim de disseminarmos, em nossas atividades, o gerenciamento pacífico de conflitos	Afonso Armando Konzen	12h	19	30		49
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE	1h	NI	NI	69	69
	Seminário "Controle e Fiscalização das Políticas Públicas na Atenção Básica à Saúde"	Discussão sobre o Controle e a Fiscalização das Políticas Públicas na Atenção Básica à Saúde	João Batista da Silva, Clóvis Barbosa de Melo e Gilmar de Assis	4h	20	21	259	300
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE	1h	NI	NI	45	45
	Fórum Gestão Sustentável do MP-SE	Promover uma rotina de trabalho/ produção mais sustentável para o Ministério Público do Estado de Sergipe	Rosane Mendonça da Silva e Maurício do Vale Dourado Wanderley	4h	27	336		363
	Projeto "MP de Portas Abertas"	Proporcionar a cidadania, demonstrar uma visão do que é o Ministério Público, suas atribuições e quem são os seus integrantes	Henrique Ribeiro Cardoso - Promotor de Justiça – Diretor-Geral em Exercício e Coordenador de Ensino da ESMP-SE	1h	NI	NI	70	70
	Seminário Saúde Materno-infantil – Um Retrato da Assistência em Sergipe	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as gestantes e recém-nascidos em Sergipe	Sílvio Sandro Alves Rodrigues, Maria do Rozário de Fátima Borges Sampaio, Rodrigo Pereira Vasco, Nilzir Soares Vieira Junior, Rosa Amélia Andrade Dantas, Maria Cláudia Tavares de Mattos, Luis Eduardo Prado Correia	4h	12	26	198	236
Dezembro	Dia Internacional Contra a Corrupção: Transparência e Controle Social	A atuação da sociedade no controle social da aplicação dos recursos públicos é um instrumento fundamental para a prevenção e o combate à corrupção. Partindo dessa premissa, o Focco/SE (Fórum Permanente de Prevenção e Combate à Corrupção no Estado de Sergipe) apresenta essa proposta de realização do Evento "Dia Internacional Contra Corrupção: transparência e Controle Social"	José Rony Silva Almeida, Francisco Waldir Pires de Souza, Henrique Ribeiro Cardoso, Alexandro Sampaio Santana, Heitor Alves Soares, Valter Foletto Santin, Sirley Maclaine da Graça Melo	4h	17	39	234	290

Tabela 75 - Cursos e Outros Eventos de Capacitação Promovidos pelo MPSE



3. APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

A comunicação com o público externo é de grande relevância para os Órgãos da Administração Pública que têm por escopo buscar a melhoria dos serviços oferecidos à população.

Nesse sentido, o Ministério Público de Sergipe, dentro da observância do Princípio da Publicidade, disponibiliza em sua estrutura mecanismos de aproximação entre o Órgão e o cidadão, conforme detalhado a seguir.

3.1. Da Ouvidoria

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Sergipe foi criada através da Lei Complementar n.º128, de 18 de julho de 2006, sendo um canal de comunicação com a sociedade, possibilitando a participação aberta a qualquer indivíduo, tanto presencial, via *online*, ou, através do número 127.

A Ouvidoria do MPSE visa prestar relevantes serviços à população, sempre preocupada em melhorar a qualidade do processo de trabalho, de modo que os prazos acordados sejam cumpridos, atendendo às perspectivas da sociedade.

No período de janeiro a dezembro de 2015, foram contabilizadas 1.006 (mil e seis) manifestações, possibilitando a constatação de que a "Denúncia" foi a demanda mais recorrente, conforme demonstrado no gráfico abaixo, pontuados com maior incidência os fatos relativos às áreas do idoso, saúde, meio ambiente e relevância pública.

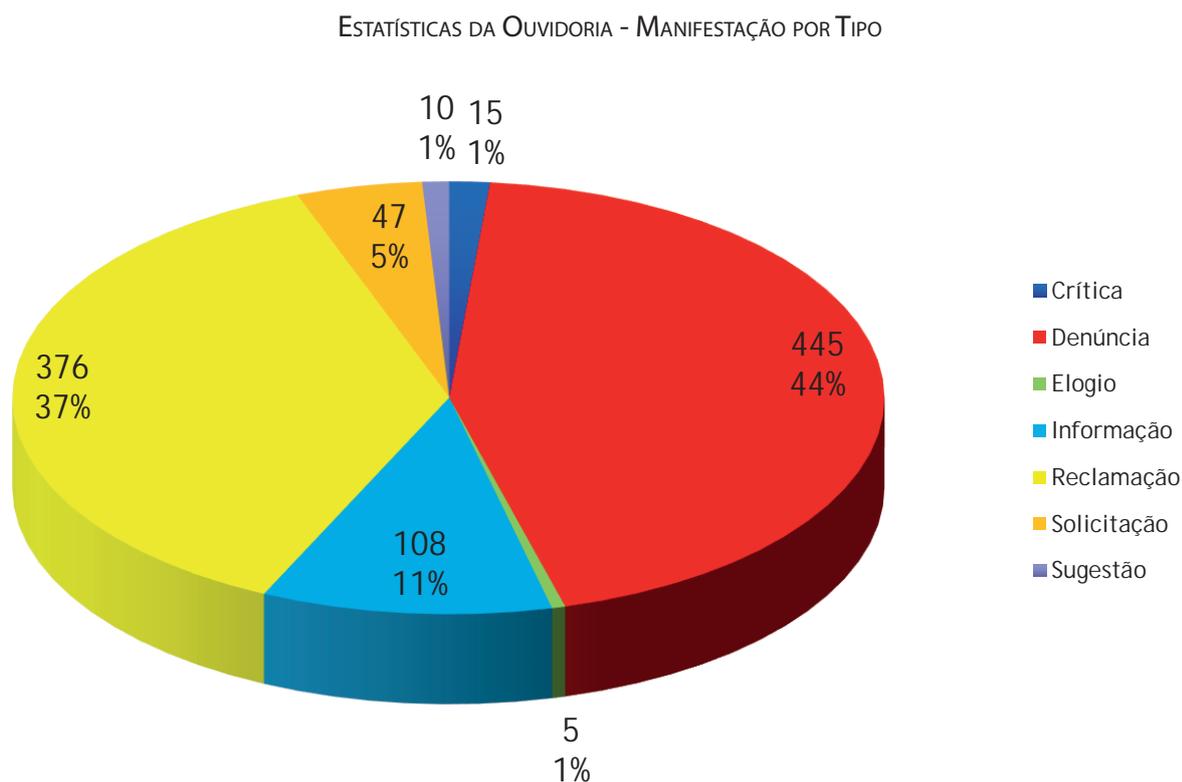


Gráfico 20 - Estatísticas da Ouvidoria - Manifestação por Tipo

O próximo gráfico apresenta, ainda, a avaliação da população com relação aos serviços prestados pelo setor, durante o ano de 2015:

ESTATÍSTICA DA OUVIDORIA - MANIFESTAÇÃO POR AVALIAÇÃO

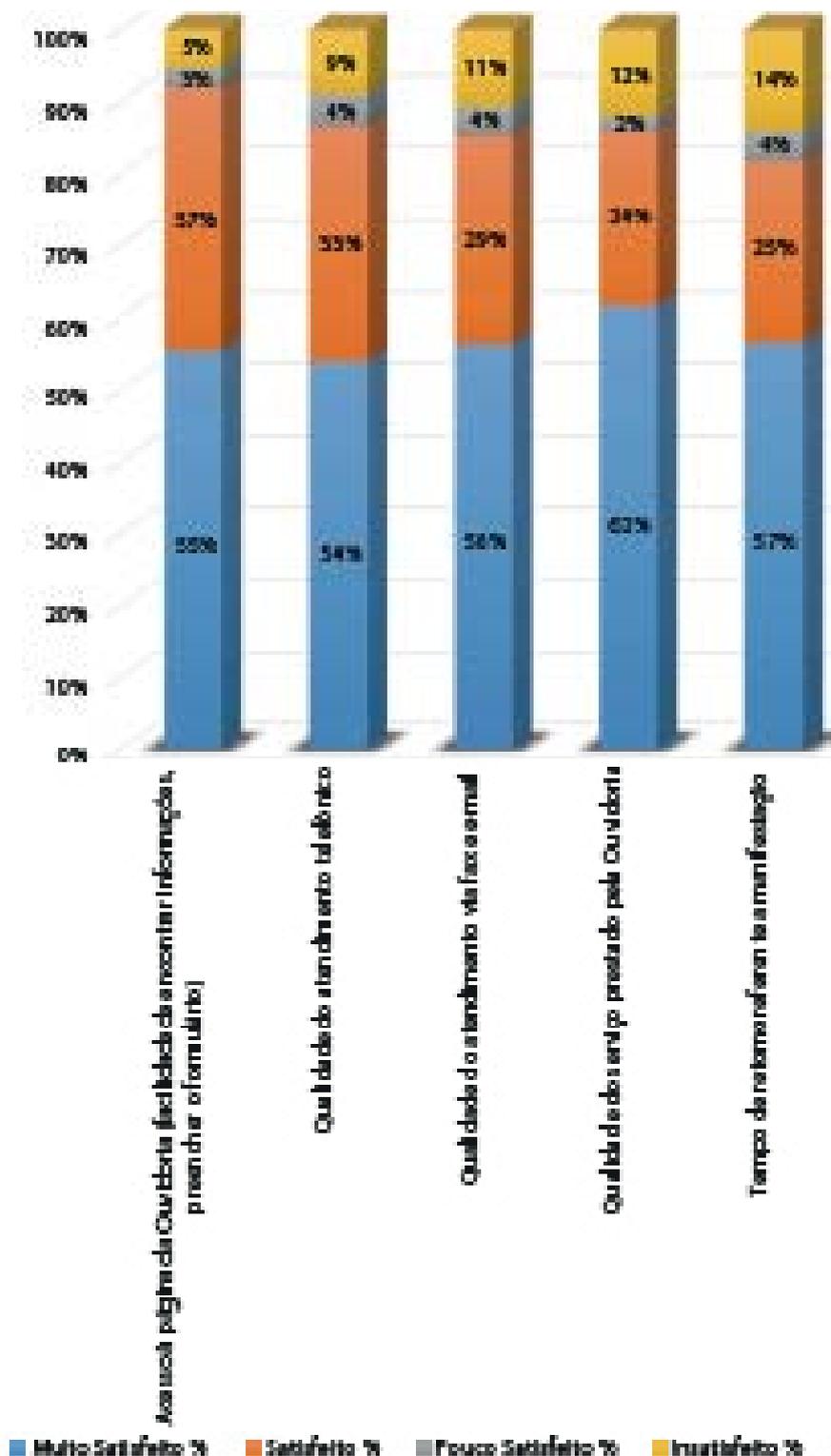


Gráfico 21 - Estatística da Ouvidoria - Manifestação por Avaliação

3.2. Da Triagem Técnica

A Triagem Técnica, também, é um ponto de atendimento direto à população, disponibilizado pelo MPSE, setor responsável por receber e direcionar as demandas que chegam à Sede da Instituição, conduzindo o cidadão até a Promotoria pertinente, da Capital ou do Interior, e, inclusive, para órgãos externos.

Durante o ano de 2015, a Triagem realizou 3.174 (três mil e cento e setenta e quatro) atendimentos, com média de, aproximadamente, 262 (duzentos e sessenta e dois) por mês.

Através do Gráfico a seguir, podem ser visualizados os principais assuntos dos atendimentos realizados na temporada pela Triagem Técnica:

ATENDIMENTOS DA TRIAGEM TÉCNICA NA SEDE DO MPSE

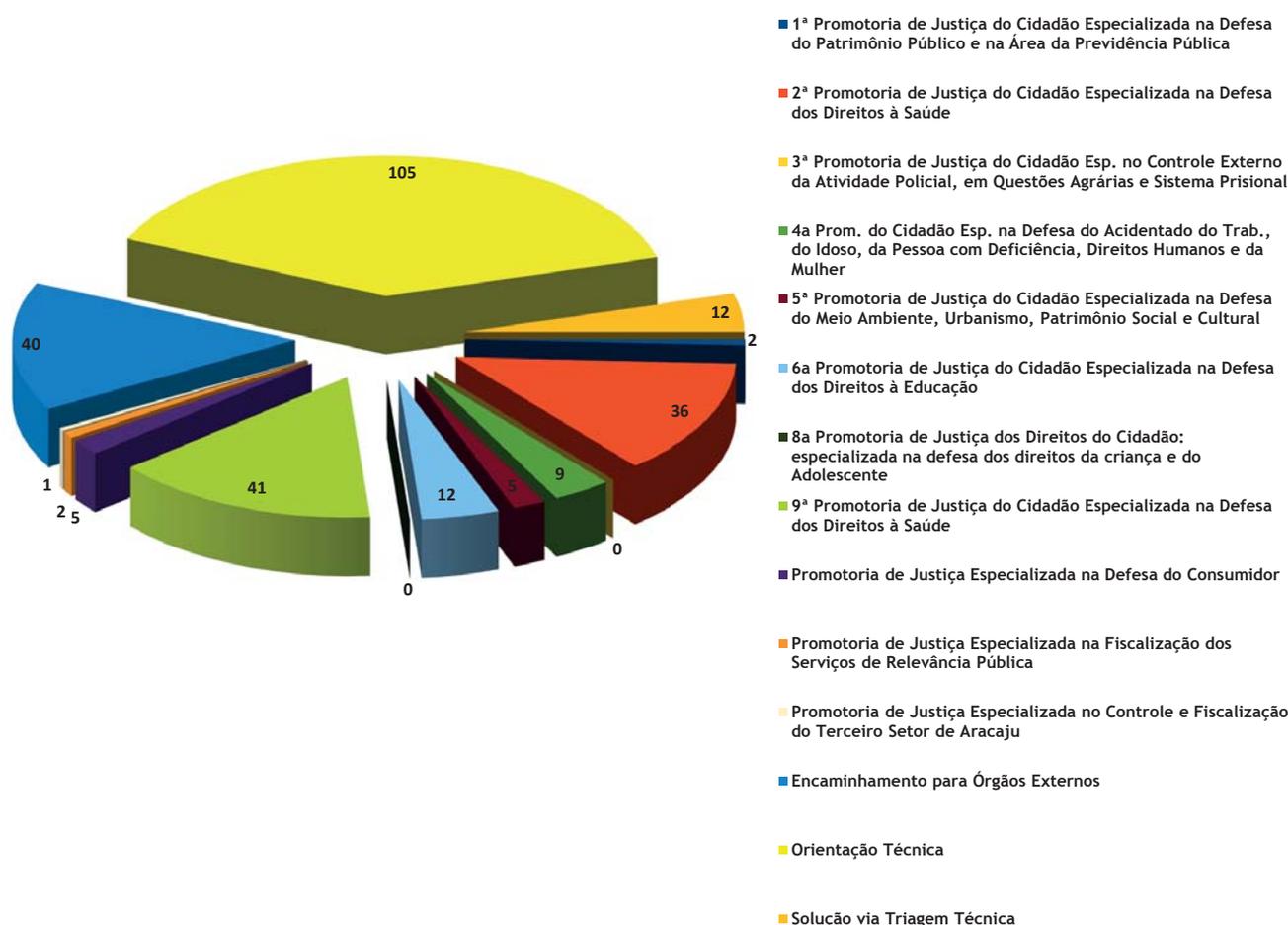


Gráfico 19 – Atendimentos da Triagem Técnica na Sede do MPSE



4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. Instituição do Escritório Corporativo de Projetos

Cientes da relevância que têm a Gestão Estratégica e o Gerenciamento de Projetos para o alcance dos objetivos institucionais e a consequente geração de resultados para a sociedade, a Procuradoria-Geral de Justiça disponibilizou novo espaço físico para a Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos que, desde janeiro de 2015, encontra-se localizada na Sala nº 101, 1º Andar, do Edifício-Sede deste Órgão Ministerial.

Vislumbrou-se com a iniciativa a oportunidade de estreitar a comunicação entre os Membros da Instituição e a referida Divisão, disponibilizando o Escritório Corporativo de Projetos, a ela vinculado, setor que tem como principal atribuição o assessoramento técnico na elaboração e na gestão de projetos do Ministério Público de Sergipe – MPSE, e, assim, impulsionar a implementação de projetos de forma mais eficiente.

4.2. Construção do Novo Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe

Durante todo o ano de 2015, foram realizadas algumas etapas visando à construção do Novo Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe, com vigência para os anos de 2016 a 2019, conforme detalhado nos tópicos a seguir.

4.2.1. Conscientização e Engajamento de Todos os Envolvidos

Diante da necessidade de **“Conscientização e Engajamento de Todos os Envolvidos”** no processo, foi realizado o **1º Encontro para Construção do Novo Planejamento Estratégico do MPSE**, no dia 30/03/2015, no auditório principal do Edifício-Sede, com a presença de mais de 600 (seiscentas) pessoas, entre Membros e Servidores da Instituição.

No aludido evento, foram proferidas palestras, a fim de demonstrar a importância do Planejamento Estratégico para nortear as ações da Organização em direção aos objetivos propostos e conquistar o envolvimento de todos os integrantes da Instituição nas etapas seguintes. A programação do evento, cuidadosamente planejada de forma a promover o alcance dos objetivos delineados para o evento, pode ser conferida abaixo:

 1º Encontro para Construção do Novo Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe <i>30/03/2015 (Segunda-Feira)</i>	
08:00	Credenciamento
08:30	Momento de Reflexão ✓ Dra. Maria Creuza Brito de Figueiredo (Procuradora de Justiça, Coordenadora-Geral)
08:40	Abertura ✓ Dr. José Rony Silva Almeida (Procurador-Geral de Justiça)
09:00	As Engrenagens da Gestão ✓ Sr. Adgenison Santana do Nascimento (Diretor de Negócios da Empresa ADX - Gestão e Tecnologia) ✓ Sr. Adriano Marcio S. de Lima (Diretor de Projetos da Empresa ADX - Gestão e Tecnologia)
10:30	Construindo a Sociedade Sergipana do Futuro ✓ Dr. Paulo Jose Francisco Alves Filho (Promotor de Justiça, Assessor da Coordenadoria-Geral) ✓ Sr. José Ailton Nunes da Silva (Diretor de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil)
11:00	Encerramento

A seguir, são apresentadas algumas fotos ilustrativas do evento:



4.2.2. Conhecimento das Expectativas

A segunda etapa, “**Conhecimento das Expectativas**”, teve início no dia 18/03/2015, estendendo-se até 15/05/2015, com a realização de pesquisa interna junto aos Membros e Servidores, pesquisa externa junto a Órgãos Públicos e a Sociedade, reuniões com Diretores de CAOp, Procuradores e Promotores de Justiça e reuniões com Servidores da área administrativa, conforme esquematizado a seguir.



Esta etapa teve como objetivo a realização de um diagnóstico institucional, a fim de avaliar o cenário atual em que se encontrava a Organização, a partir da coleta de informações a respeito da visão de seus *stakeholders*, com o intuito de se determinar as condições necessárias para se chegar a um novo estágio, mais desejável que o presente.

4.2.2.1. Pesquisa Interna – Membros e Servidores

No intuito de colher a visão dos integrantes da Instituição a respeito dos desafios estratégicos para os anos seguintes, foi realizada pesquisa interna, buscando-se a participação de Membros e Servidores do Ministério Público de Sergipe, os quais foram convidados a colaborar para a construção do novo Plano Institucional, através do preenchimento de questionário, formulado pelo sistema *LimeSurvey* e disponibilizado via *e-mail*, durante o período de 18/03/2015 a 08/04/2015.

Nesses formulários questionou-se acerca de temas relacionados às perspectivas “Retorno para a Sociedade”, “Resultados Institucionais”, “Processos Internos”, “Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia” e “Orçamentária-Financeira”, sendo apresentadas sugestões de redação para os Objetivos Estratégicos de cada perspectiva e a Visão de futuro que constariam no novo Plano Estratégico. As respostas obtidas foram consolidadas subsequentemente pela DIPLAN, reunindo as opções de redação mais votadas para validação posterior.

4.2.2.2. Reuniões – Área Fim e Área Meio

No período de 23/03/15 a 17/04/2015, foram realizadas reuniões com representantes da Área Fim do MPSE, tendo como participantes Diretores dos Centros de Apoio Operacional, Procuradores e Promotores de Justiça da Instituição, objetivando colher sugestões de iniciativas referentes às diversas áreas de atuação, que seriam colocadas em votação em momento posterior para possível inclusão no Novo Plano Estratégico 2016-2019.

- Atividades Cíveis e Criminais;
- Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária;
- Defesa dos Direitos Humanos;
- Direitos à Educação;
- Direitos à Saúde;
- Direitos da Infância e Adolescência;
- Direitos da Mulher;
- Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural;
- Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes;
- Segurança Pública;
- Terceiro Setor.

Reuniões similares foram realizadas com representantes da Área Meio, de 07/05/2015 a 19/05/2015, a fim de colher sugestões de iniciativas pertinentes ao segmento administrativo da Instituição, conforme temas apresentados em seguida, também submetidas à votação em evento seguinte:

- Infraestrutura;
- Orçamento e finanças administrativos;
- Pessoas;
- Processos Internos - Comunicação e Relacionamento;
- Processos Internos - Eficiência da Atuação Institucional;
- Processos Internos - Eficiência Operacional;
- Tecnologia da Informação.

4.2.2.3. Pesquisa Externa

4.2.2.3.1. Órgãos Públicos

A construção do novo Planejamento Estratégico também previu a consulta a órgãos externos, como forma de colher informações para o diagnóstico das principais demandas institucionais. Para tal fim, no período de 30/03/2015 a 17/04/2015, foram oficiados alguns órgãos, elencados na figura a seguir:

Assembléia Legislativa de Sergipe	Associação dos Servidores Auxiliares da Procuradoria-Geral de Justiça de Sergipe	Associação Sergipana do Ministério Público	Câmara Municipal de Aracaju	Centro de Referência de Assistência Social	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
Conselho Tutelares	Defensoria Pública	Departamento Estadual de Proteção e Defesa Civil	Governo do Estado de Sergipe	Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Sergipe	Polícia Civil
Polícia Militar	Prefeitura Municipal de Aracaju	Procuradoria-Geral do Estado	Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor	Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
	Secretaria de estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	Sindicato dos Servidores Públicos do Ministério Público de Sergipe	Tribunal de Justiça de Sergipe	Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	

As lideranças das organizações foram solicitadas a colaborar com o preenchimento de um formulário, no intuito de que as sugestões apontadas contribuíssem para a composição do Plano Institucional do MPSE para os próximos anos.

4.2.2.3.2. Sociedade

A pesquisa externa incluiu, também, consulta pública, executada no período de 14 a 17/04/2015, em 3 (três) praças de Aracaju, escolhidas entre as de maior movimentação de transeuntes, e nos 3 (três) *Shoppings* da Grande Aracaju. Essa pesquisa teve por escopo colher a opinião da sociedade sergipana sobre a atuação dos diversos segmentos da Área Fim do Ministério Público Estadual, a fim de subsidiar o direcionamento de futuras ações em benefício da população.

A pesquisa externa junto à Sociedade foi realizada através de questionários disponibilizados no *site* Institucional, em *totens* eletrônicos e *notebooks* nos locais acima destacados. Versões impressas dos formulários também foram disponibilizadas na Sede do MPSE e nas Promotorias de Justiça do Interior do Estado e, ainda, para aqueles participantes que apontassem a preferência pelo meio físico em detrimento do recurso tecnológico, no intuito de proporcionar maior acessibilidade para o público alvo da pesquisa.

A consulta pública contou, também, com o apoio do “Ônibus da Cidadania”, unidade móvel do MPSE utilizada comumente para visitar as comunidades situadas em locais de difícil acesso do interior do Estado, cuja estrutura foi utilizada para chamar a atenção dos transeuntes e oferecer o suporte necessário às equipes de colaboradores que nele atuaram.



Vale ressaltar que a consulta externa não teria produzido os efeitos almejados sem a participação voluntária de Membros e Servidores que, de forma abnegada, muito contribuíram para auxiliar os respondentes no entendimento da pesquisa, facilitando o preenchimento dos questionários.

Aduzimos, ainda, que a consulta pública foi precedida de forte campanha publicitária, através dos diversos meios de comunicação, a exemplo da Televisão, Rádio e *Internet*. Iniciativa semelhante foi promovida para conclamar Membros e Servidores a participarem, mediante chamadas eletrônicas feitas por *pop up* no site do MPSE e papel de parede dos seus computadores.



Por meio dos resultados obtidos com a pesquisa, da qual participaram 2.020 (dois mil e vinte) cidadãos, concluiu-se que, dentre as áreas apontadas pela sociedade como prioritárias para os próximos anos, houve especial destaque para o **Combate à corrupção**, a **Defesa do direito à saúde** e o **Combate à criminalidade**.

4.2.3. Consenso de Ideias

A última etapa do processo, “**Consenso de Ideias**”, foi realizada durante os 2º e 3º Encontros para Construção do Novo Planejamento Estratégico, nos dias 04 e 25/05/2015, respectivamente, no Espaço de Eventos Governador Marcelo Déda”, localizado no 5º andar do Edifício-Sede da Instituição.

Nessas oportunidades, Membros e Servidores do MPSE definiram os Objetivos Estratégicos e Indicadores (2º Encontro), além de Iniciativas, Metas e Prazos (3º Encontro), que constariam no Novo Plano Estratégico, conforme pode ser conferido nas programações dos

 2º Encontro para Construção do Novo Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe <i>Espaço de Eventos Governador Marcelo Déda Chagas, 5º andar do MPSE</i> 04/05/2015 (Segunda-Feira)						
07:00	Credenciamento					
08:00	Momento de Reflexão - Amor ao Próximo					
	✓ Paulo José de Freitas Filho (Coordenador da Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos)					
08:10	Abertura					
	✓ Dr. José Rony Silva Almeida (Procurador-Geral de Justiça)					
	✓ Dra. Maria Creuza Brito de Figueiredo (Procuradora de Justiça, Coordenadora-Geral)					
08:30	Contribuição da População Sergipana para Construção do Novo Planejamento Estratégico do MPSE					
	✓ Dr. Paulo Jose Francisco Alves Filho (Promotor de Justiça, Assessor da Coordenadoria-Geral)					
08:45	Dinâmica dos Trabalhos					
	✓ Sra. Alessandra Souza de Santana (Coordenadora da Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos)					
09:00	Definição da Redação da Visão					
	✓ Todos os Grupos					
09:30	Definição dos Objetivos Estratégicos da Perspectiva Resultados para a Sociedade					
	✓ Todos os Grupos					
10:30	Definição dos Objetivos Estratégicos e Indicadores das Demais Perspectivas					
	Resultados Institucionais	Processos Internos/Eficiência Operacional	Processos Internos/Eficiência Institucional	Processos Internos/Comunicação e Relacionamento	Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia	Orçamentária-Financeira
	✓ Grupo 01 ✓ Grupo 02 ✓ Grupo 03 ✓ Grupo 04 ✓ Grupo 05	✓ Grupo 06	✓ Grupo 07	✓ Grupo 08	✓ Grupo 09 ✓ Grupo 10 ✓ Grupo 11	✓ Grupo 12
11:30	Apresentação do Resultado					
	✓ Sra. Alessandra Souza de Santana (Coordenadora da Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos)					
12:00	Encerramento					

 3º Encontro para Construção do Novo Planejamento Estratégico do Ministério Público de Sergipe <i>Espaço de Eventos Governador Marcelo Déda Chagas, 5º andar do MPSE</i> 25/05/2015 (Segunda-Feira)						
08:00	Credenciamento					
08:30	Momento de Reflexão					
	✓ Sr. José Ailton Nunes da Silva (Diretor de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil)					
08:40	Abertura					
	✓ Dra. Maria Creuza Brito de Figueiredo (Procuradora de Justiça, Coordenadora-Geral)					
08:50	Dinâmica dos Trabalhos					
	✓ Sra. Alessandra Souza de Santana (Coordenadora da Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos)					
09:20	Definição das Iniciativas e Discussão sobre Indicadores e Metas					
	Resultados Institucionais	Processos Internos/Eficiência Operacional	Processos Internos/Eficiência Institucional	Processos Internos/Comunicação e Relacionamento	Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia	Orçamentária-Financeira
	✓ Grupo 01 ✓ Grupo 02 ✓ Grupo 03 ✓ Grupo 04 ✓ Grupo 05	✓ Grupo 06	✓ Grupo 07	✓ Grupo 08	✓ Grupo 09 ✓ Grupo 10 ✓ Grupo 11	✓ Grupo 12
12:00	Apresentação do Resultado					
	✓ Sra. Alessandra Souza de Santana (Coordenadora da Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos)					
12:20	Encerramento					

eventos, reproduzidas a seguir:

A partir dos resultados obtidos no 2º e 3º Encontros, realizou-se nova consolidação, análise e ajustes dos dados pela DIPLAN, posteriormente compilados no documento final, denominado de Plano Estratégico Plurianual do Ministério Público de Sergipe 2016-2019, o qual foi submetido e aprovado pelo egrégio Colégio de Procuradores de Justiça.



As imagens da realização desses eventos podem ser visualizadas a seguir:

4.3. Novo Modelo de Governança

Buscando gerir melhor seu Planejamento Estratégico, o MPSE promoveu estudos, pesquisas, visitas e consultas a outras Unidades Ministeriais, a exemplo do Ministério Público de Minas Gerais, e decidiu definir um novo Modelo de Governança, composto por instâncias colegiadas específicas para as Áreas Fim e Meio da Instituição, assessorados tecnicamente pela Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil, a fim de auxiliar o monitoramento e tomada de decisão no acompanhamento de suas ações estratégicas.

O novo modelo está apresentado de forma sintetizada abaixo:





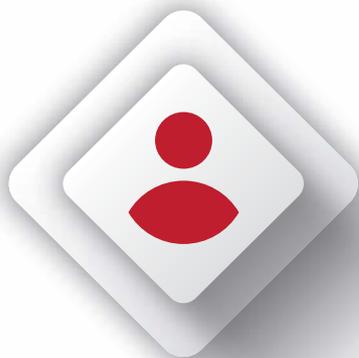
5. Destaques Normativos da Procuradoria-Geral de Justiça em 2015

Destaques Normativos da Procuradoria-Geral de Justiça - 2015		
Nº da Norma	Data	Assunto
Portaria nº 001/2015	07/01/2015	Fixa o valor do auxílio-transporte aos estagiários de nível superior (Direito e Outros Cursos) e de nível médio (Ensino Médio e Fundamental), dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Resolução nº 002/2015 - CPJ	15/01/2015	Torna público o subsídio mensal dos Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe e estabelece providências correlatas.
Portaria nº 130/2015	15/01/2015	Institui o Regulamento do Projeto "Coral Vozes da Cidadania" e dá outras providências.
Portaria nº 131/2015	15/01/2015	Institui Comissão para coordenação e controle das atividades do Projeto Coral Vozes da Cidadania do Ministério Público de Sergipe.
Portaria nº 142/15	20/01/2015	Institui Comissão Técnica para acompanhar as inspeções realizadas pela 8ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, Especializada na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito das unidades de cumprimento de Medidas Socioeducativas (CENAM, USIP, CASE E UNIFEM), e dá outras providências.
Resolução nº 003/2015 - CPJ	22/01/2015	Acrescenta considerandos à Resolução nº 002/2015 – CPJ, de 15 de janeiro de 2015.
Portaria nº 166/15	23/01/2015	Atualiza valor da Gratificação Especial Operacional (GEO) de servidores municipais à disposição do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 196/15	26/01/2015	Designa Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos e dá outras providências.
Portaria nº 197/15	26/01/2015	Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo instaurada pela Portaria nº. 4.728/14 e dá outras providências.
Portaria nº 209/2015	27/01/2015	Designa servidores para compor Comissão de Apoio Técnico-Administrativo do Processo Seletivo para Estágio de Nível Médio, Edital nº 001/2015.
Portaria nº 216/2015	27/01/2015	Estabelece horário da jornada de atividade dos estagiários dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá outras providências.
Portaria nº 384/2015	09/02/2015	Cria e regulamenta o Grupo de Apoio às Atividades de Execução (GAEE), no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá outras providências.
Portaria nº 401/2015	10/02/2015	Designa Membros do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 444/2015	12/02/2015	Institui Grupo de Trabalho para elaboração e acompanhamento de Projeto, no âmbito do Ministério Público, tendo por objeto o estudo de medidas relacionadas à implementação de Políticas Públicas na área de Segurança.

Destaques Normativos da Procuradoria-Geral de Justiça - 2015		
Nº da Norma	Data	Assunto
Portaria nº 560/2015	24/02/2015	Institui Grupo de Trabalho para elaboração e acompanhamento de Projeto no âmbito do Ministério Público, tendo por objeto o estudo de medidas relacionadas à implementação de Políticas Públicas na área de Segurança.
Portaria n.º 610/15	26/02/2015	Designa Comissão para Acompanhamento e Avaliação Prévia de Veículos para Leilão, no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Resolução nº 004/2015 - CPJ	12/03/2015	Renumerar e disciplina a alocação das Promotorias de Justiça Cíveis da Cidade de Aracaju, bem como revoga a Resolução nº 012/2013 - CPJ.
Portaria nº 759/2015	12/03/2015	Dispõe acerca de procedimentos de segurança de Membros e Servidores em situação de ameaça à vida ou à integridade física, em decorrência do exercício da função e dá outras providências.
Portaria nº 738/2015	15/03/2015	Designar Promotor de Justiça para compor e coordenar a Comissão Gestora de Metas da ENASP – Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública.
Portaria nº 876/2015	24/03/2015	Regulamenta, no âmbito do Ministério Público de Sergipe, procedimentos relativos à contratação de bens, obras e serviços e dá outras providências.
Resolução nº 005/2015 - CPJ	26/03/2015	Aprova Projeto de Lei Complementar que “altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990, e dá providências correlatas”.
Portaria nº 911/2015	31/03/2015	Dispõe sobre as normas, no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, para a aquisição, registro, transferência e porte de arma de fogo de uso restrito por Procuradores e Promotores de Justiça, bem como sobre a aquisição de munição e acessórios, e revoga a Portaria nº 4.102/2014, de 15 de outubro de 2014.
Portaria nº 1.127/2015	27/04/2015	Dispõe sobre a utilização e guarda dos veículos integrantes do patrimônio do Ministério Público de Sergipe e dá outras providências.
Resolução nº 006/2015 - CPJ	21/05/2015	Institui Novo Comitê Gestor do Plano Estratégico Plurianual de Ação do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências.
Resolução nº 007/2015 - CPJ	21/05/2015	Aprova Projeto de Lei Complementar que “transforma e modifica a denominação de cargos de Promotor de Justiça Distrital, de Promotor de Justiça da Curadoria de Família e Sucessões e de Promotor de Justiça Criminal de Aracaju, e dá providências correlatas”.
Portaria nº 1.431/2015	26/05/2016	Institui Comissão objetivando definir Plano de Ação e Adequação à Resolução nº 102, de 23 de Setembro de 2013, do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências.
Resolução nº 008/2015 - CPJ	28/05/2015	Modifica e consolida as normas que regulamentam a notícia de fato, o procedimento preparatório do inquérito civil, o inquérito civil e o procedimento administrativo no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 1549/2015	03/06/2015	Regulamenta o acesso à informação e cria o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências.
Portaria nº 1550/2015	03/06/2015	Disciplina o fornecimento de informação ao cidadão através de cópias físicas de documentos, nos termos da Portaria MPSE nº 1549/2015, de 03 de junho de 2015.
Portaria nº 1.569/2015	09/06/2015	Institui e regulamenta o Grupo Temporário de Fiscalização da Saúde Materno-Infantil no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, designa Membros para atuarem no Grupo, e dá outras providências.
Portaria nº 1.664/2015	22/06/2015	Institui o uso de trajas adequados para a entrada de visitantes na sede do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências.
Portaria nº 1910/2015	21/07/2015	Regulamenta critérios objetivos de designação de Membros de Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências.
Portaria nº 1.937/2015	22/07/2015	Institui Comissão Técnica para elaboração do Relatório de Gestão Anual/2015.
Portaria nº 2.082/2015	04/08/2015	Institui, no âmbito do Ministério Público de Sergipe, procedimentos relativos à contratação de Soluções de Tecnologia da Informação.

Destaques Normativos da Procuradoria-Geral de Justiça - 2015		
Nº da Norma	Data	Assunto
Portaria nº 2.190/2015	20/08/2015	Institui comissão para estudos sobre as atividades funcionais dos Procuradores de Justiça, com enfoque da atuação junto às Câmaras Cível e Criminal e demais órgãos do Judiciário.
Portaria nº 2.254/2015	31/08/2015	Institui o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Sergipe (DOFe) e dá outras providências.
Portaria nº 2.282	02/09/2015	Institui Comissão objetivando definir Plano de Ação e Adequação à Resolução nº 123, de 12 de maio de 2015, do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências.
Resolução nº 009/2015 - CPJ	03/09/2015	Aprova o Plano Estratégico Plurianual de Ação do Ministério Público do Estado de Sergipe para o quadriênio 2016-2019, alinhado ao Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria nº 2.357/2015	14/09/2015	Institui Grupo de Trabalho para elaboração e acompanhamento de Projeto, no âmbito do Ministério Público, tendo por objeto o estudo de medidas relacionadas à implementação de Políticas Públicas na área de Segurança.
Portaria nº 2.363/2015	16/09/2015	Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano de Continuidade de Negócios de Tecnologia da Informação (PCN de TI).
Resolução nº 010/2015 - CPJ	17/09/2015	Aprova a Proposta Orçamentária do Ministério Público de Sergipe para o Exercício 2016.
Portaria nº 2.403/2015	17/09/2015	Institui Grupo de Trabalho objetivando a implantação do Projeto Gestão por Competência no Ministério Público de Sergipe, seguindo orientação do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências.
Resolução nº 011/2015 - CPJ	08/10/2015	Modifica e consolida as atribuições da Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Nossa Senhora do Socorro.
Resolução nº 012/2015 - CPJ	08/10/2015	Aprova Projeto de Lei Complementar que “transforma e modifica a denominação de um cargo de Promotor de Justiça Cível em Promotor de Justiça das Execuções Criminais de Aracaju, altera a Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990, e dá providências correlatas”.
Portaria nº 2.659/2015	19/10/2015	Dispõe sobre o Grupo Gestor de Implantação Unificada da Taxonomia do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 2.659/2015	20/10/2015	Dispõe sobre o Grupo Gestor de Implantação Unificada da Taxonomia do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Portaria nº 2.714/2015	26/10/2015	Delega a Procurador de Justiça a atribuição para interpor recursos, junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.
Portaria nº 2.924/2015	16/11/2015	Institui Comissão para elaborar estudos objetivando examinar a viabilidade para adoção de medidas administrativas e regulamentadoras para melhor disciplinar as remoções de Servidores, recomposição salarial no ano de 2016 e avaliar a compatibilidade da implementação de banco de horas com o regime de teletrabalho e dá outras providências.
PORTARIA Nº 2953/2015	18/11/2015	Regulamenta o exercício do direito de folgas compensatórias, concedidas aos Promotores de Justiça, em virtude da designação para atuação em Plantões Judiciários Diurnos e Noturnos de Dias Úteis e Não Úteis.
PORTARIA Nº 2.962/15	19/11/2015	Designa Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos e dá outras providências.
Portaria nº 2.993/2015	25/11/2015	Convida servidores efetivos, inclusive os Analistas e Técnicos, bem como os servidores Requisitados e Comissionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público de Sergipe, e, ainda, Estagiários de Nível Médio e Superior, para participar do Projeto Evolução Humana, promovido pela Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade.
PORTARIA Nº 3.108/2015	10/12/2015	Estabelece normas relativas à segurança das Subsedes do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências.
PORTARIA Nº 3.121	15/12/2015	Atualiza o valor mensal do Auxílio-alimentação dos Servidores do Ministério Público de Sergipe, a partir do 01 de janeiro de 2016.

Tabela 76 - Destaques Normativos da PGJ em 2014



6. Ministério Público Estadual

Procurador-Geral de Justiça

José Rony Silva Almeida

Corregedor-Geral

Josenias França do Nascimento

Coordenadora-Geral

Ana Christina Souza Brandi

Ouvidora

Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

Colégio de Procuradores

José Rony Silva Almeida – Presidente

Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg

Paulo Lima de Santana

Moacyr Soares da Mota

José Carlos de Oliveira Filho

Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

Rodomarques Nascimento

Luiz Valter Ribeiro Rosário

Josenias França do Nascimento

Ana Christina Souza Brandi

Celso Luís Dória Leó

Carlos Augusto Alcântara Machado

Ernesto Anízio Azevedo Melo

Jorge Murilo Seixas de Santana

Eduardo Barreto d'Ávila Fontes

Secretário-Geral do MPSE

Manoel Cabral Machado Neto

Assessor-Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Eduardo Barreto d'Ávila Fontes

Diretor da Escola Superior do Ministério Público - ESMP

Newton Silveira Dias Junior

Coordenador de Ensino

Henrique Ribeiro Cardoso

Diretor do Centro de Apoio Operacional das Atividades Cíveis e Criminais
Alexandre Albagli Oliveira

Diretor do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária
Henrique Ribeiro Cardoso

Diretor do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação
Alexandro Sampaio Santana

Diretor do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos
Berenice Andrade de Melo

Diretora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Infância e Adolescência
Miriam Teresa Cardoso Machado

Diretora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher
Gicele Mara Cavalcante D. Fontes

Diretor do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde
Nilzir Soares Vieira Junior

Diretor do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural
Carlos Henrique Siqueira Ribeiro

Diretora do Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes
Allana Rachel Monteiro B. S. Costa

Diretor do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública
João Rodrigues Neto

Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor
Ana Paula Machado Costa Meneses

Diretor do Gabinete de Segurança Institucional – GSI
Luís Alberto Moura Araújo

Diretor do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO
Jarbas Adelino Santos Junior

Diretor do Grupo de Apoio às Atividades de Execução - GAAE
Alexandre Albagli Oliveira

PROMOTORES (AS)
Ademilton de Oliveira Santos
Adriana Ribeiro Oliveira
Adson Alberto Cardoso de Carvalho
Aldeleine Melhor Barbosa
Aldo Souza Aragão
Alessandra Pedral de Santana
Alex Maia Esmeraldo de Oliveira
Alexandre Albagli Oliveira
Alexandro Sampaio Santana
Allana Rachel Monteiro Batista Soares Costa
Amilton Neves Brito Filho
Ana Cláudia Machado Costa Moraes
Ana Cristina Aragão de Carvalho
Ana Galgane Paes
Ana Leila Costa Garcez
Ana Paula Machado Costa Meneses
Ana Paula Souza Viana
Anderson Viana Souza
Antônio Carlos Nascimento Santos
Antônio César Leite de Carvalho
Antônio Fernandes da Silva Júnior
Antônio Forte de Souza Júnior
Arnaldo Figueiredo Sobral
Augusto César Leite de Resende
Augusto César Lobão Moreira
Belarmino Alves dos Anjos Neto
Berenice Andrade de Melo
Bruno Melo Moura
Carla Rocha Barreto de Almeida
Carlos Henrique Siqueira Ribeiro
Carmem Lúcia Buarque de Gusmão
Caroline Leão Nogueira Melo
Cecília Nogueira Guimarães
Cláudia Daniela de Freitas Silveira Franco
Cláudia do Amaral Calmon
Cláudia Virgínia Oliver de Sá
Cláudio Roberto Alfredo de Sousa
Daniel Carneiro Duarte
Deijaniro Jonas Filho
Diego Gouveia Pessoa de Lima
Edjilda Resende de Lima Guerra
Eduardo Franklin Miranda de Oliveira
Eduardo Lima de Matos
Edyleno Ítalo Santos Sodré
Emerson Oliveira Andrade
Etélio de Carvalho Prado Júnior
Euza Maria Gentil Missano Costa
Fabiana Carvalho Viana Franca
Fábio Pinheiro Silva de Menezes

Fábio Putumujú de Oliveira
Fábio Viegas Mendonca de Araújo
Félix Carballal Silva
Flávia Franco do Prado Carvalho
Flaviano Almeida Santos
Francisco Ferreira de Lima Júnior
Francisco José de Oliveira Gois
Gicele Mara Cavalcante d'Ávila Fontes
Gilton Feitosa Conceição
Gilvan Oliveira de Rezende
Gláucia Queiroz de Morais
Henrique Ribeiro Cardoso
Iúri Marcel Menezes Borges
Jarbas Adelino Santos Junior
João Raimundo Moreira Guimarães
João Rodrigues Neto
Joelma Soares Macêdo de Santana
José Elias Pinho de Oliveira
José Lucas da Silva Gois
José Rony Silva Almeida
Juliana Checucci Carballal
Julival Pires Rebouças Neto
Karla Christiany Cruz Leite
Kelfrenn Teixeira Rodrigues De Menezes
Laelson Alcântara de Pontes Filho
Laura Imperatriz Batalha Nery Moura
Lenilde Nascimento Araujo
Leydson Gadelha Moreira
Luciana Duarte Sobral Menezes
Lúcio José Cardoso Barreto Lima
Luís Cláudio Almeida Santos
Luís Fausto Dias Valois Santos
Luís Felipe Jordão Wanderley
Luiz Alberto Moura Araújo
Manoel Cabral Machado Neto
Márcia Jaqueline Oliveira Santana
Márcia Mendes Ungar
Marcílio de Siqueira Pinto
Maria Eugênia Deda
Maria Helena Sanches Lisboa Vinhas
Maria Lilian Mendes Carvalho
Maria Rita Machado Figueiredo
Maura Silva de Aquino
Maurício Gusmão Magalhães
Míriam Teresa Cardoso Machado
Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva
Mônica Maria Hardman Dantas Bernardes
Newton Silveira Dias Junior
Nilzir Soares Vieira Junior
Odil Silva Oliveira

Orlando Rochadel Moreira
Paulo José Francisco Alves Filho
Paulo Vieira Messias
Peterson Almeida Barbosa
Pollyanna Mara de Castro Aguiar
Priscila Camargo Silva Tavares
Rafael Schwez Kurkowski
Raimundo Bispo Filho
Raymundo Napoleão Ximenes Neto
Renato Vieira Dantas Bernardes
Renê Antônio Erba
Ricardo Machado Oliveira
Ricardo Sobral Sousa
Rivaldo Frias dos Santos Júnior
Rogério Ferreira da Silva
Rômulo Lins Alves
Rosane Gonçalves dos Santos
Sandro Luiz da Costa
Sílvia Nunes Leal
Sílvio Roberto Matos Euzébio
Solano Lúcio de Oliveira Silva
Suzy Mary de Carvalho Vieira
Talita Cunegundes Fernandes da Silva
Tatiana Souto Quirino
Verônica de Oliveira Lazar Amado
Virgílio do Vale Viana
Waltenberg Lima de Sá
Walter César Nunes Silva
Wilton Araújo Santos

Assessoria Jurídica

Morgana Boto Menezes

Coordenação de Acompanhamento de Atividades Extrajudiciais

Luciana Dias Souza

Coordenação de Acompanhamento de Atividades Judiciais

Carlos Henrique de Melo Conceição

Coordenação da Biblioteca

Mariana Batista Costa Araújo

Coordenação de Documentação e Memória

José Bruno Batista Silva

Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade

Tatiane Aguiar Guimarães Silva

Coordenação do Gabinete de Segurança Institucional

Jorge Tavares de Jesus

Divisão Administrativa do Gabinete do Procurador-Geral

Denise dos Santos Costa

Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos

Paulo José de Freitas Filho

Divisão de Controle Interno

Alberto Rodrigues Cardoso da Silva

Divisão de Serviço Social

Cristiane Barreto Paiva

Diretoria Administrativa

Léa Maria Sobral Da Cruz

Coordenação do Cartório de 1º Grau

André Rollemberg Mendonça

Divisão de Apoio Administrativo

Léa Gomes de Andrade

Divisão de Engenharia e Manutenção

José Isaú de Lima Franca

Divisão de Material

Juliano Cavalcante Silva

Divisão de Perícia Técnica

Miguel Ângelo Fontes Dos Santos

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil

José Ailton Nunes da Silva

Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatístico

Givanilson Santos de Jesus

Divisão de Perícia Contábil

José Marlúcio Monteiro Ferreira

Divisão de Planejamento Estratégico e

Projetos

Alessandra Souza de Santana

Diretoria de Recursos Humanos

Sávio Augusto Sobral Garcez

Divisão de Controle e Gestão de Estagiários

Antônio Diego Cardoso Viana

Divisão de Gestão de Pessoas Área Institucional

Aline Ribeiro de Oliveira

Divisão de Gestão de Pessoas e Admissão, Avaliação e Movimentação de Servidores

Mirena Oliveira Ferreira Lins

Divisão de Pagamentos e Centro de Custos

Francisco Luiz Cardoso de Menezes Neto

Diretoria de Tecnologia da Informação

Alexandre Andrade de Souza

Divisão de Help Desk

Saulo Moraes de Andrade

Divisão de Infraestrutura

Lissandro Patricius Gois Santos

Divisão de Produção de Software

Marcos Antônio Bastos Filho

Divisão de Projetos e Banco de Dados

Everaldo da Silva Cerqueira

Divisão de Suporte

Maylane Menezes Lima Oliveira

Diretoria Financeira

Ligia Maria Monteiro de Figueiredo

Divisão Financeira

Diego Soares Ribeiro

REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS PARA ELABORAÇÃO DESTE RELATÓRIO

Assessoria Jurídica

Michelli Oliveira Barbosa

CAOp às Atividades Cíveis e Criminais
Verônica Eugênia Morales Salinas Cardoso

CAOp da Infância e da Adolescência
Andreia Monte Alegre Felipe Bezerra

CAOp de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária
Aline Barboza Alcântara

CAOp de Defesa dos Direitos Humanos
Mariana Moura Rocha

CAOp de Proteção ao Rio São Francisco e às Nascentes
André de Asevedo Siqueira

CAOp de Segurança Pública
Sylvio Alexandre de Oliveira Belém

CAOp do Meio Ambiente e Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural
Fernanda Silva Costa

CAOp do Terceiro Setor
Eva Cecília Trindade Siqueira

CAOp dos Direitos à Educação
Victor Maximínio de Souza Santos

CAOp dos Direitos à Saúde
Milton Barreto Freitas Filho

CAOp dos Direitos da Mulher
Sheila Andrade Araújo Matos

Cartório
Wesley de Santana Santos

Centro Médico
Ana Cristina Carvalho Barros

Conselho Superior
Edson dos Santos

Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade
Tatiane Aguiar Guimarães Silva

Coordenadoria de Documentação e de Memória
Thiago José Menezes da Silva

Coordenadoria-Geral
Luciana Dias Souza

Corregedoria-Geral
Carlos Henrique de Melo Conceição

Diretoria Administrativa
Pedro Vinícius Lopes dos Santos

Diretoria de Recursos Humanos
Ronald Nascimento de Jesus

Diretoria de Tecnologia da Informação
Everaldo da Silva Cerqueira

Diretoria Financeira
Diego Soares Ribeiro

Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatístico
Givanilson Santos de Jesus

Divisão Administrativa do Fórum Gumersindo Bessa
André Rollemberg Mendonça

Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos
Celene Socorro de Moraes

Divisão de Controle Interno
Ana Maria Menezes Tapioca

Divisão de Engenharia e Manutenção
Aroldo Luiz N. Soares Júnior
José Isaú de Lima França

Divisão de Material
Aline Ribeiro Ferreira dos Santos
Éden Franklin Rodrigues Filho

Divisão de Patrimônio
Adlenio Marinho Araujo Andrade
Elza Céspedes Ramos Siqueira

Divisão de Perícia Contábil

Laís Gomes Vasconcelos

Divisão de Planejamento Estratégico e Projetos

Alessandra Souza de Santana
Erika Valéria Cabral Tavares Rezende

Divisão de Serviço Social

Cristiane Barreto Paiva
Mercedes Cabirta Dortas

Escola Superior do Ministério Público

Conceição Fontes Félix Costa
João Ricardo Andrade Cortês

Gabinete de Segurança Institucional

Igor Pereira Teles

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Ana Carla Morais de Souza Melo

Ouvidoria

Nelma Maria Lima Canuto Santiago

Perícia Técnica

Denisson Soares Bezerra
Kelly Santos Piedade Lima

Secretaria-Geral

Márcio dos Santos Dória

Triagem Técnica

José de Faro Menezes Neto



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA